

RIESA

**REVISTA INTERNACIONAL
DE EDUCAÇÃO SAÚDE E
AMBIENTE**

mundis

ASSOCIAÇÃO CÍVICA DE FORMAÇÃO E CULTURA



ANUÁRIO 2020

≡ ANUÁRIO ≡

≡ 2020 ≡

RIESA

© RIESA

Título: ANUÁRIO RIESA 2020

Autor: AA.VV.

Editor: MUNDIS – Associação Cívica de Formação e Cultura

Coordenação: Levi Leonido

Organizadores: Levi Leonido, Elsa Morgado, João Bartolomeu e Carminda de Carvalho

Capa e Contracapa: Levi Leonido

Edição, Design e Execução Gráfica: Levi Leonido

Data da edição: setembro de 2023

ISBN: 978-989-53887-6-9

ISSN (online): 1647-3558 **ISSN (impresso):** 2184-2116

Classificação THEMA - Nível 1: G - Livros de referência, informação & temas interdisciplinares

Classificação THEMA - Nível 2: GT - Estudos interdisciplinares

Nota: Projeto financiado pelo PAAC (Programa de Apoio a Agentes Culturais) da Delegação Regional de Cultura do Norte.

ÍNDICE

EDUCAÇÃO

*O ensino do inglês objectivando a comunicação: um desafio para as zonas rurais
(Moçambique)*

Filipe Augusto Hogueane

[8-20]

*The rape in the periphery in Rio de Janeiro, Brazil: students' social representations and
teachers' praxis*

Luciano Luz Gonzaga, Denuse Lannes

[21-32]

*“Reflexão sobre as práticas pedagógicas dos professores no ensino superior utilizando
a experiência de formação “de par em par”*

Albertina Cudiqueba Mecupale

[33-49]

*Expectativas recíprocas entre professores e alunos na sala de aula no ensino superior
público e privado em Angola* António Inácio Rocha Santana

[50-65]

*A importância das aprendizagens motoras básicas numa modalidade desportiva:
futebol*

Hugo Gomes, Elsa Morgado

[66-76]

As causas do fraco domínio do português pelos alunos do ESG em moçambique

Amélia Ernesto Chissengue Vilanculo, Estela Pinto Ribeiro Lamas

[77-89]

*O ensino bilingue, um reconhecimento da sociedade multicultural e caminhos para
busca da didáctica inclusiva*

Florentino Maria Lourenço

[90-104]

O absentismo escolar: principais causas e consequências nas aulas de Matemática

Ana Paula Sarmento dos Santos, Maria Augusta César Nobre Gomes, Vita Tomás

[105-116]

A pesquisa científica e o seu lugar na formação dos docentes da Escola Superior Politécnica de Malanje: subsídios pontuais no processo de ensino e aprendizagem

Gilson Francisco Diogo Contreiras

[117-133]

Comunicar com sentido (s) no século XIX em Portugal: o emblemático ano de 1852

Elvira Rodrigues, João Bartolomeu Rodrigues

[134-152]

O papel da sociedade civil na dinâmica da democracia em Angola

Honório Salvador Pedro Santana, José Chepalanga Sabino

[153-171]

SAÚDE

The effect of food on Mental Health

Elena-Teodora Constantin, Sandra Celina Fonseca

[173-189]

A utilização das medidas de cumprimento da pandemia Covid-19 e sua contribuição para o desenvolvimento económico e social da Província de Malanje

Gilson Francisco Diogo Contreiras

[190-212]

Caraterização das utentes que acorrem ao programa de prevenção da transmissão vertical na maternidade do hospital geral do Huambo de junho de 2018 a julho de 2019

Victor Nhime Nungulo, Ana Maria Osvaldina Moraes, Ana Teres

[213-221]

Principais transtornos mentais causados pela Covid-19: um estudo feito no Município sede de Malanje

Cirilo Armando Antonio Mendes, Gilson Francisco Diogo Contreiras

[222-250]

Percepção dos médicos do serviço de medicina interna, dos hospitais de referência da Província do Huambo, em relação a abordagem da insuficiência cardíaca

Ednogildo Domingos Miguel Sachocal, José Bongue Cassoma, Felizardo Domingos Samuel

Joaquim, Victor Nhime Nungulo

[251-262]

Papel dos biomarcadores em pacientes com Covid-19

Ardaia Tomás Muango Chinduma, Benzila Ester Guiado Epalanga, Hermenegildo Osvaldo

Chitumba, Job Chivangulula Pakasi, Lexandra López Argudín, Victor Nhime Nungulo

[263-271]

Políticas públicas de inovação no contexto do ensino superior de Angola
Niembo Maria Daniel, Marta Lúcia Pomim Valentim, Eliana da Silva, Luana Maia
[272-291]

AMBIENTE

*Caracterização da diversidade de espécies do Parque Nacional do Bicuar e
implicações para a gestão e conservação da biodiversidade*
Domingos Fortunato da Silva, Abel Ezequiel Cahali, Felisberto Armando Gomes, Francisco
Maiato Gonçalves, José João Tchamba
[293-306]

*Os desafios dos estudantes na adaptação a novos comportamentos no ensino superior:
Universidade 11 de Novembro. 2017/2018*
Maria Augusta César Nobre, Maely Ramirez Rodrigues, Josefina Massiala Pemba, Ana Paula
Sarmento dos Santos Woida
[307-320]



E DUCAÇÃO

O ensino do inglês objectivando a comunicação: um desafio para as zonas rurais (Moçambique)

Filipe Augusto Hogueane

| 8-20

The rape in the periphery in Rio de Janeiro, Brazil: students' social representations and teachers' praxis

Luciano Luz Gonzaga, Denuse Lannes

| 21-32

“Reflexão sobre as práticas pedagógicas dos professores no ensino superior utilizando a experiência de formação “de par em par”

Albertina Cudiqueba Mecupale

| 33-49

Expectativas recíprocas entre professores e alunos na sala de aula no ensino superior público e privado em angola

António Inácio Rocha Santana

| 50-65

A importância das aprendizagens motoras básicas numa modalidade desportiva: futebol

Hugo Gomes, Elsa Morgado

| 66-76

As causas do fraco domínio do português pelos alunos do esg em moçambique

Amélia Ernesto Chissengue Vilanculo, Estela Pinto Ribeiro Lamas

| 77-89

O ensino bilingue, um reconhecimento da sociedade multicultural e caminhos para busca da didáctica inclusiva

Florentino Maria Lourenço

| 90-104

O absentismo escolar: principais causas e consequências nas aulas de Matemática

Ana Paula Sarmiento dos Santos, Maria Augusta César Nobre Gomes, Vita Tomás

| 105-116

A pesquisa científica e o seu lugar na formação dos docentes da escola superior politécnica de malanje: subsídios pontuais no processo de ensino e aprendizagem

Gilson Francisco Diogo Contreiras

| 117-133

Comunicar com sentido (s) no século XIX em Portugal: o emblemático ano de 1852

Elvira Rodrigues, João Bartolomeu Rodrigues

| 134-152

O papel da sociedade civil na dinâmica da democracia em Angola

Honório Salvador Pedro Santana, José Chepalanga Sabino

| 153-171

O ENSINO DO INGLÊS OBJECTIVANDO A COMUNICAÇÃO: UM DESAFIO PARA AS ZONAS RURAIS (MOÇAMBIQUE)

*English teaching aiming at communication: a challenge for rural areas
(Mozambique)*

HOGUANE, Filipe Augusto¹

Resumo

A aprendizagem de línguas visa desenvolver habilidades sociais e comunicativas, de maneira a que as pessoas possam exprimir os seus sentimentos e pensamentos usando a linguagem; a oralidade é a dimensão mais frequente na comunicação no contexto rural. As pessoas podem aprender a língua em casa, na comunidade, assim como na escola. O uso da Língua Inglesa numa perspectiva comunicativa exige estratégias inovadoras, contextualização e motivação permanente por parte dos intervenientes. Despertando a auto-confiança e a motivação, promovendo um ensino contextualizado, podemos estar próximos de atingir os objectivos educacionais que se resumem no uso da língua para a comunicação. Na perspectiva em análise, o desafio é de ensinar a Língua Inglesa nas zonas rurais. Moçambique é um país multilíngue sendo o Português a língua oficial. Tendo em conta os contextos políticos e o social, o nacional e o internacional, o país vê-se na necessidade de ensinar o Inglês numa abordagem comunicativa.

Abstract

Language learning aims to develop social and communication skills, so that people can express their feelings and thoughts using the language; oral language is the common dimension in communication in the rural context. People can learn the language at home, in the community, as well as at school. The use of language in the perspective of communication requires the use of innovative strategies, contextualization and permanent motivation on the part of those involved. Awakening self-confidence, motivation and contextualized education we may be close to achieve the educational objectives of language teaching. In this perspective, the challenge is to teach English Language in rural areas. Mozambique is a multilingual country being the Portuguese the official language. Taking into account the political, economic and social contexts, national and international levels, the country sees the need to teach English in a communicative approach.

Palavras-chave: *Motivação; Abordagem comunicativa; Língua segunda.*

Key-words: *Motivation; Communicative approach; Second language.*

Data de submissão: março de 2020 | **Data de publicação:** junho de 2020.

¹ FILIPE AUGUSTO HOGUANE - Escola Secundária de Cambine | UMUM, MOÇAMBIQUE. E-mail: fhoguane@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O ensino de língua é sempre desafiante em qualquer circunstância. Há incerteza se as estratégias escolhidas na abordagem comunicativa podem surtir efeitos desejados ou não, para além da própria resistência por parte do aluno em aprender novas coisas; o aprendente teme que os colegas possam rir quando a pronúncia de certas palavras estiver errada. A aprendizagem da Língua Inglesa nas escolas moçambicanas tem como objectivo primordial a comunicação de modo a permitir a inserção social, contactos diplomáticos e vida económica. Através da língua, comunicamos verbalmente os nossos anseios, desejos, sentimentos, pensamentos, pontos de vista, entre outros. Sendo o Inglês considerada uma língua segunda (L2), a sua aprendizagem é diferente da aprendizagem da língua primeira (L1), isto porque enquanto a L1 decorre informalmente em casa e/ou na comunidade, a da L2 é, geralmente, exclusiva da educação formal, embora possa ser aprendida também em contexto informal.

O ensino do Inglês, no contexto moçambicano, tem como objectivo a comunicação permitindo a inserção social num mundo globalizado. Esta oferta do Sistema Educativo não visa apagar as línguas nativas nem a língua oficial, mas aparece como um imperativo nacional e sócio-económico. No entanto, para que a aprendizagem seja efectiva, há necessidade de se trabalhar na componente motivacional dos intervenientes (professores e alunos), adopção de estratégias inovadoras de ensino, optando por uma contextualização que tire proveito da cultura e das vivências dos alunos, já que este estudo procura contributos para o ensino do Inglês nas zonas rurais, num contexto de educação formal – a Escola Secundária de Cambine.

O objectivo do estudo é descobrir como o uso de materiais localmente disponíveis, as estratégias contextualizadas e a motivação contribuem para o ensino da Língua Inglesa. Quanto às estratégias e metodologias de ensino, reconhecemos que os professores, no processo de ensino-aprendizagem, são desafiados a dar atenção às especificidades dos alunos e dos contextos, para que os alunos possam ter oportunidade de aprendizagens diferenciadas conforme o seu perfil, com actividades que criem motivação, que despertem atitudes positivas. Cabe aos professores, também reforçar essas atitudes, recorrer a materiais didácticos orientados para o desenvolvimento da aptidão linguística. Acreditamos que, com este empenho por parte dos professores e com o uso de métodos contextualizados, até ao fim da 12ª classe (última classe do ensino secundário geral), o aluno possa vir a expressar-se em Inglês sem, contudo, abandonar as suas práticas sociais e culturais. Para tal, apresentamos uma breve análise dos programas de ensino, as planificações, o trabalho com os alunos, e a avaliação e tratamento dos resultados.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Os programas de ensino, centralmente definidos pelo Governo de Moçambique e que norteiam o ensino da Língua Inglesa nas escolas rurais, é o mesmo usado nas escolas urbanas. Segundo Pacheco (2011, p.4), “as políticas curriculares resultam de complexas decisões que derivam tanto do poder político oficialmente instituído, quanto dos actores com capacidade para intervir, directa ou indirectamente, nos campos de poder em que estão inseridos”. Segundo preconiza o programa de ensino de Inglês, “a comunicação constitui uma das competências consideradas chave num mundo globalizado. No currículo do Ensino Secundário Geral, são usados a língua oficial (Português), Línguas Moçambicanas, Línguas Estrangeiras (Inglês e Francês)” (INDE/MINED, 2010, p.9). Mais ainda o programa que citamos defende que:

At this stage the learners are expected to be able to handle the complex structures of the language with a bit of confidence, demonstrate knowledge of a range of vocabulary and use appropriate communicative strategies in a number of social situations. They should be able to produce written texts of some types, showing a certain ability to develop an argument as well as to describe or recount events. The learner should have developed awareness of register and the conventions of politeness and degrees of formality as they express through language (INDE/MINED 2010, p .15).

O extracto acima mostra a preocupação pela competência comunicativa. Na óptica de Brighenti, Biavatti & Souza (2015), os métodos de ensino têm como finalidade tornar efectivo o processo de ensino e aprendizagem, podendo ser de forma individual ou em grupos. Aliás, o documento que temos vindo a citar defende:

To allow teachers flexibility, the teaching methods, procedures and techniques will be selected according to the specific goals, conditions and resources available to the teacher and students. Considering that our classrooms are heterogeneous, it is also accepted that the same lesson can be taught using different procedures and techniques by different teachers (INDE/MINED, 2010, p. 50).

A flexibilidade e a abertura à criatividade estratégica, que o documento sugere, tem em conta as diferenças contextuais das escolas. Pensamos ser ocasião para que as nossas planificações tragam inovações, objectivando o desenvolvimento da competência comunicativa. Comumente, a planificação é assumida como uma tarefa que consiste na previsão das actividades, dos métodos e meios a serem usados para a efectivação de determinada actividade. É no processo da planificação que se toma em conta a subjectividade dos alunos, os materiais de ensino, as estratégias e o contexto. Para Santos (2011, p.5), a planificação

(...) é um processo através do qual se busca construir o máximo de objectivos com uma economia de esforços e meios, dominar o tempo, antecipar o que se pode passar no futuro, equacionar práticas que possam agir sobre a realidade que se quer modificar, para que haja uma aproximação, tanto quanto possível, dos objectivos traçados.

Na mesma linha de pensamento, Ferreira (2014, p.14) afirma que “a planificação pode ser entendida como a vertente que organiza o processo ensino-aprendizagem, convertendo as ideias e propósitos do professor num curso de acção.” Tendo em vista um ensino concentrado no desenvolvimento intelectual e integral do indivíduo, concordamos que a planificação precisa ser dinâmica e não um mero instrumento rígido de cópia de temas apresentados pelo programa de ensino centralmente concebido. Capucha (2008) é aqui trazido por Ferreira (2014), para defender que a planificação tem como objectivo conduzir à mudança, de modo a contribuir para o sucesso do ensino e aprendizagem. Nas abordagens que temos vindo a fazer sobre o conceito planificação, podemos reter a ideia de que se trata de um processo de previsão de como o ensino possa ser conduzido com eficácia, e o seu sucesso depende em certa medida do nível motivacional dos intervenientes. Para este estudo, buscamos Bock (2008) trazido por Farias (2011), segundo o qual, a motivação pode ser entendida como uma força interna propulsora que leva o indivíduo a praticar uma acção. Complementarmente, Farias (2011, p. 61) afirma que a motivação

(...) é uma força que faz uma pessoa agir de acordo com suas carências, determinando, assim, sua conduta para a realização de suas metas, sua persistência, envolvimento e disposição nas práticas das acções em qualquer âmbito. Essa força oscila dependendo da importância dada ao que se quer obter e à verificação de que se é realmente uma necessidade.

Entendemos, no entanto, que a motivação podendo ser uma força externa, ela impulsiona o interior do aluno rumo a aprendizagem. Para tal é necessário que haja partilha de acções entre o professor e o aluno de maneira a que o trabalho seja assumido em equipe. A sala de aulas é um espaço de colaboração entre o aluno e o professor. Cada sucesso ou aprendizagem que o aluno regista constitui factor motivador para o professor. Para sustentar a colaboração de que estamos a falar, convocamos Silva (2013, p.37):

O processo de ensino ocorre numa troca entre sujeito-sujeito ou sujeito-objecto, de forma dinâmica, ou seja, faz-se necessária uma acção conjunta e dialógica com o conteúdo aprendido, sendo considerado ainda o contexto histórico-económico e social. Nesse processo todos os envolvidos aprendem e ensinam. Ensina-se além do conteúdo estruturado, pois ensina-se os hábitos e costumes do grupo, valores pessoais, económicos, religiosos, de forma harmónica e natural ou por meio de ruptura dos padrões estabelecidos ao longo da vida.

O extracto deixa clara a necessidade de um processo de ensino e aprendizagem dinâmico e flexível, no qual possa ocorrer o aprimoramento e a inter-relação entre estudantes, mas também entre os estudantes e o professor como actores sociais e culturais. Assim, há que verificarmos o cumprimento dos objectivos traçados nos programas e planos de ensino. A avaliação faz parte do processo educativo; assim, não há razão para ser considerado um capítulo fora do ensino. De acordo com (INDE/MINED, 2010, p.50)

Assessment can be defined as the formal or informal process of collecting evidence about students' progress, analyzing and evaluating progress, communicating about progress, and adjusting teaching practice based on reflection on a teacher's practice. There are various forms of assessment, including formal measurement tools such as tests. Informal assessment can occur throughout the school year, and includes evaluating data from multiple sources, such as exercises, portfolios, homework or assignments that enable you to measure student progress.

Para que a aprendizagem seja significativa, a avaliação precisa ser importante ao processo tendo em conta os elementos do processo educativo. Uma avaliação adequada é aquela que é participada pelos alunos, docentes e a comunidade onde a escola está inserida. A avaliação, no entanto, serve como um 'termómetro' que verifica a funcionalidade de todo o processo de ensino e aprendizagem.

Entendemos que o ensino de línguas não se resume unicamente à tarefa de dar aulas e que a avaliação deve ser parte do processo de ensino-aprendizagem, não devendo, portanto, ser tratada como parte desassociada deste, como se lidássemos com dois processos distintos, em especial nos dias atuais, já que nas salas de aula das escolas se tornou um comportamento recorrente dos aprendizes fazer algumas atividades somente mediante a garantia de que irão obter pontos para a sua média (Paiva, 2016, p.23).

Nas diversas formas de avaliação, concordamos com a formativa, a que Paiva chamam de avaliação ao longo do processo de ensino. Na mesma linha de pensamento,

The New Curriculum emphasizes formative assessment, which gives scope for the inclusion of informal assessment also known as classroom assessment. The inclusion of classroom assessment is also in line with the general teaching philosophy of the constructivist approach to learning (INDE/MINED, 2010, p.51)

Portanto, o processo de ensino e aprendizagem é um ciclo que comporta programas, planos, aula e motivação, todos estes elementos visando o bem comum da sociedade. Corroboramos os teóricos que temos vindo a citar sobretudo, recomendando um ensino colaborativo em que a motivação, a auto-confiança, a criatividade e a contextualização guiem o processo de ensino da Língua Inglesa.

METODOLOGIA DE TRABALHO

Geralmente, entende-se metodologia como um caminho ou via para a realização de algo. Reconhecemos que não é tarefa fácil e provavelmente não é prático fazer um estudo baseado num único método de pesquisa. Marx e Engels (2001) insistem que na pesquisa ou investigação partimos do concreto para o ideal, evitando especulações. A produção das ideias está relacionada com a actividade prática do ser humano pois é ele que produz as suas próprias ideias. Reconhecendo a utilidade e a pertinência do pensamento de Marx e Engels, propomos uma pesquisa qualitativa. Assim, vamos apresentar os resultados e argumentos na forma textual, recorrendo à descrição e à explicação procurando a compreensão. Para tal, recorreremos a algumas técnicas de investigar e recolher dados, nomeadamente:

- **Revisão bibliográfica** – baseada em material ou obras de teóricos já publicados que consideramos relevantes para a análise da problemática em estudo, para melhor enquadrar o nosso trabalho, centramo-nos em obras que versem sobre o ensino de uma L2, de uma Língua Estrangeira, entre outras componentes linguísticas;
- **Questionário** – através do qual colocamos questões escritas aos alunos do ensino secundário das zonas rurais, optando por um questionário misto com perguntas abertas e fechadas;
- **Observação participante** – prevemos realizar esta técnica por meio de jogos e *role plays* em que os alunos possam usar livremente o Inglês para daí descobrirmos as potencialidades pré-existentes em termos da comunicação que forem mantendo.

Finda a recolha de dados, segue-se a sua interpretação de modo a nos aproximar das conclusões do estudo, isto é, evidenciar os resultados a que é possível chegar, valorizá-los ou não, na procura do caminho a seguir para conseguirmos dar resposta ao desafio, isto é, encontrar soluções para conseguir um ensino do Inglês sustentado na abordagem comunicativa.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O trabalho de campo envolve 80 alunos e 6 professores que leccionam o Inglês na Escola Secundária de Cambine, Distrito de Morrumbene, Província de Inhambane (8ª a 12ª classes). Os dados estatísticos dos últimos cinco anos (2015-2019) mostram que em média a escola possui um universo de 1800 alunos, destes mais de 75% provenientes dos arredores da escola (zonas rurais). O número de professores da escola é de 68, sendo que 6 leccionam a Língua Inglesa. A escola situa-se num distrito em que a L1 predominante é o Citshwa (língua bantu). Os documentos disponíveis (mapas de levantamento estatístico anual), na escola, mostram que o rácio professor-aluno é de aproximadamente 1 para 48. Cerca de 80% destes alunos têm o Português como L2 e agora lhes é colocado o desafio de aprendizagem do Inglês. Gostaríamos de sublinhar, no entanto, que a Língua Citshwa, como muitas outras línguas moçambicanas, possui empréstimos do Inglês, fruto do movimento migratório dos moçambicanos, para a República da África do Sul, na procura de emprego. Assim, pensamos que os vocábulos ingleses presentes no Citshwa, quando bem trabalhados, podem servir de motivação para a aprendizagem do Inglês.

Quanto ao questionário, os inquiridos, questionados sobre a relevância dos conteúdos propostos pelos programas de ensino, 75 alunos (94%) mostram o desconhecimento do programa, visto que é um documento ao qual somente os professores têm acesso. Porém, os outros 5 alunos (6%) afirmam categoricamente que os programas são irrelevantes para o contexto rural. Pensamos que estas respostas resultam do facto de os professores se limitarem a transcrever as propostas dos programas sem olharem o contexto da escola. Quanto às estratégias de ensino utilizadas pelos professores durante as aulas de Inglês, 35 alunos das classes iniciais do ensino secundário (8ª e 9ª classes) consideram-nas como sendo ideais pois os professores não só ensinam a gramática como também privilegiam o uso de textos, canções, entre outras formas. Na mesma questão, os 45 alunos das últimas classes do ensino secundário (11ª e 12ª classes) reagem negativamente às estratégias trazidas pelos professores, alegando que os professores recorrem mais a meios tecnológicos, como computadores e projectores, sendo estes meios escassos no contexto do aluno, criando reacção em certos casos. Notamos aqui que os professores não aceitam dissociar-se do tipo de ensino tido, na sua formação nas Universidades, onde o computador e o retroprojector são normalmente usados nas aulas. Corroboramos Silva (2013), segundo o qual, o processo de ensino ocorre numa cooperação entre os intervenientes.

Questionamos os alunos como se sentiriam se os professores usassem os vocábulos ingleses presentes no Citswha como estratégia motivadora para o ensino do Inglês. Por unanimidade, os alunos consideram a estratégia como uma inovação a se ter em conta, visto que reconhecem que é uma forma de valorizar a sua cultura. É preciso deixar claro que os vocábulos ingleses presentes na Língua Citswha servem apenas de motivação. O ensino em si da Língua Inglesa segue a sua didáctica, sem nos esquecermos do contexto social em que decorre e o consequente uso de estratégias adequadas à situação e aos alunos.

No tocante ao contributo da comunidade local para o sucesso do ensino de Inglês, quisemos saber dos alunos a sua relevância. Os 65 alunos (81%), que respondem ao questionário, pensam desnecessário o contributo da comunidade alegadamente porque as suas comunidades são analfabetas. A outra parte dos respondentes (15 = 19%) entendem que o envolvimento da comunidade no processo de ensino é relevante em qualquer dos casos. Na nossa óptica, os alunos, que consideram irrelevante a participação da comunidade no ensino, supõem que este envolvimento seja no sentido de uma participação directa na sala de aulas. Entendemos, pois, que há necessidade da participação da comunidade, na tomada de decisões sobre as aprendizagens dos filhos. No caso do ensino do Inglês, o professor pode ensinar em primeiro lugar o vocabulário dos objectos que são comuns na comunidade para, seguidamente, generalizar falando de outras realidades.

Se o objectivo central do ensino do Inglês nas escolas é desenvolver a competência comunicativa, pensamos ser este o momento de os professores despertarem para a necessidade de usarem estratégias e materiais que sejam próximos do contexto do aluno, da sua cultura, do que faz parte do seu dia-a-dia. Cientes da necessidade de colaboração entre professor e aluno durante a aula, questionamos os alunos sobre como se sentem ao tomarem parte nas aulas de Inglês. A maioria dos alunos (70 = 87,5%) notam a falta de cooperação e aproximação entre professores e alunos. Alguns professores tratam os alunos como tábuas rasas, recorrendo até a ameaças nos casos em que o aluno levanta questões. A sala de aulas é um espaço de colaboração entre o aluno e o professor. Cada sucesso ou aprendizagem que o aluno regista constitui um factor motivador para a implicação do professor.

O processo de ensino e aprendizagem neste caso precisa ser dinâmico e flexível. Acreditamos que as ideologias e pensamentos pedagógicos modernos estão muito longe de concordar com um ensino por encomenda em que o aluno é visto como se fosse uma tábua rasa. Durante o processo de aprendizagem ocorre o aprimoramento e inter-relação entre os estudantes, mas também entre os estudantes e o professor. Como professores, temos que reconhecer que o aluno é um ser pensante, que traz consigo alguma bagagem cognitiva que precisa, efectivamente, da facilitação para que se organize. A nossa insistência no uso dos vocábulos ingleses presentes no Citshwa como estratégia motivadora no ensino do Inglês é fruto do reconhecimento desta dinâmica na colaboração entre os actores do processo de ensino e aprendizagem, para potenciar a aprendizagem.

A abordagem comunicativa do ensino é a estratégia que inclui a aprendizagem colaborativa, tarefas colaborativas de acordo com os objectivos curriculares e conteúdos planificados. Assim, as aulas de Língua Inglesa precisam promover actividades que requeiram constante interacção entre os aprendizes e estes com outros interlocutores, de modo a permitir a troca de informações na resolução de problemas. Para Lucena (2004), no ensino de línguas, é preciso associar a avaliação a um ensino que se preocupa com a construção do conhecimento e a formação do sujeito social e que esteja associada a uma pedagogia virada para a construção duma sociedade sem classes, isto é, uma educação holística, uma educação que crie condições para o desenvolvimento do ser no seu todo.

Participamos nas aulas de canto, culinária e teatro em Inglês e notamos que: (i) os alunos querem expressar-se, mas não conhecem os nomes dos objectos locais; (ii) os professores priorizam a gastronomia ocidental e, conseqüentemente, o uso de vocabulário ocidental; (iii) as músicas cantadas são de cantores ocidentais em detrimento dos músicos africanos. Desta maneira, constatamos a tendência dos professores em transcrever as sugestões que constam nos programas de ensino sem, contudo, as contextualizar. Notamos a falta de vocação por parte de alguns professores no trabalho com aula de línguas.

A orientação vocacional ou profissional é um assunto que, actualmente, vem ganhando muito interesse principalmente pela necessidade de colocar as pessoas certas nos lugares certos. Muitos centros munidos de especialistas psicólogos e ou profissionais na orientação têm ajudado jovens a descobrir a sua vocação e a conseqüente escolha da sua profissão. A este propósito, Silva (2013) refere que tem estado em destaque a mensagem segundo a qual o professor não é valorizado – professores com salários baixos,

formação frágil, inexistente respeito por parte dos alunos, entre outros. Nem com isso, pensamos que um verdadeiro professor precisa em primeiro lugar de auto-estima e amor à sua profissão e isso passa pela vocação.

Nas aulas assistidas, notamos alguma falta de segurança nos professores, atitude fruto da não preparação das aulas ou falta de clareza das matérias a serem leccionadas. Se reconhecemos que há diferença como ensinamos e como os alunos aprendem, então, precisamos abrir espaço para colhermos as experiências dos nossos alunos sobre quando e como podemos usar os vocábulos ingleses presentes no Citswa. Esta liberdade pode ser mais benéfica se conseguirmos um ensino que decorra em escolas sem muros, onde as ideologias políticas exerçam pouca influência e o contexto seja tido em conta. Na nossa opinião, há que se dar mais autonomia aos professores e alunos pois são estes que estão em constante contacto na escola.

Reconhecemos que não existe nenhuma forma rígida e completa que possa ser considerada perfeita para o ensino da L2. Por exemplo buscando as ideias de Cappingal (2012), podemos referir a existência de métodos tradicionais que consideram o professor o possuidor do conhecimento e o aluno na posição de receptor passivo; é o caso do método expositivo. Se o aluno é receptor, então ele não tem liberdade na construção do conhecimento. Do outro lado, existem também os métodos modernos que permitem a participação activa do aluno, tais como o investigativo, trabalhos em grupos, *role play* entre outros. Há que referir que tanto nos métodos tradicionais assim como nos modernos o factor humano é determinante.

Na óptica de Pinto (2010), da mesma maneira que os professores ensinam diferentemente, os alunos também têm aprendizagens diferenciadas. No processo de ensino, a aprendizagem da L2 varia de criança para criança, dependendo fortemente da sua ansiedade, motivação, vontade de aprender, atitude, dos materiais didácticos utilizados pelo professor, bem como das metodologias ou estratégias usadas. É, pois, nesse sentido, que Marx & Engels (2001) insistem que o contacto com o meio e, por conseguinte, com os alunos é determinante para a escolha das metodologias ou estratégias a serem usadas. A escola precisa ser concebida como uma instituição social de extrema relevância na sociedade, pois além de possuir o papel de fornecer preparação intelectual e moral dos alunos, nela ocorre, também, a inserção social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino de Inglês no contexto rural pode ser visto como complexo visto que o meio em si possui poucos recursos para este processo. Pensamos, todavia, que um ensino colaborativo entre professor e alunos viabiliza a aprendizagem; os alunos podem construir as suas próprias aprendizagens. Outro aspecto que torna o ensino de línguas complexo pode ser em parte a incerteza da aplicabilidade dos métodos escolhidos, mas também o facto de a L2 trazer consigo alguns elementos culturais e que em certos casos seja diferente da cultura da L1. Se o objectivo central do ensino do Inglês é desenvolver a competência comunicativa, pensamos que não existe uma receita metodológica de como ensinar esta língua. Assim pensamos que:

- (i) a criatividade dos professores no uso de estratégias diversificadas e a contextualização são elementos essenciais para uma aprendizagem saudável do Inglês;
- (ii) a orientação vocacional é importante para um professor dinâmico;
- (iii) aos professores cabe envolver mais os alunos no desenho das aprendizagens, visto que quem tem interesse de aprender é o aluno;
- (iv) importa que o aluno participe na opção das estratégias a utilizar.

Quanto ao programa de Inglês assim como ao plano analítico, achamos que não existe nenhum impedimento para a introdução da estratégia que temos vindo a propor. Assim sendo, para haver mudanças é preciso que elas aconteçam nos planos a médio e a curto prazo. É no plano da aula onde propomos trazer inovações, sem, contudo, pensarmos que a sua implementação possa ser rígida, ou seja, a mesma para todas as turmas. Como sabemos, cada turma é uma realidade diferente da outra e, portanto, as mudanças são em função de cada situação com que nos confrontamos.

Evidenciamos a ideia apresentada de que a abordagem comunicativa no ensino do Inglês implica a colaboração entre todos os intervenientes. Pensamos que o ensino de Inglês nas escolas das zonas rurais precisa ser acompanhado por actividades que requeiram constante interacção entre os aprendizes e entre estes e os interlocutores, de modo a permitir a troca de informações na resolução de problemas. O uso de estratégias inovadoras, motivadoras e dentro do contexto, pensamos ser uma via também importante para o desenvolvimento da competência comunicativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brighenti, J., Biavatti, V. T. & Souza, T. R. (2015). Metodologias de Ensino-Aprendizagem: Uma abordagem só a Percepção dos Alunos. *Revista GUAL*, 8, 281-304.

Capingala, J. C. (2012). Métodos e Técnicas de Ensino. Disponível em:
[https://www.google.com/search?client=opera&q=Capingala%2C+J.+C.+\(2012\).+M%C3%A9todos+e+T%C3%A9cnicas+de+Ensino&sourceid=opera&ie=UTF-8&oe=UTF-8#](https://www.google.com/search?client=opera&q=Capingala%2C+J.+C.+(2012).+M%C3%A9todos+e+T%C3%A9cnicas+de+Ensino&sourceid=opera&ie=UTF-8&oe=UTF-8#)

Farias, E. M. P. (2011). Empréstimos Linguísticos: O Debate Continua. *Rev de Letras*, 30(1/4), 159-163.

Ferreira, I. M. (2014). *A Planificação como Prática de uma Professora em Processo de Formação*. (Dissertação de Mestrado). Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Porto.

INDE/MINED. (2010). Inglês, Programa da 11ª Classe. Maputo:INDE/MINED
Disponível em: <https://mozlivinglibrary.files.wordpress.com/2014/02/grade-11-program.pdf>

Lucena, M. I. P. (2004). Avaliação no Ensino de Línguas e contemporaneidade: Em busca de uma Re-Significação. *VII CONGRESSO BRASILEIRO DE LINGÜÍSTICA APLICADA - 2004 ALAB* - Associação de Linguística Aplicada do Brasil UFSC/CA – UFRGS.
Disponível em:

https://www.google.com/search?client=opera&hs=Mr9&ei=N809XZGXNqOL1fAPmJ60oAs&q=Avalia%C3%A7%C3%A3o+no+Ensino+de+Linguas+e+contemporaneidade%3A+Em+busca+de+uma+ReSignifica%C3%A7%C3%A3o.&oq=Avalia%C3%A7%C3%A3o+no+Ensino+de+Linguas+e+contemporaneidade%3A+Em+busca+de+uma+Re-Significa%C3%A7%C3%A3o.&gs_l=psy-ab.3...110794.121624..122876...0.0..1.5040.15530.9-4.....0....1j2..gws-wiz.....0..0i71.9aj2wUMxTo0&ved=0ahUKEwjRjoilhNjjAhWjRRUIHRgPDbQQ4dUDCAo&uact=5#

Marx, K., & Engels, F. (2001). *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins.

Pacheco, J. A. (2011). Currículo e gestão escolar no contexto das políticas educacionais. *RBPAE*, 27(3), 377-390.

Paiva, V. M. A. S. (2016). Avaliação da Língua Inglesa na sala de aula – Uma construção coletiva. Lagoa Nova: Edufrn. Disponível em:

<https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/21451/1/Avaliação%20de%20Língua%20Inglesa%20na%20sala%20de%20aula%20%28livro%20digital%29.pdf>

Pinto, J. A. L. (2010). Estratégias didáticas no ensino/aprendizagem de uma L2. In *Contributos para a Formação contínua de Professores de Português L2 em Cabo Verde: Dificuldades perante uma estratégia inovadora*. (Tese de Doutoramento). USC, Santiago de Compostela.

Santos, M. O. G. (2011). Noções Introdutórias Sobre o Processo de Planeamento. Disponível em:

https://www.google.com/search?client=opera&ei=o9U9Xa6wF72e1fAP4oK_yA4&q=Santos%2C+M.+O.+G.+%282011%29.+No%C3%A7%C3%B5es+Introdu%C3%B3rias+Sobre+o+Processo+de+Planeamento&oq=Santos%2C+M.+O.+G.+%282011%29.+No%C3%A7%C3%B5es+Introdu%C3%B3rias+Sobre+o+Processo+de+Planeamento&gs_l=psy-ab.3...8663.20675..21897...0.0..0.0.0.....4....1j2..gws-wiz.....0.RusCMx3BQ88&ved=0ahUKEwjfG0jNjjAhU9TxUIHWLBD-kQ4dUDCAo&uact=5#

Silva, M. C. V. (2013). A aquisição de uma Língua Segunda: muitas questões e algumas respostas. Disponível em:

https://www.google.com/search?client=opera&ei=2849Xa2uD6HrxgP4hI2IDQ&q=Santos%2C+M.+O.+G.+%282011%29.+No%C3%A7%C3%B5es+Introdu%C3%B3rias+Sobre+o+Processo+de+Planeamento&oq=Santos%2C+M.+O.+G.+%282011%29.+No%C3%A7%C3%B5es+Introdu%C3%B3rias+Sobre+o+Processo+de+Planeamento&gs_l=psy-ab.3...20919.36759..37965...0.0..1.5222.20790.9-4.....0....1j2..gws-wiz.....0..0i71.HiXIBM8NUuU&ved=0ahUKEwjth4TthdjjAhWhtXEKHhCA9EQ4dUDCAo&uact=5#

The rape in the periphery in Rio de Janeiro, Brazil: students' social representations and teachers' praxis

O estupro na periferia do Rio de Janeiro, Brasil: representações sociais dos estudantes e práxis docente

GONZAGA, Luciano Luz²; & LANNES, Denise³

Abstract

Official data say that young residents of periphery are disproportionately affected by violence and that young black youth have 2.5 more chances of being killed when compared to a young white youth. Thus, this paper focuses on a research that aimed to identify social representations about urban violence between non-white students living in areas dominated by paramilitary forces. The structural approach of the representations proposed by Abric. The data were collected by means of a Free Word Association Test and processed using the EVOC software. The results showed that rape is the main offense with strong association to robbery and femicide of black women.

Resumo

Dados oficiais informam que os jovens residentes na periferia são desproporcionalmente afetados pela violência e que os jovens negros têm 2,5 vezes mais chances de serem mortos quando comparados aos jovens brancos. Assim, este artigo enfoca uma pesquisa que teve como objetivo identificar as representações sociais sobre a violência urbana entre estudantes não-brancos que vivem em áreas dominadas por forças paramilitares. A abordagem estrutural das representações sociais é proposta por Abric. Os dados foram coletados por meio de um Teste de Associação Livre de Palavras e processados no software EVOC. Os resultados mostraram que o estupro é a principal causa com forte associação ao roubo e feminicídio de mulheres negras.

Palavras-chave: *Estupro; Representações Sociais; Femicídio; Periferia.*

Key-words: *Rape; Social Representation; Femicide; Periphery.*

Data de submissão: janeiro de 2019 | **Data de publicação:** março de 2010.

² LUCIANO LUZ GONZAGA – Municipal Department of Education of the Municipality of Belford Roxo, BRAZIL. E-mail: Gonzaga@bioqmed.ufrj.br

³ DENISE LANNES – Federal University of Rio de Janeiro, BRAZIL. E-mail: lannes@bioqmed.ufrj.br

THE RAPE IN THE PERIPHERY IN RIO DE JANEIRO, BRAZIL

Students' social representations and teachers' praxis

In Brazil, the violence among youngers, in the age group between 15 and 29 years old, victims of homicides and gender violence has been becoming one of the most worrying contemporary issues, afflicting, particularly, the youngers who live in dominated areas by paramilitaries and therefore are daily exposed to different kinds of urban violence.

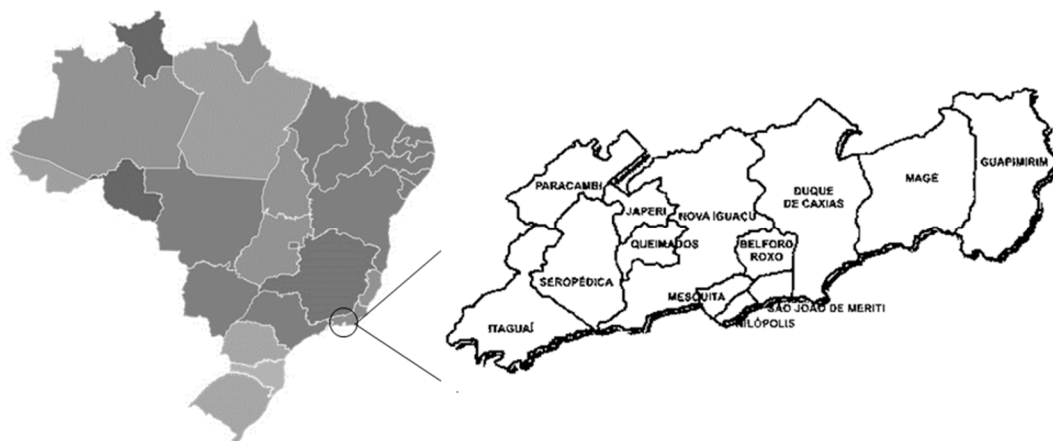
The most common case of urban violence that we are going to approach in this article is the rape, defined by the Article 213 of the Brazilian Penal Code as the act of “embarrassing someone, through violence or severe threat to have carnal conjunction or to practice or allow through this the practicing other libidinous act” (Brazil, 2009).

Official Brazilian data evaluate, even considering the police sub-notification, an average estimate of 822 to 1,370 rapes a day in Brazil (Atlas of Violence, 2019).

In the estate of Rio de Janeiro, from January to July of 2019, were notified 3.132 rape cases, it means a raise of 2.8% compared to the same period recorded in 2018 (Estado do Rio de Janeiro-ISP, 2019). Notably, in the region known as Baixada Fluminense, there were 1,088 rape notifications.

It is pertinent to inform that from the 13 municipalities that composes the region Baixada Fluminense (Figure 1), 11 are in the list of the of the 100 cities with the major number of violent lethality in Brazil (Atlas da Violência, 2019).

Figure 1 – Geographical distribution of the municipalities that composes the Region of Baixada Fluminense, Rio de Janeiro state – Brazil.



Source: Favela News Agency, 2018.

According to the “Dossiê Mulher 2016” (Woman Dossier, 2016) from Public Security Institute, the region of Baixada Fluminense registered 1,088 cases of rape in the year of 2015, corresponding to 26% of the total number of rape cases in the state of Rio de Janeiro (Table 1).

Table 1- Ratio number of rapes in the municipalities of Baixada Fluminense, State of Rio de Janeiro, Brazil, 2015.

Municipalities of Baixada Fluminense	Rapes in 2015
Belford Roxo	115
Duque de Caxias	221
Guapimirim	16
Itaguaí	41
Japeri	41
Magé	77
Mesquita	48
Nilópolis	40
Nova Iguaçu	287
Paracambi	14
Queimados	51
São João de Meriti	113
Seropédica	24
Total	1.088

Source: Brazilian Public Security Forum⁴.

Belford Roxo presents, in the region of Baixada Fluminense, 10,6% of the rape cases in the year of 2015. From January 2016 to January 2017, the police station of Belford Roxo registered 125 cases of people who were sexually assaulted (Estado do Rio de Janeiro, ISP, 2019), an increase of 8%.

1.1. *Brazilian legislation*

The title of the law VI nº 12.015 of the Brazilian Penal Code, created on August 7th, 2009, modifies the previous literature that predicted rape as a penal action crime to public action crime.

⁴ From: <http://www.forumseguranca.org.br>.

Recently, in the year of 2019, the Brazilian Federal Government made effective changes to the Maria da Penha Law (Law 11.340/06). Some measures adopted included: i) the aggressor will be immediately removed from the victim's home; ii) the aggressor will pay all medical expenses; iii) the aggressor will not have provisional release; and iv) the judge shall be notified within 24 hours about the crime and shall decide, within the same period, on the maintenance or revocation of the applied measure, and also shall inform the Public Prosecutor concurrently (Brazil, 2019).

Moreover, the Lei Minuto Seguinte (Following Minute Law) (12.845/13) lists:

The hospitals must offer to the victims of sexual violence integral and multidisciplinary emergency medical care, aiming the control and the treatment of physical and psychic injuries due to the sexual violence, and referral to social assistance (Art1º); mandatory medical care in all hospitals that integrate the Health Unic System (Public Unic System of Health) (Art. 3º) (Brazil, 2013).

However, despite being clearly conceptualized in the Brazilian Laws, it seems to exist a tendency of relativizing the rape by doubting its merit. This is because it is not uncommon (even ignoble) the supposition that the victim may have facilitated the crime because of “her strong sexual appeal clothing, malicious attitudes, and risky sexual conduct” (Rodrigues, 2016, p.44).

Tuerkheimer (2004, p.962) acknowledges that the slowness of the penal imputability of the perpetrator “undermines the victim's credibility, obscures the batterer's motive and breeds juror apathy”, generating, therefore, in lack of reporting a significant portion of rape cases that occur in homes.

Before the Laws that criminalize the gender violence, some questions become pressing: why does the rape rate not decrease? Why do many women still scream silently in the alcoves of home? How does school must act in the deconstruction of rape culture? How must we discuss the violence theme in schools without a reductionist approach?

Thus, the purpose of this article is not to have the pretension of providing all answers but to identify among the elementary school students, in a school located in Baixada Fluminense, the socially elaborated and shared knowledge about the inductor term “Urban Violence” and, based on this information, what attitudes teachers, who act in this context, should approach in their pedagogical practices.

Hence, the main objective of this paper consists in identifying the set of explanations, beliefs and ideas about a given event. The Social Representations Theory, idealized by Serge Moscovici, in 1961, was appropriated as theoretical basis for this research.

1.2. *Social Representation Theory*

The choice for this theoretical contribution is due to its characteristics of trying to explain the men phenomena from a collective perspective, without losing sight of the individualist action on the object of representation.

Therefore, the Social Representation Theory is related to the comprehension of the symbolic exchanging in interpersonal relationships developed in different social environments.

The Social Representations “guide us in how we jointly name and define the different aspects of daily reality, how we interpret these aspects, make decisions, and eventually stand defensively against them” (Jodelet, 2001, p. 17).

Starting with a more conceptual character, Denise Jodelet (2001) states that the Social Representation designates a phenomenon of dynamics, daily and informal production of knowledge, common sense knowledge, understanding or the mastery of the social, material, and ideal environmental of such group.

According to the creator of the theory, the Theory of Social Representations occurs due to two phenomena interconnected: objectification and anchoring (Moscovici, 2003).

In Jodelet’s consideration (1984 apud Sá, 1995, p. 37) anchoring occurs “by the cognitive integration of the represented object, ideas, events, people etc. to a preexisting social thinking system and the implicated information”. Therefore, anchoring is to classify and assimilates to a categorization process, once it attributes to objects a specific place in a network meaning (Moscovici, 1984).

The objectification, for its turn, is responsible for the images formations in which abstract notion are transformed in something concrete, familiar and almost tangible. Moscovici (1978, p.111) states that objectification “is also transplant to the level of observation what were only inferences or symbols”.

Therefore, “the social representations have as objective abstract meaning from the world and introduce order and perception that reproduce the world in a meaningful way” (Moscovici, 2004, p.46).

2. METHOD: RESEARCH CONTEXT

This research was conducted in a school unit in the municipality of Belford Roxo, Baixada Fluminense Region, which is 37 km from the capital of Rio de Janeiro, having geographic coordinates: 22.765011 latitude and 43.398602 longitude.

For this research we chose a non-probabilistic sample of intentional choice, considering the knowledge of the researcher about the investigated context.

Participants

Participants were 8th and 9th students and all teachers who work with these students in a public school located in the municipality of Belford Roxo, Rio de Janeiro state, Brazil.

The average age of the students is 14,1 years old (standard deviation= 0,72). Of these, 43 were males and 48 females, composing a sample of 91 people (89% of the enrolled students for the above-mentioned school years). Of these, 32 (35,2%) self-declare Caucasian, 37 (40,6%) brown and 21 (24,2%) black.

Regarding the teachers: the average of age is 44,2 years (standard deviation= 11,1). Of these, 11 were females (64,7%) and six males (35,3%), totaling 17 participants teachers (100%). The average teaching time is 19,9 years (standard deviation= 9,8). Eight teachers (45%) self-declare Caucasian, four (23,5%) brown, and five black (29,5%).

Data collection and analysis

It was applied to the students a Free Words Association Test (FWAT), which allows the person to speak and write words that pop up to his mind after being stimulated by a word or an inducing expression.

The word association methodology is closely linked to the historic development of Psychological and Psychiatric. Francis Galton (1879/80) was the first person to build an association word list, however, it was Freud that, in collaborating with Breuer, who introduced in 1895 the “free association” as a therapeutic method and Jung used it as a diagnostic method to reveal the “complex” (Merten, 1992).

Since the 80's, the technique of Free Words Association is used in Social Psychological researches context, with emphasis on Social Representation, being part of projective technique, guided by the hypothesis that psychological structure of personal subject becomes conscious through conducts, reactions, evocations, choices and creations manifest. Nowadays, this technique is one of more used in order to determine the individual's cognitive structures about concepts, analysing the links between them (Kurt et al. 2013).

In this research, the inductor stimulus used was the term ‘urban violence’. Hence, we have requested to the 91 students to list the first six words that popped up on their minds, linked to inducing expression in five minutes.

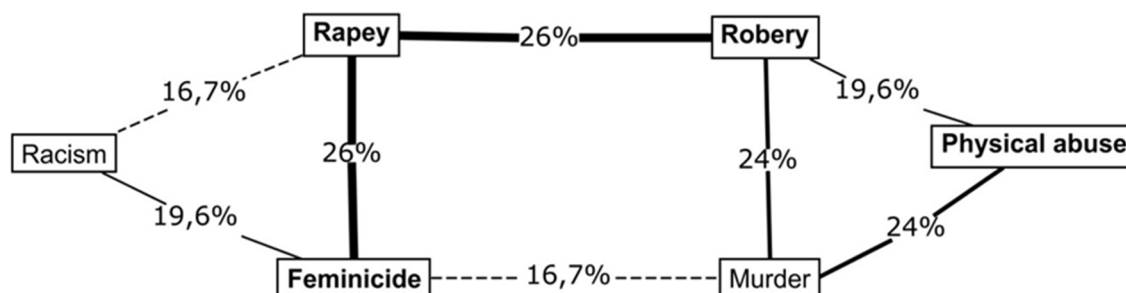
The evoked answers were analysed and treated by Evocation 2003® software (Vergès, Scano & Junique, 2002) which offers the prototype analysis of representation, it means, the frequency and prevalence of evoked words and cooccurrence between the words. The co-occurrence allows the visualization of Social Representation organization through the connexion strength of evoked elements.

With regards to teachers, it was applied a questionnaire with ten assertive questions about the thematic of rape and its praxis. For each assertive question, we attempted to verify the level of concordance using, for it, the Likert scale (Likert, 1932).

3. RESULTS AND DISCUSSION

The prototype analysis of students evocations about the inductor stimulus “urban violence” revealed with more frequency (f) and prevalence (AOE) the following evocations: Femicide (f=20; AOE= 3,55), Rape (f=19; AOE= 3,26), (f=20; AOE= 3,55), Robbery (f=17; AOE= 2,57), Physical Aggression (f= 13; AOE= 2,38) and Prejudice (f= 12; AOE=3,33). However, when we verify the strength of the connection with the other evoked words, we notice that the term “rape” is the one that supports the social representation about urban violence (Figure 2).

Figure 2 - Coocurrence analysis of the words evoked in the Social Representation about the inducing term “urban violence” by elementary school students from a public school in Belford Roxo, Rio de Janeiro, Brazil.



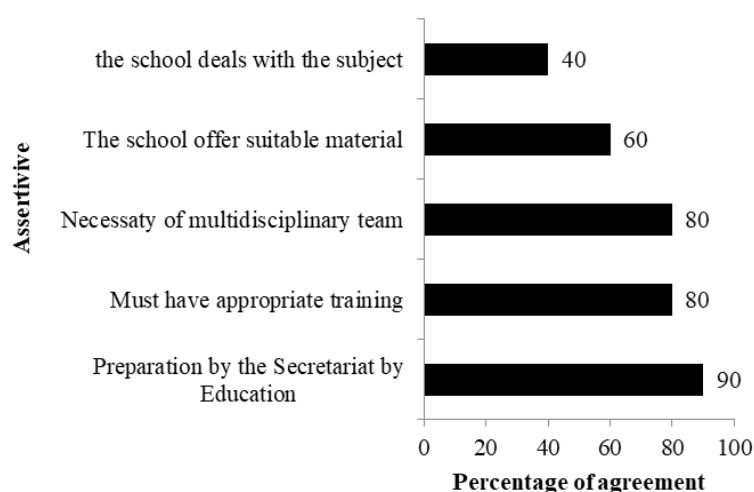
In the figure: words in bold are those that had highest frequency and prevalence.

For the adolescents in this research, rape is strongly associated to the death of the black woman. It seems that this data goes aligns with Andrade’s research (2018), which states openly that black woman is preference victim of rape crime in the possible genesis of this preference, rape, particularly on Brazilian black women, seems to have source on slavery heritage where the slaved women belongs to the buyer and was “treated as commodity that provided sexual services and generated children who would be new slaves” (Silva, 2017, p.544).

Another verified relation on image 2 is the rape summed with robbery and murder, typified as heinous crime in which the rubbered victim is sexual abused and then assassinated. In this case it is important to be understood that robbery followed assassination is a situation that, by its own, needs a special attention. Moreover, when associated to rape, it is revealed that is a crime practiced by perpetrator with psychopathic personality (Debwska et al; 2015; Laws, 2016; Watts, Bowes, Latzman, & Lilienfeld, 2017).

Since crime of rape has been being recurring in an age range of adolescents and youngers in scholar age, what do primary teachers who teaches for this group, think about this theme in their praxis?

Figure 3 reveals the assertive that present the highest degree of agreement about the theme ‘rape’ in the teachers’ professional practice.

Figure 3 – Relations of the assertive with their respective percentage of agreement.

Hence, 80% of teachers in this research agree that the theme rape is relevant, but there is a dissent about the fact of the discussion about this theme in pedagogic meetings.

Although a significant portion (80%) agreed that the theme is relevant, just 40% states that they have appropriate training, and as a result, they feel that need to be trained about the theme by local Educational Government Department (90%).

80% of teachers prefer a multidisciplinary team, like psychologists, social assistants and nurses to, effectively, contribute to encourage the fight against this kind of violence.

In a spontaneous speech and without being questioned by researchers, two teachers, willingly, resolved talk about the theme.

In the first case, a 47 years old teacher confessed she was sexual abused by her stepfather when she was a child and stated that this image seems to be crystalized in her mind and states she was not able to approach this theme with her class. When the same teacher suspicious that a child maybe could be passing for something like this, she immediately tries to change the subject as a scape mechanism, as a way for not remembering the awful moments she lived with her stepfather.

The 2nd case is about a 44 years old teacher that stated he has a very catholic family and, because he was also catholic, he used to help the priest on his religious activities. At any given time, when he was very young, the priest molested him. In the beginning, he thought that was normal, by the way, the priest used to be a very dear person on his family and community, however, the attacks increased until the penetration

moment... “Nowadays I confess that my link with God and with church is not the same anymore. I cannot get in a church without remembering the episode” (Teacher, 44 years old).

Situations like that are not rare, so, how to approach the sexuality theme in Brazilian schools, since the century XX, is not a new proposal, although there is a resistance by part of some conservatives.

Normative documents, like *Parâmetros Curriculares Nacionais* (from Brazilian Portuguese National Curriculum Parameters), for example, propose that Sexual Orientation theme be transversally discussed in the classroom.

However, the difficulty of transversality verified in Brazil, aligns with the observations of Martinez-Alvarez and his co-workers collaborators (2012) when they noticed that something similar happened in Spanish Schools like: lack of specific formation, mismatch between teachers ideas, lack of sexual monitoring of sexual practice, lack of structure, disinterest about the theme and, mainly, lack of educational policy that incorporates the theme to the curriculum, not just in a specific course.

What is currently being discussed is whether the school intervention could empower children to identify possible abuses and avoid a consequent school dropout.

At Rozina Karmaliani’s and collaborators opinion, who worked with more than 1700 Pakistanis children, the intervention by itself is not able to change all parts of a child’s life but may empower them to be more assertive, strengthen their school performance and engage with the learning (Karmaliani et al, 2017).

4. FINAL CONSIDERATIONS

Through this research, it was possible to observe that crimes against sexual dignity underwent several important changes since its initial classification as “Crimes against costumes and tradition”, with a noticeable evolution in its practical application. However, among the various type of violence, rape is the one that more grow statistically between young black women living in areas dominated by paramilitary force.

The rape naturalization, sometimes through media discourse, sometimes in daily practice by these young people seems to constitute the Social Representation genesis about the inductive term “urban violence”.

We believe that an effective and non-stop partnership with healthy agencies and with Public Ministry could reach a most affective action about rape in school or any social interaction place.

It is known that teachers and other teaching professionals have the responsibility to communicate the competent authorities about any violence case or abuse against students under 18 (Law 8.069/90). But how to exercise efficiently this vigilance role, if many teachers are not capable to recognize the signs that children may be a victim of violence – especially in sexual situations – or be sure that they won't suffer any retaliation by the perpetrator?

In that way, we believe that continued education to the teachers about the theme and constant permanence of a multidisciplinary team will contribute significantly to the prevention process to succeed.

REFERENCES

- Andrade, M. M. V. (2018). Feminist perspectives in criminology: the interseccionality of gender, race and class in rape analysis. *Brazilian Journal of Criminal Sciences*, 146(1), 435-455.
- Atlas of violence. (2019). *Institute of Applied Economic Research; Brazilian Forum of Public Security. Brasilia: Rio de Janeiro: Sao Paulo: Institute of Applied Economic Research; Brazilian Forum of Public Security*. Available: <http://www.ipea.gov.br>
- Debowska, A., Boduszek, D., Dhingra, K., & Meller-Prunska, A. (2014). The role of psychopathy and exposure to violence in accepting the rape myth. *Journal of interpersonal violence*, 30(15). doi.org/10.1177/0886260514553635.
- Favela News Agency - ANF. *Baixada Fluminense, the periphery of the state*. Available: <http://www.anf.org.br/>
- Institute of Public Security (2019). *Dossier woman*. Available: www.isp.rj.gov.br.
- Karmaliani, R., Mcfarlane, J., Somani, R., Khuwaja, H. M. A., Bhamani, S. S., Ali, T. S., Gulzar, S., Somani, Y., Chirwa, E. D., & Jewkes, R. (2017). Peer violence perpetration and victimization: Prevalence, associated factors and pathways among 1752 sixth grade boys and girls in schools in Pakistan. *PLoS ONE*, 12 (8): e0180833. /doi.org/10.1371

- Kurt, H., Ekici, G., Aksu, Ö., & Aktaş, M. (2013). Determining Cognitive Structures and Alternative Conceptions on the Concept of Reproduction (The Case of Pre-Service Biology Teachers). *Creative Education*, 4(9), 572-587.
- Jodelet, D. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. In D. Jodelet (Ed.), *As representações sociais* (pp. 17-44). Rio de Janeiro: UERJ.
- Laws, D. R. (2016). The Laws of the Sexual Psychopath / Predator: Legal Construction of Deviance. In: *Social Control of Sex Offenders*. Palgrave Macmillan, Londres. doi:10.1057/978-1-137-39126-1_5.
- Likert, R. (1932). A Technique for Attitude Measurement. *Archives of Psychology*, 140(55), 1-53.
- Martinez-Alvarez, J. L., Carcedo, R. J., Fuertes, A., Vicario-Molina, I., Fernández-Fuertes, A.A, Orgaz, B. (2012). Sex education in Spain: teachers' view of obstacles. *Sex Education: Sexuality, Society and Learning*, 12 (4), 425 - 436. doi: 10.1080 / 14681811.2012.691876.
- Merten, T. The Word Association (1992). Test in Psychology and Psychiatry: History, Method and Results. *Psychological Analysis*, 4 (X), p. 531-541.
- Moscovici, S. (1984). The phenomenon of social representations. In R. M. Farr & S. Moscovici (Eds.), *Social representations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Moscovici, S. (2003). O fenômeno das representações sociais. In S. Moscovici (Ed.), *Representações sociais: investigações em psicologia social* (pp. 29-109). Petrópolis: Vozes.
- Rodrigues, D. S. (2016). The public expressions for combating cultural and political inequalities: evidences of rape culture in the XXI century. *Revista Espaço Acadêmico (Academic Space Journal)*, 183, p. 39-50.
- Silva, C. V. (2017). Women, race and class. *Ser social (Social being)*. 19(41), 543-547.
- Tuerkheimer, D. (2004). Recognizing and remedying the harm of battering: a Call to criminalize domestic violence. *Journal of Criminal Law and Criminology*, 94(4), 994-1032.
- Vergès, P., Scano, S., & Junique, C. (2002). *Ensembles de programmes permettant l'analyse des evocations*. Aix en Provence, France: Université de Provence.
- Watts, A., Bowes, S. M., Latzman, R. D., & Lilienfeld, S. (2017). Psychopathic traits predict harsh attitudes toward rape victims among undergraduate students. *Personality and individual differences*, 106(1), 1-5. doi.org/10.1016/j.paid.2016.10.022.

REFLEXÃO SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES NO ENSINO SUPERIOR UTILIZANDO A EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO “DE PAR EM PAR”

*Reflection on the pedagogical practices of teachers in higher education using
the “Par em par” training experience*

MECUPALE, Albertina Cudiqueba⁵

Abstract

O presente estudo tem como linha de pesquisa a formação e profissionalização docente, como temática de estudo a formação contínua de professores. O objetivo geral é analisar o contributo que uma ação de formação contínua, através da observação de aulas em parceria pode trazer para a melhoria do desempenho profissional dos professores. A pesquisa parte do entendimento que a ação de formação é uma forma de reflexão sobre a preparação pedagógica dos docentes que lecionam no ensino superior. O estudo insere – se no paradigma interpretativo, metodologia qualitativa, a observação de aulas em parceria e entrevista semi-estruturada. Os resultados mostram, o impacto a nível da reflexão prática do trabalho docente em parceria.

Resumo

The present study has as research line the formation and professionalization of teachers, as the study theme the continuous formation of teachers. The general objective is to analyze the contribution that a continuous training action, through the observation of partnership classes can make to the improvement of the teachers professional performance. The research starts from the understanding that the formation action is a form of reflection on the pedagogical preparation of the teachers who teach in higher education. The study is inserted in the interpretative paradigm, qualitative methodology, the observation of partnership classes and semi - structured interview. The results show the impact on the practical reflection of the teaching work in partnership.

Palavras-chave: *Práticas pedagógicas; formação docente; conhecimento pedagógico; ensino superior.*

Key-words: *Pedagogical practices; teacher education; pedagogical knowledge; higher education.*

Data de submissão: janeiro de 2020 | **Data de publicação:** março de 2020.

⁵ ALBERTINA CUDIQUEBA MECUPALE – Departamento de Práticas Pedagógicas do Instituto Superior de Serviço Social, ANGOLA. E-mail: albemecupale@gmail.com

INTRODUÇÃO

A reflexão sobre a formação do professor no ensino superior e a sua atuação didática pedagógica constitui o eixo central deste trabalho, por acreditarmos na sua importância para a qualidade da aprendizagem e desempenho profissional.

O avanço dos conhecimentos na área da educação e do ensino no século XXI tornou obrigatório o seu reconhecimento no quadro da educação superior. Assim, nos últimos anos, a preocupação com o desempenho dos docentes que atuam no ensino superior assume importância. Sabemos que os professores para atuarem no ensino primário recebem uma formação pedagógica a nível dos magistérios e para atuarem no pré-universitário e médio recebem uma formação pedagógica a nível dos institutos superiores de formação de professores.

As instituições de ensino superior desempenham um papel de suma importância, na medida em que lhes compete ao mais alto nível a formação dos recursos humanos, de modo a poder responder às exigências de uma sociedade moderna e assim contribuir para o desenvolvimento da sociedade. Neste contexto, as instituições de ensino superior são consideradas a chave para incrementar a competitividade e qualidade de vida e simultaneamente acompanhar um mundo em permanente transformação.

O facto de não existir uma formação pedagógica para os docentes especialistas de diferentes áreas, que atuam no ensino superior, quer nos anos iniciais, quer no decorrer das suas atividades docentes, tem permitido que algumas práticas pedagógicas que não eram visíveis a nível das suas atividades são hoje visíveis e muitas delas reprovadas. A observação de aulas em parceria tem o potencial de facilitar e promover o novo paradigma: esta prática é um meio eficiente de transformação das práticas pedagógicas, é uma atividade de desenvolvimento colaborativo, em que os profissionais oferecem apoio mútuo através da observação das suas aulas, explicam e discutem o que observam, partilham ideias acerca do ensino. Recolhem as impressões dos estudantes na eficiência do ensino, refletem na aprendizagem, sentimentos, ações e experimentem novas ideias (Roldão, 2005).

Os requisitos básicos legais para a atividade docente no ensino superior não tem merecido a devida atenção, visto que, é comum nas nossas instituições públicas e privadas encontrarmos docentes licenciados, assistentes estagiários no exercício da ação docente sem qualquer acompanhamento de um professor auxiliar ou titular no período de indução ou de familiarização com a atividade docente (Flores, 2002).

Na perspectiva de Gil (2009), a preparação especializada na matéria, o conhecimento geral e o conhecimento pedagógico, são indispensáveis para o trabalho docente no ensino superior. Porém, o ingresso para a carreira docente condicionado apenas aos requisitos legais, ao conhecimento especializado e o conhecimento pedagógico como matéria que o professor poderá adquirir durante o exercício da atividade docente, na prática com “leituras e cursos específicos”.

O conhecimento pedagógico remete o docente para o conhecimento da estrutura e funcionamento do ensino superior, conhecimentos sobre os objetivos do ensino superior, as perspectivas e objetivos do curso para que possa contextualizar os conteúdos e os objetivos, a realidade social onde estão inseridos, facilitando a problematização, reflexão e a investigação; as habilidades pedagógicas, exigem do professor conhecimento sobre a estrutura da aula, atividade que envolve requisitos a que Perrenoud (1999); Zabalza (2003) e Boterf (1995) chamam de competências profissionais docente, a capacidade de planificação do ensino e aprendizagem. No processo de planificação, o professor seleciona os conteúdos, os métodos de ensino a utilizar no ensino de uma determinada temática e contexto, seleciona as técnicas de avaliação, os recursos necessários para o ensino. São ainda competências do professor do ensino superior a capacidade de investigação científica.

A aprendizagem é um processo complexo, por envolver estruturas das funções fisiológicas e psicológicas do individuo que se dispõe a aprender, muitas vezes ignoradas pelo professor, que pensa que ter domínio do conteúdo e aplicar um determinado método seja suficiente para que os alunos aprendam. A complexidade do processo de ensino reside, entre outros fatores, no facto dos alunos não aprenderem da mesma forma. A utilização de métodos e técnicas de avaliação para todos é uma forma de exclusão e pode levar a baixo rendimento académico.

O isolamento acadêmico que se verifica nas instituições do ensino superior entre os docentes, em nada ajuda a concretização dos objetivos do ensino superior sobre os conhecimentos pedagógicos que o docente deve desenvolver durante o período de desenvolvimento profissional. O estudo sobre a reflexão das práticas pedagógicas utilizando a experiência de “par em par”, vem promover um debate aberto sobre questões ligadas a competência pedagógica e a solidariedade acadêmica.

Nóvoa (2007) destaca o trabalho colaborativo e em equipa, como novas competências assentes na supervisão pedagógica e para a avaliação dos professores. Com estas novas competências, o professor é chamado a refletir sobre a ação e na ação que realiza (Alarcão & Tavares, 2003).

O projeto de “par em par” remete os professores para uma reflexão obrigatória já que o professor partilha suas práticas e o que pensa sobre elas e a prática dos colegas ensinando e aprendendo simultaneamente.

1. MODELO ORGANIZATIVO DO PROJETO DE “PAR EM PAR”

Este projeto é baseado no trabalho de Mouraz (2010/2011). O modelo organizativo proposto para gerir a observação de aulas em parceria no Instituto Superior de Serviço Social, está dividido em três níveis como o exemplificado no quadro nº 1. O coordenador geral centraliza a comunicação entre os diversos intervenientes. Sendo este papel desempenhado pela investigadora. Compete-lhe além do mais, fornecer todo o material para a realização da observação de aulas, gerir o emparelhamento dos duetos e o calendário geral de observações e finalmente coligir os respetivos comentários em um relatório. Os interlocutores dos departamentos estão encarregues de divulgar o programa dentro do seu próprio departamento, recrutar e prestar informações aos participantes.

Quadro 1: Organigrama do programa de observação de aulas da experiência “De Par em Par no instituto superior de serviço social”.

Local	Observado	Observador DEP.SS	Observador DEP.EI
DEP. SS	A	B	C
DEP. SS	B	A	D
DEP. EI	C	A	D
DEP. EI	D	B	C

O modelo de observação de pares proposto tem como base fundamental um quarteto composto por dois duetos de docentes, de diferentes departamentos, como esquematizado no quadro 1.

Os membros de um quarteto funcionam simultaneamente como observadores e observados. Cada docente é observado uma vez e observa duas aulas, uma do colega do seu próprio departamento e outra de um colega do departamento parceira.

O coordenador que fica encarregue de:

- Promover e gerir a troca de informação entre os observadores/observados;
- Organizar o calendário de observações;
- Recolher as fichas de observação e reencaminhá-las, salvaguardando o anonimato dos docentes.

2. OBSERVAÇÃO DE AULAS EM PARCERIA

Segundo Reis (2011), a observação de aulas em parceria tem três momentos distintos, em que observadores e observados se encontram: antes, durante e depois das aulas. Antes o docente observado transmite aos seus observadores (via email ou presencialmente) o necessário para contextualizar a observação (ficha de unidade curricular, integração no plano de estudos, características da turma, etc.). Durante a observação, os observadores preenchem a ficha de observação

Depois da aula observada (imediatamente a seguir, preferencialmente), observado e observadores reúnem para avaliação dos pontos fortes e fracos detetados na aula, propondo melhorias dos mesmos e promovendo a troca de experiências. As cópias das fichas de observação preenchidas são analisadas e interpretadas.

Das três fases enunciadas, o momento *depois* é o de maior significado, pois é durante a discussão entre observado e observadores que se processa a análise que poderá conduzir à melhoria das práticas pedagógicas e tomada de consciência pelo docente observado. O mero preenchimento da grelha de observação é demasiado formal para poder contribuir significativamente para a melhoria pessoal e profissional dos docentes.

Assim sendo foram definidas as seguintes questões de investigação:

- Qual o perfil dos participantes da experiência da ação de formação de par em par?
- De que forma é que a ação de formação de par em par pode melhorar o desempenho pedagógico dos docentes do ensino superior.
- Qual é a perceção dos docentes sobre o impacto do projeto na sua prática pedagógica?

Para levar adiante o projeto trabalharemos com 4 quatro professores sendo dois do departamento de serviço social e dois do departamento de Educação de infância. Para tal formulamos os seguintes objetivos:

- Objetivo geral: investigar o contributo que a ação de formação de par em par pode dar para a melhoria do desempenho profissional dos professores do ensino superior;
- Objetivos específicos: caracterizar o perfil dos docentes do ensino superior participantes na ação de formação de observação de aulas em parceria;
- Melhorar a prática pedagógica e o desenvolvimento profissional dos docentes participantes na ação de formação em parceria;
- Descrever o pensamento dos docentes sobre o impacto do projeto na sua prática pedagógica;
- Informar os institutos superiores das áreas de interesse para novas ações de formação, face as lacunas detetadas nas observações realizadas.

O presente trabalho apresenta-se com uma introdução onde levamos a cabo a justificação do problema, motivação para realização do trabalho, formulação e apresentação da problemática a trabalhar, relevância teórica, questões orientadoras, objetivos de investigação bem como uma breve explicação do modelo organizativo do projeto de par em par baseado no trabalho de Mouraz (níveis orgânicos, organigrama do programa de par em par no Instituto Superior de Serviço Social onde se realizou o trabalho). Assim como um breve esclarecimento sobre a principal técnica de recolha dos dados para este trabalho.

3. PARADIGMA DE INVESTIGAÇÃO

Para o presente projeto optamos por uma investigação no paradigma sócio crítico, também chamado por emancipatório, de tendências visíveis, na opinião de Lather (1992), participatório, freiriano (Freire, 1992).

Participantes

A seleção dos participantes não foi casual, tendo em base dois critérios: os pares pertencerem a departamentos diferentes e serem professores efetivos da instituição para que estes possam participar em projetos do género já que com uma certa experiência em projetos colaborativos como o projeto que levamos acabo.

Selecionamos quatro professores sendo dois do departamento de serviço social (DPSS) e dois do departamento de Educação de Infância (DPEI) com idades compreendidas entre os 35 anos e 55 anos, sendo 2 (dois) do sexo feminino e 2 (dois) do sexo masculino; coincidentemente um senhor e uma senhora para cada departamento, todos possuem licenciatura como qualificação de base e um deles é doutorado.

Para garantir a confidencialidade dos participantes, identificamos os participantes como P1; P2; P3 e P4. Apesar de a amostra não ser representativa e por isso não possamos generalizar as conclusões, podemos considerá-la adequada aos objetivos estabelecidos.

Analisando os dados apresentados pode-se afirmar que o projeto de par em par além de elevar a reflexão e potenciar a colaboração entre os colegas também permite conhecer o nível de desenvolvimento intelectual, as capacidades ou competências de atuação e o nível de conhecimentos didáticos pedagógicos de cada docente participante deste projeto.

4. RESULTADOS/DISCUSSÃO

Este estudo empírico, realizado num determinado tempo e contexto, teve como pretensão elucidar sobre a formação dos professores do ensino superior partindo da reflexão de suas práticas pedagógicas dando relevância ao trabalho colaborativo a autoavaliação, formação especializada para atividade docente, que efeito pode ter no desempenho dos professores. Posteriormente pretendemos confrontar os dados obtidos com a teoria especializada enunciada no enquadramento teórico que suporta este estudo.

Foram observadas as aulas dos participantes conforme distribuição na tabela 1 e inqueridos os participantes, o que mereceu análise a partir das questões de investigação que estabelecemos e sobre as quais vai recair a análise qualitativa dos dados a saber.

Numa breve análise e apreciação dos dados recolhidos é importante realçar a relevância dos conhecimentos e experiências adquiridas durante o período de formação inicial. Os dados recolhidos mostram que essa experiência influencia de forma positiva para o exercício das atividades práticas como docente.

A pesquisa mostra o potencial do participante 3 que é formado em pedagogia e teve uma formação inicial acompanhada para o exercício da atividade docente educativa. Nas suas intervenções, isto é, nas aulas observadas foi bastante pontual em suas opiniões destacando os aspetos técnicos ligados ao processo de ensino e aprendizagem, aspetos que só um técnico profissional em educação conhece. Também ficou bem patente a sua experiência como profissional na sua de aula tendo em conta a técnica escolhida para o desenvolvimento da mesma.

A técnica Phillipp 6/6 é uma técnica de realização de atividade em que o professor organiza a turma em grupo de seis (6) com um secretário e um redator onde os grupos discutem os mesmo temas ou temas diferentes, permitindo assim ao professor transmitir um volume maior de conteúdos, participação ativa dos estudantes quer no tema que lhes foi distribuído, quer no tema que foi distribuído aos colegas. Após a leitura, análise e interpretação oral suscita-se questões aos demais colegas que são obrigados a participar para que se esclareçam algumas questões e dúvidas que vão surgindo no decorrer da apresentação dos grupos.

O ponto fraco desta aula, apontado pelos observadores, foi o facto de o professor não explorar na totalidade os conhecimentos dos alunos, não deixava que eles se expusessem na totalidade o que causaria uma certa explosão em termos de debate na sala de aula. O professor deu respostas a certas questões sem dar espaço ao grande grupo que é a turma e a outros elementos do pequeno grupo de seis que estava fazendo a apresentação. Em relação à participante quatro, as aulas de metodologias são aulas essencialmente práticas, são aulas que culminam com simulações ou apresentação de atividades práticas afetas à área que se pretende trabalhar. A professora não foi muito feliz na escolha do método expositivo apesar de aplicá-lo com muita segurança e experiência. O assunto e o tema da aula fala por si:

Assunto: *Expressão oral*

Tema: Atividades para desenvolver o vocabulário das crianças.

Na perspectiva dos observadores, tendo em conta o tema da aula elabora-se a questão que com certeza leva-nos aos objetivos da aula.

Que atividades são realizadas para desenvolver o vocabulário das crianças?

Como são realizadas as atividades que elevam o desenvolvimento do vocabulário das crianças?

Que recursos são utilizados para a realização das atividades para o desenvolvimento do vocabulário das crianças?

Todas estas questões merecem uma resposta e tiveram resposta só que da professora, ela ocorreu de forma oral. Esperava-se que fosse de forma prática e preferencialmente pelos estudantes futuros educadores de infância que começam um processo de profissionalização nesta especialidade potencializando-lhes com práticas educativas que facilitariam exercícios das suas atividades futuras.

Assim, se espera que nestas atividades haja uma preparação prévia sob orientação do professor para que as atividades se apresentem de forma prática fazendo uso do método e recurso a dramatização ou simulação das atividades respondendo as questões acima efetuadas.

No que se refere à participante um, os dados apresentados falam por si. Apesar de ser o professor com maior grau académico, a falta de formação pedagógica, e até mesmo a falta de uma certa perícia por parte, deixa bem patente que só o grau académico não é suficiente para o exercício da atividade docente. Admitiu que não tinha domínio de conhecimentos didáticos, daí a dificuldade na seleção das técnicas, recursos e até mesmo dos próprios conteúdos. A participante escolheu a exposição para apresentar um tema do desconhecimento dos estudantes, pois quando questionava sobre o hipotálamo, estes indicavam partes do corpo que em nada correspondem com o hipotálamo e a professora não foi capaz de precisar em que parte do corpo se encontra.

O participante *dois* apesar de estar a atualizar a sua formação académica adquirindo agregação pedagógica do ensino superior possui uma experiência de cerca de Quinze anos como docente em outras Instituições do Ensino Médio, o que de certa forma tem ajudado nas suas aulas no contexto do ensino superior. A seleção do debate como

estratégia foi uma boa opção tendo em conta o tema da aula, porém a sua utilização ou aplicação para o alcance dos objetivos e bom desempenho dos alunos depende muito do professor e do grau de conhecimento dos alunos acerca de um determinado assunto da aula.

Em alguns momentos da aula, o próprio professor dava resposta às perguntas que fazia aos estudantes não sei se por nervosismo devido à nossa presença ou ainda porque os alunos em muitos casos não tinham segurança em suas respostas e por outra pareceu-nos que estes não estavam habituados àquela estratégia do professor. A insegurança nos debates, a falta de articulação e até mesmo de concordância em suas ideias e ou opiniões levou a fazer esta apreciação, apesar de serem estudantes do primeiro ano mostram um fraco domínio de conteúdo cujo tema já foi estudado nos níveis e classes anteriores.

Perfil pedagógico dos participantes da experiência de formação de par em par

Para responder a primeira questão científica da nossa investigação, concluímos que os professores alvos da nossa investigação não têm um perfil pedagógico para o exercício da atividade docente no ensino superior. Nossos participantes estão formados para lecionar nos níveis médios e secundário do II ciclo. Além disso, exige-se o grau académico de mestre para o exercício da atividade docente. Mas a nossa investigação vem mostrar que só o grau académico não é suficiente, já que existe a questão técnica, a questão da seleção de estratégias, da formulação dos objetivos, seleção dos conteúdos e recursos de ensino.

Os nossos participantes são licenciados que trabalham em regime integral como assistentes estagiários só que não havendo titulares ou assistentes estes sempre assumiram as cadeiras que lecionam como titulares mesmo sem qualquer experiência de ensino a nível superior.

A universidade é reconhecida como um lugar, por excelência de formalização de saberes profissionais, inclusive é lugar de formação profissional de docentes dos ensinos básico e secundário. No entanto, esta instituição de formação aceita, no seu interior, a condição não profissional da docência universitária ao exigir, para o seu exercício, apenas saberes do campo disciplinar” acrescentando ainda que “admitindo que ‘as profissões distinguem-se dos ofícios pelo facto que são professadas, isto é, aprendidas a partir de declarações públicas e não por simples aprendizagem imitativa” (Bourdoncle, 1991, p. 78) esta situação revela uma contradição que permeia a universidade e que induz a remeter a docência universitária à condição de ofício e não de profissão (idem, ibidem, p. 33).

Assim, dois dos professores participantes deste projeto são licenciados em pedagogia utilizam os conhecimentos didáticos adquiridos neste período de formação para o exercício da atividade docente no ensino superior. Ao passo que um dos participantes com maior nível acadêmico (doutorado), não possui qualquer experiência didático-pedagógica para a atividade docente no ensino. O outro participante é mestrando em pedagogia do ensino superior. Não tendo nenhuma formação que lhe dê estrutura básica para o exercício da atividade docente, conta com as experiências adquiridas durante o seu trabalho docente em outras instituições de ensino e faz a especialização em pedagogia do ensino superior.

A ação de formação de par em par para melhorar o desempenho profissional e pessoal

A troca de experiências através da observação da aula e a análise crítica após a aula bem como a autoavaliação que os professores fazem sobre sua prática vem mostrar até que ponto uma ação de formação de par em par pode proporcionar a melhoria do desempenho pedagógico dos docentes do ensino superior.

Através da realização de formações contínuas para o enriquecimento e ajuda mútua entre colegas, s pudemos constatar através das observações de aulas e entrevistas realizadas, não é uma prática comum a nível da instituição a realização de formações contínuas com uma participação ativa dos professores e que merecesse um acompanhamento.

Este trabalho de construção de conhecimentos a partir da reflexão crítica sobre as práticas, em que cada participante é simultaneamente formador e formando, partilha de saberes e experiências de trabalho conjunto de atividades e projetos, vem:

- Contribuir para a melhoria da qualidade pedagógica na sala de aula;
- Contribuir para o desenvolvimento pessoal organizacional e profissional;
- Contribuir para a superação do isolamento ou individualismo;
- Diagnosticar e resolver alguns problemas e superar dificuldades;
- Fomentar um bom clima relacional e um bom ambiente de trabalho.

A prática reflexiva requer que o professor exponha e examine as suas teorias práticas discutindo-as no grupo de professores de forma a aprenderem.

Essa prática partilhada produz saber próprio a partir da observação e reflexão; no entanto, há escassez de trabalho colaborativo a nível dos institutos superiores e falta de tempo e hábitos de reflexão sobre as práticas. Nas palavras de Garcia (1999, p. 253), a formação dos docentes do ensino superior só poderá ser eficaz se:

Partir das necessidades atuais e futuras da organização e dos seus membros; Se centrar na prática profissional e partir da reflexão crítica em relação ao próprio ensino; Visar a construção de um saber específico, de carácter técnico e fundamentado cientificamente; Partir do próprio professor, para ser feita de forma colaborativa, em grupo e com os colegas, valorizando-se a importância da formação nos departamentos, em primeira instância, e institucional, num segundo momento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Presente trabalho centrou-se na reflexão sobre as práticas pedagógicas dos docentes do ensino superior. Este projeto nasce em torno da problemática da formação dos docentes no quadro da sua profissionalização no ensino superior. Assim a motivação de base prendeu-se com as experiências profissionais ao longo das nossas atividades laborais, em função das constatações que fomos vivenciando durante os primeiros anos como docentes do ensino superior. O isolamento entre colegas, docentes da mesma instituição e muitas vezes docentes que lecionam cadeiras com a mesma característica fez com que levássemos acabo a realização deste projeto. A falta de partilha de conhecimentos etc. O projeto aproximou colegas que até então não conversavam sobre qualquer assunto e de repente aí estavam a discutir assuntos de seus interesses. Assuntos que de certo modo vão contribuir para o desenvolvimento das suas atividades pedagógico didático, elevando o seu nível de desenvolvimento pessoal e profissional, assim como o engrandecimento da própria instituição que começa a ter docentes com um espírito inovador e reflexivo. Foi notável, a grande preocupação dos docentes em dar o seu melhor para apresentarem aquilo que fazem durante a sua atividade prática desde a planificação, execução até a avaliação. Apesar do incumprimento de algumas competências didático pedagógicas, podemos verificar que parte dos docentes possuem noções básicas sobre como orientar uma determinada aula, já que alguns docentes participantes do projeto de par em par têm formação didático pedagógica para lecionar em outros níveis de ensino. Apenas um docente fez mestrado em pedagogia do ensino superior e o doutorado não tem formação pedagógica. Em algumas aulas os docentes foram infelizes na técnica escolhida isto tendo em conta o tema da própria aula.

O projeto de par em par é o primeiro na instituição que vem promover troca de experiências pedagógicas entre docentes, levando-os a refletir sobre as suas práticas pedagógicas e as dos colegas, caminhando assim para a constituição de uma instituição com um carácter reflexivo. Este vem evidenciar o trabalho colaborativo e a partilha de saberes como forma de melhorar as práticas pedagógicas e até certo ponto quebrar o isolamento que se verifica no ensino superior.

Sabemos que nos outros níveis de ensino existem as coordenações de classe e de disciplina que de certa forma promovem encontros mensais e ou quinzenais para reflexão de questões a planificação dos conteúdos curriculares, as técnicas e estratégias de uma determinada matéria e até sobre a seleção e utilização dos recursos de ensino aprendizagem. No ensino superior, existe autonomia docente desde o momento da planificação, isto inclui a seleção de técnicas e estratégias bem assentes como a seleção dos recursos de ensino.

O projeto vem tornar possível o debate sobre as competências didático pedagógicas tais como: planificação; espaços; seleção dos conteúdos; seleção dos recursos de ensino; metodologias novas e tecnologias apoio aos estudantes; coordenação com os colegas; avaliação e revisão do processo. É o domínio de tais competências que garantem a qualidade de ensino. Aspetos considerados por (Perrenoud, 2000) como competências para ensinar.

Importa destacar o envolvimento, motivação dos docentes para o trabalho cooperativo, embora a resistência à mudança seja ainda uma constatação por parte de alguns docentes da instituição onde realizou-se o projeto pelo facto dos docentes estarem envolvidos em outros projetos e até mesmo em suas áreas de profissionalização, o que até certo ponto criou dificuldades no início do projeto - daí o facto de não termos como participantes educadores de infância e assistentes sociais. É um projeto com continuidade com a possibilidade de expansão e a partilha de trocas de experiências com outras instituições públicas e privadas, com docentes com mais anos de docência no ensino superior e com maior nível académico e experiência no ensino superior, com instituições de formação de professores como o Instituto Superior de Educação de Luanda.

É um projeto que pode expandir quer a nível da província de Luanda como a nível nacional. É um projeto que de facto garante uma formação contínua aos docentes sem tirá-los do âmbito da sua prática diária em suas salas de aulas, pois o processo acontece nos respetivos tempos letivos do observado e nas folgas dos observadores.

Nas entrevistas realizadas com os docentes, estes foram bastante claros e objetivos sobre a importância do projeto e os conhecimentos didáticos pedagógicos que em tão pouco tempo trocaram com os colegas palavras de alguns participantes: *Aprendi muito com esta experiência, espero participar em outros.*

Apesar do grande momento do projeto ser o momento pós aula, onde o docente observado faz a reflexão sobre a sua aula ao descrever os pontos fortes e fracos da sua ação docente e justificá-los. A intervenção dos observadores levam-no a refletir não só sobre aquela prática do “momento mais”, em todo o processo docente educativo que tem desenvolvido desde o primeiro momento que começou a exercer a docência no ensino superior, viaja pelo tempo e o espaços e reencontra os seus sucessos e fracassos e opta: melhorar; não melhorar ou desistir porque esta “não é a sua praia”.

Sendo uma pesquisa de investigação-ação em que há uma ação prática de intervenção e formação direta com os docentes, com os quais fomos ratificando nossas preocupações, as sugestões aqui expostas recaem para as instituições do ensino superior:

- Incentivar a formação pedagógica dos docentes do e no ensino superior apesar do grau académico ou especialização, não só para aquisição de conhecimentos didático pedagógico levando-os não só à profissionalização, mas também ao desenvolvimento pessoal e profissional;
- Criar condições para um efetivo trabalho colaborativo levando os docentes a refletir e a encararem-se como práticos e reflexivos que se analisam criticamente e investigam sobre as suas práticas.
- Apoiar projetos centrados na formação contínua dos docentes com recurso a investigação e a avaliação dos seus feitos na melhoria das práticas pedagógicas.
- As instituições de ensino superior devem assumir-se como uma organização aprendente, devem buscar e trocar experiências com outras instituições públicas e privadas com mais experiências.

- Promover articulação entre a teoria e a prática dirigidas à preparação profissional dos docentes, essencialmente na vertente do conhecimento pedagógico, mais com referência ao conhecimento disciplinar, isto é a atualização dos conhecimentos através de contacto com peritos, investigação e integração de outras áreas disciplinares, promovendo a interdisciplinaridade enquanto elemento facilitador da aprendizagem docente cooperativa.
- Formação docente em programas de mestrado e de doutoramento para o desenvolvimento profissional.

Este trabalho engrossa o nosso pensamento sobre a necessidade de uma reflexão profunda das práticas pedagógicas que os docentes realizam e sobre a sua profissionalização docente.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alarcão, I., & Roldão, M. C., (2008). *Supervisão. Um contexto de desenvolvimento profissional dos professores*. Mangualde: PEDAGO.

Alarcão, I. & Tavares, J., (2003). *Supervisão da prática pedagógica. Uma perspectiva de desenvolvimento e aprendizagem*. Coimbra: Almedina.

Alarcão, I. (2001). *Escola reflexiva e supervisão. Uma escola em desenvolvimento e aprendizagem*. Porto: Porto Editora.

Alarcão, I., & Sá Chaves, I., (1994). *Supervisão de professores e desenvolvimento humano: uma perspectiva ecológica*. Aveiro: CIDINE.

Ambrósio, T., (2001). *Conhecimento pedagógico e competências formativas dos professores/investigadores universitários*. In C. Reimão (Orgs), *A formação pedagógica dos professores do Ensino Superior*. Lisboa: Edições Colibri.

Arends, R., (1995). *Aprender a ensinar*. Lisboa: McGraw-Hill.

Barnett, R., (2004). Learning for an unknown world. *Higher Education Research & Development*, 23(3), 247-260. doi:10.1080/0729436042000234381

Benedito, V. (2000). *Formación institucional del profesorado universitario: Experiencia en la Universidad de Barcelona*. Barcelona: Universidad de Barcelona.

- Benedito, A. V., Ferrer, V., & Ferreres, V. (1995). *La formación universitaria a debate. Barcelona: Publicaciones Universitat de Barcelona*
- Bireaud, A., (1990). *Les methods pédagogiques dans l'enseignement supérieur*. Paris: Les éditions d'Organisation.
- Bogdan, R., & Biklen, S., (1994). *Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Borges, M. (2007). *Professores: imagens e auto-imagens: objecto complexo*. (Tese de doutoramento em Educação, Administração e Organização Escolar). Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Bourdieu, P. (1997). *Razões práticas: sobre a teoria da acção*. Oeiras: Celta Editora.
- Bourdoncle, R., (1991). La professionnalisation des enseignants: Analyses sociologiques anglaises et américaines. *Revue française de pédagogie*. 94, 73-91.
- De Ketele, J. M., (2003). La formación didáctica y pedagógica de los profesores universitarios: luces y sombras. *Revista de educación*, 131, 143-169.
- Delors, J., et al. (1997). *Educação: um tesouro a descobrir (relatório para UNESCO da comissão internacional sobre educação para o século XXI)*. São Paulo: Cortez Editora.
- Flores, M. A., Carvalho, A. A., Arriaga, C., Alves, F. F., Viseu, F., Morgado, J. C., Costa, M. J., & Morais, N. (Coord.) (2007). *Perspectivas e estratégias de formação de docentes no ensino superior. Um estudo na Universidade do Minho*. Caderno CIED. Braga: Universidade do Minho. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/10377>
- Foddy, W., (1996). *Como perguntar? Teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*. Oeiras: Celta.
- Garcia, C. M., (1999). *Formação de professores. Para uma mudança educativa*. Porto: Porto Editora.
- Jesus, S. N., (2000). *Motivação e formação de professores*. Coimbra: Quarteto editora.
- Mouraz, A., Lopes, J. Ferreira, from to peer: issues about observers in peer observation of teaching in p. Doolittle (org). *Procedings on 3rd conference on higher (2011) education pedagogy*. Center for instructional development and educational research, pp.25-26, Virgínia. Disponível em: <http://www.lulu.com/product/file-download/procedings-of-the-2011-conference-on-higher-education-pedagpy/14413272>

Nóvoa, A., (1988). *A formação tem de passar por aqui: as histórias de vida no projecto prosalus*. In A. Nóvoa & M. Finger (Orgs.), *O método (auto) biográfico e a formação* (pp. 107-129). Lisboa: Ministério da saúde. Depart. dos Recursos Humanos da Saúde/Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional

Nóvoa, A., (1988). *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Publicações Don Quixote/Instituto de inovação educacional.

Nóvoa, A., (1992). *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Don Quixote.

Nóvoa, A., (1995). *Profissão professor*. (2.^a ed.). Porto: Porto Editora.

Perrenoud, P., (1993). *Práticas pedagógicas, profissão docente e formação*. Lisboa: Dom Quixote/instituto de inovação educacional.

Quivy, R., & Campenhondt, I., (1992). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.

Roldão, M. C. (2005). Saber educativo e culturas profissionais – contributos para uma construção-desconstrução epistemológica. *CONGRESSO DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO*, 7., 2005. Castelo Branco: SPCE, 2005.

Schön, D. A., (1983). *The reflective practitioner: now professionals think in action*. New York: Basic books.

Zabalza, M. A. (2002), *La enseñanza universitária. El ensino y sus protagonistas*. Madrid: Narcea.

Zabalza, M. A., (2004). *La ensenaza universitária. El escenario e sus protagonistas*. Madrid: Narcea.

EXPECTATIVAS RECÍPROCAS ENTRE PROFESSORES E ALUNOS NA SALA DE AULA NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO E PRIVADO EM ANGOLA

*Reciprocal expectations between teachers and students in the public and
private higher education classroom in Angola*

SANTANA, António Inácio Rocha⁶

Resumo

O objectivo deste artigo é analisar as posições de professores e alunos de universidades públicas e privadas, correlacionando os comentários feitos pelos alunos sobre a atitude dos professores na sala de aula, com o que os professores afirmam dos alunos. Esta pesquisa é de natureza qualitativa. Uma entrevista individual foi aplicada a alunos e professores, mediante amostragem intencional. Os dados foram interpretados com base na abordagem interpretativa. O estudo mostra que uma mudança de atitude do professor na sala de aula pode tornar-se uma forma efectiva de promover a comunicação do professor, reportando benefícios para a formação e desenvolvimento da consciência crítica do aluno.

Abstract

The aim of this paper is to analyze the positions of teachers and students from public and private universities, correlating students' comments about the attitude of teachers in the classroom, with what teachers say about students. This research is qualitative in nature. An individual interview was applied to students and teachers through intentional sampling. Data were interpreted based on the interpretative approach. The study shows that a change in teacher attitude in the classroom can become an effective way to promote teacher communication, reporting benefits for the formation and development of student critical awareness.

Palavras-chave: *Expectativas recíprocas; Professor; Ensino Superior; Alunos.*

Key-words: *Reciprocal expectations; Teacher; Attitude; Higher Education; Students.*

Data de submissão: janeiro de 2020 | **Data de publicação:** março de 2020.

⁶ ANTÓNIO INÁCIO ROCHA SANTANA - Director Geral da Escola Superior Pedagógica do Kwanza Norte, ANGOLA. Email: antonio_santana2000@yahoo.es.

INTRODUÇÃO

O exercício da docência universitária é essencialmente fundamentado na comunicação interpessoal. A comunicação pedagógica é uma dimensão da comunicação interpessoal que abarca múltiplos recursos e estratégias que visam a transmissão de conhecimentos para uma aprendizagem que abarca e influencia os aspectos afectivo, cognitivo e volitivo dos alunos. Compreender o contexto de interacção em que se produz e se leva a cabo a comunicação pedagógica é fundamental para perceber as suas consequências significativas no que tange ao atendimento ou violação das expectativas dos alunos no decurso do processo de ensino-aprendizagem, pois, independentemente da clareza e do estilo sócio-comunicativo do professor, o maior ou menor grau de liberação democrática que ele permite na sala de aula são maneiras de comunicar que condicionam o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem e predita a realização ou violação das expectativas dos alunos quanto ao desempenho do papel de professor.

E é desde esta percepção do empreendimento de ensinar que se apela ao professor universitário, no contexto angolano, que não apenas tenha que estar imerso no assunto que ensina, mas também possuir as habilidades de comunicação pedagógica apropriadas para que aquilo que se tenciona transmitir se faça com sucesso e atenda as expectativas dos alunos.

1. PROBLEMÁTICA E OBJECTIVOS

Há no ensino superior em Angola uma situação dilemática que opõe alunos e professores, relativamente a interacção na sala de aula no decurso da actividade lectiva. Por um lado, os alunos acusam os professores de uma prática educativa confinada à instrução transmissora acompanhada de atitudes de arrogância, repressão e ausência de liberação democrática na sala de aula, que não permite participar, reflectir e debater sobre os conteúdos leccionados, o que em certa medida frustra as suas expectativas com relação a imagem idealmente construída do professor universitário no desempenho do seu papel. Por outro lado, os professores alegam que, como consequência da fraca formação de base no ensino primário e secundários, os alunos se sentem incapazes de participarem activamente no desenvolvimento das actividades lectivas na sala de aula, manifestando uma atitude alheia, passiva e distante com relação às matérias que se ministram.

O objectivo deste artigo é analisar as posições de professores e alunos de instituições de ensino superior público e privado, correlacionando os comentários que os alunos fazem sobre a atitude dos professores na sala de aula, com o que os professores afirmam dos alunos.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO: *Expectativas na sala de aula*

Por definição, expectativa é a “esperança baseada em supostos direitos, probabilidades ou promessas” (Dicionário Integral da Língua Portuguesa, 2009). Na perspectiva teórica, expectativa refere-se ao que um indivíduo antecipa que aconteça numa determinada situação (Signorielli, 1996; Burgoon, Guerrero, & Floyd, 2009). No contexto da sala de aula, expectativa é a crença do aluno na capacidade e habilidades do professor em utilizar os dispositivos didácticos necessários para administrar uma aula com sucesso, mobilizando as suas competências científicas e sociais. Ou ainda, inversamente, a crença do professor na aptidão do aluno de lembrar os conhecimentos adquiridos previamente, para, simultaneamente, integrá-los e operacionalizá-los no decurso da actividade lectiva na sala de aula.

Qualquer que seja o contexto, a relação humana é sempre condicionada pelas expectativas mútuas dos sujeitos que interagem. Relativamente à relação professor-aluno na sala de aula, são vários os factores que configuram as expectativas dos alunos relacionados com o desempenho do papel de professor, dos quais se destaca a postura comunicativa. Isto é devido ao facto de, em grande parte, como afirmou Estrela (1992, p. 68), “através da comunicação que estabelece com os alunos, o professor vai transmitir-lhes, consciente ou inconscientemente, imagens e expectativas que formula a respeito deles, imagens e expectativas que os levam a agir em conformidade”. Ou seja, deve-se por isso reconhecer que o estilo de comunicação e as características relacionais que o professor mantém com os alunos são factores que influenciam as expectativas desses.

Estas expectativas, transmitidas consciente ou inconscientemente através da linguagem verbal ou não verbal, influenciarão, notoriamente, a relação entre professor e aluno, e levá-los-ão a agir de acordo com as emoções experienciadas na sala de aula, uma vez que a expectativa controla o comportamento (Diez-Aguado, 1983), e, ao mesmo tempo, leva à realização (Abreu, 1976). Em outras palavras, os alunos adoptarão um

padrão de comportamento em função do atendimento ou da violação das suas expectativas, associando tal comportamento à atitude do professor na sala de aula.

Deste modo, toda vez que a expectativa é atendida ou violada, os alunos fazem comentários e especulações acerca da atitude do professor na sala de aula, julgando-a positiva ou negativamente. Burgoon (1978) acredita que isto acontece porque as pessoas não veem o comportamento dos outros como aleatório, ou seja, elas creem que todo comportamento pressupõe um propósito, um objectivo determinado e inscreve uma ideia previamente concebida.

O grau de relacionamento que o professor mantém com os alunos pode ser um elemento motivador para a participação reflexiva e criativa sobre os conteúdos ensinados, ou, dito de outro modo, a motivação do aluno em participar da aula depende muito da liberdade de expressão que o professor permite, da confiança que transmite e dos conceitos aspiracionais que promove. Como afirmou Cunha (1992, p. 46), “se estou convencido de que o estudante pode, ele pode; se espero que ele aprenda, ele aprenderá; se eu confiar nele para estudar, ele estudará”. Isto é, o modo como o professor interage com os alunos são formas de comunicar e relacionar que condicionam o processo de ensino-aprendizagem.

Moitta Lopes (1996) propõe que pensemos a sala de aula como um foco de questionamento e crítica. Porém, estes elementos (questionamento e crítica) criam, no contexto situacional da sala de aula, expectativas recíprocas: por um lado, os professores esperam alunos activos, partícipes e interessados na aquisição de conhecimento, e, por outro lado, os alunos querem profissionais que realmente se comprometem com e no processo educativo, que utilizam os dispositivos necessários para uma acção pedagógica significativa. Mas os professores, às vezes, são condicionados pela própria passividade dos alunos, sua tendência à repetição ou à memorização passiva.

Fonseca (2011, p. 137) observou que essa “passividade da maioria dos estudantes, manifestada em muitas formas, é realmente um grande desafio para a capacidade pedagógica do professor universitário”, o que acaba frustrando as suas expectativas.

Nesses termos, as expectativas não são um conjunto isolado de anseios dos alunos, mas são, naturalmente, garantidos pela percepção que eles têm do professor universitário, como, por exemplo, a atitude comunicativa, que é uma qualidade essencial na acção pedagógica do professor. Exigir essa atitude do professor é legítimo por parte dos alunos,

mas o atendimento dessa «expectativa prescritiva» (Houser, 2005), relativo à capacidade comunicativa e retórica do professor, tem muito que ver também com as suas competências científicas e, sobretudo, aptidões sociais e emocionais.

Neste sentido, Boa Ventura (2010) defende que as qualidades pessoais deveriam ser para todos os professores, de todos os níveis de ensino, a condição técnica preliminar ao serviço docente.

Segundo Feracine (1990), numerosos estudos realizados nos Estados Unidos mostraram que os professores mais queridos não são necessariamente aqueles que dominam a didáctica à perfeição, mas aqueles que sabem envolver e contagiar o interesse de seus alunos pelo modo e tom da sua comunicação. Tais estudos defendem que o grau de relacionamento que o professor mantém com os alunos pode ser um elemento motivador para o envolvimento e participação destes na aula. É nesse contexto que são constituídos de sentido e reflexão as palavras de John Dewey (1979, p. 6) ao destacar que “o professor que desperta o entusiasmo em seus alunos conseguiu algo que nenhuma soma de métodos sistematizados, por mais correctos que sejam, pode conseguir”.

A par disso, começa a existir um consenso quase generalizado de que há, no ambiente académico, um entendimento amplo de que “a clareza e o estilo sócio-comunicativo de um professor têm consequências significativas para a aprendizagem afectiva e cognitiva dos alunos” (McCrosky, Richmond, & McCroskey, 2002, p. 388).

Portanto, a clareza e o tom da comunicação do professor articulado com a liberação democrática na discussão e reflexão crítica sobre os conteúdos ministrados são os melhores recursos para prender a atenção do aluno, bem como para despertar nele o interesse por aquilo que aprende.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Levando em conta os objectivos deste texto, sobre a atitude do professor na sala de aula, realizou-se uma investigação de campo de carácter qualitativo, a fim de se verificar as posições dos principais actores sociais do processo de ensino-aprendizagem, manifestadas através de comentários e alegações de parte a parte, iniciando com uma proposta sobre a atitude do professor na sala de aula que permita a participação dos alunos. A entrevista foi aplicada a dez professores e dez alunos, sendo cinco de cada

estrato pertencentes à Escola Superior Pedagógica do Kwanza Norte (ESPKN), instituição de ensino superior público, localizada na província do Cuanza Norte, 7ª região académica, e à Universidade Jean Piaget de Angola (UniPiaget), instituição de ensino superior privado, localizada na província de Luanda, 1ª região académica.

3.1. *Colecta de dados*

Os dados foram colectados por meio de um guião de entrevista que continha duas questões abertas, uma para os professores e outra para os alunos, para que respondessem e relatassem as realidades e expectativas da rotina diária em sala de aula, sem indução de respostas pelo aplicador, deixando-os livres para expressarem as suas posições.

3.2 *Análise dos dados*

Para a análise dos dados colectados, a pesquisa baseou-se na abordagem interpretativa. Baseia-se na teoria da acção que privilegia o nível micro de análise da vida social, especificamente nas formas em que os indivíduos são capazes de interagir uns com os outros.

3.3 *Resultados da pesquisa*

Todas as respostas foram reproduzidas integralmente sem qualquer alteração de sentido, mas, sim, de grafia, devido à sua apresentação formal e elegância estética. Porém, dada a semelhança e coincidência das respostas, não se procedeu a transcrição de todas para este texto. As perguntas foram as seguintes:

A) Qual é a sua opinião sobre o estudante universitário em relação à sua atitude participativa na sala de aula?

Diante desta pergunta, as respostas dos professores, na generalidade, são coincidentes e de base crítica, mas denotando preocupação em relação à atitude dos alunos na sala de aula. Por exemplo, o professor B (ESPKN) refere o seguinte:

“Os alunos trazem uma base muito fraca dos níveis anteriores, aliada à falta de leitura que é visível em quase todos eles, que acaba por afectar a sua participação nas aulas e, consequentemente, o seu desempenho académico”.

Na mesma linha discursiva o professor C (UniPiaget) atesta:

"Os estudantes são muito passivos, não estão interessados em aprender, não lêem. Se no início do curso você perguntar quantos livros é que leu, ou pelo menos um, menos de cinco lhe dirão que leu tal livro, num universo de 50 alunos. Olha como estamos!"

O professor F (UniPiaget) expressou a sua opinião nos termos seguintes:

"O aluno chega à universidade com uma má preparação nos níveis de base, é isso que funciona como um factor inibidor do seu desenvolvimento. Ele tem fraquezas até de domínio da língua portuguesa, logo, ele está relutante em participar das aulas."

E o professor J (UniPiaget) tem o seguinte ponto de vista:

"Minha opinião é que a participação é medíocre, a maioria não mostra capacidade argumentativa. Os professores estimulam a participação, mas no fim das contas ficam frustrados com a passividade e o silêncio dos alunos. Eles não se preparam para o debate na sala de aula."

Como é bastante visível, as respostas dos professores mostram um consenso subjacente numa responsabilidade que é atribuída exclusivamente à falta de participação do aluno em actividades de aula. Eles estão totalmente convencidos de que as dificuldades expressadas pelos estudantes universitários estão enraizadas na má preparação que trazem dos níveis de ensino inferiores, ou seja, do ensino secundário, e chegam à universidade sem quaisquer habilidades e aptidões purificadas. Deste modo, não apenas os alunos são culpados, mas também os professores dos níveis de educação primária e secundária são responsabilizados, que, na perspectiva dos professores universitários das instituições de ensino superior público e privado, entregam uma “matéria-prima” mal trabalhada e sem habilidades para as demandas desse nível.

Os professores sentem que as dificuldades com que inevitavelmente se enfrentam também fazem com que as suas expectativas colidam com a dura realidade da sala de aula, e o esforço que empreendem para estimular a participação activa na aula esbarra na atitude passiva e distante do aluno. Porém, esta maneira de pensar e encarar a realidade educacional colide com a perspectiva de Cunha (1992, p. 46), quando afirmou que “se estou convencido de que o estudante pode, ele pode; se espero que ele aprenda, ele aprenderá; se eu confiar nele para estudar, ele estudará”. Mas isto só acontece se o professor for capaz de despertar a curiosidade dos alunos, acompanhando as suas acções no desenvolver das actividades na sala de aula.

No entanto, apesar do facto de o aluno ser responsabilizado pela ausência de debate na sala de aula, também há depoimentos mais aliviados e, neste caso, é legítimo ressaltar a resposta do professor G (ESPKN), que é a seguinte:

“Há uma tendência participativa louvável, mas eles tendem a encontrar algumas barreiras por parte dos professores. Temos colegas autoritários que não generalizam o debate na sala de aula, eles lideram a aula e num autêntico monólogo. Os jovens dominam as tecnologias, alguns conhecimentos não são uma novidade para eles, às vezes, eles só querem esclarecer dúvidas, mas são inibidos por alguns professores e, noutras, por seus colegas”.

Este professor, porém, reconhece que existe atitudes, por parte de seus colegas, que não favorece o surgimento do debate ou outras dinâmicas interactivas na sala de aula. Com esse tipo de atitudes, perde-se a oportunidade de promover um ambiente propício para a identificação de alunos talentosos. Porque o aluno talentoso geralmente é quieto, calmo, tímido e humilde. O método expositivo é um recurso didáctico importante, mas não o suficiente porque se torna um monólogo, que é um dos factores de violação das expectativas dos alunos. Mas isso não significa que o professor tenha que se alienar para responder às expectativas dos alunos, pois ensinar não equivale a fazer tudo o que os alunos quiserem, mas de fazer aquilo de que eles realmente precisam para desenvolverem as suas potencialidades intelectuais e alcançarem o melhor de si.

Na mesma linha, posiciona-se o professor D (UniPiaget), cuja opinião sobre o aluno universitário é a seguinte:

“Olha, nós temos bons alunos que participam activamente, eu falo com eles para continuarem assim, mas, às vezes, não é fácil, porque no primeiro ano nós temos entre 70 e 150 alunos. Não importa quão boas sejam as suas intenções, é quase impossível estimular metade da turma”.

A postura assumida pelo professor reconhece que existem alunos muito bons mas que são ofuscados pelo número excessivo de alunos por turma, o que constitui, por si só, um contexto desfavorável para o professor orientar o aluno a levar o seu olhar para a múltipla perspectiva da reflexão e da crítica, bem como acompanhar as suas acções no desenvolver das actividades na sala de aula, por um lado, e, por outro, é uma demonstração incontestável de que é possível mudar essa imagem do aluno se o professor assumir o seu papel ajudando-o a alcançar o conhecimento através de um diálogo questionador, considerando-o como um igual, sem complexos de superioridade intelectual. Na verdade, o professor deve sempre lembrar que, como dizia Kant, o fim da

educação é desenvolver, em cada aluno, toda a perfeição de que ele seja capaz. E é nesse sentido que Gil (2015, p. 107) asseverou que toda a “responsabilidade recai sobre o professor e, por muito que se queixe da pouca colaboração dos alunos e dos hábitos desadequados que eles trazem [do ensino secundário] e da cultura social dominante, o docente precisa de estar apetrechado com novas estratégias e táticas tanto didáticas como disciplinares”.

Também é interessante a afirmação do professor E (ESPKN), quando se refere ao grau de dependência que os alunos têm em relação ao material didático, uma realidade que pode influenciar a participação dos alunos na sala de aula:

“A participação dos estudantes ainda não é desejável, é muito fraca. Porque são estudantes que dependem muito do conteúdo dos fascículos entregues pelo professor. Raras exceções são aqueles alunos que buscam informações de outras fontes, atitude que deve caracterizar o estudante universitário. Não é por falta de motivação da parte do professor, isso tem a ver com questões básicas de formação”.

Todavia, numa perspectiva diferente da que recolhe a afirmação do professor E, esta situação não pode ser atribuída exclusivamente ao aluno. O professor é um orientador, e, como tal, deve apontar as leituras que são fundamentais para o aluno; igualmente, o aluno não deve apenas limitar-se a aprender com o professor, é necessário que ele olhe, através de suas vivências e experiências, para outras perspectivas e reconsidere novas possibilidades através da manifestação de um espírito de constante busca pela aprendizagem, consciente de que necessita desenvolver competências, capacidades e habilidades que serão essenciais no seu desenvolvimento intelectual, profissional e humano, para melhorar a sua qualidade de vida e prestar uma contribuição valiosa à sua comunidade e à sociedade em geral.

Para tanto, por um lado, o professor deve ser portador de uma comunicação pedagógica dialógica potencialmente gerador de reflexão sobre a acção educativa na perspectiva do crescimento do aluno, tornando-se um mediador na sua formação como sujeito e cidadão, sempre levando em consideração o contexto sociocultural em que o processo de ensino-aprendizagem ocorre. E, por outro lado, não deve perder de vista que a educação confinada à instrução, aquela em que o professor é um mero transmissor de conhecimento, é cada vez mais questionada pela sua natureza redutora. Como dizia Gadotti (1999, p. 2), “o educador para pôr em prática o diálogo não deve colocar-se na posição de detentor do saber, deve antes, colocar-se na posição de quem não sabe tudo,

reconhecendo que mesmo um analfabeto é portador do conhecimento mais importante: o da vida”.

No entanto, a comunicação pedagógica ancorada na arrogância e no monólogo está condenado ao fracasso por colidir com as dinâmicas de mudança da sociedade da informação, devido ao volume de informação disponível e a facilidade de acesso a ela. O professor, que se deseja orientador, sabe que tem de assumir o desafio de desenvolver as habilidades necessárias para comunicar de forma eficaz o conhecimento básico para o aluno. A estratégia de comunicação utilizada é essencial, especialmente quando privilegia a reflexão conjunta dos conteúdos como um momento bom e dinâmico de aprendizagem significativa. Pois, o prazer de quem ensina não se encontra no conhecimento que transmite, mas no modo como o transmite.

B) *Qual é a sua opinião sobre o professor universitário em relação à sua atitude interactiva na sala de aula?*

As declarações dos alunos são fortes em relação à atitude dos professores na sala de aula. Eles acusam os professores da situação de monotonia que caracteriza as sessões de aula. Um consenso é verificado em relação à imagem que eles têm do professor universitário em universidades públicas e privadas.

O relato do aluno A (ESPKN) é interessante:

“No meu primeiro ano, foi-me difícil acreditar que eu estava na faculdade, porque os meus professores no ensino médio eram dialogantes, dentro e fora da sala de aula. Aqui é tudo o contrário”.

Na mesma linha de raciocínio, debruçou-se o aluno B (UniPiaget):

"Os professores devem passar por uma preparação específica para leccionar na universidade (...) eles são de carácter arrogante e terrível, não dão o mínimo de abertura ao aluno".

Ambos relatos denunciam e desvelam claramente o que acontece nas salas de aula universitárias, no nosso país. A manifestação clara do exercício do poder absoluto é acompanhada de intimidação para se conseguir alunos obedientes. Entretanto, essas denúncias deveriam ser encaradas como uma oportunidade para os docentes universitários reflectirem sobre a acção educativa, com vista a gerar-se mudanças de comportamento na sala de aula que conduza ao desenvolvimento de aulas mais interactivas, dinâmicas e participadas. Também mostram, nas suas denúncias, que uma abordagem tradicional e fechada não é mais eficaz para a aprendizagem, porque se torna monótona e entediante. Porquanto, para o aluno, a felicidade não se encontra no

conhecimento, mas na maneira da sua aquisição, através do modo e das estratégias didáticas utilizadas por quem o transmite. E uma via satisfatória para desanuviar as tensões causadas pelas atitudes que os alunos reclamam dos professores na sala de aula, é o desenvolvimento, pelo professor, de uma comunicação pedagógica aberta com o aluno, que o leva à busca constante do seu aperfeiçoamento, refinamento e crescimento, através de um diálogo permanente e construtivo. Deste modo, o professor será prezado não só pelas suas competências científicas, mas também pelas suas qualidades humanas. Uma afirmação muito interessante é também do estudante F (UniPiaget):

"Eu não conheço nenhum professor que não seja arrogante na aula. Às vezes, eles não preparam a aula e quando chegam na sala de aula começam a contar histórias, falam sobre a sua vida e vida familiar, o que têm e as viagens que fazem, etc."

Este relato demonstra claramente que o professor não está totalmente preparado para a prática de ensino e que precisa de uma mudança de atitude para melhorar qualitativamente a sua acção na sala de aula. Professores que enfrentam as demandas da aula, não apenas precisam estar imersos no assunto que ensinam, mas também devem possuir as habilidades de comunicação pedagógica apropriadas para alcançar facilmente os alunos com conhecimento de qualidade e despertar e desenvolver neles capacidades de pensamento crítico e reflexivo.

Em geral, os alunos não experimentam sentimentos muito intensos em relação aos professores por causa da atitude que manifestam em relação a eles na sala de aula. Ao contrário, eles desenvolveram um sentimento extremado que é caracterizado por apatia, neutralidade, desânimo e desmotivação. A existência desses sentimentos negativos em relação aos professores não está relacionada às normas formais da instituição escolar, mas às relações disfarçadas que estes mantêm com os professores. A apreciação que os alunos têm da atitude dos professores na sala de aula é clínica. Vejamos o que diz o aluno J (UniPiaget):

"Eles não permitem o debate, só vemos professores que estão preocupados em terminar a aula para ir para a outra universidade. Ele não tem tempo para preparar as aulas, isso tem que mudar. Eles acreditam que sabem tudo e acabam adotando atitudes que não esperávamos deles".

A atitude retratada nessa afirmação não só viola as expectativas do aluno em relação à imagem que tem do professor universitário, mas também denuncia o fenómeno educacional que foi designado por "turbo docência", isto é, professores que leccionam em quatro ou cinco universidades. Estes, geralmente, mantêm uma comunicação pedagógica

baseada no monólogo, e, quanto mais, em ditar a matéria. A prática do monólogo na sala de aula é, nos dias de hoje, antagónica às ideias educacionais que norteiam uma prática docente actual e dialógica. O monólogo prescreve um único actor, porém, o professor é um actor ensinante (com saberes) num palco partilhado com actores aprendentes (interlocutores, não desprovidos de conhecimentos) em acção comunicativa interactiva, intensiva e permanente. A comunicação pedagógica monologada, no ambiente universitário, estimula sentimentos de aborrecimento nos alunos, porque é um discurso que propicia uma evocação impregnada de tal sentimento, sem que seus donos percebam. E não é para isso que a educação se orienta, “a educação não se limita a desenvolver o organismo. Ela cria, no homem, um ser novo” (Durkheim, 2018, p.74). O ser novo não se cria nem se desenvolve empregando somente o método expositivo, é preciso articular a exposição com a reflexão crítica no desenvolvimento da acção lectiva.

A maioria dos alunos está muito aborrecida com a atitude dos professores que se posicionam como se estivessem na frente de crianças. Pois, entendem que o professor “não se encontra em face de uma tábula rasa, sobre a qual poderia edificar o que quisesse” (Durkheim, 2018, p. 13), mas diante de seres portadores de algum conhecimento dimensível.

E, de facto, é legítimo ressaltar a importância da minoria satisfeita com a atitude de alguns professores, já que isso é dito em parte pelas declarações dos alunos D (UniPiaget) e E (ESPKN) numa evidente demonstração de que o consenso é possível entre alunos e professores no que se refere à atitude de ambas as partes na sala de aula. O aluno D disse o seguinte:

“Há professores brilhantes em tudo que fazem e dizem, mas são muito raros. A maioria é aqueles que estudam os conteúdos para os vir transmitir aos alunos. Estes não gostam de alunos que perguntam e quando o fazemos se irritam. Se você insiste, coloca-te na lista negra”.

Na mesma linha, o aluno E esboçou o relato seguinte:

“Há professores que sabem ser e estar, eles lidam com os alunos de igual para igual; a maioria, não. Há professores que, a partir do momento em que chegam à sala de aula, colocam uma expressão facial que não te permite perguntar nada, ele fala, fala até o seu tempo terminar. Os professores que sabem ser e estar incentivam a participação dos alunos na aula”..

Apesar dos elogios que ambos os alunos tecem aos professores, têm o cuidado de distinguir uma minoria e denunciar as práticas e comportamentos desajustados à realidade académica universitária, da maioria. Contudo, pode-se considerar o exemplo da minoria como um ponto de partida para a reversão das práticas e das atitudes não desejadas da maioria dos professores para que se possa instaurar, na sala de aula, um ambiente académico caracterizado por debate crítico e reflexivo sobre os conteúdos leccionados e, assim, debelar o sentimento de aborrecimento dos alunos. Para tanto, o professor deve lembrar que “o homem que a educação deve realizar, em cada um de nós, não é o homem que a natureza fez, mas o homem que a sociedade quer que ele seja; e ela quer conforme o reclame a sua economia interna, o seu equilíbrio” (Durkheim, 2018, p. 71). Hoje, as organizações económicas estão mais preocupadas em contratar jovens que denotam ser curiosos, críticos, pensadores analíticos reflexivos, solucionadores de problemas, rápidos para aprender, flexíveis e capazes de agregar valor à sua organização. Ou seja, as organizações económicas estão somente a exigir aos jovens que estejam à altura dos novos tempos para que possam responder com eficácia e pertinência as demandas que a economia da sociedade de informação lhes impõe. E, concomitantemente, hoje, as democracias querem e exigem cidadãos reflexivos e críticos, não obedientes e bem ajustados ao sistema.

Importa salientar que a consequência visível do sentimento de aborrecimento é, sem dúvida, o desinteresse pelas aulas, a negligência e, pior ainda, alguns alunos evitam frequentar as aulas dos professores mais resilientes nas práticas que promovem esses comportamentos. Porque os alunos não vão à sala de aula para simplesmente observar e ouvir o discurso do professor, obedecer ordens e ser privado de qualquer observação reflexiva sobre o conteúdo. Eles entendem que um estudante universitário deve estar na sala de aula de “um modo mais profundo” (Jackson, 2010, p. 121) que lhe permite desenvolver um ponto de vista abarcante e pertinente. Ensinar e aprender, quando não são agradáveis e divertidos, são muito difíceis e entediantes.

CONCLUSÃO

O estudo realizado para analisar as posições de professores e alunos de universidades públicas e privadas, e correlacionar os comentários feitos pelos alunos sobre a atitude dos professores na sala de aula com o que os professores afirmam dos alunos, revelou divergências perceptivas sobre o papel de ambas as partes na sala de aula, consubstanciadas em acusações de parte a parte.

É preocupante que nas nossas instituições de ensino superior persiste dominando um estilo totalmente autoritário de educar. E os alunos afirmam com muita procedência que este facto representa um dos obstáculos mais importante no processo de ensino-aprendizagem e tem promovido o desenvolvimento da consciência desleixada no seio deles. Contudo, sabe-se que, na sala de aula, a acção educativa levada a cabo pelo professor é intencional, mas nem sempre bem-sucedida devido aos condicionantes da intencionalidade, do contexto, dos interesses e dos valores que constituem o significado da qualidade e das expectativas que suscitam. Por essas razões, o exercício da docência requer um esforço permanente de elucidação e de rectificação das nossas representações do aluno e da aprendizagem, para reduzir ou, quiçá, eliminar distâncias entre professores e alunos. Porquanto a qualidade da instituição educativa depende muito da qualidade dos alunos por meio de suas contribuições à sociedade, da qualidade do que se aprendeu e da forma como se aprendeu. Um ensino baseado na intensidade interactiva e dialógica, certamente evita que o aluno desenvolva a consciência desleixada.

Diante desse ambiente de fricção, caracterizado por acusações de parte a parte, o professor deveria mudar a sua atitude arrogante e converter-se num ser verdadeiramente educativo e superar os preconceitos dominantes e obsoletos que remontam dos séculos XIX e XX, de modo que a interacção com o aluno seja acessível e geradora de sentido para ele.

Portanto, pode dizer-se que as posições mantidas, de um lado, pelos professores e, de outro lado, pelos alunos, são conciliáveis. Cabe aos professores empreenderem uma profunda mudança, para melhorar a sua prática docente e a sua acção na sala de aula, e com isso não só ganharão o respeito e a admiração dos alunos, como também poderão proporcionar os meios relevantes para desenvolver neles capacidades de pensamento crítico e reflexivo e disporem de competências necessárias para resolverem problemas. Tal mudança, supõe o abandono completo de certas atitudes arrogantes, que conduzem a conflitos, por outras atitudes, que os evitam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu, M. V. (1976). O efeito pigmalião. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano X, 235-255.
- Fernando, B.V.J. (2010). *A escola Católica em Angola e o desafio da construção da comunidade educativa*. Bari: Edizioni Vivere
- Burgoon, J. K., Guerrero, L. K., & Floyd, K. (2009). *Non verbal communication*. (1.^a ed.). NY: Routledge.
- Burgoon, J. K. (1978). A communication model of personal space violations: explication and an initial test. *Human communication research*, 4(2), 129-142.
- Coulon, A. (1995). *Etnometodologia e educação*. Petrópolis: Vozes.
- Cunha, D. (1992). *Relação pedagógica baseada na autonomia. Guia da reforma curricular-documentos de trabalho*. Lisboa: Texto Editora.
- Dicionário Integral da Língua Portuguesa (2009).
- Diez-Aguado, M. J. (1983). Las expectativas en la interacción profesor-aluno. *Revista Española de Pedagogía*, 162, 563-588.
- Dewey, J. (1979). *Experiência e Educação*. São Paulo: Nacional.
- Durkheim, E. (2018). *Educação e sociologia*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Estrela, M. T. (1992). *Relação pedagógica, disciplina e indisciplina na sala de aula*. Porto: Porto Editora.
- Feracine, L. (1990). *O professor como agente de mudança social*. São Paulo: EPU.
- Ferry, G. (1974). *A prática do trabalho de grupo*. Porto alegre: Globo.
- Gadotti, (1999). *Convite à leitura de Paulo Freire*. São Paulo: Scipione.
- Gil, J. M. N. (2015). *O professor em stress: estratégias para prevenir e superar situações de conflito nas salas de aula*. Madrid: Bookout.
- Houser, M. L. (2005). Are we violating their expectations? Instructor communication expectations of traditional and non traditional students. *Communication quarterly*, 53 (2), 213-228. doi:10.1080/01463370500090332
- Jackson, Ph. W. (2010). *La vida en las aulas*. A Coruña: Morata

Lembo, J. M. (1975). *Por que falham os professores*. São Paulo: Universidade de São Paulo.

McCrosky, L., Richmond, V., & McCroskey, J. (2002). The Scholarship of teaching and learning: contributions from the discipline of communication. *Communication education*, 51(5), 383-391. doi:10.1080/03634520216521

Moita Lopes, L. P. (1996). *Oficina de linguística aplicada: a natureza social e educacional dos processos de ensino e aprendizagem de línguas*. Campinas: Unicamp.

Oliveira, J. B (1992). *Professores e alunos pigmalhões*. Coimbra: Livraria Almedina.

Santomé, J. T. (2010). La práctica reflexiva y la comprensión de lo que acontece en las aulas. Prólogo a la edición española. In, Ph. W. Jackson (2010) (Ed.). *La vida en las aulas*. Madrid: Morata

Sarup, M. (1993). *Marxismo e educação*. Rio de Janeiro: Guanabara.

Signorielli, N. (1996). *Women in communication: a biographical sourcebook*. Westport: Greenwood.

A IMPORTÂNCIA DAS APRENDIZAGENS MOTORAS BÁSICAS NUMA MODALIDADE DESPORTIVA: FUTEBOL

The importance of basic motor learning in a sport: football

GOMES, Hugo⁷, PEREIRA, Pedro, FONSECA, Tiago, BOTELHO, Pedro, CHAVES, Francisco, AZEVEDO, Rui, & MORGADO, Elsa⁸

Resumo

A finalidade e natureza desta investigação centra-se na comparação entre as diferentes etapas e estágios de aprendizagem motora. Foram selecionados de forma intencional dois atletas, cuja faixa etária recai em idades compreendidas entre os 9 e os 14 anos, atletas dos escalões sub-10 e sub-15. Estudo de natureza qualitativa. O instrumento de avaliação adotado foi a observação direta e não participante, recorrendo a um conjunto de quatro exercícios destinados a crianças/pré-adolescentes. Com base nos resultados pudemos aferir que é fundamental que as habilidades inerentes à prática da modalidade se trabalhem desde cedo.

Abstract

The purpose and nature of this investigation focuses on the comparison between the different stages and stages of motor learning. Two athletes were intentionally selected, whose age range falls between 9 and 14 years old, athletes from the sub-10 and sub-15 levels. Qualitative study. The assessment instrument adopted was direct and non-participant observation, using a set of four exercises aimed at children / pre-adolescents. Based on the results we were able to verify that it is essential that the skills inherent to the practice of the modality work from an early age.

Palavras-chave: *Aprendizagem Motora; Habilidades Motoras; Futebol.*

Key-words: *Motor Learning; motor skills; Football.*

Data de submissão: janeiro de 2020 | **Data de publicação:** março de 2020.

⁷ HUGO GOMES (*Corresponding Author*) – Licenciatura em Ciências do Desporto | Departamento de Desporto, Exercício e Saúde da Escola de Ciências da Vida e do Ambiente da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, PORTUGAL. E-mail: hugogomes7@gmail.com

⁸ ELSA MORGADO – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro | Universidade Católica Portuguesa - Centro de Estudos Filosóficos e Humanísticos | Instituto Politécnico de Bragança, PORTUGAL. E-mail: levielsa@utad.pt

INTRODUÇÃO

Tomando as palavras de Magill (1989, apud Pellegrini, 2017, p. 29), “a aprendizagem refere-se a uma mudança na capacidade de o indivíduo executar uma tarefa, mudança esta que surge em função da prática e é inferida de uma melhoria relativamente permanente no desempenho”. Logo, a prática “é condição necessária embora não suficiente para que ocorra a aprendizagem” (Pellegrini, 2017, p. 29).

A Aprendizagem segundo Bompa (2005) e Tani (2008), refere-se às transformações no comportamento conseguidas por meio da prática recorrendo a repetidas tentativas. Em relação à aprendizagem Romanelli (2003, apud Andrade, Luft, & Rolim, 2004, p. 3) refere que esta decorre da “receção e da troca de informações entre o meio ambiente e os diferentes centros nervosos”.

Ou seja, Rossi (2011) refere que a habilidade motora consiste num conjunto de movimentos executados com exatidão e precisão. Silva (2010) descreve que, para que ocorra uma habilidade motora com bom desempenho, torna-se fundamental existir um correto desenvolvimento da coordenação motora.

Gallahue e Ozmun (2001) apresentam quatro fases da aprendizagem motora: *Motora Reflexiva*: os reflexos são as primeiras formas do movimento humano; *Motora Rudimentar*: os movimentos rudimentares são determinados de forma maturacional e caracterizam-se por uma sequência de aparecimento previsível; *Motora Fundamental*: são habilidades motoras fundamentais da primeira infância, são consequência da fase de movimentos rudimentares do período neonatal; *Motora Especializada*: trata-se de um período em que as habilidades estabilizadoras, locomotoras e manipulativas fundamentais são progressivamente refinadas, combinadas e elaboradas para o uso em situações crescentemente exigentes.

Por sua vez Jardim (2012), apresenta os estágios da Aprendizagem Motora: *Cognitivo* - o indivíduo realiza os movimentos com erros grosseiros, só que não consegue visualizar o seu erro nem tão pouco corrigi-lo. *Associativo* - realiza o movimento com erros grosseiros, visualiza o seu erro, mas não consegue corrigi-lo. *Autónomo* - o indivíduo realiza os movimentos com erros grosseiros, visualiza o seu erro, onde errou e consegue corrigi-lo.

O desenvolvimento motor é o estudo do comportamento motor, assim como as alterações que ocorrem ao longo do tempo, resultante da maturação e aquisição de experiência (Isavama & Galahardo, 1998; Gallahue & Ozmun, 2001; Andrade, Luft, & Rolim, 2004; Oliveira, 2010; Jardim, 2012). Devido a estas transformações o indivíduo poderá alcançar diferentes níveis funcionais, estando dessa forma preparado para executar tarefas mais complexas.

No plano desportivo verifica-se uma tendência para potencializar ao máximo o atleta, levando a uma especialização precoce. Nessa perspetiva, torna-se indispensável que os profissionais do desporto criem condições para que os jovens desportistas tenham uma aprendizagem sustentada e equilibrada.

Jardim (2012) refere que na infância é fundamental o desenvolvimento dos elementos psicomotores, nomeadamente, o equilíbrio, a perceção visual, o ritmo, a concentração, a perceção óculo-pedal e perceção óculo-manual, a lateralidade, a atenção, a cognição, a perceção do tempo, bem como do espaço.

Neste trabalho iremos abordar alguns aspetos importantes e históricos sobre a modalidade escolhida (futebol) e a influência que o desenvolvimento e as habilidades motoras trazem à mesma. No segundo ponto iremos registar e explicar os exercícios postos em prática e a forma como podem potencializar o desenvolvimento de jovens atletas. A amostra de estudo centrou-se em atletas sub-10 e sub-15 do Sport Clube Vila Real e no final foram comparados os resultados obtidos. Por fim, teremos em conta as considerações finais sobre os pontos abordados anteriormente e o papel que a aprendizagem motora desempenha na prática desportiva.

1. CONTEXTO HISTÓRICO

O primeiro registo de um desporto semelhante ao futebol atual nos territórios bretões vem do livro *Descriptio Nobilissimae Civitatis Londinae*, de Willian Fitzstephe, em 1175. A obra cita um jogo durante a Schrovetide (espécie de Terça-feira Gorda), em que habitantes de várias cidades inglesas saíram à rua a chutar uma bola de couro para comemorar a expulsão dos dinamarqueses. A bola simbolizava a cabeça de um invasor.

Por muito tempo o futebol foi meramente um festejo para os ingleses. Lentamente o desporto passou a ficar cada vez mais popular. Era comum no desporto pernas partidas, roupas rasgadas ou dentes partidos. Em 1700, foram adotadas novas regras de forma a pôr termo aos atos violentos no futebol. Este teve que mudar, e foi ganhando aspetos mais modernos.

Em 1710, as escolas de Covent Garden, Strand e Fleet Street passaram a adotar o futebol como desporto. Com isso, depressa ganhou novos adeptos, que saíram de desportos como o tiro e a esgrima. Com a difusão do desporto pelos colégios do país, o problema passou a ser os diferentes tipos de regra em cada escola. Duas regras de diferentes colégios ganharam destaque na época: um jogo só com o uso dos pés, e o outro com o uso dos pés e das mãos. Criaram-se, assim, o futebol e o rugby, em 1846.

2. HABILIDADES MOTORAS NO FUTEBOL

Atualmente o futebol é o desporto mais praticado no mundo, ao mais alto nível. O futebol é um desporto dinâmico, que exige dos seus participantes diferentes habilidades e capacidades. O processo de aprendizagem de uma habilidade são fatores que influenciam o nível de desempenho da mesma. Estas habilidades motoras realizadas de maneira correta, em conjunto, darão ao atleta maior eficiência no âmbito desportivo. Freire (2003) destaca que as habilidades específicas do futebol decorrem através das habilidades gerais.

Segundo Silva (2010), as capacidades que devem ser trabalhadas no futebol são: força, velocidade, agilidade, resistência, coordenação e flexibilidade.

Tani, Bruzi, Bastos e Chiviacowsky (2011, p. 393), refere que “A Aprendizagem Motora busca a compreensão dos mecanismos e processos subjacentes à aquisição de habilidades motoras e dos fatores que influenciam esse processo”. Afirma ainda que a prática e a experiência conduzem à execução de movimentos mais eficientes e que desta forma se alcança as metas desejadas.

Pode então afirmar-se que a aprendizagem motora, é a base dos estudos da iniciação desportiva. Galatti (2006, p. 29) destaca que

a iniciação desportiva é o primeiro momento de contacto com a prática específica do desporto, caracterizando-se pelo objetivo educacional, de formação integral do ser humano, a fim de contribuir para seu desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e social.

Freire (2003), apresenta uma proposta de trabalho de iniciação ao futebol com crianças, em âmbito escolar, mostrando conceitos pedagógicos importantes para qualquer trabalho que possa ser desenvolvido na área da iniciação desportiva. O autor diz-nos, que “para ensinar crianças e adolescentes, devemos sempre levar em consideração, a cultura popular” (Freire, 2003, p. 7). Porém, há autores que afirmam que o desenvolvimento da prática de uma modalidade desportiva deve estar de acordo com o nível de experiência dos alunos, a sua idade, bem como os níveis de desenvolvimento motor.

O futebol exige dos seus praticantes movimento com elevados níveis de coordenação, o que requer bom desenvolvimento das capacidades motoras. Gallahue e Ozmun (2005) defendem que o desenvolvimento das habilidades motoras fundamentais servirá de base para a aprendizagem dos fundamentos básicos do futebol.

2. METODOLOGIA

A metodologia seguida neste trabalho enquadra-se num estudo qualitativo (Taylor & Bodgan, 1994; Sandín Esteban, 2003; Gil, 2010; Bisquera, 2014). Vilelas (2009, p. 105) destaca que a investigação qualitativa “é uma forma de estudo da sociedade que se centra no modo como as pessoas interpretam e dão sentido às suas experiências e ao mundo em que elas vivem”.

O método recai sobre um estudo de caso (Simons, 2011). Ou seja, “Estuda uma dada entidade no seu contexto real, tirando todo o partido possível de fontes múltiplas de evidência como entrevistas, observações, documentos e artefactos” (Yin, 1984 apud Ponte, 2006, p. 7).

Para a recolha de dados baseamo-nos na observação direta e não participante. Foram observados dois indivíduos, do género masculino, com idades compreendidas entre os 9 e os 14 anos de idade. Atletas dos escalões sub-10 e sub-15 do Sport Clube Vila Real. As observações foram registadas em vídeo e posteriormente analisadas. A observação arca um papel fundamental no presente processo, uma vez tratar-se de um espaço privilegiado de interação e de contacto com a realidade (Marconi & Lakatos, 2002).

Vianna (2007, p. 12) quando se refere à observação diz-nos que: “é uma das mais importantes fontes de informações em pesquisas qualitativas em educação. Sem acurada observação, não há ciência”. A maioria dos autores analisados, entre eles Vilelas (2009) e Valles (1997) defendem que esta técnica não deve constituir o único meio de recolha de dados, mas deve ser complementada com outras técnicas, nomeadamente pesquisa documental (dados biográficos e socioeconómicos).

Recorreu-se a um conjunto de quatro exercícios destinados a crianças/pré-adolescentes. A finalidade e natureza do trabalho centra-se na comparação entre as diferentes etapas e estágios de aprendizagem motora.

2.1. Caracterização da Amostra

Fazem parte do estudo 2 indivíduos, ambos do género masculino, com idades compreendidas entre os 9 e os 14 anos de idade. Atletas dos escalões sub-10 e sub-15 do Sport Clube Vila Real.

	Sub-10	Sub-15
Idade	9	14
Peso (kg)	41	69
Altura (cm)	150	158
IMC	18,2	27,6

Tabela 1 - Idade, Peso, Altura e IMC) – Fonte própria

Recorrendo à tabela 1 podemos verificar que o indivíduo dos sub-10 apresenta um IMC de 18,2 kg/m², ou seja, no limiar do sobrepeso, visto que o seu valor normal deveria oscilar entre os 13,6 kg/m² e os 18 kg/m². No indivíduo dos sub-15 observamos um IMC de 27,6 kg/m², sendo que o IMC para esta idade deveria ser entre 15,6 kg/m² e 21,9 kg/m².

Para este estudo, também foram consideradas as condições socioeconómicas, aproveitamento escolar, bem como deficiências e necessidades educativas.

	Sub-10	Sub-15
A. Escolar	M. Bom	Bom
A. Familiar	Normal	Normal
Deficiências	Sim	Não

Tabela 2 - Aproveitamento Escolar, Agregado familiar, Deficiências/N. Educativas- Fonte própria

Na tabela 2 podemos verificar que o indivíduo dos sub-10 tem um aproveitamento escolar muito bom, agregado familiar normal e deficiências a nível da visão (hipermetropia e miopia). No indivíduo dos sub-15 podemos verificar que tem um aproveitamento escolar bom, agregado familiar normal e sem qualquer tipo de deficiência ou a apontar.

2.2. Caraterização dos exercícios

Foram apresentados um conjunto de quatro exercícios dirigidos a crianças/pré-adolescentes de forma a avaliar a sua aptidão motora utilizando exercícios gerais e específicos.

No primeiro exercício, os atletas correm verticalmente para trás e para a frente entre alguns sinalizadores. Após esta primeira fase deslocam-se horizontalmente para a esquerda e depois para a direita, terminando com receção e passe. Este exercício promove as mudanças de direções que neste desporto são mais utilizadas, estimulando músculos diferentes num curto espaço de tempo.

Já no segundo exercício, os atletas têm de saltar a pés juntos e com os pés afastados alternadamente numa “escada” e no fim fazem receção e passe para o colega em frente. Com este exercício é pretendido avaliar a rapidez dos membros inferiores aliada à destreza motora, ao equilíbrio.

No terceiro exercício, é solicitado aos atletas que ultrapassem pequenas barreiras, só podendo pisar uma vez o solo entre as mesmas terminando com receção e passe ao colega. Com este tipo de exercícios pretendemos aumentar a amplitude dos movimentos que resultará no aumento da passada e consequente aumento da velocidade.

Por fim, no quarto exercício, os atletas têm de passar por entre os sinalizadores com a bola controlada e utilizando os dois pés terminando com um passe ao colega. Neste exercício, o domínio da bola com os dois pés permite não só o desenvolvimento das capacidades com o pé dominante, mas também com o pé mais fraco, o que resultará na capacidade de poder jogar bem com os dois pés.

3. RESULTADOS/ANÁLISE

No primeiro exercício, foi visível a dificuldade dos jogadores sub-10 em baixar o corpo na fase da corrida lateral. Tendo em conta a idade dos atletas, considera-se normal, pois é uma capacidade que irão adquirir com a prática e com o passar do tempo. É importante que estas habilidades se trabalhem desde cedo, dessa forma, com a idade se ganhará boa performance. No atleta sub-15, já se nota maior maturidade na realização do exercício, todavia as costas não se encontram perpendiculares ao chão.

Na etapa seguinte, observou-se uma boa coordenação do jogador sub-10, mas de forma um pouco lenta. Por sua vez, o jogador dos sub-15 efetuou com relativo sucesso o exercício das “escadas”, com movimentos intercalados o que resultou numa descoordenação no final do exercício.

No terceiro exercício, notaram-se muitas diferenças entre os dois atletas. O atleta sub-10 efetuou o exercício com destreza, conjugando coordenação e rapidez ao saltar as barreiras. Já o atleta sub-15 não conseguiu acompanhar o movimento das pernas com os braços, demonstrando dificuldades nos seus movimentos o que o levou a derrubar algumas barreiras.

No último exercício, observou-se que tanto um jogador como o outro, conseguiram conduzir coordenadamente a bola entre os sinalizadores, apesar do atleta sub-15 não ter os movimentos fluidos, descoordenando-se na parte final do exercício. O atleta sub-10 concretizou a tarefa proposta com mais destreza, porém apresentando ainda algumas lacunas no que toca à rapidez de movimentos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aprendizagem de novas habilidades motoras está intimamente relacionada com o desenvolvimento motor dos indivíduos, que foi definido por Gallahue (2005) como a contínua alteração no comportamento ao longo da vida, produto da interação entre as necessidades da tarefa, os aspetos biológicos do indivíduo e as condições proporcionadas pelo ambiente.

Transpondo este conhecimento para o futebol em específico, podemos concluir através desta experiência que os atletas dos sub-15 apresentam maior facilidade na realização dos exercícios logo, maior maturação. No entanto, existem aspetos adversos que condicionam a realização adequada do exercício, como por exemplo, o porte físico. Os atletas que durante os estágios iniciais da sua infância desenvolveram a coordenação motora e consequentemente as habilidades motoras básicas, terão maior facilidade para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das habilidades específicas do futebol.

Os profissionais ligados a este ramo, que lidam com os mais novos, têm uma importante tarefa e responsabilidade no desenvolvimento físico e cognitivo do jovem atleta. Estes, terão de lhe proporcionar as melhores condições para a sua evolução. Os atletas necessitam de um percurso de desenvolvimento sólido e harmonioso das habilidades motoras, pois como pudemos concluir, um dos aspetos mais relevantes no desempenho desportivo é a aprendizagem motora básica. O desenvolvimento da prática de uma modalidade desportiva deve estar de acordo com o nível de experiência dos alunos, a sua idade, bem como dos níveis de desenvolvimento motor e cognitivo, a par dos dados e referências sociodemográficas (quando necessário e aplicável), socioeconómicos e outros dados considerados oportuno triangular e / ou a considerar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Andrade, A., Luft, C. B., & Rolim, M. K. S. B. (2004). O desenvolvimento motor, a maturação das áreas corticais e a atenção na aprendizagem motora. *Revista Digital*, 10(78), 1-14. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd78/motor.htm>

Bisquerra, R. (2014). *Metodología de la Investigación educativa*. Madrid: La Muralla.

Bompa, T. (2001). *A periodização no treinamento esportivo*. São Paulo: Manole.

Freire, J. B. (2003). *Pedagogia do Futebol*. Campinas, SP: Autores Associados.

Gallahue, D., & Ozmun, J.C. (2005). *Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos*. (3.^a ed.). São Paulo: Ed. Phorte.

Gil, A. (2010). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas.

Isavama, H. F., & Galhardo, J, P. P. (1998). Desenvolvimento motor: análise dos estudos brasileiros sobre habilidades motoras fundamentais. *Revista Educação Física*, 9(1), 75-82.

Jardim, M. B. (2012). *O afeto como instrumento primordial na atuação do educador físico com crianças e jovens de comunidades carentes*. (Pós-Graduação em Psicomotricidade - Educação e Clínica). IBMR/Laureate International Universities, Rio de Janeiro.

Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2002). *Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. (5^a. ed.). São Paulo: Atlas.

Pellegrini, A. M. (2017). A aprendizagem de habilidades motoras I: o que muda com a Prática? *Revista Paulistade Educação Física*, (supl.3), 29-34. doi: 10.11606/issn.2594-5904.rpef.2000.139610

Ponte, J. P. (2006). Estudos de caso em educação matemática. *Bolema*, 25, 105-132.

Rossi, L. M. (2011). *Estudo comparativo entre o padrão motor de crianças praticantes de basquetebol e de futebol de salão*. (Monografia de Licenciatura em Educação Física). Universidade Tecnológica, Federal do Paraná, Curitiba.

Sandín Esteban, M. P. (2003). *Investigación cualitativa en Educación. Fundamentos y Tradiciones*. Madrid: McGrawHill.

Silva, S. A. (2010). *Bateria de testes para medir a coordenação com bola de crianças e jovens*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Simons, H. (2011). *El estudio de caso: Teoría y práctica*. Madrid: Morata.

Tani, G., Bruzi, A. T., Bastos, F. H., & Chiviacowsky, S. (2011). O estudo da demonstração em aprendizagem motora: estado da arte, desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano*, 13(5), 392-403. doi: [10.5007/1980-0037.2011v13n5p392](https://doi.org/10.5007/1980-0037.2011v13n5p392)

Taylor, S. J., & Bodgan, R. (1990). *Introducción a los métodos cualitativos de investigación: La búsqueda de significados*. Buenos Aires: Paidós.

Valles, M. S. (1997). *Técnicas Cualitativas de Investigación Social. Reflexión metodológica y práctica profesional*. Madrid: Editorial SÍNTESIS, S.A.

Vianna, H. M. (2007). *Pesquisa em Educação: a observação*. Brasília: Líber Livro Editora.

Vilelas, J. (2009). *Investigação o processo de construção do conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo.

AS CAUSAS DO FRACO DOMÍNIO DO PORTUGUÊS PELOS ALUNOS DO ESG EM MOÇAMBIQUE

The causes of weak Portuguese domain by ESG students in Mozambique

VILANCULO, Amélia Ernesto Chissengue⁹, & LAMAS, Estela Pinto Ribeiro¹⁰

Resumo

Este estudo versa sobre o fraco domínio da língua portuguesa (LP) pelos alunos do Ensino Secundário Geral (ESG) e tem como objectivo apresentar os resultados de uma pesquisa exploratória que realizamos na Escola Secundária de Mucoque (ESM) sobre as causas do fraco domínio do português pelos alunos do ESG. Para respondermos a este objectivo, optamos por uma abordagem qualitativa e, para a recolha de dados, realizamos entrevistas, questionário e observação, envolvendo estudantes de uma turma da 12.^a classe, ano lectivo de 2019, professores de LP, pais e/ou encarregados de educação, na Escola Secundária de Mucoque, distrito de Vilankulo, província de Inhambane. A pesquisa aponta como causas do fraco domínio do português: a exclusão das línguas maternas no ESG; o uso da mesma metodologia de ensino e a inflexibilidade dos programas de ensino.

Abstract

This study deals with ESG students' poor command of Portuguese language and aims to present the results of an exploratory research we conduct at the Mucoque High School on the causes of ESG students' poor command of Portuguese language. To meet this objective, we use a qualitative approach and data collection, we conduct interviews, questionnaires and observation involving students from a 12th grade class, 2019 school year, portuguese language teachers, parents and/or guardians at Mucoque Secondary School, Vilankulo, Inhambane province. The research points as causes of the weak domain of Portuguese: the exclusion of mother language in the ESG; the use of the same teaching methodology and the inflexibility of teaching programs.

Palavras-chave: *Fraco domínio; Língua Portuguesa; Ensino Geral Secundário.*

Key-words: *Weak domain; Portuguese language; ESG.*

Data de submissão: março de 2020 | **Data de publicação:** junho de 2020.

⁹ AMÉLIA ERNESTO CHISSENGUE VILANCULO - Escola Secundária de Mucoque | Universidade Metodista Unida de Moçambique, MOÇAMBIQUE. E-mail: ameliavilanculo82@gmail.com

¹⁰ ESTELA PINTO RIBEIRO LAMAS - Universidade Metodista Unida de Moçambique, MOÇAMBIQUE. E-mail: estela.lamas@mac.com

INTRODUÇÃO

Moçambique é um país multilingue, com mais de 40 línguas nacionais. Embora a maior parte da população tenha as línguas bantu como L1, o português é a língua mais prestigiada em Moçambique. Segundo Gonçalves (2012, p.6),

Até hoje, o português, a língua oficial, é não só a língua usada nas instituições públicas e a língua dominante na escolarização, como também funciona como o principal veículo de acesso ao emprego formal e aos benefícios sócio-económicos daí decorrentes.

As línguas bantu são relegadas para a comunicação familiar ou utilizadas entre pessoas da mesma origem étnica, isto é, para as comunicações informais. Os alunos do Ensino Secundário Geral (ESG), e não só, têm problemas em escrever, ler e se expressar na LP. Este facto contribui para o baixo aproveitamento pedagógico não só na disciplina de português, mas também em outras disciplinas curriculares, uma vez que “esta língua é instrumento de acesso a outros conhecimentos” (Alves, 2010, p.1). As dificuldades que os alunos demonstram ter no domínio da LP têm preocupado cada vez mais não só o sector da educação, mas também a sociedade em geral.

Este estudo tem como objectivo apresentar os resultados de uma pesquisa exploratória que realizamos na Escola Secundária de Mucoque (ESM) sobre as causas do fraco domínio do português pelos alunos do ESG. Trata-se de um pré-teste para a pesquisa de mestrado em Didáctica e Pedagogia, em processo na Universidade Metodista Unida de Moçambique (UMUM). Este artigo é também resultado de um trabalho realizado no seminário Didáctica Específica, uma das componentes do nosso curso. Os resultados obtidos nesta pesquisa servem como base para a elaboração de instrumentos adequados a serem aplicados na pesquisa principal. Por se tratar de uma pesquisa exploratória realizamos entrevistas, questionário e observação, envolvendo estudantes de uma turma da 12.^a classe, ano lectivo de 2019, professores da LP, pais e/ou encarregados de educação, na Escola Secundária de Mucoque, distrito de Vilankulo, província de Inhambane. Optamos pela abordagem de natureza qualitativa, já que pretendemos compreender e interpretar um fenómeno, sem nos importarmos com os números e estatísticas. Pretendemos ainda ao longo da pesquisa apresentar o quadro teórico que vai nortear o estudo, a metodologia usada e os respectivos instrumentos de recolha de dados, a discussão dos resultados e finalmente as considerações finais.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Moçambique é um país que apresenta uma grande diversidade linguística e a maior parte da população expressa-se na língua materna (LM). Os dados estatísticos do censo populacional de 2017 confirmam que dos 22243373 moçambicanos com idade compreendida entre os 5 a 80+, apenas 3686890 fala português como LM, 3737726 fala português com mais frequência em casa e 11707468 não sabe falar português. Apesar de os dados mostrarem maior número de falantes da língua local, o português é considerado a única língua oficial e de prestígio em Moçambique. Por isso, o programa de ensino de português, 12^a classe (2010) apela aos professores para assegurarem que os alunos se expressem com clareza e que saibam adequar o seu discurso às diferentes situações de comunicação. Segundo o plano curricular do ESG (2007), para além do português ser a língua oficial e de ensino, é um meio para a integração plena na vida social, cultural, económica e política do país e do mundo.

Embora o português seja considerado língua de escolarização, os alunos não o dominam, apresentam várias dificuldades de escrita, leitura e de expressão. O fraco domínio da LP é preocupação não só para a comunidade académica, mas também para a sociedade em geral porque, para além de ser a língua de ensino, é também a língua de acesso a locais formais (Gonçalves, 2012). O problema do fraco domínio da LP constitui tema de conversa e de debates nas várias esferas da sociedade. Os estudos abaixo referenciados comprovam que este problema não preocupa apenas os moçambicanos, mas também outros países falantes da LP. Embora a investigação tenha ocorrido em momentos diferentes, os autores são unânimes ao afirmar que o fraco domínio da LP constitui um grande obstáculo para a aprendizagem e um desafio para os professores da LP.

Para Quiraque e Paula (2015, p. 2), a barreira linguística é um dos maiores obstáculos na aprendizagem, porque “o aluno não pode partilhar as suas experiências com o professor e com os colegas; não pode exprimir suas ideias e emoções; não compreende a maior parte das instruções e explicações dadas pelo professor”. Na mesma linha de ideias, Timbane (2013, p. 225) defende que “um aluno que não domina a expressão, a compreensão e a escrita, não aprova nas várias disciplinas, pois não conseguirá ler, entender e responder as perguntas das provas”.

O plano operacional 2015-2018 apresenta o fraco domínio do português como um dos factores que aflige o sector da educação. De acordo com o documento, a maioria das crianças não tem o português como LM, daí que aprender a ler e escrever num novo idioma que as crianças não falam ou compreendem, torna a aprendizagem um sério desafio para professores e alunos. No relatório apresentado pela UNICEF (2017, p. 19), podemos ler que

O fraco domínio do português é uma barreira significativa para a aprendizagem, visto que a maioria das crianças não tem o português como língua materna, e torna o processo de ensino e aprendizagem, num sério desafio para os professores e alunos.

Cientes da magnitude do problema, linguistas e académicos desenvolvem vários estudos com vista a trazer soluções para este problema que não só preocupa a comunidade académica, mas toda a sociedade. O estudo apresentado por Timbane (*op.cit.*) aponta o meio familiar e as condições sócio - económicas como factores que influenciam a formação da criança. Para o autor, as crianças, que desenvolvem as competências comunicativas, no meio familiar, têm mais sucesso quando frequentam a escola. Quanto às condições dos pais, o autor defende que uma criança com melhores condições financeiras tem maior probabilidade de ter sucesso na escola do que aquela com baixa condição.

Num outro estudo sobre “a problemática do ensino da língua na 1.^a classe num contexto sócio linguístico urbano”, Timbane, 2009 (citado por Velasco & Timbane, 2017), aponta como causas do insucesso escolar, em Moçambique, o uso da mesma metodologia de ensino para turmas heterogéneas e a exclusão das línguas moçambicanas no processo de ensino e aprendizagem da língua. Estas causas encontram sustentação num outro estudo deste mesmo autor (2013), quando defende o uso de metodologias diferentes para turmas heterogéneas e aponta o ensino bilingue como alternativa para a redução dos índices de reprovações nas zonas rurais.

A exclusão da LM no processo de ensino e aprendizagem da LP é uma causa sustentada por vários estudos. Nesse sentido, a opinião de Pinto (2010, p.37) é que “o conhecimento que o aluno tem da sua LM influencia a forma como ele aborda a L2 e possivelmente como a aprende”. Já Alves (2010, p.88), no seu relatório *O insucesso escolar em língua portuguesa. Um Estudo de caso*, aponta como causas para o insucesso escolar em LP,

(...) a falta de incentivo; a falta de conversa com a família; o tempo dedicado em demasia com a televisão; computador; playstation; a permissividade da família; a falta de rigor dos horários de deitar e da principal refeição do dia, o pequeno-almoço, mas essencialmente a falta de leitura.

Para a autora, é importante que os pais e/ou encarregados de educação acompanhem a educação dos seus filhos. Partindo do princípio que o português é uma língua segunda (L2), Pinto (2010) apresenta na sua tese, estratégias didácticas que podem ser úteis no processo de ensino e aprendizagem de uma L2.

Os estudos acima apresentados comprovam que os factores, que contribuem para o insucesso escolar em LP, são vários e diversificados, mas as soluções apresentadas não respondem o problema, pois ainda prevalece o problema do fraco domínio da LP nos alunos em todos os subsistemas de ensino. É, pois, nesta linha, sustentada e desafiada pelos autores, que temos investigado, que vamos desenvolver a nossa pesquisa.

METODOLOGIA DE TRABALHO

Para encontrarmos as causas do fraco domínio do português pelos alunos do ESG, propomos uma abordagem qualitativa, por se adequar aos objectivos que pretendemos alcançar. Começamos, como interveniente no processo em causa, por nos empenharmos no estudo do contexto, nas suas peculiaridades, nos actores que nele actuam, recorrendo à observação organizada, bem como no estudo e questionamento de documentação, que nos permita construir um conhecimento consolidado do problema identificado, contribuindo para a compreensão da situação que constitui o objecto do nosso estudo. Uma vez, por dentro das suas particularidades, testando as hipóteses levantadas, dedicamo-nos à descrição das realidades com que nos deparamos, e para as quais, orientada pelos objectivos traçados, queremos encontrar soluções.

Para respondermos às questões, que se colocam e focalizando-nos no problema identificado, para a nossa pesquisa, realizamos o estudo em uma turma da 12.^a classe, no ano lectivo 2019, na ESM, Vilankulo, província de Inhambane. Integrada no contexto, implicamo-nos na recolha de dados, realizamos entrevistas, questionários e observação envolvendo 45 alunos, 4 professores da língua portuguesa e 10 pais e/ou encarregados de educação. Na sequência dos caminhos que percorremos na interacção e diálogo com as vivências e intervenientes, ao entendermos os diferentes testemunhos expressos,

avancamos para a apresentação/descrição dos factores, que concorrem para o fraco domínio do português pelos alunos do ESG. Abrimos, desse modo, retomando as teorias abordadas, vias para alcançar os objectivos delineados. Observamos 5 aulas da turma nº 10, com o objectivo de verificar as dificuldades que os alunos têm na leitura, escrita e expressão.

Tabela 1- Roteiro da observação

Aulas	O que pretendemos observar
1 ^a - 2 ^a	O domínio da leitura (pronuncia, a pontuação, segurança na leitura...)
3 ^a - 4 ^a	A competência da escrita (construção frásica, a concordância, erros ortográficos...)
5 ^a	A competência comunicativa

Nas primeiras duas aulas, a nossa preocupação foi a leitura do texto, já que a aula era sobre leitura, análise e interpretação do texto. O professor orienta os alunos para a leitura do texto expositivo/explicativo. Durante a leitura anotamos todas as palavras pronunciadas incorrectamente, o tempo que cada aluno usa para ler o texto e a segurança que o aluno demonstra enquanto lê o texto. Na terceira e quarta aula, verificamos as anotações que os alunos fazem enquanto o professor explica. Na quinta aula focalizamo-nos na componente ‘expressão’ dentro e fora da sala de aulas. Para envolver os professores, realizamos uma entrevista, com o objectivo de compreender as dificuldades que enfrentam ao ensinar português e questionamo-los sobre o tipo de metodologia utilizada para ensinar português como L2.

Tabela 2- Guião de entrevista

1	Qual é o seu nível académico? Em que instituição de ensino foi formado?
2	Há quanto tempo é professor de português?
3	Quais são as dificuldades que enfrenta para ensinar português como L2?
4	Quais são as maiores dificuldades que os alunos apresentam no processo de ensino - aprendizagem da LP?
5	Que tipo de metodologia utiliza para ensinar português como L2?
6	No seu entender quais são as causas que contribuem para o fraco domínio do português pelos alunos do ESG?

Aos pais e/ ou encarregados de educação aplicamos um questionário com 5 perguntas, com objectivo de descobrir a língua usada frequentemente para se comunicarem com os seus filhos em casa. Para alguns pais o questionário foi presencial e as perguntas traduzidas para a língua local.

1. **Em que bairro vive?** -----
2. **Qual é a relação de parentesco com o aluno?**
Pai----- Mãe-----Tio (a) -----Irmão (ã) -----Outra----
3. **Qual é o seu nível académico?**
Não estudou---- Primário----- Secundário----- Superior----
4. **Qual é a língua que usa para se comunicar com os seus filhos?**
Português----- Xitsua----- Bitonga-----Inglês-----Outras----
5. **Qual é a língua que mais se fala na comunidade onde vive?**
Português----- Xitsua----- Bitonga-----Inglês-----Outras----

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Na componente ‘leitura’, constatamos que os alunos têm medo ou receio de ler o texto. Dos dez alunos submetidos à leitura, apenas 2 são voluntários. E durante a leitura, verificamos que mais do que 50% dos alunos têm problemas em pronunciar algumas palavras, gaguejam muito, repetem muitas vezes a mesma palavra e não respeitam a pontuação. Como forma de ajudar, o professor repete as palavras que o aluno tem dificuldades de ler, tornando a leitura cansativa. Este facto faz com que o tempo estipulado para a leitura seja ultrapassado e, conseqüentemente, regista-se o incumprimento dos objectivos traçados para a aula.

Na componente ‘escrita’, constatamos que as anotações feitas pelos alunos continham muitas palavras escritas incorrectamente. Os alunos abreviam algumas palavras, algumas frases apresentam problemas de concordância, erros ortográficos, omissão de algumas palavras e desrespeito pelas regras de pontuação. A seguir apresentamos um exemplo de duas frases escritas pelos alunos. O professor explica o seguinte: “No texto expositivo/explicativo, há predominância de duas funções de linguagem, nomeadamente a função referencial (aquela que se usa para transmitir informações novas) e a função metalinguística (usada em segmentos que visam explicar ou esclarecer o sentido de uma noção ou expressão anterior).

Na primeira frase: o aluno anota o seguinte: “No texto expositivo/ explicativo, há predominância de duas funções de linguagem, nomeadamente a função *referencial* (aquela que se usa para transmitir informações novas) e a função *metalinguística* (usada em *seguimentos* que visam explicar ou esclarecer o sentido de uma noção ou *expressão* anterior). Na segunda frase: o aluno anota o seguinte: “No texto expositivo/explicativo, há predominância de duas funções de linguagem, nomeada a função *referencial* (aquela se usa para transmitir informações novas) e a função *metalinguística* (usada em *seguimentos* que visam explicar ou *esclarecer* o sentido de uma noção ou *expressão* anterior). Depois da aula verificamos os cadernos dos 45 alunos presentes e confirmamos que todos têm algum tipo de problema nas suas anotações e os erros mais comuns são ortográficos.

Na componente ‘expressão’ constatamos que os alunos têm dificuldades em se expressar na sala de aulas. Este facto deve-se a falta de domínio da LP. Quando o professor faz uma pergunta, muitos ficam em silêncio, alguns murmuram, outros conversam com os colegas em voz baixa. Os poucos que tomam coragem de responder têm dificuldades na pronúncia, falta de criatividade na elaboração das frases, problemas de concordância frásica, ou seja, não têm competência comunicativa. Este facto faz com que muitas das perguntas colocadas pelo professor fique sem respostas; outras vezes o professor é obrigado a responder às suas próprias perguntas, ou a recorrer a alguns vocábulos da LM, para suprir algum défice de compreensão.

Durante o intervalo, os alunos conversam em xitsua (língua local) ou falam em simultâneo as duas línguas – a LP e a LM. Os assuntos da conversa são diversos, desde as novelas até a assuntos escolares. Os alunos conversam muito à vontade, cometendo erros de todos os tipos. Questionados sobre a situação vivida na sala de aulas, os alunos são unânimes ao afirmar que se sentem mais à vontade ao expressarem-se na sua LM do que em português porque a LP exige muitas regras.

Todos os professores entrevistados assumem que enfrentam várias dificuldades para ensinar a LP como L2 e reconhecem que os resultados qualitativos neste subsistema de ensino não são satisfatórios. Quanto às metodologias utilizadas no processo de ensino - aprendizagem, todos os professores utilizam o mesmo método de ensino para todos os alunos e o mesmo livro disponibilizado pelo MINED. Para justificar este último facto, os professores acusam o MINED de não abrir espaço para a flexibilização dos programas de ensino. Segundo eles, o programa de ensino apresenta os conteúdos, a carga horária e a

metodologia a ser utilizada para cada aula, não abrindo viabilidades de adaptação às diversas situações com que se confrontam.

Dos dez pais inquiridos 6 revelam que conversam com os filhos na LM; 2 em português e 2 nas duas línguas (o xitsua e o português). Este facto está aliado ao nível de escolaridade e ao meio que os rodeia. Quanto ao nível académico, apenas 1 têm o nível médio concluído, 1 tem o nível superior, 2 têm o nível primário e os restantes não estudaram. Embora alguns pais tenham algum nível de escolaridade, assumem que comunicam frequentemente com os filhos na LM (xitsua) e acusam os próprios filhos de não ajudar a mudar este cenário.

Centrando - nos nos dados acima apresentados, aliando-os à experiência do dia-a-dia, a pesquisa permite-nos concluir que os alunos recorrem frequentemente à língua local para comunicar, por se sentirem mais familiarizados e próximos da sua realidade linguística, pois é a língua com a qual convivem e pela qual se assumem. Os alunos privilegiam a LM não só nas suas comunicações informais, mas também na escola e em outros locais formais e não formais. Este facto é influenciado pela realidade vivida em casa e na comunidade.

Segundo Timbane (2013), é no contexto familiar que se aprende a falar e é na base da LM que a criança pensa e reflecte sobre o mundo que a rodeia. Quando chega a idade escolar, a criança leva consigo essa língua para a escola e se essa língua não é a língua da escola; as dificuldades são enormes. Em várias situações procuram transferir alguns vocábulos da LM para compreender a LP. Velasco e Timbane (2017, p. 111) afirmam que:

É impossível pensar a aprendizagem de uma segunda língua, em contextos formais ou informais, sem a ocorrência de transferência da língua materna para a língua segunda. Independentemente do contexto em que essa aquisição irá se inserir, existirá um processo gradual caracterizado pela dinamicidade da língua.

A necessidade de se enquadrar num grupo, os círculos de amizades, entre outras razões, arrasta até aqueles que têm o português como L1 a falar a língua local. Estes factores contribuem para que o processo de ensino - aprendizagem da LP seja difícil e complicado. A exclusão da LM no processo de ensino - aprendizagem da LP desmotiva os alunos, pois os mesmos se sentem distantes da sua realidade linguística, da sua comunidade, da sua cultura. O uso da mesma metodologia no processo de ensino - aprendizagem desmotiva tanto os alunos que tem o português como LM quanto os que

têm as línguas bantu como LM. Por exemplo se um aluno tem português como LM sente-se à vontade na aula, já que o próprio currículo abraça este tipo de alunos; todavia, sente-se isolado dos outros. Os que têm as línguas bantu como LM se sentirão deslocados, pois estarão distantes da sua realidade linguística. Este facto dificulta o processo de assimilação e contribui para o baixo aproveitamento pedagógico. Timbane (2014, p. 7) afirma que:

Todos os alunos independentemente da sua língua materna usam os mesmos livros, todos na mesma sala. Busca-se igualdade e assimilação (performance) igual nos dois tipos de aluno e o resultado deste método são as reprovações constantes bem como a qualidade de ensino.

O facto de os alunos possuírem características próprias e proveniências diferentes, exige dos professores o recurso a metodologias, que respondam às necessidades de cada aluno. Infelizmente, a inflexibilidade dos programas de ensino é apontada pelos professores como uma das causas do insucesso na aprendizagem da LP pois, segundo eles, os programas de ensino não abrem espaço para adaptações às diversificadas situações com que se deparam, no seu dia-a-dia, no exercício da sua função docente. Segundo Daniel (2015), os programas de ensino uniformizam os conteúdos e os objectivos de ensino. Por exemplo, os conteúdos abordados na Escola Secundária de Mucoque numa semana devem ser os mesmos a serem abordados em todas as escolas secundárias do país. Daniel (2015, p.70) afirma que

Uma lógica semelhante aplica-se aos objectivos a atingir na disciplina da língua portuguesa, que devem ser os mesmos em todas as turmas de uma dada classe das escolas secundárias do país, independentemente das especificidades dos seus contextos idiossincrasias dos seus alunos.

Em conversas informais, os alunos apontam a deficiente formação dos professores que leccionam a disciplina de português como uma das causas que contribui para o fraco domínio da LP. Segundo eles, alguns professores não estão preparados para ensinar a LP, não têm domínio dos conteúdos e da própria língua. Tanto professores como alunos deixam recomendações. Os alunos sugerem a inclusão das línguas bantu no ESG, de modo a tornar o ensino mais próximo da sua realidade linguística e cultural. Os professores pedem ao MINED a flexibilização dos programas de ensino, que lhes possibilite adaptar certos conteúdos de acordo com a realidade de cada aluno. Só assim é que diferentes metodologias podem ser adoptadas, para ensinar um aluno, cada vez mais exigente e diferenciado.

Acreditamos que existam outras causas que contribuem para o fraco domínio do português pelos alunos do ESG, mas esta pesquisa exploratória centra-se na exclusão das línguas bantu no ESG, no uso da mesma metodologia no processo de ensino e aprendizagem e na inflexibilidade dos programas de ensino como causas do fraco domínio do português pelos alunos do ESG. Conhecer e entender estas situações visa criar condições para explorar soluções, forma de ultrapassar os obstáculos identificados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O português é a língua oficial em Moçambique, embora a maior parte da população se expresse na língua local. Para além de ser a língua oficial é a língua de ensino e de acesso a outros conhecimentos. Os alunos do ESG têm dificuldades de escrever, ler e de se expressar em português. Este problema tem vindo a tomar contornos alarmantes nos últimos anos, suscitando debates nas várias esferas da sociedade. O estudo exploratório realizado permite concluir que o fraco domínio da LP constitui um obstáculo para a aprendizagem, uma vez que dificulta a relação entre professor e aluno e o mesmo com os seus colegas. Esta situação não só prejudica a disciplina de português, mas todas as disciplinas curriculares, uma vez que no ESG todas as disciplinas são leccionadas em português, exceptuando o ensino de outra língua como o inglês e o francês.

Alunos, professores, pais e/ou encarregados de educação assumem que o problema do fraco domínio do português é uma realidade e que as consequências são desastrosas. Os dados recolhidos mostram que os alunos do ESG têm dificuldades de ler um texto, fazer anotações a partir da explicação do professor e expressar-se dentro e fora da sala de aulas em português. A pesquisa aponta como causas do fraco domínio do português pelos alunos do ESG as seguintes:

- A exclusão da LM no processo de ensino - aprendizagem, dificulta a aprendizagem do português L2, uma vez que os alunos se sentem mais distantes da sua realidade linguística.
- O uso do mesmo método de ensino para todos alunos mina o processo de ensino e aprendizagem da LP pois desmotiva tanto aqueles que têm o português como L1 quanto aqueles que o aprendem como L2.

- A inflexibilidade dos programas de ensino não abre espaço para adaptações nem acréscimos, limitando o professor a materializar os conteúdos elaborados a partir dos programas de ensino.

A introdução do ensino bilingue no ESG, o uso de metodologias diferentes e a flexibilização dos programas de ensino é parte da solução proposta pelos intervenientes do processo educativo. Esta pesquisa abre vias para a pesquisa principal e uma ponte para os que pretendem investigar este fenómeno, que não só enferma o sector de educação moçambicano, mas toda a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alves, C. M. V. (2010). *O insucesso escolar em língua portuguesa. Um estudo de caso*. Relatório para o grau de Mestre. Lisboa: Escola Superior de Educação João de Deus. Disponível em: [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2255/6/c%](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2255/6/c%20v.pdf)

Daniel, O. R. J. (2015). O Impacto do Ensino Bilingue no Processo de Ensino-Aprendizagem em Língua Portuguesa no Ensino Secundário Geral. In O. Daniel (Org), *Ensinar Língua Portuguesa em Moçambique: Desafios, possibilidades e constrangimentos* (pp.59-79). Portugal: Porto Editora.

Gonçalves, P. (2012). Lusofonia em Moçambique: Com ou Sem Glotofagia. *II Congresso Internacional de Linguística Histórica*. São Paulo. Disponível em : <http://www.catedraportugues.uem.mz/lib/docs/lusofonia-em-mocambique.pdf>

INDE/MINED. (2010). *Português, programa da 12^a classe*. Moçambique: INDE/MINED.

INDE/MINED. (2007). *Plano Curricular do Ensino Secundário Geral*. Maputo: UEM Imprensa Universitária.

Maunze, X. H. et al. (2019). *IV Recenseamento Geral da População, 2017, Resultados Definitivos–Moçambique*. Maputo: INE. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/iv-rgph-2017-/mocambique/censo-2017-brochura-dos-resultados-definitivos-do-iv-rgph-nacional.pdf>

MINED. (2015). *Plano Operacional 2015-2018 do Plano Estratégico da Educação 2012-2019*. Maputo: MINED.

Monteiro, M. (Cons.). (2017). UNICEF *Revisão de literatura Acesso Assiduidade e Retenção no EP em Moçambique*. Maputo. Disponível em:

https://www.academia.edu/36784523/UNICEF_Revisao_de_Literatura_Acesso_Assiduidade_e_Retencao_no_EP_em_Mocambique_MM_0917

Pinto, J. A. L. (2010). *Contributos para a formação contínua de professores L2 em Cabo Verde: dificuldades perante uma estratégia inovadora*. (Tese de doutoramento). USC, Santiago de Compostela.

Quiraque, Z. A. S., & Paula, M. H. (2015). Pequena Abordagem sobre o ensino bilingue em Moçambique. *ANAIS do I Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão da Regional Catalão* (pp.890-894). Goiás: Universidade Federal de Goiás. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/314078608-Pequena-Abordagem-sobre-Ensino-Bilingue-Em-Mocambique>

Timbane, A. A. (2014). O ensino da língua portuguesa em Moçambique e a problemática da formação de professores primários. *Revista do Difere*, 4(7), 1-21.

Timbane, A. A. (2013). A problemática do ensino da língua portuguesa em contexto multilingue em Moçambique. *Revista de Letras Norte@momentos Estudos Linguísticos*, 6 (12), 209-229.

Velasco, M. H., & Timbane, A. A. (2017). O processo de ensino e aprendizagem do português no contexto multicultural moçambicano. *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, 32, 99-120.

O ENSINO BILINGUE, UM RECONHECIMENTO DA SOCIEDADE MULTICULTURAL E CAMINHOS PARA BUSCA DA DIDÁCTICA INCLUSIVA

*Bilingual Education, a recognition of the multicultural society and pathways to
search inclusive education*

LOURENÇO, Florentino Maria¹¹

Resumo

O presente artigo foca-se num estudo que procura dar respostas à concepção e aos desdobramentos da praxis do ensino bilingue. Tem como objectivos reflectir sobre a necessidade de discutir o ensino bilingue como uma via para a inclusão num mundo cada vez mais multicultural; visa contribuir para o aprofundamento das percepções no contexto profissional docente sobre esta nova prática que os professores são desafiados a desenvolver. As reflexões apresentadas incidem sobre o problema, questionando o contributo que o ensino bilingue pode trazer para o ultrapassar; são relatos de professores e alunos da Escola Primária de Matasse-Govuro-Moçambique. Como conclusões apontamos para a promoção da didáctica do ensino bilingue bem como do desenvolvimento de competências sociais que permitam promover vivências de cidadania na escola.

Abstrait

Cet article se centre dans une recherche pour découvrir des réponses à la conception et contours de la praxis de l'enseignement bilingue. Il a comme objectif réfléchir autour de la nécessité de discuter l'enseignement bilingue comme un moyen d'inclusion dans un monde de plus en plus multiculturel ; vise contribuer pour l'approfondissement des conceptions dans le contexte professionnel de l'enseignant sur cette nouvelle pratique que les professeurs sont invités à développer. Les réflexions présentées incident sur le problème, interrogeant le contribue que l'enseignement bilingue peut en apporter pour le dépasser ; ce sont des rapports de professeurs et élèves de l'école primaire de Matasse-Govuro au Mozambique. Les conclusions de l'étude indiquent qu'il y a besoin d'un travail de socialisation de l'enseignement bilingue, qu'exige la formation de professeurs capables de construire des savoirs solides sur la didactique de l'enseignement bilingue, ainsi que du développement de compétences sociales que permettent de promouvoir des vécues de citoyenneté à l'école.

Palavras-chave: *Ensino bilingue; Didáctica inclusiva.*

Mots-clés: *Enseignement bilingue; Didactique inclusive.*

Data de submissão: março de 2020 | **Data de publicação:** junho de 2020.

¹¹ FLORENTINO MARIA LOURENÇO – Universidade Metodista Unida de Moçambique, MOÇAMBIQUE. E-mail: florentinomarialourenco@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O ensino moçambicano experimenta uma nova forma de estar na esfera da sua constituição: as escolas actuais são espelhos disto, a elas chegam, estudantes de vários pontos do país, professores também de todos os cantos do mundo. Estes intervenientes são estimulados a comunicar-se, a trocar impressões, a juntos construir um novo mundo para o qual a comunicação contribui de forma decisiva; lembramos que a origem latina de comunicar – *communicare* enfatiza o acto de tornar comum, de partilhar. Cada estudante ao chegar à escola traz consigo as suas experiências, a sua forma de viver, as suas convicções e, acima de tudo, um mundo interiorizado e, por vezes, construído com bases socialmente convencionadas. A escola neste sentido é desafiada a abrir-se a este mundo cada vez mais globalizado; quer o professor quer o currículo não pode relegar esta realidade para um segundo plano. Estes estudantes devem, desde cedo, perceber que não precisam passar pelo processo de aculturação para construir ciência. É preciso quebrar a ideia enraizada na nossa pedagogia de que só com a língua do ocidente se pode apre(e)nder e desenvolver a ciência. Assim sendo, os intervenientes no processo de ensino-aprendizagem precisam ter conhecimentos básicos sobre o ensino bilingue e a didáctica inclusiva.

O contexto actual do ensino moçambicano mostra que o baixo rendimento escolar, as desistências e a redução da rede de efectivo escolar estão associadas, por um lado, às grandes assimetrias entre a escola e a comunidade escolar, isto é, entre o currículo proposto e o currículo convencionado na comunidade; por outro lado, resultam da agressão linguística a que os alunos são sujeitos, logo nas primeiras classes, visto que não são raras as vezes em que são submetidos a proibições de uso da língua materna. As escolas moçambicanas funcionam como ilhas, não conseguem assumir-se na sua particularidade e capitalizar a riqueza da diversidade linguística; estão distantes da construção do conhecimento baseado na didáctica inclusiva que respeita as diferenças linguísticas e as heranças culturais.

O ensino bilingue é apontado como o resgate do património linguístico e cultural do povo moçambicano; actualmente, ganha mais atenção e determinação na agenda do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano; fala-se com frequência nesta questão e começa-se, no nosso entender, a transitar da teoria para a prática. Existe nas escolas um ambiente de ‘corre para aqui corre para ali’ que tende à implementação deste

tipo de ensino. Neste movimento do bilinguismo subjaz, ainda, a ideia de se reconhecer a diversidade cultural, o multiculturalismo do país, numa tendência de aproximar cada vez mais o aluno e o professor, assim como as diversas comunidades, não induzindo à compartimentação, mas sim à colaboração que levará à construção da interculturalidade e, consequentemente a uma cultura mais rica e multifacetada.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Um professor culturalmente formado na didáctica inclusiva melhor desempenha a sua tarefa de ensinar e promove aquilo que Bagno (2007, p.175) chama de “reeducação linguística”, que passa por “promover a auto-estima linguística dos alunos”, dizendo-lhes que eles precisam aprender o português como forma de desenvolver as suas capacidades e interligarem-se ao mundo, mas não como condição incontornável para se ter acesso a ciência.

A expressão ‘educação inclusiva’ aparece normalmente ligada ao campo do desenvolvimento das pesquisas que visam a educação atinente às Necessidades Educativas Especiais. No entanto, neste estudo buscamos dar um outro sentido à expressão, partindo do étimo latino do verbo ‘incluir’ – *includere*, que significa conter em compreender, fazer parte de, ou participar de. Desta maneira, inclusão escolar significa pensar uma escola onde o aluno se sinta parte integrante da escola, nela participando e se revendo nela, ou seja, uma escola que viabilize a aprendizagem ética, a social, a política, a cultural.

Não podemos esquecer que a declaração de Salamanca (1994) representa um marco histórico para a educação, pois considera o princípio de inclusão como mecanismo de reconhecimento dos extractos sociais minoritários. É a partir da declaração de Salamanca que se promove a ideia da ‘escola para todos’, ideia que contempla a exigência de se responder às necessidades educativas individuais de cada educando.

O ser humano, pela sua natureza – cada ser um ser específico – já nos conduz para a aceitação da diversidade, visto que nós somos diferentes um do outro em vários aspectos. Takahashi (2006) apud Dias (s/d) define a diversidade como o sustentáculo por excelência da vida e das manifestações da cultura na terra, podendo ser biológica ou cultural.

O autor postula, ainda, que existem três tipos de diversidade cultural a destacar: a genética, a linguística e a cultural. A diversidade cultural genética faz referência às variações e similaridades genéticas entre as pessoas. Por diversidade cultural linguística entende-se que existem entre as pessoas diferentes formas de falar (linguagens) e que, sendo distribuídas por regiões, a diversidade cultural manifesta-se pela existência de especificidade de perfis de indivíduos e comportamentos dentro de um contexto histórico comum.

Se, por um lado, o contacto e a interacção entre diferentes sujeitos nas escolas moçambicanas dão origem a indivíduos bilingues, por outro lado, esta interacção entre alunos com culturas diferentes origina o hibridismo das identidades dos sujeitos. Como fizemos referência anteriormente, o conceito de ensino/educação bilingue ganha maior relevo nas últimas décadas. No entanto, na realidade escolar moçambicana, aparece confundido com o bilinguismo.

Entendemos ser necessário apresentar a definição do bilinguismo, conceito indispensável para se questionar o ensino bilingue. O dicionário Oxford (2000, p.117, *apud* Harmers & Blanc (2000) define bilingue como “ser capaz de falar duas línguas igualmente bem porque as utiliza desde muito jovem”. Numa perspectiva geral, um indivíduo bilingue é aquele que é capaz de falar perfeitamente duas línguas; esta visão é partilhada por Bloomfield (1935, *apud* Harmers & Blanc, 2000, p.6) ao afirmar que bilinguismo é “o controle nativo de duas línguas”. Podemos denotar nestes conceitos a ideia de domínio e comunicação perfeita entre duas línguas; esta ideia é colocada em oposição por Macnamara (1965, *apud* Harmers & Blanc, 2000, p.6), ao afirmar que “um indivíduo bilingue é alguém que possui competência mínima em uma das quatro habilidades linguísticas (falar, ouvir, ler e escrever) em uma língua diferente de sua língua nativa”. Por sua vez, Titone (1972, *apud* Harmers & Blanc, 2000, p.7), define bilinguismo como “a capacidade individual de falar uma segunda língua obedecendo às estruturas desta e não parafraseando a primeira língua”.

Nesta vertente, um indivíduo bilingue não significa necessariamente ser falante proficiente em duas línguas ou mais, apenas lhe é exigida a capacidade de utilizar duas ou mais línguas no acto comunicativo, pressupõe-se que os seus processos cognitivos de apreensão da realidade tenha como base a sua L1 e gradualmente ocorra um processo de transferência para a L2.

A clareza do conceito de ‘educação bilingue’ (v) está distante de encontrar consensos; o termo ganha concepções diversificadas em determinados países e contextos. Estas variações surgem em função das questões étnicas, da legislação, visão dos educadores e factores sócio-políticos, como demonstra Mackey (apud Grosjean, 1982, p. 213):

Escolas no Reino Unido nas quais metade das matérias escolares é ensinada em inglês são denominadas escolas bilingues. Escolas no Canadá em que todas as matérias são ensinadas em inglês para crianças franco-canadenses são denominadas bilingues. Escolas na União Soviética em que todas as matérias excepto o Russo são ensinadas em inglês são escolas bilingues, assim como escolas nas quais algumas matérias são ensinadas em georgiano e o restante em russo. Escolas nos Estados Unidos nas quais o inglês é ensinado como segunda língua são chamadas escolas bilingues, assim como escolas paroquiais e até mesmo escolas étnicas de final de semana... [Consequentemente] o conceito de escola bilingue tem sido utilizado sem qualificação para cobrir tamanha variedade de usos de duas línguas na educação

Como podemos constatar, o conceito de ‘educação bilingue’ é vasto e abre enormes interpretações; neste prisma, Fishman e Lovas (1970) identificam três categorias para a definição dos programas educacionais bilíngues, a destacar: intensidade, objectivo e *status*.

- Do ponto de vista da categoria de intensidade, existem quatro tipos de programas educacionais bilingues. O primeiro designa-se por ‘programa bilinguismo transicional’; neste tipo de sistema educacional bilingue, a língua primeira (L1) é usada apenas como veículo facilitador na transição para a segunda língua (L2). O segundo programa educacional bilingue designa-se ‘bilinguismo mono-letrado’ e nele a instituição de ensino utiliza as duas línguas em todas as actividades; no entanto, o aluno é alfabetizado apenas na L2. O terceiro programa de educação bilingue é o ‘bilinguismo parcial bi-letrado’; neste, as duas línguas são utilizadas tanto na escrita como na oralidade; no entanto, a L1 é usada para ensinar ou transmitir conteúdos culturais (história, artes e folclore) e a L2 serve para a transmissão e construção dos demais saberes do programa. O outro tipo de programa de ensino bilingue é ‘o bilinguismo total bi-letrado’, no qual as duas línguas operam em pé de igualdade no desenvolvimento das capacidades.
- Do ponto de vista do objectivo, a educação bilingue, apresenta três tipos de programas. O primeiro é o programa compensatório, onde o aluno no seu primeiro contacto com a escola é instruído na sua L1, com vista a obter melhor integração

no ambiente e contexto escolar. Cox e Assis-Peterson (2001) afirmam que o segundo é o programa de enriquecimento, em que as duas línguas são desenvolvidas desde a alfabetização até à instrução de conteúdos. O terceiro é o da manutenção do grupo, no qual a língua e a cultura dos alunos, que pertencem aos grupos minoritários, são preservadas e aprimoradas.

- Do ponto de vista de *status*, discute-se a categoria que cada uma das línguas ocupa no contexto da educação bilingue. Existe uma tendência de se elevar a um *status* de instrução a língua que facilita a abertura do mundo e a interação com a ciência.

No entanto, estabelecer a diferença entre a educação bilingue e multilingue é extremamente importante pois entende-se por educação multilingue aquela em que os alunos são divididos em diversos grupos linguísticos. Os alunos iniciam a educação primária em suas respectivas línguas maternas (L1); posteriormente, a segunda língua (L2) é introduzida, numa fase consolidada e as duas línguas são organizadas e usadas como meio de instrução de conteúdos.

Ao lado destes processos que temos vindo a abordar, ocorre também o modelo de educação designado imersão. Harmers e Blanc (2000) afirmam que, neste modelo, os alunos inicialmente recebem a instrução escolar através da L2. Por sua vez, Grosjean (1982) sinaliza que nos modelos de educação de imersão, apesar da instrução inicialmente ser orientada na L2, gradualmente ocorre a introdução da L1, para auxiliar a aprendizagem. Os mesmos autores, Harmers e Blanc (2000), afirmam que existem três tipos de imersão: ‘Imersão Inicial Total’ do inglês *Early Total Immersion*, em que a instrução inicial, antes do início do primeiro ano escolar, é orientada com recurso a L2, prolongando-se até os dois primeiros anos da educação primária e a L1 aparece no contexto escolar a partir do terceiro ano do ensino primário. O segundo tipo designado ‘Imersão Inicial Parcial’ em inglês *Early Partial Immersion*, em que a L1 e a L2 são introduzidas e utilizadas como meio de instrução, logo no início do ciclo escolar. Por fim, o terceiro tipo é a ‘Imersão Tardia’ do inglês *Late Immersion*; nesta, os alunos iniciam a sua instrução com recurso a L2 até ao ensino médio, só no ensino nesta fase é que são introduzidos conteúdos em L1 e, por vezes, a L1 e L2 aparecem como optativas dos alunos. Descrevendo a realidade moçambicana, o professor catedrático em linguística Bantu, Ngunga (2018) Moçambique não irá alcançar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade (o quarto objectivo de desenvolvimento Sustentável-ODS) enquanto continuar a relegar as línguas maternas no ensino

A pessoa está na sala de aulas, mas está excluída. Logo, essa educação não é inclusiva, equitativa, nem de qualidade para todos. A educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos nunca se vai realizar enquanto a língua for conhecida por apenas um grupo de alunos na sala de aulas (Ngunga, 2018, s/p).

Ainda, segundo Ngunga, Nhongo, e Moises (2010), e de outros estudos no campo da educação bilingue (Lopes, 2009; Martins, 1992; Ngunga 1985, 2008; Nhongo, 2009), ressalta que os alunos nas primeiras classes são excluídos e de certo modo penalizados no que concerne ao seu desempenho escolar por não dominarem a língua portuguesa (língua usada para o ensino) e isto concorre para um maior índice de reprovações e de desistências escolares. No mesmo estudo, acima referenciado, implementado em algumas escolas bilingues da província de Gaza (região sul de Moçambique) que incide sobre a componente avaliativa de leitura e escrita, Ngunga et al. (2010), indicam que:

- (a) na componente de leitura, em cada 100 alunos de ensino monolíngue que terminam o 1º ciclo em Lichanane, apenas 44% sabem ler, contra 78% dos alunos de ensino bilíngue;
- (b) em Matemática dos alunos de educação bilíngue apresentam 80% em média, dado que supera a educação monolíngue;
- (c) a média de resultados alcançados na leitura e escrita dos alunos do ensino bilíngue é de 77%, enquanto o dos alunos de ensino monolíngue é de 56%, sendo a diferença percentual de 21% a favor do ensino bilíngue;
- (d) os alunos de educação bilíngue mostram-se mais confiantes, mais participativos do que os alunos monolíngues.

Lopes (2001) afirma que a educação monolíngue em Moçambique, com recurso à língua portuguesa limita o desempenho, a comunicação entre o professor e aluno e torna a escola cada vez mais fechada. Os alunos fazem maior esforço para compreender as lições. Eles não compreendem nem interagem livremente com os professores que não falam a sua língua materna; assim, os alunos não passam a sua experiência para escola, não partilham o seu saber linguístico com os colegas. Por outro lado, os pais e encarregados de educação, que não falam português, dificilmente se tornam parte activa da escola e, por conseguinte, não acompanham a aprendizagem dos seus filhos e/ou educandos. Por sua vez, no estudo, Siteo (2004) conclui que a educação bilingue é um projecto sério e único, capaz de resolver os problemas pedagógicos de que o sistema de educação em Moçambique enferma.

METODOLOGIA DE TRABALHO

Para este estudo optamos pela metodologia qualitativa e quantitativa ‘qualiquantitativa’. A conjugação destes métodos permite a interpretação e o cruzamento de informações recolhidas na Escola Primária de Matasse e a bibliografia que versa sobre o ensino bilingue. Isto possibilita a satisfação dos objectivos deste estudo que é (i) reflectir sobre a necessidade de discutir o ensino bilingue como uma via para a inclusão num mundo cada vez mais multicultural e conflituoso; (ii) contribuir para o aprofundamento das percepções no contexto profissional docente sobre esta nova prática que os professores são desafiados a desenvolver; (iii) recolher as concepções dos professores, sujeitos do nosso estudo, sobre o ensino bilingue e (iv) abrir vias para re(i)novação da *praxis* com base na discussão decorrente da reflexão, do aprofundamento das percepções, das concepções assumidas.

Para a colecta de dados é aplicado o questionário com questões que incidem sobre a visão e as estratégias metodológicas que os professores são desafiados a adoptar no campo da educação bilingue. O contexto eleito é a escola primária de Matasse, seleccionada para preencher o *corpus* por ser escola piloto nesta modalidade de ensino, que oferece o ensino bilingue a um grupo de alunos que tem a língua portuguesa como segunda língua como acontece em outros cantos do país.

No total foram inquiridos onze (11) professores da escola primária de Matasse-Govuro província de Inhambane que trabalham directamente com a educação bilingue desde a sua implementação em 2014. Como base para o questionário elaboramos o roteiro de perguntas, tendo definido como elementos imprescindíveis de apreensão o perfil dos professores e alunos e o conhecimento que detêm sobre o ensino bilingue.

Questionário dirigido aos professores

Perfil dos professores e alunos

1. Tem formação psicopedagógica? Não _____. Sim _____. Se sim especifique-a _____
2. Tem formação para trabalhar com educação bilingue? Não _____. Sim _____. Se sim especifique-a _____.
3. Qual é a língua (s) usada(s) pelos alunos quando chegam à escola? _____.

Percepção dos professores sobre educação bilingue

4. Qual é a sua percepção sobre a educação bilingue? _____
5. Como se sente ao trabalhar com turmas bilingues? _____
6. Qual é a maior dificuldade encarrada perante a educação bilingue? _____

Procedemos com a análise documental, como mecanismo fundamental para a apreensão da realidade e do contexto em que se desenvolve o ensino bilingue. Usamos, ainda, a percepção, apesar de ser uma prática muito contestada no campo da ciência e visto que vem sendo relegada para segundo plano na antiguidade, pois por se considerar causadora de inverdades, dando-se sobremaneira o privilégio do intelecto – perceber, apre(e)nder, construir conhecimento. A percepção foi aplicada no campo da fenomenologia que nos permitiu estudar o homem como complexo, não apenas preso a experimentação, mas sim como um campo onde se fundem sujeito e objecto. Através da percepção, é possível compreender que os pais e/ou encarregados de educação dos alunos desta escola mostram-se cépticos e receosos quanto a inclusão da língua bantu (cindau), no processo de aprendizagem dos seus educandos, por um lado, por causa dos estereótipos que eles apresentam e, por outro, pelo desconhecimento desta nova forma de educação.

DISCUSSÃO DOS DADOS

Em função dos objectivos anteriormente avançados, procura-se inicialmente, descortinar a concepção que os professores, sujeitos promotores do ensino bilingue, possuem. Fazendo uma interpretação das respostas, denota-se que os 11 professores possuem ideias diferentes, visto que uns concebem o ensino bilingue como promoção das línguas locais, que facilitam a aprendizagem, e outros vêem-no como uma confusão e prática que pode ofuscar a apreensão dos conhecimentos e da língua portuguesa futuramente. Facilmente isto encontra a sua natureza de ser porque a maior parte das crianças moçambicanas enfrenta dois tipos de barreira linguística: a primeira é que a língua portuguesa não é apenas disciplina curricular, mas sim uma língua estrangeira e a segunda tem a ver com a obrigatoriedade imposta em dominá-la para ter acesso a instrução.

Outrossim, as respostas fazem-nos perceber que, apesar de leccionarem as suas aulas na modalidade de ensino bilingue, ainda não percebem as potencialidades desta modalidade e estão presos aos paradigmas tradicionais da aprendizagem.

Os dados permitem-nos inferir que a escola moçambicana ainda apresenta traços da educação tradicional, em que os alunos são encarados como repositórios dos conteúdos, tábuas rasas, uma vez que não lhes é permitido expressarem-se livremente nas suas línguas maternas

A resposta oferecida pelo P7 leva-nos a concluir que o ensino bilingue precisa ser socializado e estruturado; esta ideia corrobora o estudo de Abdula (2013) quando afirma que o ensino bilingue deve rapidamente chegar às zonas rurais de Moçambique, afim de ser divulgado e explicado, pois os ganhos na aprendizagem são enormes e a elevação de autoestima gera motivação intrínseca que promove sucesso escolar. Além disso, os ganhos financeiros superam qualquer valor económico que possa acarretar pela produção e distribuição de materiais didácticos.

Os dados atinentes ao aproveitamento pedagógico das turmas bilingues na escola Primária de Matasse situa-se entre 96 a 100% e a taxa de desistência escolar é quase que nula, isto corrobora com a ideia de que esta modalidade de ensino contribui positivamente para a redução da taxa de analfabetismo, combate à desistência escolar e reprovações em massa. O entusiasmo denotado nas crianças envolvidas na educação bilingue faz com que o seu desenvolvimento cognitivo e linguístico evolua num ambiente consolidado e harmonioso, na medida em que elas se sentem consideradas como parte fundamental para o seu próprio desenvolvimento.

Indagados sobre o seu sentimento e as metodologias acerca do ensino bilingue, os inquiridos evidenciam que a educação com fundamentos inter/multiculturais manifesta-se de forma complexa e impulsiona a interacção entre os intervenientes (aluno, professor) com identidades culturais diferentes e incentiva à busca do desenvolvimento de técnicas e métodos de aprendizagem que possam concorrer para a não existência de conflitos e assim caminhar para a superação das estruturas socioculturais, que originam a discriminação e exclusão escolar. A resposta oferecida pelo professor que decidimos designar por P10 chamou-nos atenção; com efeito, tal como ele refere:

estamos constantemente a mudar o Sistema Nacional de Educação, agora somos impostos a ensinar na modalidade bilingue, eu acho um retrocesso porque com as nossas línguas maternas não podemos aprender a matemática complexa, a física. Estamos a atrasar as crianças.

Não se pode considerar a educação bilingue na escola como a continuidade do ambiente familiar, mas sim como uma introdução da instrução de forma harmoniosa, pois a criança ao entrar na escola passa a conviver de maneira diferente com a sua língua materna, dado que é desafiada a integrar a componente sonora e visual, aprende a literacia e numeracia, descobrindo o valor que a sua cultura ocupa no mundo.

O preconceito acerca da língua bantu, evidenciado por este professor, é representativo da sociedade moçambicana e africana no geral pois assim é considerado normal devido à herança colonial e aos preconceitos linguísticos que ainda persistem nas nossas sociedades. No entanto, não podemos crucificar a atitude tomada pelo professor, a que verificar que para ultrapassar estes preconceitos é preciso fazer investimento na formação de professores com capacidades de produzir e desenvolver materiais em línguas bantu e leccionarem as suas aulas tendo como objectivo aproximar a aprendizagem às suas realidades e necessidades dos seus educandos.

Apesar do fraco conhecimento sobre o ensino bilingue, professores sujeitos implicados nesta pesquisa, sinalizam conhecimentos sólidos sobre o ensino bilingue e a didáctica inclusiva. Os depoimentos indicam que o ensino bilingue permite o desenvolvimento de capacidades e competências de abstracção e compreensão do mundo, quer através da escrita quer da fala, em duas línguas. Assim ao aluno são-lhe oferecidas oportunidades de uma cidadania ampla, com recurso a didáctica inclusiva que privilegia a diversidade cultural na medida em que respeita as experiências dos seus educandos, transita para atender as peculiaridades dos seus alunos e actua de maneira diversificada em função do seu aluno, a ele adequando metodologias, estratégias e até mesmo materiais didácticos. Dos professores com quem temos contacto, apenas 4 entendem que a educação bilingue é uma forma de inclusão escolar porque respeita as diferenças e estimula a inclusão das minorias, concedendo-lhes direitos iguais no concernente a aprendizagem e permanência na escola, independentemente das suas condições sociolinguísticas. Este grupo afirma que o bilinguismo é uma demonstração clara do reconhecimento de que a sociedade moçambicana não é homogénea, mas sim heterogénea e multilingue, necessitando assim de uma escola cada vez mais aberta que promove a educação para a cidadania.

Ainda, na base das respostas colhidas, depreende-se que a formação actual do professor precisa colocar no alto a consciência do mundo multicultural, oferecendo ferramentas para entender as diferenças culturais, sociais e linguísticas, em que o aluno se encontra integrado para, gradualmente, lutar pela construção de uma sociedade nova que conviva e abra espaços para a conservação e valorização do património cultural e linguístico, com vista ao ‘viver juntos’. Para tal, os currículos, nos vários subsistemas de formação de professores, devem assegurar a qualificação pedagógica, didáctica, metodológica e técnica dos professores e, ainda, contemplar informações sólidas, nos princípios da didáctica inclusiva e diversificada.

Os inquiridos revelam que planificam as suas lições em grupo e coordenam as técnicas de leccionação nas turmas bilingues, que consistem em leccionar contemplar, na 1ª classe, a aprendizagem em língua Cindau (língua materna dos alunos), para a integração e socialização e introduzir, na 2ª, introduzir-se a leitura e cálculo também em LM. Ao nível 3ª classe, observa-se a introdução da instrução, recorrendo a língua portuguesa. Esta prática está em harmonia com o modelo de educação bilingue adoptado pelo Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano – o modelo transicional, que consiste em usar a língua local nas primeiras classes de aprendizagem, pois a função é fazer a transição ‘passagem’ harmoniosa entre o ambiente de casa e o da escola.

No que concerne ao perfil dos alunos que chegam à escola, as evidências são elucidativas de que a maior parte das crianças, quando chegam à escolar, não se comunicam ou mesmo não falam, não lêem e não escrevem em língua portuguesa. Este fenómeno não ocorre apenas da escola Primária de Matasse, mas sim, de forma abrangente, em quase toda zona rural do país. Os alunos, nas zonas rurais, entram em contacto com a língua portuguesa, pela primeira vez, na sala de aulas e a sua comunicação não ultrapassa a relação professor-aluno, visto que diariamente não faz parte do uso habitual.

Podemos verificar que o ensino bilingue se mostra pertinente, prático e eficaz, sobretudo, o modelo que as escolas moçambicanas usam, que consiste em iniciar a aprendizagem na 1ª e 2ª classes na língua materna bantu e, a partir da 3ª classe, em integrar gradualmente a língua portuguesa como forma de garantir a passagem harmoniosa da língua bantu para a portuguesa; este modelo de educação bilingue aditiva consiste em enriquecer e valorizar a comunicação, a inteligibilidade e não se prende muito à questão da proficiência linguística.

Certamente, a resposta oferecida pelo professor que designamos por P11 evidencia que a educação bilingue cria a autoestima dos alunos e valoriza as línguas locais. O exemplo das crianças da escola Primária de Matasse demonstra que há muitos desafios, entre outros, a elaboração de gramáticas, dicionários das línguas moçambicanas.

O aproveitamento escolar positivo apresentado pelas crianças do ensino bilingue, conjugados com a nossa experiência quotidiana permite-nos afirmar que as crianças que iniciam a sua vida escolar em sua língua materna não só têm vontade de permanecer na escola como não se sentem intimidadas por uma segunda língua, pois não têm um choque ao chegarem à escola para a educação formal. A educação bilingue torna a escola afável e envolvente, porque os seus conhecimentos culturais e linguísticos ainda que incipientes são tomados em consideração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto da amplidão do mundo, cada vez mais globalizado, ser um indivíduo multilingue é com certeza uma mais-valia. As famílias moçambicanas, por sua natureza constitutiva, são multilingues e, agora, surgem as línguas francas que nos abrem o mundo. No campo da educação procura-se formar o homem moderno, que é multilingue, capaz de resolver os conflitos nacionais e internacionais. No entanto, o ensino bilingue em Moçambique ainda assusta muita gente, quer aos próprios professores, quer aos alunos, quer aos pais e encarregados de educação, sobretudo, porque as línguas que são incorporadas como vinculadoras das aprendizagens são nacionais de origem bantu, revestidas de vários estereótipos sociais desprezíveis pois são faladas em regiões e geralmente coincidem com divisões étnicas. É comum, no seio de muitas escolas moçambicanas, a ideia de que as crianças, que não falam a língua portuguesa em suas casas, têm dificuldades acrescidas no domínio da ciência.

Ainda perdura a ideia tradicional sobre o ensino – clássica – até, se preferirmos colonial, a ideia de que só as línguas portuguesa e inglesa podem levar o aluno moçambicano ao domínio da ciência. Muitos profissionais percebem que os alunos do ensino bilingue têm dificuldades de inserção no mundo das aprendizagens. Porém, são vários os estudos que contestam esta visão, pois colocam em prova que as crianças e alunos que estudam e crescem num ambiente social bilingue desde terra idade, desenvolvem sistemas cognitivos de compreensão dos fenómenos rapidamente.

A dimensão ontológica do ser está ligada à LM e é, por ela / nela, que o ser humano tem a oportunidade de conhecer, se integrar em comunidade e dar sentido à vida (Lamas, 1999).

Questionados sobre a capacitação sobre o ensino bilingue, os inquiridos evidenciam que ocorre por via de palestras debates entre colegas, sendo mais comum nas reuniões pedagógicas. Apesar dos esforços empreendidos no campo da educação bilingue, urge a necessidade de treinamento e reflexões sobre educação bilingue por parte dos professores a serem promovidas pela direcção da escola, visto que, na sua maioria, os nossos inquiridos não tiveram esta abordagem nos seus cursos de formação. Assim torna-se fundamental que a escola crie, transforme e inove os seus procedimentos com vista à inclusão educativa.

No entanto, aqui frisar que o modelo de educação bilingue desenvolvido na Escola Primária de Matasse apesar de se mostrar ideal em contextos de ensino-aprendizagem por introduzir o ensino em língua materna que na maioria dos alunos coincide com a uma das línguas bantu, desde a 1ª classe e indo garantir a transição da L1 para a L2 ao longo da aprendizagem, a que se garantir que a L1 apenas não sirva de meio de ambientação escolar, mas sim de elemento contínuo no desenvolvimento de competências de aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abdula, R.A.M. (2013). O ensino das línguas nacionais como solução para o processo de alfabetização em Moçambique. *Revista de Letras Dom Alberto*, 1(3), 219-232.
- Bagno, M. (2007). *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola.
- Bagno, M. (2014). *Língua, linguagem, linguística: pondo os pontos nos ii*. São Paulo: Parábola.
- Cox, M., & Assis-Peterson, A. (2001). *Cenas de Sala de Aula*. Campinas: Mercado de Letras.
- Fishman, J. A., & Lovas, J. (1970). Bilingual education in a sociolinguistic perspective. *TESOL Quarterly*, 4, 215-22.

Dias, H. (s/d). *Currículo, cultura e diferença: rumo à criação de uma didáctica da diversidade*. Disponível em:

<https://www.revista.up.ac.mz/index.php/UDZIWI/article/download/161/166>

Grosjean, F. (1982). *Life with two languages: an introduction to bilingualism*. Cambridge: Harvard University Press.

Harmers, J., & Blanc, M. (2000). *Bilinguality and Bilingualism*. Cambridge: Cambridge University Press.

Lamas, E. P. R. (1999). *O Texto Poético: apelo à criatividade e à imaginação*. In *Simpósio O contributo da Língua para o desenvolvimento do ser humano*. Viseu: Instituto Piaget.

Lopes, J.S.M. 2001. Escola e política linguística em Moçambique: a cidadania ameaçada. *Revista Teias*, 2(3), 1-10.

Ngunga, A., Nhongo, N., & Moises, L. (2010). *Educação bilingue na Província de Gaza: avaliação de um modelo de ensino*. Maputo: CEA/UEM.

Ngunga, A. (2018). *Por uma educação bilingue inclusiva, sustentável e de qualidade*. Maputo: Jornal Notícias.

UNESCO (1994). *Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção na Área das Necessidades Educativas Especiais*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

Sitoe, B. (2014). Línguas Moçambicanas, Como Estamos? In C. Serra (Org), *Estão as línguas Nacionais em Perigo?* Cadernos de Ciencias Sociais. Maputo: Escolar Editora.

O ABSENTISMO ESCOLAR: PRINCIPAIS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS NAS AULAS DE MATEMÁTICA

School absenteeism: main causes and consequences in mathematics classes

SANTOS, Ana Paula Sarmento dos¹²; GOMES, Maria Augusta César Nobre¹³; & TOMÁS, Vita¹⁴

Resumo

Sendo a Matemática uma ciência que contribui para o desenvolvimento multilateral do indivíduo, bem como para o progresso do pensamento e da linguagem, torna-se imprescindível garantir o desenvolvimento exitoso do processo de ensino-aprendizagem da mesma. Foi nesta ordem de pensamento que se efetuou um estudo exploratório ao processo de ensino – aprendizagem desta disciplina em diferentes ciclos de ensino na cidade de Moçâmedes, província do Namibe, Angola. Assim, o artigo tem como objetivo descrever as principais causas do absentismo escolar nas aulas de Matemática nos diferentes ciclos de ensino na cidade de Moçâmedes, província do Namibe, Angola e propor algumas estratégias para se diminuir tal fenómeno. Para a recolha de dados, utilizou-se uma metodologia mista sustentada num paradigma descritivo e participativo, apoiado no emprego dos métodos teóricos, histórico-lógico, analítico-sintético, enfoque do sistema, indutivo-dedutivo. Esta metodologia permitiu analisar as principais razões do fenómeno nas aulas de Matemática, saber dentre os vários aspetos o que fazer para diminuí-lo, de modo a melhorar o processo de ensino-aprendizagem desta disciplina.

Abstract

Since Mathematics is a science that contributes to individual's multilateral development, as well as to thought and language progress, it makes it essential to guarantee the successful development of the teaching-learning process. It was in this order of thought that an exploratory study of the teaching - learning process of this subject was carried out in different teaching cycles in Moçâmedes city, Namibe province, Angola. Thus, the current article aims to describe the main reasons for school absenteeism in Mathematics classes in different teaching cycles in Moçâmedes city, Namibe province, Angola and to propose some strategies to reduce this phenomenon. For data collection, a mixed methodology based on a descriptive and participative paradigm was used, supported by the use of theoretical, historical-logical, analytical-synthetic methods, system focus, inductive-deductive. This methodology allowed us to analyze the main reasons for the phenomenon in Mathematics classes, to know among several aspects what to do to reduce it, in order to improve the teaching-learning process of this subject.

Palavras-chave: *Absentismo escolar; Causas do absentismo escolar; Processo de ensino-aprendizagem da Matemática.*

Key-words: *School absenteeism; reasons for school absenteeism; Mathematics teaching-learning process.*

Data de submissão: junho de 2010 | **Data de publicação:** setembro de 2020.

¹² ANA PAULA SARMENTO DOS SANTOS - Escola Superior Pedagógica do Namibe. ANGOLA. E-mail: paulasarmiento18@yahoo.com.br

¹³ MARIA AUGUSTA CÉSAR NOBRE GOMES - Instituto Superior de Ciências de Educação. E-mail: gomesnobre@hotmail.com

¹⁴ VITA TOMÁS – Instituto Superior de Ciências de Educação. E-mail: vitatomas@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A problemática do absentismo escolar constitui uma área complexa de ser estudada e pesquisada pelas causas que incidem no seu aparecimento. Todavia, uma abordagem investigativa minuciosa desde as potencialidades das ciências pedagógicas e da educação, permitem conceber, de maneira cooperativa e integrada, esforços que possibilitem um tratamento abrangente e efetivo desta problemática.

Neste artigo apresenta-se os fundamentos teóricos, as principais causas e consequências do absentismo escolar nas aulas de Matemática em geral e de forma particular nas diferentes escolas da cidade de Moçâmedes, província do Namibe, Angola.

Estudos desenvolvidos por Sarmento dos Santos (2017), mostram que o absentismo escolar deve-se a múltiplas razões e a diversos fatores que vão desde as características dos alunos e dos professores, passando pelas metodologias de ensino, pelos conteúdos curriculares, pela filosofia da educação, pela cultura de proveniência, até aos fatores institucionais. Nesta ordem de pensamento, merece similarmente ter-se em conta uma consideração feita por Soares (2004), segundo a qual os factores intra e extra-escolares estão associados ao desempenho cognitivo dos alunos, pois as condições económicas agem também criando condições especiais para o surgimento de tal fenómeno.

Com vista a perceber as principais causas do absentismo escolar nas aulas de Matemática nos diferentes ciclos de ensino na cidade de Moçâmedes, efetuou-se um estudo exploratório nas escolas que fazem parte da amostra. Este estudo permitiu verificar, dentre vários fatores intrínsecos ao fenómeno em análise, aspetos não menos importante, apontando-se a falta de catividades que estimulam a aprendizagem da disciplina em referência; ausência de um trabalho participativo entre os principais intervenientes no processo de ensino-aprendizagem da Matemática; pouca solidez nos conhecimentos adquiridos pelos alunos nas classes anteriores para assimilar conteúdos de maior complexidade na classe que está a frequentar; Escassez de exercícios e tarefas que vinculam o conteúdo científico e a vida quotidiana dos alunos, assim como a pouca envolvimento da família, pais/encarregados de educação no processo de ensino-aprendizagem dos seus educandos.

Tendo em conta os diversos fatores que estão na base do aparecimento do absentismo escolar no processo de ensino-aprendizagem da Matemática nos diferentes ciclos de ensino na cidade de Moçâmedes, província do Namibe, Angola, foi identificado o seguinte problema científico: Que estratégias devem ser usadas para reduzir o elevado índice de absentismo escolar nas aulas de Matemática nos diferentes ciclos de ensino na cidade de Moçâmedes, província do Namibe, Angola?

Em correspondência com o problema científico, determinou-se, como objeto de estudo, o processo de ensino-aprendizagem, sendo o campo de ação o absentismo escolar nas aulas de Matemática nos diferentes ciclos de ensino na cidade de Moçâmedes, província do Namibe, Angola. O objetivo deste artigo consiste em descrever as principais causas do absentismo escolar nas aulas de Matemática nos diferentes ciclos de ensino na cidade de Moçâmedes, província do Namibe, Angola, e propor algumas estratégias que possam ajudar a diminuir tal fenómeno.

2. O ABSENTISMO ESCOLAR

Antes de se esclarecer o que alguns estudos definem pelo absentismo escolar, importa dizer que determinado autor Caverio (2010), refere que este é um fenómeno multidimensional e que pode estar ligado à vertente psicológica e pessoal do aluno. Este autor diz ainda que a personalidade do aluno, o seu grupo de pares e mesmo a sua situação económica e familiar podem ser fatores influentes nesta questão. Nesta ordem de ideia pesquisas desenvolvidas acerca do assunto permitiram definir o absentismo escolar como a ausência e/ou atrasos não justificada (os) de forma reiterada de alunos as aulas em idade de escolaridade obrigatória; pode-se também dizer que estamos perante absentismo escolar quando o aluno embora presente na sala de aula não está atento aquilo que o professor estiver a lecionar.

Apesar de estudos apontarem que, se as ausências do estudante as aulas forem justificadas não se pode considerar absentismo escolar, Balfanz e Byrnes (2012), dizem que, o que é essencial referir é que os dias perdidos são mais importantes do que os motivos que os levaram a não se deslocar à escola.

Pois, embora o conceito de absentismo escolar ser muito ambíguo, deve-se ter em conta que o fenómeno existe, contudo, as faltas e atrasos frequentes de alunos as aulas

prejudicam não só o bom desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem bem como o sucesso escolar dos mesmos.

Sendo o absentismo escolar um fenómeno que se deve a múltiplos fatores e de natureza variada, é importante que, sempre que tal situação é identificada numa instituição escolar traçar-se estratégias para solucioná-lo ou diminuí-lo, pois, a intervenção precoce e congruente no problema pode impedir que os efeitos negativos de tal fenómeno influenciem na vida futura do aluno. É evidente que o verdadeiro problema do absentismo escolar radica nos efeitos que provoca a médio curto e longo tempo.

O absentismo escolar é um sinal de graves problemas nos países em que os seus índices são muito altos, porquanto, ele não só dificulta a entrada do jovem no mercado de trabalho, como também afeta a economia do país se termos em conta que este fenómeno impede que o aluno adquira conhecimentos básicos; que tenha uma cultura geral integral impedindo-o que desenvolva competências fundamentais o que se traduz numa deficiente formação pessoal, social ou profissional. Informações da ONU (2013), mostram que crianças que vivem em lugares mais pobres têm três vezes menos probabilidade de ir às aulas do que crianças que vivem em locais mais favorecidos.

Santos (2011), diz que o ambiente familiar e o envolvimento parental estão conectados e têm consequência direta nas relações dos adolescentes com o seu grupo de pares, quando esta é desajustada o ingresso dos jovens em grupos de pares. Podendo assim, levar a situações de absentismo escolar.

Por sua vez Topor, Keane, Shelton e Calkins (2010), afirmam que o sucesso académico da criança pode ser também explicado com a relação que este tem com o professor. Para estes autores, uma calorosa relação entre criança e professor está ligado de forma positiva com o sucesso académico da mesma. Um outro estudo Cruz, Lima, Barros, Costa e Pacheco (2011), aponta que a supervisão parental e os recursos dispostos no meio onde a criança se encontra integrada podem ser preditores de problemas no meio escolar podendo as mesmas desenvolver posteriormente condutas absentistas.

O pleno conhecimento das principais causas que conduzem ao absentismo escolar, em geral, e em particular na disciplina de Matemática, é um elemento determinante para permitir propor algumas estratégias para se diminuir de forma qualitativa tal fenómeno nas escolas de diferentes ciclos de ensino na cidade de Moçâmedes, província do Namibe, Angola.

2.1. Principais causas e consequências nas aulas de Matemática

2.1.1. Causas

Antes de se falar exatamente das causas e consequências do absentismo escolar nas aulas de Matemática, é interessante fazer-se uma descrição geral de como deve ser tratado o processo de ensino-aprendizagem da Matemática.

A abordagem do processo de ensino-aprendizagem da Matemática exige um trabalho exaustivo do professor que o leciona e a disposição do próprio aluno para que se possa ter êxitos. Dai enfatizar que o professor de Matemática, atualmente não deve ser somente um simples transmissor de conhecimentos, se não para além disso trabalhar para a transformação positiva dos seus estudantes em cada uma das suas lições.

Todavia, acredita-se que, para que se tenha êxito no processo de ensino-aprendizagem da Matemática é pertinente a realização de determinadas e variadas atividades que exigem do professor desta disciplina um maior contributo.

Nesta ordem de ideias, resulta interessante ter-se em conta o critério de Farolândia, A. (S/D) segundo o qual não basta deter o conhecimento para saber transmiti-lo a alguém; é preciso compreender o conhecimento, ser capaz de reorganizá-lo, reelaborá-lo e transpô-lo em situação didática em sala de aula. Pois, “a compreensão do conhecimento é, absolutamente, essencial nas competências práticas dos professores”, competências estas que podem ajudar o professor a cativar o seu aluno em sala de aula evitando situações de absentismo escolar.

Estudos realizados por alguns autores Oliveira, Granzinolli, e Vasconcelos, M. (2007), apontam que as causas das ausências dos alunos as aulas podem ser classificadas em três categorias: causas intrínsecas relacionadas à natureza e condições de estudo; causas extrínsecas relacionadas às políticas educativas; e causas de personalidade que dizem respeito ao comportamento do aluno, como conflitos, tristeza, imaturidade ou desmotivação. Aquele estudo descreve que, tendo em conta a multifatoriedade das causas que levam ao absentismo escolar elas podem também ser classificadas em: fatores de doença, de trabalho, sociais, culturais e de personalidade.

Um outro estudo Meira, I. (2001), acrescenta que os fatores naturais, como climáticos e epidemiológicos; os fatores inerentes à própria escola como condução; e fatores socioeconômicos, como idade são algumas causas que também podem levar ao absentismo escolar.

Devido a complexidade própria da ciência Matemática, acredita-se que as principais causas do absentismo escolar nas aulas desta disciplina tem muito a ver com as condições de estudo encontradas nas escolas; a maneira como os conhecimentos são transmitidos aos alunos; atividades docentes centradas no professor, que na maioria das ocasiões antecipa o raciocínio dos alunos e não propiciam a reflexão; avaliação centrada em perguntas reprodutivas e pobre de carácter produtivo ou criativo, não tendo em conta os acertos e erros cometidos no processo de aprendizagem e essencialmente centrada só no sistema de conhecimentos; pouca atenção ao desenvolvimento das ideias conceptuais e o relacionamento de conceitos com procedimentos práticos no tratamento de conteúdos; a repetitividade de tarefas; o ambiente de estudo e a falta de integração entre os colegas da turma, entre outros, que muitas vezes podem levar a desmotivação e ao desestímulo dos alunos.

Também constitui uma das causas de desmotivação e desestímulo dos alunos a assistência as aulas de Matemática a falta de uma dinamização, apoios e/ou assessorias pedagógicas em sala de aula, que poderiam diversificar e adequar as estratégias tendo em conta as necessidades específicas de cada aluno/turma; assim como o não aproveitamento de software para explicação dos conteúdos previstos de uma forma atrativa; a falta de atividades que propiciam a participação dos alunos em competições da disciplina e eventos de carácter científico com vista a promover o prazer pela Matemática; sem descartar a necessidade de um trabalho em pequenos grupos em função de que os estudantes com maiores dificuldades encontrem uma estratégia para garantir o avanço no processo de ensino aprendizagem; assim como a escassa partilha das boas práticas tanto letivas como não letivas, o que conduz a perda de experiências que poderiam contribuir a estimular a presença dos estudantes nas aulas de Matemática.

Entretanto, para uma melhor aproximação de como diminuir ou erradicar o absentismo escolar em geral e de forma particular nas aulas de Matemática, resulta pertinente fazer-se o estudo das consequências que advém de tal prática, a curto, médio e longo prazo desde uma perspectiva pedagógica tendo-se em conta a epistemologia da ciência Matemática.

2.1.2. Consequências

As consequências do absentismo escolar nas aulas de Matemática são devastadoras para uma nação principalmente nesta época da revolução tecnológica com grande impacto nas ciências exatas. Porém, O ensino da Matemática é muito importante para o processo de ensino-aprendizagem de qualquer país desenvolvido ou subdesenvolvido do mundo. Desde a perspectiva curricular, o conhecimento matemático que se transmite no processo docente-educativo deve ter em conta que a cadeira de Matemática é parte de toda uma cultura ao alcance dos estudantes; assim, insere-se na necessidade formativa dos mesmos. O aluno que falta de forma frequente e contínua as aulas a sua aprendizagem podem ser comprometidas, dificultando deste modo a entrada no mercado de trabalho por não ter adquirido conhecimentos mínimos.

A educação é a base para a vida de qualquer indivíduo. Pois um indivíduo que durante a sua formação não adquiriu conhecimentos essenciais e sólidos não consegue contribuir para a evolução da sociedade em que este está inserido, criando situações propícias para a exclusão social. É importante ressaltar que o absentismo escolar é um problema que tem estado a desafiar governos, organizações e profissionais de diversos países por causa da sua complexidade e das consequências imediatas e mediatas que este fenómeno provoca a uma nação. Pois o verdadeiro problema do absentismo escolar radica nas consequências que este fenómeno traz no mundo contemporâneo onde a aquisição de conhecimentos básicos, a carência de uma cultura geral integral e a falta de desenvolvimento de competências fundamentais traduz-se numa deficiente formação pessoal, social ou profissional.

Um estudo desenvolvido por Montenegro (2007), afirma que para se combater o absentismo escolar torna decisivo transformar a motivação extrínseca de ir à escola em motivação intrínseca ou seja “transformar a obrigatoriedade em ir à escola num prazer de lá estar”. Para se diminuir as consequências do absentismo escolar é preciso conhecer profundamente as causas que estão na base do aparecimento de tal fenómeno na escola particularmente nas aulas de Matemática. O diagnóstico precoce do fenómeno possibilita enfrentar melhor as dificuldades, aperfeiçoar a docência desta disciplina e assim contribuir para reduzir o problema da falta conhecimentos básicos, a carência de uma cultura geral integral e a falta de desenvolvimento de competências fundamentais que alguns alunos absentistas apresentam.

3. METODOLOGÍA UTILIZADA PARA A PESQUISA

Sabe-se que a selecção dos instrumentos de recolha de dados constitui uma etapa fundamental na definição do trabalho de investigação, o que implica o uso de critérios rigorosos na escolha do método adequado, conducentes a fins presumidos. Almeida & Pinto (1995), afirmam que, para cada pesquisa concreta competiria seleccionar um determinado método, técnicas adequadas, controlar a sua viabilidade e incorporar os resultados parciais obtidos. Assim sendo, o saber fazer proporcionado pelos diferentes métodos de pesquisa depende da sua efetividade e da aplicação exitosa do mesmo.

Para a elaboração deste artigo científico empregou-se a metodologia mista com um paradigma descritivo e participativo, tendo sido utilizados os Métodos teóricos, histórico-lógico, analítico-sintético, enfoque do sistema, indutivo-dedutivo. Assim, para a recolha de dados utilizaram-se técnicas qualitativas e quantitativas.

No que se refere à fase do diagnóstico e análise do absentismo escolar nas escolas em estudo, foram concebidos os seguintes métodos e técnicas empíricas:

- Análise de todos os documentos inerentes ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem da Matemática;
- Observação participativa ao clima organizacional e educativo das escolas em estudo;
- Entrevista, em grupo, aos membros do Gabinete Provincial da Educação, aos coordenadores da disciplina de Matemática, bem como aos professores de Matemática das escolas em estudo.

Seguindo o critério de intencionalidade na aplicação dos métodos de pesquisa, foram determinados como amostra, quatro escolas, coincidindo com a população total da investigação.

Para a recolha de dados foi fundamental a utilização do seguinte critério: na primeira etapa da pesquisa foram entrevistados funcionários da Direcção Provincial da Educação, diretores de escolas, coordenadores e professores da disciplina de Matemática das escolas que fazem parte da amostra. Na segunda etapa foram visitadas e diagnosticadas as escolas seleccionadas.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após a entrevista semiestruturada dirigida aos funcionários da direção provincial da educação, diretores de escolas, coordenadores e professores da disciplina de Matemática das escolas em estudo, chegou-se à seguinte ilação: de forma unânime, estes consideram que dentre outras, uma das principais causas do absentismo escolar nas aulas de Matemática nestas escolas é o baixo nível de qualificação dos docentes, pois muitos não são graduados em educação e ensino da Matemática. Se o professor não estiver preparado, o suficiente, para ministrar um determinado conteúdo, o mesmo não irá conseguir cativar os seus alunos em sala de aula, argumentaram os nossos inquiridos.

Pelo que, o elevado índice de absentismo escolar na disciplina de Matemática nas escolas que fazem parte da amostra tem feito com que os resultados de aprendizagem da mesma sejam negativos. Importa salientar que, durante as visitas de diagnóstico efetuadas as escolas em estudo, a elaboração de exercícios que vinculam o conteúdo científico à vida quotidiana dos alunos foi uma das tarefas que os pesquisadores propuseram. É evidente que tal prática desperta interesse do aluno para a aprendizagem desta ciência, não descartando a pertinência de se envolver a família, pais/encarregados de educação, neste processo. Por outra, a informação recolhida durante a entrevista permitiu chegar ao desfecho de que a falta de qualificação profissional dos docentes que lecionam a disciplina de Matemática tem sido um obstáculo para a qualidade do ensino-aprendizagem da mesma, e ao sucesso que se deseja.

As diferentes técnicas empregues para a recolha de dados permitiram perceber que as principais causas do absentismo escolar nas aulas de Matemática, nas escolas em estudo, na cidade de Moçâmedes, província do Namibe, Angola, são várias. Dentre elas encontramos: a insuficiente preparação dos docentes com ênfase no I ciclo de ensino secundário, já que poucos têm formação superior pedagógica; o tratamento didático das aulas de Matemática, prevalecem os métodos e formas organizativas tradicionais, o que não favorece a motivação dos alunos; a insuficiente vinculação dos conteúdos matemáticos com a vida, com ênfase na conceção de problemas e exercícios, os quais geralmente são descontextualizados; a falta de bases para a compreensão de conteúdos de maior complexidade até às insuficiências no desenvolvimento do pensamento lógico.

Este estudo possibilitou considerar que existe necessidade das escolas selecionadas para a pesquisa traçarem estratégias para diminuir o elevado índice deste fenómeno nas aulas da disciplina em referência, como sendo: Melhorar o clima educativo; incentivar os professores a prepararem exercícios que vinculam os conteúdos matemáticos com a vida; capacitar os seus docentes no que concerne ao tratamento metodológico dos conteúdos para melhorar a motivação dos alunos na aprendizagem da Matemática, orientando-os a olharem, não só, para os conteúdos didáticos, como também para o estado de ânimo e predisposição psicológica dos seus alunos para a aprendizagem desta disciplina, pois sabe-se que os fatores sociais também têm um peso significativo no aparecimento do absentismo escolar nas escolas em estudo.

Pelo que, a boa preparação dos docentes tem um impacto significativo na qualidade das aulas e na transformação da escola num espaço de reflexão e na construção do conhecimento. Para tal, é imprescindível a aplicação de métodos ativos e participativos que promovam a motivação intrínseca da aprendizagem.

CONCLUSÕES

Estudos apontam que o absentismo escolar deve-se a múltiplos factores e de natureza variada. A pesquisa efectuada ao processo de ensino-aprendizagem da Matemática nas escolas em referência neste artigo científico possibilitou identificar as principais causas que estão na base do elevado índice de absentismo escolar nas aulas de Matemática em geral e de forma particular na amostra do estudo. Com base nas causas identificadas e a consistência dos dados recolhidos permitiram elaborar estratégias para diminuir o fenómeno nas aulas da mencionada disciplina, pois a disposição e a qualificação profissional dos docentes, a existência de um bom clima educativo constituem, com certeza, a base para se reduzir os efeitos negativos do fenómeno em estudo. Porém, o objetivo traçado foi alcançado e a proposta apresentada pode contribuir para diminuir o absentismo escolar nas referidas escolas.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida & Pinto, (1995). *A investigação nas Ciências Sociais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Balfanz, R., & Byrnes, V. (2012). *The Importance of Being in School: A Report on Absenteeism in the Nation's Public Schools*. Disponível em:

http://new.every1graduates.org/wpcontent/uploads/2012/05/FINALChronicAbsenteeismReport_May16.pdf

Cavero, M. (2010). *Un Estudio de Meta- Análisis sobre las causas del absentismo escolar y propuestas de Prevención e Intervención para la Educación primaria y secundaria obligatoria*. Disponível em:

<http://redined.mecd.gob.es/xmlui/handle/11162/3857?locale-attribute=gl>.

Cruz, O., Lima, I. A., Barros, S., Costa, P., & Pacheco, C. (2011). A escala de avaliação do ambiente familiar comparação dos resultados observados com três versões da HOME. *Actas do VIII Congresso Iberoamericano de Avaliação/evaluación Psicológica e XV Conferência Internacional Avaliação Psicológica: Formas e Contextos*. Disponível em:

<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/57255/2/76229.pdf>

Farolândia, A. (S/D). *Análise do trabalho docente na educação superior: um estudo de caso no Curso de Administração da UNIT*. Disponível em:

https://www.google.com/?gws_rd=ssl#q=2.2.%09O+absentismo+escolar+nas+aulas+de+Matem%C3%A1tica+no+ensino+Superior&start=10.

Meira, I. (2001). Convivendo e Enfrentando Situação de Stress Profissional. *Revista Latinoamericana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, 9(2), 1-5. doi:10.1590/S0104-11692001000200001

Montenegro, M., (2007). *Ciganos e Cidadania (s)*. Setúbal: Instituto das Comunidades Educativas. Cadernos ICE.

Oliveira, G., Granzinolli, L., & Vasconcelos, M. (2007). Índice e Características do Absenteísmo dos Servidores Públicos da Universidade Federal de Viçosa. *XXXI Encontro da ANPAD*, Rio de Janeiro: Brasil.

ONU (2013). *Objetivos de Desarrollo del Milenio Informe de 2013*. Naciones Unidas, Nueva York.

Soares, (2004). O Efeito da escola no desempenho cognitivo de seus alunos. *Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficácia y Cambio en Educación*, 2(2), 83-104.

Santos, A. (2011). *Estilos parentais e adaptação psicológica de jovens integrados no programa integrado de educação e formação*. (Dissertação de Mestrado). Universidade do Algarve, Faro.

Sarmiento dos Santos, A. P. (2017). *Estudo e Análise do Absentismo escolar nas aulas de Matemática na Escola Superior Pedagógica do Namibe*. (Tese de Doutoramento em Currículo, professorado e Instituições Educativas). Namibe, Angola.

Topor, D. R., Keane, S. Ph., Shelton, T. L., & Calkins, S. (2010). Parental involvement and student academic performance: A multiple mediational analysis. *Journal of Prevention & Intervention Community*, 38(3), 183-97. doi: 10.1080/10852352.2010.486297

A PESQUISA CIENTÍFICA E O SEU LUGAR NA FORMAÇÃO DOS DOCENTES DA ESCOLA SUPERIOR POLITÉCNICA DE MALANJE: SUBSÍDIOS PONTUAIS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

*Scientific research and its place in training for teachers at the Political technical
School of Malanje: special subsidies in the teaching and learning process*

CONTREIRAS, Gilson¹⁵

Resumo

O presente estudo é fruto integrante de avaliação da pesquisa científica na formação dos docentes da Escola Superior Politécnica de Malanje, o mesmo aborda uma reflexão sobre importância da pesquisa científica no âmbito da formação dos docentes de uma forma geral, esta entendida como recurso metodológico nesse processo formativo enquanto permite contribuir por meio de experimentos metodológicos sobre a pesquisa científica para o desenvolvimento afetivo - cognitivo dos docentes e como objetivos específicos: 1) descrever uma revisão teórica e conceitual sobre génese da ESPM; 2) elaborar o quadro teórico da pesquisa científica para a formação dos docentes da ESPM com base no processo de ensino aprendizagem. Nesta pesquisa de cunho documental foi baseada em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objectivos da pesquisa.

Abstract

The present study is an integral result of the evaluation of scientific research in the training of teachers at the School Higher Political de Malanje, it addresses a reflection on the importance of scientific research in the context of teacher training in general, understood as a methodological resource in this process formative while allowing to contribute through methodological experiments on scientific research for the affective - cognitive development of teachers and as specific objectives: 1) to describe a theoretical and conceptual review of the genesis of ESPM; 2) to elaborate the theoretical framework of scientific research for the training of ESPM teachers based on the teaching-learning process. This documentary research was based on materials that have not yet received an analytical treatment or that can be reworked according to the research objectives.

Palavras-chave: *ESPM; Pesquisa científica; Características da pesquisa na Formação dos docentes da ESPM.*

Key-words: *ESPM; Cientific researches; Research characteristics in the training of ESPM teachers.*

Data de submissão: setembro de 2020 | **Data de publicação:** dezembro de 2020.

¹⁵GILSON FRANCISCO CONTREIRAS DIOGO – Escola Superior Politécnica de Malanje. ANGOLA.

E-mail(s): gilson.diogo@ubi.pt / gilsoncontreiras90@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Por experiências levadas a cabo pelo autor no ensino superior pode-se constatar uma série de dificuldades que apresentam os docentes relativamente a pesquisa científica, aspeto que motivou o desenvolvimento deste artigo. É um facto a importância para os docentes terem conhecimentos de fatores que estão ligadas à pesquisa científica no processo de ensino - aprendizagem para seu êxito académico, mas também para seu bom desempenho na sociedade em que estão inseridos. Ter habilidade de conhecimento que desenvolvem o pensamento lógico aos mesmos, lhes permitindo ser mais ágeis na hora de tomar decisões e resolver problemas no campo académico.

1. PROBLEMATIZAÇÃO

O problema científico está definido: **como contribuir na pesquisa científica para formação dos docentes da Escola Superior Politécnica de Malanje de modo a potencializar na sua prática docência?** Definido a organização do ensino de conteúdos que de tal forma é justificado com o seu objeto sobre as dimensões pessoal e profissional, com atribuições de sentido da prática docente na sua formação bem como precedentes nas diversas áreas do conhecimento e formação de estudantes referentes à (artigos, poster, livros, revistas etc.), os quais aponta possibilidades de ensino que focalizam a organização da prática de ensino na ESPM.

Ao nos depararmos com temática a qual tem suas especificidades surgem muitas problemáticas sobre o que pode ensinar, como instruir e de que forma deve-se instruir os estudantes a terem o hábito de pesquisar, nesta conformidade a mesma tem como objetivo principal: contribuir por meio de experimentos metodológicos sobre a pesquisa científica para o desenvolvimento afetivo - cognitivo dos docentes e como objetivos específicos: 1) descrever uma revisão teórica e conceitual sobre génese da ESPM; 2) elaborar o quadro teórico da pesquisa científica para a formação dos docentes da ESPM com base no processo de ensino aprendizagem.

Devido o tema exposto, têm-se como os capítulos: no primeiro capítulo faz-se uma breve génese da Escola Superior Politécnica de Malanje, já para o segundo capítulo a pesquisa científica na Escola Superior Politécnica de Malanje e no terceiro capítulo descreve-se sobre as características da pesquisa científica para a formação dos docentes da Escola Superior Politécnica de Malanje.

2. REVISÃO TEÓRICA E CONCEITUAL

2.1. *Breve génese da Escola Superior Politécnica de Malanje*

A Escola Superior Politécnica de Malanje, abreviadamente designada por (ESPM), é uma unidade orgânica do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, está sediada situada na Província de Malanje, bairro da Katepa, Voanvoala do Meio. Sendo uma instituição pública e de autonomia científica, administrativa, pedagógica e patrimonial tal como prevê a legislação vigente no sistema do Ensino Superior. A Escola Superior Politécnica Malanje encontra-se na IV região académica. Em termo do diploma legal, foi criada pelo Decreto Presidencial n.º 7/09 de 12 de Maio. O referido diploma é o que estabelece a reorganização das instituições de Ensino Superior Publicas. Rege-se pelo decreto Presidencial n.º 24/16 de 18 Janeiro.

A Escola Superior Politécnica de Malanje é liderada por um (1) Director Geral Interino, uma Directora Adjunta Interina para os Assuntos Académicos e uma Directora Adjunta Interina para os Assuntos Científicos.

Fig. 1-Vista da parte externa da Escola Superior Politécnica de Malanje



Fonte - Retirado no portal da ESPM aos 02 de Abril de 2020.

2.1.1. *Áreas de formação na Escola Superior Politécnicas de Malanje*

A Escola Superior Politécnica de Malanje com área privilegiada de formação o campo das Ciências da Educação com os cursos de Pedagogia, Matemática e Ensino de Geografia, com o campo das Ciências Humanas, cursos de Psicologia, Sociologia, Direito, Gestão de Hoteleira e Turismo e Gestão e Administração.

Historicamente o papel fundamental da ESPM como instituição social tem sido o de produzir e socializar saberes, pesquisa e a socialização como meios pelos quais a escola contribui direta e indiretamente para o projeto de sociedade do qual esta faz parte, a forma como desenvolve suas atividades de ensino e pesquisa entre outros, seu papel desempenhado na construção e na consolidação do seu projeto social; e consequentemente no cumprimento do seu papel social desenvolvendo assim a criatividade de ensino, investigação científica e prestação de serviços à comunidade nas ciências de educação e ciências sociais.

2.1.2. Missão e valores da Escola Superior Politécnica de Malanje

A missão da Escola Superior Politécnica é desenvolver atividade de ensino, investigação científica e prestação de serviços à comunidade, no domínio das Ciências Sociais e Humanas e Ciências da Natureza.

Fig. 2-Vista da parte interna da Escola Superior Politécnica de Malanje.



Fonte - Retirado no portal da ESPM aos 03 de Abril de 2020.

A Escola Superior Politécnica de Malanje tem subjacente um leque de valores centrais dos seus estatutos e traduzem princípios gerais que sejam assumidos por toda a comunidade académica e aplicado nas práticas quotidianas da instituição. Como deriva da sua visão, a ESPM não pretende ser apenas mais uma instituição de ensino superior, mas uma realidade universitária de rigor e excelência. Conforme a sua filosofia, a ESPM incorpora e pretende compatibilizar os seguintes valores abaixo mencionados: Igualdade; Liberdade; Autonomia; Pluralidade; Solidariedade; Justiça; Humanismo; Responsabilidade individual.

Como docente da ESPM somos a afirmar que é possível compreender um pouco mais o papel social da Escola quando olhamos seus aspetos históricos em relação à sua génese, que desde 2011 tem tido funções clássicas em criar profissionais das chamadas profissões superiores ou profissões diferenciadas onde os indivíduos que, em princípio são capazes de exercerem uma determinada atividade com autonomia e criatividade tornando assim o individuo universitário diferente de um técnico. Onde o técnico exige a reprodução com profissão e honestidade de determinada técnica mais sem introduzir nem análise crítica nem inovação, tanto quanto a renovação e nem pensamento criador. Já para estes estudantes deverá estar em constante crítica da sua atividade profissional, em permanente inovação. Permuta-nos afirmar que, esta exigência não responde constantemente a maioria de todo nós, temos períodos ou fases de atividade profissional em que somos repetitivos, mas temos que fazer periodicamente uma paragem crítica.

3. A PESQUISA CIENTÍFICA NA ESPM

Em todos os cursos, em todos os níveis (anos), exigimos, da parte dos estudantes, algumas atividades de pesquisa. Esta, efetivamente, tem sido quase sempre mal compreendida quanto à sua natureza e à finalidade por parte de alguns docentes. Muito do que chamamos de pesquisa não passa de simples compilação ou cópia de algumas informações desordenadas ou opiniões várias sobre determinado assunto e, o que é pior, não referenciadas devidamente, por tanto, não se pode pedir aos estudantes aquilo que você ainda não pesquisou.

Para Demo (2000, p. 20), “Pesquisa é entendida tanto como procedimento de fabricação do conhecimento, quanto como procedimento de aprendizagem (princípio científico e educativo), sendo parte integrante de todo processo reconstrutivo de conhecimento”.

Assim somos a informar que a finalidade da pesquisa é resolver problemas e solucionar dúvidas, mediante a utilização de procedimentos científicos.

Que em conformidade com Barros e Lehfeld (2000a, p. 14) e a partir de interrogações formuladas em relação a pontos ou factos que permanecem obscuros e necessitam de explicações plausíveis e respostas que venham a elucidá-las. Para isso, há vários tipos de pesquisas que proporcionam a recolha de informações sobre o que deseja investigar. Já para Coxe Infeliz (2013, p. 3618) no seu artigo etnomatematica, escreve

que: “A formação científica – pedagógica dos professores constitui uma das condições fundamentais para elevar o nível da qualidade do ensino. Esta formação tem de acompanhar o desenvolvimento da Ciência a evolução das sociedades, bem como adaptar ao meio sócio – profissional”.

Não há ensino sem pesquisa e nem pesquisa sem ensino. Esses fazerem se encontra um no corpo do outro. Enquanto ensino contínuo buscando, procurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo, educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade Freire (2002, p. 16).

Algumas razões para eleger uma pesquisa específica são evidenciadas na determinação do pesquisador em realizá-la, entre as quais, as intelectuais, baseadas na vontade de ampliar o saber sobre o assunto escolhido, “atendendo ao desejo quase que genérico do ser humano de conhecer-se a si mesmo e a realidade circundante” (Nascimento, 2002, p. 55).

Para dar sustentabilidade do que foi escrito pelos autores, podemos afirmar igualmente que a pesquisa científica é a realização de um estudo planejado, sendo o método de abordagem do problema o que caracteriza o aspeto científico da investigação. Sua finalidade é encontrar resultados para as perguntas mediante a aplicação do método científico. Toda qualquer pesquisa parte sempre de um problema a ser investigado, de uma interrogação, uma situação para a qual o repertório de conhecimento disponível não gera resposta adequada. E que para resolver esse problema, são levantadas hipóteses que podem ser acertadas ou refutadas pela pesquisa. Portanto, toda pesquisa se baseia em uma teoria que serve como ponto de partida para a investigação. No entanto, lembramos igualmente que essa a pesquisa muitas das vezes, gera para o surgimento de novas teorias, que, para serem válidas, devem se apoiar em factos observados e provados. Além disso, até mesmo a investigação surgida da necessidade de resolver problemas práticos pode levar à descoberta de princípios básicos.

3.1. Pesquisa científica na ESPM, Que Caminho?

Essa pergunta pode ser respondida de muitas formas, mais afirmamos igualmente que os docentes da instituição não podem pedir aos estudantes a quilo que nunca instruíram. Pesquisar significa, de forma bem simples, procurar respostas para indagações

propostas. Podemos dizer que, basicamente, pesquisar é buscar conhecimento. Nós pesquisamos a todo momento, em nosso cotidiano, mas, certamente, não o fazemos sempre de modo científico.

O caminho deve ser, pesquisar, num sentido amplo, é procurar uma informação que não sabemos e que precisamos saber. Consultar livros, poster, jornais e revistas, verificar documentos, conversar com os estudantes e colegas de mais diversas áreas de conhecimento, fazendo perguntas para obter respostas, são formas de pesquisa, considerada como sinónimo de busca de conhecimento, de investigação e indagação. Esse sentido amplo de pesquisa se opõe ao conceito de pesquisa como tratamento de investigação científica que tem por objetivo comprovar uma hipótese levantada, através do uso de processos científicos. Com base em Lakatos e Marconi (2007, p. 157)

a pesquisa pode ser considerada “um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais.” Significa muito mais do que apenas procurar a verdade, mas descobrir respostas para perguntas ou soluções para os problemas levantados através do emprego de métodos científicos

Para explicarmos de forma acurada a pesquisa pode ser encarada como um conjunto de ações, propostas para encontrar a solução para um problema em questão, as quais têm por base procedimentos racionais e sistemáticos. A pesquisa é realizada quando temos um problema e não temos informações para resolver. A pesquisa procura respostas! Podemos encontrá-las ou não. As chances de sucesso certamente aumentam à medida que enfocarmos a pesquisa como um processo e não como uma simples recolha de informações. As pesquisas devem contribuir para a formação de uma consciência crítica ou um espírito científico do pesquisador. O estudante, apoiando-se em observações, análise e deduções interpretadas, através de uma reflexão crítica, vai, paulatinamente, formando o seu espírito científico, o qual não é inato. Sua edificação e seu aprimoramento são conquistas que o universitário vai obtendo ao longo de seus estudos. Pesquisar também é planejar. É antever toda a série de passos que devem ser dados para chegarmos a uma resposta segura sobre a pergunta que deu origem à pesquisa. Esses pormenores os docentes devem levar em consideração dentro do contexto de uma avaliação precisa das condições de realização do trabalho, através dos seguintes pontos: tempo disponível para sua realização de um estudo ou pesquisa; a localidade onde será realizada a pesquisa; recursos necessários para efetuar a pesquisa; a disponibilidade do agente ou docente que pesquisa.

4. CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA CIENTÍFICA PARA A FORMAÇÃO DOS DOCENTES DA ESPM

A pesquisa científica é uma atividade humana, cujo objetivo é conhecer e explicar os fenómenos, fornecendo respostas às questões significativas para a compreensão da natureza. Para essa tarefa, o pesquisador utiliza o conhecimento anterior acumulado e manipula cuidadosamente os diferentes métodos e técnicas para obter resultado pertinente às suas indagações.

Com base em Lakatos e Marconi (2007, p. 157), “a pesquisa é um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos factos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento”. Esse procedimento fornece ao pesquisador um caminho para o conhecimento da realidade ou de verdades parciais. Podemos afirmar que o termo “pesquisa” muitas das vezes é usado indiscriminadamente, confundindo com uma simples indagação pelos docentes da Escola Superior Politécnica de Malanje, procura de dados ou certos tipos de abordagens exploratórias.

É importante que os mesmos tenham como conhecimento que a pesquisa, como atividade científica completa, é mais do que isso, pois percorre, desde a formulação do problema até a apresentação dos resultados, a seguinte sequência de pontos:

- 1) Preparação da pesquisa: seleção, definição e delimitação do problema a ser investigado; planeamento de aspetos logísticos para a realização da pesquisa; formulação de hipóteses e construção de variáveis;
- 2) Trabalho de campo (recolha de informações);
- 3) Processamento dos dados (sistematização e classificação das informações);
- 4) Análise e interpretação dos dados;
- 5) Elaboração do relatório da pesquisa.

Seja qual for a tipologia de um projeto científico, ele precisa obedecer algumas características. Assim, pode-se entender que um estudo é realmente científico quando obedece as seguintes fases:

- 1) Discutir factos relevantes relacionados a determinada informação, a partir de um referencial teórico bem fundamentado;
- 2) A informação a ser tratado deve ser claro, tanto para o autor quanto para os leitores;

- 3) A informação deve ter alguma utilidade, seja para a ciência, seja para a sociedade em geral;
- 4) Demonstrar, por parte do autor, o domínio do tema escolhido e a capacidade de recriação e crítica do conteúdo a ser pesquisado;
- 5) Dizer algo que ainda não foi mencionado;
- 6) Indicar com certeza os procedimentos utilizados, especialmente as hipóteses a investigar;
- 7) Fornecer elementos que permitam verificar, para aceitar ou negar, as conclusões a se que chega;
- 8) Documentar com rigorosidade as informações fornecidas, de modo a permitir a clara identificação das fontes utilizadas;
- 9) A comunicação dos dados é organizada de forma coerente e precisa, seja dedutiva;
- 10) Deve ser escrita de modo gramaticalmente correto, agradável, clara e terminologicamente precisa.

Depois de um balanço crítico e preliminar das condições ora mencionadas, a pesquisa pode ter início desenvolvendo-se através das etapas que mais adiante serão enumeradas.

2.3. Classificação da pesquisa científica na formação dos docentes da ESPM no processo de ensino e aprendizagem

A Pesquisa Científica visa a conhecer cientificamente um ou mais aspetos de determinadas informações. Por tanto, deve ser sistemática, metódica e crítica. O produto da pesquisa científica deve contribuir para o avanço do conhecimento humano. Na formação dos docentes da Escola Superior Politécnica de Malanje, o que é certo é certo mesmo que ninguém esteja a fazer, a pesquisa é um exercício que permite despertar o espírito de investigação diante dos trabalhos e problemas sugeridos ou propostos pelos indivíduos de direito.

Em conformidade com Köche (2007, p. 122), destaca que “o planeamento de uma pesquisa depende tanto do problema a ser estudado, da sua natureza e situação espaço-temporal em que se encontra, quanto da natureza e nível de conhecimento do pesquisador.” Com base neste teor, significa que podem existir diversos tipos de pesquisa para os docentes da Escola Superior Politécnica de Malanje. Cada tipo pesquisa possui com base no seu grau de entendimento, além do núcleo comum de procedimentos, suas

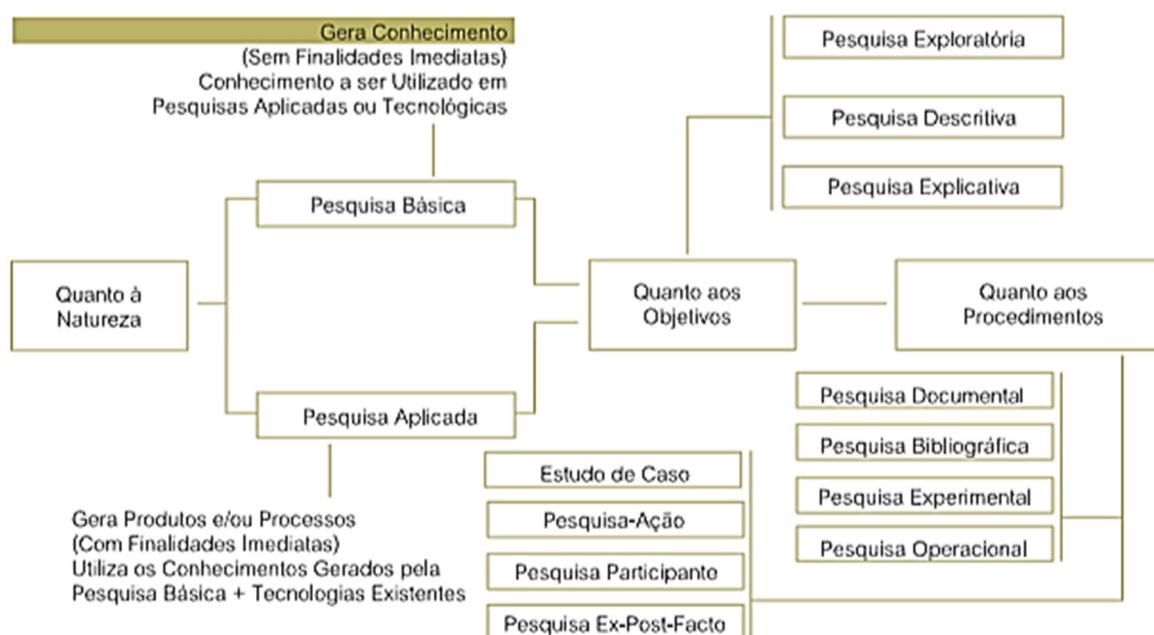
peculiaridades próprias. A posterior, serão caracterizados a pesquisa bibliográfica, a experimental e os vários tipos de pesquisa descritiva. Que de acordo com Demo (2000, sd), as pesquisas variam conforme seus gêneros e sua forma de compreensão. Logo, a pesquisa pode ser indicada através dos seguintes pontos a mencionar: Teórica, dedicada a ser estudar teorias; Metodológica, que se ocupa dos modos de se fazer ciência; Empírico, dedicada a codificar a face mensurável da realidade social; Prática ou pesquisa, voltada para intervir na realidade social.

Já para Andrade (1997, s.p.), as pesquisas podem ser encaradas da seguinte maneira:

- 1) Observações ou descrições originais de fenômenos naturais, espécies novas, estruturas e funções, mutações e variações, dados ecológicos entre outros;
- 2) Trabalhos experimentais, que submetem o fenômeno estudado às condições controladas da experiência, abrangendo os mais variados campos de conhecimento;
- 3) Trabalhos teóricos, de análise ou síntese de conhecimentos, levando à produção de conceitos novos, por via indutiva ou dedutiva, apresentação de hipóteses, teorias entre outros.

Existem várias formas de classificar as pesquisas. As formas clássicas de classificação serão apresentadas na Figura abaixo (adaptada de Silva, 2014).

Fig. 3 - Tipologia de pesquisa científica



Fonte - Adaptada com base em Silva (2004)

2.3.1. Classificação da pesquisa científica do ponto de vista da sua natureza

A classificação da pesquisa científica do ponto de vista da sua natureza pode ser vista através dos seguintes pontos: *Pesquisa básica*: nesta pesquisa gera conhecimentos novos úteis para o progresso da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais nos mais vários conteúdos; *Pesquisa aplicada*: nesta pesquisa gera conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos e envolve verdades e interesses locais da pessoa que está a investigar.

2.3.2. Classificação da pesquisa científica do ponto de vista dos seus objetivos

A classificação da pesquisa científica do ponto de vista dos seus objetivos pode ser: *Pesquisa exploratória*: é quando a pesquisa está fase inicial, tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que em questão a partir da sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objectivos a ser investigado e a formulação das hipóteses. *Pesquisa descritiva*: quando o investigador apenas escreve os acontecimentos observados sem interferir neles. Visa a descrever as características de determinada população ou fenómeno em estudo envolvendo o uso de técnicas padronizadas de recolha das informações, tais como: questionário e observação sistemática. *Pesquisa explicativa*: quando o investigador procura explicar os porque das coisas e suas causas, por meio do registo, da análise, da classificação e da interpretação dos fenómenos observados visando a identificar os fatores que contribuem para a ocorrência dos fenómenos;

2.3.3. Classificação da pesquisa científica do ponto de vista dos procedimentos técnicos.

A classificação da pesquisa científica ponto de vista dos procedimentos técnicos pode ser:

- 1) **Pesquisa bibliográfica**: nesta pesquisa é quando é elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de artigos, jornais, livros, revista, publicações em periódicos, jornais, monografias, dissertações, teses de doutoramento, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o investigador em contacto direto com todo material já escrito por outros autores sobre o assunto da pesquisa, nesta pesquisa é importante que o investigador

verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as informações possam apresentar;

- 2) **Pesquisa documental:** nesta pesquisa, devido a suas características, pode ser confundida com a pesquisa bibliográfica. A diferença primordial entre esses tipos de pesquisa a natureza das fontes de ambas as pesquisas. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições de vários autores que escreveram sobre determinado assunto, a pesquisa documental baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa;
- 3) **Pesquisa experimental:** quando é determinado um objeto de estudo, seleciona-se as variáveis que seriam capazes de influenciá-lo e definir as formas de controle e de observação dos efeitos que a variável produz no objeto;
- 4) **Pesquisa de campo:** nesta pesquisa de campo é aquela é utilizada com o objetivo de conseguir conhecimentos acerca de um problema para o qual procuramos uma resposta, ou de uma hipótese, que queiramos comprovar;
- 5) **Estudo de caso:** é quando envolvem estudos profundos e exaustivos de um ou poucos objetos de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento. O estudo de caso possui uma metodologia de pesquisa classificada como Aplicada, na qual se busca a aplicação prática de conhecimentos para a solução de problemas sociais tal como descreve Boaventura (2004);
- 6) **Pesquisa-ação:** é quando concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo. Os investigadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo;
- 7) **Pesquisa participante:** é quando se desenvolve a partir da interação entre o investigador e membros das situações investigadas.
- 8)

2.3.4. Classificação da pesquisa científica do ponto de vista da forma de abordagem do problema.

A classificação da pesquisa científica do ponto de vista da forma de abordagem do problema pode ser:

Pesquisa quantitativa: é considerada a pesquisa quantitativa quando toda pesquisa pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas, tais como: percentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão entre outros;

Pesquisa qualitativa: é considerada a pesquisa qualitativa quando há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para a recolha de informações e o investigador é o instrumento-chave. Tal pesquisa é descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

2.4. Etapas da pesquisa para a formação dos docentes da Escola Superior Politécnica de Malanje.

2.4.1. Planejamento da pesquisa

Pesquisa é a construção de conhecimento original de acordo com certas exigências científicas. Para que um estudo seja considerado científico, devem ser observados critérios de coerência, consistência, originalidade e objetivação. É desejável que uma pesquisa científica preencha os seguintes requisitos: a existência de uma pergunta a que deseja-se responder; a elaboração de um conjunto de passos que permitam chegar à resposta; a indicação do grau de confiabilidade na resposta obtida. Para que se faça um planejamento de uma pesquisa científica dependerá basicamente de três fases nomeadamente: **Fase decisória:** referente à escolha do tema, à definição e à delimitação do problema de pesquisa a ser estudada; **Fase construtiva:** referente à construção de um plano de pesquisa e à execução da pesquisa propriamente dita; **Fase redaccional:** referente à análise dos dados e das informações obtidas na fase construtiva. É a organização das ideias de forma sistematizada visando à elaboração do relatório final (trabalho de conclusão, monografia, dissertação, tese entre outros.). A apresentação do relatório de pesquisa deverá obedecer às formalidades requeridas pela Academia de direito.

3. SUPORTE METODOLOGICO

A pesquisa documental neste estudo integrou o rol de pesquisas utilizadas em um mesmo estudo ou se caracterizou como o único delineamento utilizado no momento em que se organizaram as informações que se encontravam dispersas, conferindo-lhe uma nova importância como fonte de consulta. Nessa tipologia de pesquisa, os documentos são classificados em dois tipos principais: fontes de primeira mão e fontes de segunda mão. Tal como afirma Gil (2008) define os documentos de primeira mão como os que não receberam qualquer tratamento analítico, como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc. Os documentos de segunda mão são os que, de alguma forma, já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas, entre outros.

Entendemos por documento qualquer registro que possa ser usado como fonte de informação, por meio de investigação, que engloba: observação (crítica dos dados na obra); leitura (crítica da garantia, da interpretação e do valor interno da obra); reflexão (crítica do processo e do conteúdo da obra); crítica (juízo fundamentado sobre o valor do material utilizável para o trabalho científico). Todo documento deve passar por uma avaliação crítica por parte do pesquisador, que levará em consideração seus aspectos internos e externos. No caso da crítica externa, serão avaliadas suas garantias e o valor de seu conteúdo. Normalmente, ela é aplicada apenas às fontes primárias e compreende a crítica do texto, da autenticidade e da origem. Pode ser:

Crítica do texto: verifica se o texto é autógrafo (escrito pela mão do autor). Trata-se de um rascunho?

Crítica de autenticidade: procura determinar quem é o autor, o tempo e as circunstâncias da composição. Podemos utilizar testemunhos externos ou analisar a obra internamente para descobrirmos sua data.

Crítica da origem: investiga a origem do texto em análise, já que ela fundamenta a garantia da autenticidade. Os locais de pesquisa, os tipos e a utilização de documentos podem ser: - Arquivos públicos (municipais, estaduais e nacionais);

Documentos oficiais: anuários, editoriais, ordens régias, leis, actas, relatórios, ofícios, correspondências, panfletos etc.

Documentos jurídicos: testamentos post, inventários e todos os materiais oriundos de cartórios;

Coleções particulares: ofícios, correspondências, autobiografias, memórias, iconografia: imagens, quadros, monumentos, fotografias etc.

Materiais cartográficos: mapas, plantas etc.

Arquivos particulares (instituições privadas ou domicílios particulares): igrejas, bancos, indústrias, sindicatos, partidos políticos, escolas, residências, hospitais, agências de serviço social, entidades de classe etc.

Documentos eclesiásticos, financeiros, empresariais, trabalhistas, educacionais, memórias, fotografias, diários, autobiografias etc.

CONCLUSÕES

Sendo conhecimento como a prática de pesquisa científica para a formação dos docentes da Escola Superior Politécnica como subsídios pontuais no processo de ensino e aprendizagem, bem como a elaboração de relatórios, monografias, dissertações e teses. Sem falar que esta prática estaria proporcionando aos docentes um exercício de diálogo crítico com a realidade da futura profissão e, assim o pesquisador estaria também em processo de identidade e construção de conhecimento, já que é com a participação em trabalhos de pesquisa que se forma um pesquisador. Não é justo que a pesquisa científica na formação dos docentes da ESPM seja privilégio enquanto estes não pesquisam de forma contínua, poucos deles que conseguem ter a iniciação científica, ou muito menos que essa experiência só venha acontecer quando haverá um interesse próprio quando na maioria das vezes só está em jogo um título de licenciado, mestre ou doutor.

De modo há potenciarmos no hábito de pesquisa científica e extensão universitária, somos obrigados a potencializar para a formação desses docentes através de estímulos através de uma série atitudes existem que devem terem conta, ressaltamos os seguintes: Buscar constantemente a inovação a pesquisa científica; Ter conhecimento do assunto a ser estudado para o aprendizado de seus estudantes, bem como ter formação multidisciplinar aprofundada, integridade intelectual; Aprender a aprender. Essa talvez seja a mudança metodológica mais importante para enfrentar a dinâmica científica e tecnológica e fugir da obsolescência; ousar, avançar no desconhecido. Ter curiosidade e

criatividade. É de fundamental importância a prática diária da criação de oportunidades de pesquisa científica, pois é o momento em que o pesquisador irá se familiarizando com a ambiência científica e tecnológica, através da participação em seminários, congressos, utilização de revistas e periódicos científicos, à escrita técnico-científica para publicação, à participação activa, com publicações e apresentações em jornadas científicas da Escola na qual estás inserido; Ensaiar novas maneiras de entender os fenómenos e suas aplicações e implicações. Ter perseverança e paciência; Saber fazer. Estudar, pesquisar, realizar na prática, ter confiança na experiência. Um docente universitário deve ser desafiado a “fazer” pesquisas na Universidade ou no sector produtivo sempre que possível, realizando-as concretamente e tornando-as públicas; Dominar as facilidades oferecidas pelas tecnologias de informação e comunicação e manter-se atualizado nessa área; Ter visão humanística diante dos fenómenos a serem estudados e dos interesses da sociedade em particular dos estudantes. O homem, a sociedade e o bem comum devem sempre estar presentes. Explorar situações concretas para a prática da ética, o respeito aos valores, ao pluralismo ideológico e às tradições.

Pedimos de igual modo as sinceras desculpas, se ferimos sensibilidade de outrem, mas é importante que um docente académico deve ter em conta as atitudes de auto-correctiva. Fazer autocritica em relação à pesquisa científica, que devem ser examinadas sob dois pontos de vista: sua veracidade e falsidade. Essa posição pode levar a importantes avanços na produção e democratização do saber, muito mais que a simples aceitação não questionada do que aparece nos livros e nas mentes dos especialistas da nossa instituição.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Andrade, M. M. (1997). *Introdução à Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Atlas.
- Barros, A. J. P., & Lehfeld, N. A (2000). *Projeto de pesquisa: propostas metodológicas*. Petrópolis: Vozes.
- Boaventura, E. M (2004). *Metodologia da Pesquisa: monografia, dissertação e tese*. São Paulo: Atlas.
- Coxe Infeliz (2013). Etnomatemática: a Matemática de Angola e suas Influências. *Actas del VII CIBEM* (p.3618-3625), Montevideo, Uruguai, 16 al 20 de Setiembre de 2013, Uruguai.
- Demo, P (2000). *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas.
- Demo, P. (2000b). *Fundamentos de metodologia científica: um guia para a iniciação científica*. São Paulo: Pearson Education do Brasil.
- Gil, A. C (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- Köche, J. C (2007). *Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Lakatos, E. M, & Marconi, M. de A (2007). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas.
- Minayo, M. C. S. (Org.), Deslandes, S. F., Neto, O. C., & Gomes, R. (2011). *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.
- Nascimento, D. M. (2002). *Metodologia do trabalho científico: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Forense.
- Silva, C. R. O. (2004). *Metodologia do trabalho científico*. Fortaleza: Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará.

COMUNICAR COM SENTIDO (S) NO SÉCULO XIX EM PORTUGAL: O EMBLEMÁTICO ANO DE 1852

*Communicate with sense (s) in the XIX Century in Portugal: the emblematic
1852 year*

RODRIGUES, Elvira¹⁶; & RODRIGUES, Bartolomeu¹⁷

Resumo

Nesta comunicação apresentamos os resultados de um estudo exploratório em torno da imprensa portuguesa no emblemático ano de 1852, o qual corresponde a profundas mutações na sociedade portuguesa, advindas da queda definitiva do Cabralismo em 1851 e do advento da Regeneração. Inovar é a palavra de ordem, acabar com a estagnação e desordem, provocadas pela instabilidade política em que até então se vivia. O universo de publicações periódicas com início em 1852, num total de 34 novos títulos, é significativo e mereceu a nossa particular atenção num contexto de investigação mais vasto, ligado à imprensa no século XIX, em que cada um dos autores se posiciona. Este artigo assenta no levantamento e análise das publicações mencionadas com recurso ao espólio existente na Biblioteca Municipal do Porto e na Biblioteca Nacional, em Lisboa, suportado pela hermenêutica, na análise e na síntese de textos insertos nos 34 periódicos consultados, tendo forçosamente em atenção, não apenas as nossas fontes primárias, mas também uma numerosa variedade de fontes secundárias, nomeadamente, a historiografia e a literatura, para o período em estudo.

Abstract

In this paper we present the results of an exploratory study about the Portuguese press in the emblematic year of 1852, which corresponds to profound changes in portuguese society, arising from the final fall of Cabralismo in 1851 and the advent of regeneration. Innovation is the watchword, end the stagnation and disorder caused by political instability in which up to then lived. The universe of periodicals starting in 1852, a total of 34 new titles, is significant and deserved our particular attention in the context of wider research on the press in the nineteenth century, where each author stands. This article is based on the survey and analysis of the publications mentioned using the existing estate in the City of Port Library and the National Library, in Lisbon, supported by hermeneutics in analysis and synthesis inserts texts in the 34 referred journal forcibly taking into account not only the our primary sources, but also a large variety of secondary sources, including, historiography and literature, for the period under study.

Palavras-Chave: *Imprensa Periódica Portuguesa; 1852; Regeneração.*

Key-words: *Periodical Press Portuguese; 1852; Regeneration.*

Data de submissão: setembro de 2020 | **Data de publicação:** dezembro de 2020.

¹⁶ ELVIRA RODRIGUES - Escola Secundária Augusto Gomes, CFAE- Matosinhos | UTAD. PORTUGAL. E-mail: elvirarodrigues@esag-edu.net.

¹⁷ JOÃO BARTOLOMEU RODRIGUES - UTAD. PORTUGAL. E-mail: jbarto@utad.pt

NOTA INTRODUTÓRIA

A pena é uma virgem, a imprensa é uma prostituta. Roger Chartrier

O Liberalismo no século XIX fez aparecer o Jornal enquanto “livro do povo”. A imprensa apresenta-se diversificada em vários ramos, respondendo dessa forma à necessidade política, cultural e de divulgação tecnológica da sociedade civil. Como refere Castilho, Feliciano (1841) na *Revista Universal Lisbonense*.

(...) este século é tão destruidor como criador, matou a livraria e pôs em seu lugar o jornalismo. Assim, devia ser, porque este século é popular. Os livros eram a muita ciência para poucos homens; os jornais são um pouco de ciência para todos.

Concordemos, ou não, com esta afirmação, é indiscutível que a liberdade de imprensa institucionalizada após a revolução de 1820 (não obstante as vicissitudes que irá ainda sofrer), é causa e consequência do alargamento da leitura e da circulação de ideias em Portugal. As próprias vicissitudes do dualismo liberais/absolutistas favorecem o aparecimento de uma imprensa que, embora como muitas vezes se afirma, vivendo ainda a exuberância da sua adolescência, não deixa de ser a expressão da vivência e vivências de uma época. Como refere Basto, Magalhães (1940, p. 295) antes de 1820:

(...) quase não houvera jornalismo no Porto. *O Diario Nacional* começou a publicar-se em 26 de Agosto de 1820. Antes publicara-se em 1749 o *Zodiaco Medico-Portuguez* ou *Lusitano-Delfico*; em 1761, a *Gazeta Litteraria* do Cónego Francisco Bernardo de Lima. *O Diario Universal de Medicina, Cirurgia, Pharmacia*, etc., saiu em 1794 a 1796; o *Anno Medico* em 1792. Exceptuando, em parte, a excelente *Gazeta Litteraria*, todos estes periódicos se ocupavam quase exclusivamente de Medicina e de Ciência em geral. Nada ou quase nada diziam do que se passava na cidade, no país ou no mundo. Muito menos se ocupavam de política (...).

No dia 24 de Agosto de 1820, na cidade do Porto, estalou e triunfou a Revolução Liberal. Ela representou, no plano simbólico, o levantamento de algumas camadas, particularmente as da burguesia, contra as práticas abusivas do Antigo Regime. Nesse ano surgiram quatro títulos no Porto e quinze em Lisboa. De início do século XIX e até à revolução liberal desempenhou papel importante a imprensa clandestina. Após esta revolução surge nesta cidade o primeiro quotidiano, *O Diário Nacional*, sob os auspícios da Junta do Supremo Governo Provisório do Reino. Com poucas exceções, a imprensa periódica da cidade extingue-se em dois momentos decisivos: com o primeiro golpe contra o Liberalismo, em 1823, (Vilafrancada e suspensão da Constituição de 1822) e em 1828, aquando da derrota da Junta do Porto contra D. Miguel e que provoca uma nova

vaga de emigração - em 1829 José de Sousa Bandeira, foi condenado à morte, pena depois alterada para prisão perpétua por ter criticado no seu jornal o rei absoluto -. A 2ª emigração (1828-1832) traduz-se numa nova vaga de jornais de emigrados, os quais são, no entanto, de difícil receção no Porto.

O regime que se implantou em 1834 em Portugal, não só representa uma rutura com a conjuntura do quadro histórico de 1820, como inaugura uma segunda fase do liberalismo.

A partir dessa altura com a restauração do Liberalismo os jornais ganham maior projeção. Nesta vaga insere-se o jornal cartista – *O Periódico dos Pobres do Porto* (1834) e *O Nacional* (1846-1870), setembrista. A lutas cartistas/setembristas, a partir de 1836 faz aumentar visivelmente a circulação de jornais, com especial incidência para a cidade invicta onde se multiplicam os jornais setembristas de propaganda e defesa do governo, paralelamente à criação das novas instituições académicas do governo de Passos Manuel, revistas científicas e literárias – ex: *A Vedeta da Liberdade* (1836-1837); *A Revista Jurídica*; *O Cidadão Filantrópico* (1836); *O Artilheiro* e *O Atleta* de 1836-1837.

Durante a fase da guerra civil a imprensa ficou suspensa mas com a Junta do Porto, em 1846, surgem vários jornais, a saber: *O Curioso*, *O Progressista*, *O Nacional*, *A Estrela do Norte*, e em 1847 *O Ecco Popular*. Em 1840, também a cidade de Lisboa vê surgir o grande jornal setembrista, *A Revolução de Setembro*, com José Estevão. A colaboração de escritores torna-se vulgar, bem como o facto de os partidos estarem de forma mais ou menos explícita representados nos jornais em circulação. A luta de facções transforma-se em luta partidária com imensos e intensos reflexos na imprensa.

Podemos afirmar que 1834 é o marco que separa por justaposição o Portugal Antigo do Portugal Novo. Para trás, fica a memória, ainda viva, de um país abalado por tempestades políticas e a guerra civil que lhe ensanguentou o solo; doravante, nasce o sonho da liberdade e do progresso, assim caracterizado por um jornal da época:

A época de terror e luta que atravessámos deixou em nós profundas impressões que o tempo não as poderá facilmente delir, e todos os nossos sentimentos, postos em acção por uma série de acontecimentos incalculáveis, ainda não poderão assentar; as paixões em agitação e até em combate, nem nos podem ainda bem reflectir que gozamos as delícias de um mundo livre. Em tais circunstâncias, pois será bem difícil conciliar a atenção pública, por tantas e tão justas causas distraída; no entanto, depois do restabelecimento das liberdades pátrias, cumpre promover a difusão da instrução pública, a base mais sólida e inconcussa [sic] em que aquelas podem assentar, e pouco a pouco ir reparando as ruínas causadas pelos anos do império da ignorância e da inquietude (Repositório *Literário* (1834), *Introdução* ao número 1).

Aniquilado o absolutismo, esperava-se um tempo novo: um tempo em que de alguma maneira Portugal pudesse recuperar da estagnação belicosa de 14 anos cumulativos ao atraso de dois séculos consecutivos em que o país havia mergulhado:

Já é tempo que a todos chegue o reinado da luz. Portugal está atrasadíssimo no que propriamente se diz civilização derivada da ilustração. [...] Se até agora, segundo *Chauchard* e *Munia* «guerras contínuas, depois o jugo pesado de Espanha, a opressão da inquisição, e nos últimos tempos, excessos de um governo despótico, impediram (em Portugal) o progresso das ciências e das letras», essas razões de desculpa passaram. A influência dos últimos tempos quase lhes varreu de todo a memória. Chegado é o tempo do trabalho e das melhorias úteis (Pan, 1853, p. 226).

Porém, a seguir à tempestade não se segue, necessariamente, a bonança.

O fim da guerra civil não significou estabilidade para o País. Os liberais achavam-se minados por divisões internas e a reintegração dos absolutistas na família política só contribuiu para piorar a situação. Exacerbaram-se as perseguições contra o lado vencido, com os confiscos e as destruições acompanhantes (Marques, Oliveira, 1977, pp. 94-95).

Em síntese, a situação política em 1834 caracterizava-se pela precariedade a todos os níveis: crise económica, ideológica e militar e marginalização das camadas populares.

D. Pedro faleceu nesse mesmo ano, e a princesa, com apenas quinze anos, foi proclamada rainha. A conjuntura era difícil: os liberais não conseguiram a convergência; pelo contrário, partidarizaram-se e hostilizaram-se mutuamente, travando, a partir de então, uma guerra implacável que se prolongou até 1851.

De um lado, os vintistas, defensores da *Constituição* de 1822; do outro, os cartistas, defensores da *Carta Constitucional* outorgada por D. Pedro IV: «[...] a Constituição de 1822 tinha sido elaborada pela Nação e imposta ao rei, a Carta fora preparada pelo rei em sua “real sabedoria” e concedida como uma dádiva à nação (Saraiva, 1999, pp. 285–286).

A Carta representava o direito divino dos reis; era uma concessão do senhor, em vez de um pacto social, ao passo que a Constituição de 1822, derivava da soberania popular, era a consagração das doutrinas democráticas. Mas o país não podia esperar mais: por isso, surgiram medidas para o erguer do pântano em que se encontrava, logo no alvorecer do constitucionalismo: (...) do ponto de vista legislativo, as inovações de maior relevo do constitucionalismo monárquico foram a legislação de Mouzinho da Silveira, a extinção das ordens religiosas, as tentativas municipalistas e a publicação do Código Civil (Saraiva, 1999, p. 292).

No dia 11 de setembro de 1836 eclodiu, em Lisboa, a revolução, conhecida como Setembrismo, que opôs os vintistas aos cartistas. Com o *setembrismo* foi abolida a Carta Constitucional e provisoriamente restaurada a Constituição de 1822, até que surgisse uma nova Constituição resultante do compromisso entre ambas.

Ao contrário da outra revolução, o Setembrismo não foi um pronunciamento de chefes militares que arrastou as massas populares atrás de si; pelo contrário, foi uma iniciativa popular à qual as tropas aderiram. José Hermano Saraiva, na sua *História Concisa de Portugal* (1999:299-302), dá-nos uma síntese admirável deste período conturbado da História de Portugal:

O Setembrismo, que até meados do século, serviu para exprimir a ala mais avançada do liberalismo, aguentou-se no poder quatro anos: de 1836 a 1840. Foi um período de profunda instabilidade. No ano da revolução, partiu do palácio real uma tentativa de golpe de estado para restaurar a Carta, a *Belenzada*, que contou com o apoio de Inglaterra e da Bélgica.

Em 1837 deu-se a revolta dos quartéis, que teve como protagonistas Saldanha e Terceira, razão pela qual ficou conhecida como *revolta dos marechais*. Durou de Julho a Setembro, tendo sido vencida após sangrentos combates.

Os batalhões da Guarda Nacional (movimento paramilitar) constituíam uma nova força do movimento hostil ao Governo. O movimento mais ativo desses batalhões era o dos *arsenalista*. Liderados por Soares de Caldeira, intentaram novo assalto ao poder. Este movimento foi aniquilado pelas tropas do Governo, no Rossio, no dia 3 de Março de 1838.

Deste período marcado pela governação setembrista destacam-se dois aspetos merecedores de referência:

No que se refere às principais inovações legislativas produzidas pelos setembristas, aconteceram no âmbito da cultura, onde se destaca a criação dos liceus, a fundação da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, da Escola Politécnica de Lisboa e da fundação da Academias de Belas Artes de Lisboa e do Porto.

A Constituição de 1838 vigorou até ao golpe de estado perpetrado por Costa Cabral, em 1842, data em que a Rainha mandou proclamar outra vez a *Carta* como constituição política do País. Sobre a Constituição de 1838 escreve José Hermano Saraiva:

[ela] (...) representa uma tentativa de compromisso entre a Carta e a Constituição de 1822: volta-se à divisão tripartida dos poderes, desaparecendo, portanto, o poder moderador do rei, mas mantém-se-lhe o veto absoluto e robustece-se a chefia do executivo [...] (1999, p. 301).

Costa Cabral fez uma acrobacia política: passou da esquerda radical para a direita cartista, ele que tinha sido um dos chefes da revolta dos *arsenalistas*.

Que consequências teve essa mudança na ação governativa de Costa Cabral?

Como todos os realistas, preocupou-se menos com os princípios do que com os factos, menos com o futuro do que com o presente. Os objectivos que se propôs atingir foram a restauração da ordem no estado, a eficiência do serviço público, a docilidade da opinião pública. Algumas reformas importantes recaíram sobre o sistema tributário e a contabilidade pública, os serviços de saúde, a organização administrativa, na qual abandonou o rumo romântico de uma descentralização para a qual se invocava a tradição medieval e optou-se pela subordinação das autarquias ao poder central (Saraiva, 1999, p. 302).

Estas medidas, em grande parte tributárias, atingiram o país na sua totalidade e o descontentamento levou ao amplo movimento de *Maria da Fonte* contra o Cabralismo. A queda do ministro Costa Cabral não impediu Saldanha de continuar o modelo cabralista. Eclode, por isso, a revolta da *Patuleia*, com as juntas governativas a proverem e a excitaram em quase todo o Reino, o povo contra o Poder central. A contestação era tão forte que o Governo perdeu por completo o controlo político do País. Só com a intervenção estrangeira (sob a égide de Inglaterra) foram travados estes movimentos, cujo desfecho culminou com a assinatura da Convenção de Gramido.

Na sequência da revolta da Maria da Fonte, Costa Cabral foi afastado do Governo em 1846.

O período que se seguiu à agitação (1846-1851) foi um período de apatia, de estagnação, onde além das rotinas particulares nada de significativo se registou.

Costa Cabral regressou de novo ao poder em 1849, prolongando-se a sua última fase, ligado à atividade de governante, até 1851.

Em 1851, Saldanha, chefiando a revolta dos Regeneradores, afastou definitivamente Costa Cabral do poder. Propunha-se regenerar a nação e aproximá-la da Europa que cada vez mais se distanciava deste luso retângulo, tão fértil em querelas e intrigas partidárias, quanto incapaz de tomar uma providência que pusesse este país em marcha sobre o carril do desenvolvimento.

Foi a partir deste ano (1851) que o país conheceu um período de maior serenidade: as guerras civis terminaram e uma lufada de ar fresco anunciou o advento da tão suspirada reforma. Finalmente, entra-se numa fase de desenvolvimento e franca recuperação, com a chamada Regeneração. Este novo período, que se prolongou até ao advento da República, foi regido pela Carta Constitucional, a que se anexaram, sucessivos atos adicionais; no que diz respeito à atividade económica, o sector privado foi revitalizado, sendo acompanhado pela intervenção do Estado, que com a política de Fontes de Pereira Melo realizou um vasto programa.

Na segunda metade do século XIX, após a Regeneração, assiste-se ao desenvolvimento de uma indústria jornalística vigorosa e muito nervosa na cidade do Porto. Neste contexto, e para além dos títulos que saem a lume, é interessante analisar os documentos inerentes à constituição das empresas jornalísticas e respetivos títulos de habilitação das novas publicações, documentos que, embora incompletos, nos permitem estabelecer a genealogia dos jornais – por vezes os nome com que se habilitavam, nem sempre correspondia ao nome com que saíam a público, outras vezes nem sequer se chegavam a publicar -, os aspetos relacionados com o perfil e percurso dos editores responsáveis, dado que desde o início da era liberal se verifica uma crescente responsabilização dos editores, redatores e impressores (o Decreto de 19 de Outubro de 1840, obriga à declaração de Editor Responsável e Fiador no Governo Civil). Data também de 1846 o aparecimento da Liga Promotora dos Melhoramentos da Imprensa.

O ano de 1852 corresponde a profundas mutações na sociedade portuguesa, advindas da queda definitiva do Cabralismo em 1851 e do advento da Regeneração. Inovar é a palavra de ordem, acabar com a estagnação e desordem, provocadas pela instabilidade política em que até então se vivia. Os exemplos normalmente apontados relativos às mais importantes medidas levadas a efeito no ano de 1852, são a elaboração do Código Penal, a criação do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, a ocupação por Almeida Garrett da Pasta de Ministro dos Negócios Estrangeiros, a reorganização do ensino oficial, nomeadamente através da institucionalização pelo Estado do ensino técnico e o início da longa luta em favor do efetivo estabelecimento do sistema métrico decimal.

É com a Regeneração que Portugal consegue alcançar a necessária estabilidade política que lhe permita iniciar um período de crescimento económico¹⁸. A partir da estabilização política, as reformas avolumam-se. Vamos encontrá-las distribuídas um pouco por todos os sectores; reformas fiscais, reforma dos direitos aduaneiros, reformas monetárias e do sistema bancário, reforma e fomento das obras públicas, de que a construção dos caminhos-de-ferro, cujos primeiros trabalhos de assentamento dos carris se iniciam logo em 1853 é um bom exemplo. Este surto inovador vai também expandir-se para outros sectores, como o alargamento da rede de estradas, o melhoramento e abertura de novos portos e a expansão das comunicações à distância, nomeadamente através da introdução do selo postal, telégrafo e telefone. Todos estes aspetos, associados a importantes mudanças tecnológicas, são o *leitmotiv*, que permite a alguns autores afirmar que os primeiros anos da década de 1860 constituem uma importante viragem na história económica portuguesa, iniciando um período de significativo crescimento económico.¹⁹ Mas, 1852 marca também o avanço do movimento associativo entre nós, de que a instalação da Associação Industrial Portuense e a fundação do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas são exemplo.

1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo assenta no levantamento e análise das publicações mencionadas com recurso ao espólio existente na Biblioteca Municipal do Porto e na Biblioteca Nacional, em Lisboa, suportado pela hermenêutica na análise e na síntese de textos insertos nos 34 periódicos consultados, tendo forçosamente em atenção, não apenas as nossas fontes primárias, mas também uma numerosa variedade de fontes secundárias, nomeadamente, a historiografia e a literatura, para o período em estudo.

Estamos conscientes de que toda a obra de pensamento, e muito mais quando se trata de uma publicação periódica, se constitui em função de certos temas estruturantes, que apresentam uma relação intrínseca ou que, graças ao esforço organizativo do intérprete, podem ser postos em relação, articulando elementos provenientes de diferentes círculos, mais ou menos concêntricos, em que a obra se inscreva.

¹⁸. Cf. a este respeito, MATA, Eugénia, VALÉRIO, Nuno (1994), Cap. VIII.

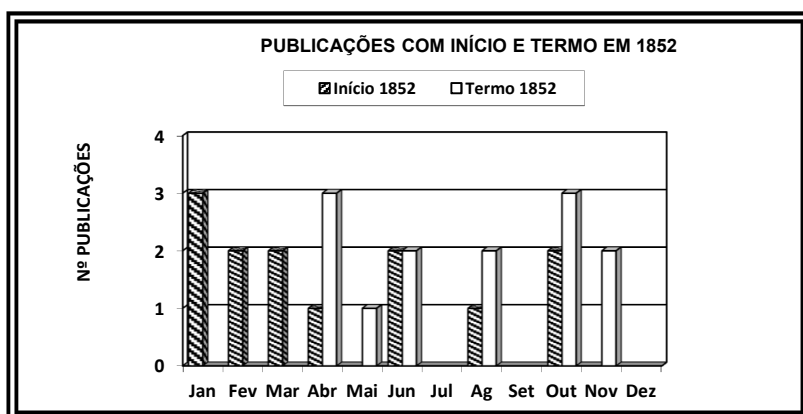
¹⁹ Este crescimento económico, será, no entanto, objeto de algumas interrupções, motivadas nomeadamente por causas exteriores, como acontece com a redução das remessas dos emigrantes aquando da Guerra do Paraguai e com a instabilidade provocada no setor algodoeiro, pela interrupção das exportações americanas na sequência da Guerra da Secessão.

Por vezes, o texto revela-se insuficiente para apreender o alcance de certas afirmações. Urge, então, buscar ou prospetar, fora do texto, os dados requeridos pela determinação do seu sentido, ou seja, torna-se necessário apreciar o contexto, o conjunto ou família textual de que o texto é membro, no qual se procura encontrar aquilo de que a interpretação carece, para se completar, e que o texto, por si só, não contém e que, por isso, não pode fornecer. E quando as ambiguidades ou as indeterminações não encontram solução, através da exploração do contexto, da inserção no corpo intertextual para que o texto remete, ou com que se relaciona, há que considerar o seu referente extra-contextual, o que está aquém e para além do texto em causa e de todos os textos que invoca, quer dizer, o conhecimento disponível sobre o quadro de circunstâncias em que o texto foi gerado, circulou e exerceu a sua influência. No entanto, não aceitamos ficar escravos das opções metodológicas fixadas *a priori*. Foi nossa convicção que deveriam ser os problemas a solicitar a metodologia adequada para responder às perguntas e foi o que aconteceu na recolha, sistematização e tratamento de dados que integram este estudo exploratório que agora sai a lume. O levantamento obrigou a uma organização rigorosa e funcional do material recolhido. Assim, o suporte documental de apoio a este artigo foi organizado em alguns ficheiros informatizados (base de dados) e diversos “dossiês” também digitais, constituídos por fichas e digitalizações dos periódicos consultados.

2. PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS COM INÍCIO EM 1852

O universo de publicações periódicas com início em 1852 (Quadro 1), revelou-se extremamente significativo, pelo que a sua análise permitiu desde logo concluir que o aparecimento de novas publicações ocorre ao longo de todo este ano (Gráfico 1), sendo o mote dado logo, em pleno mês de janeiro, quando saem a lume três novos títulos.

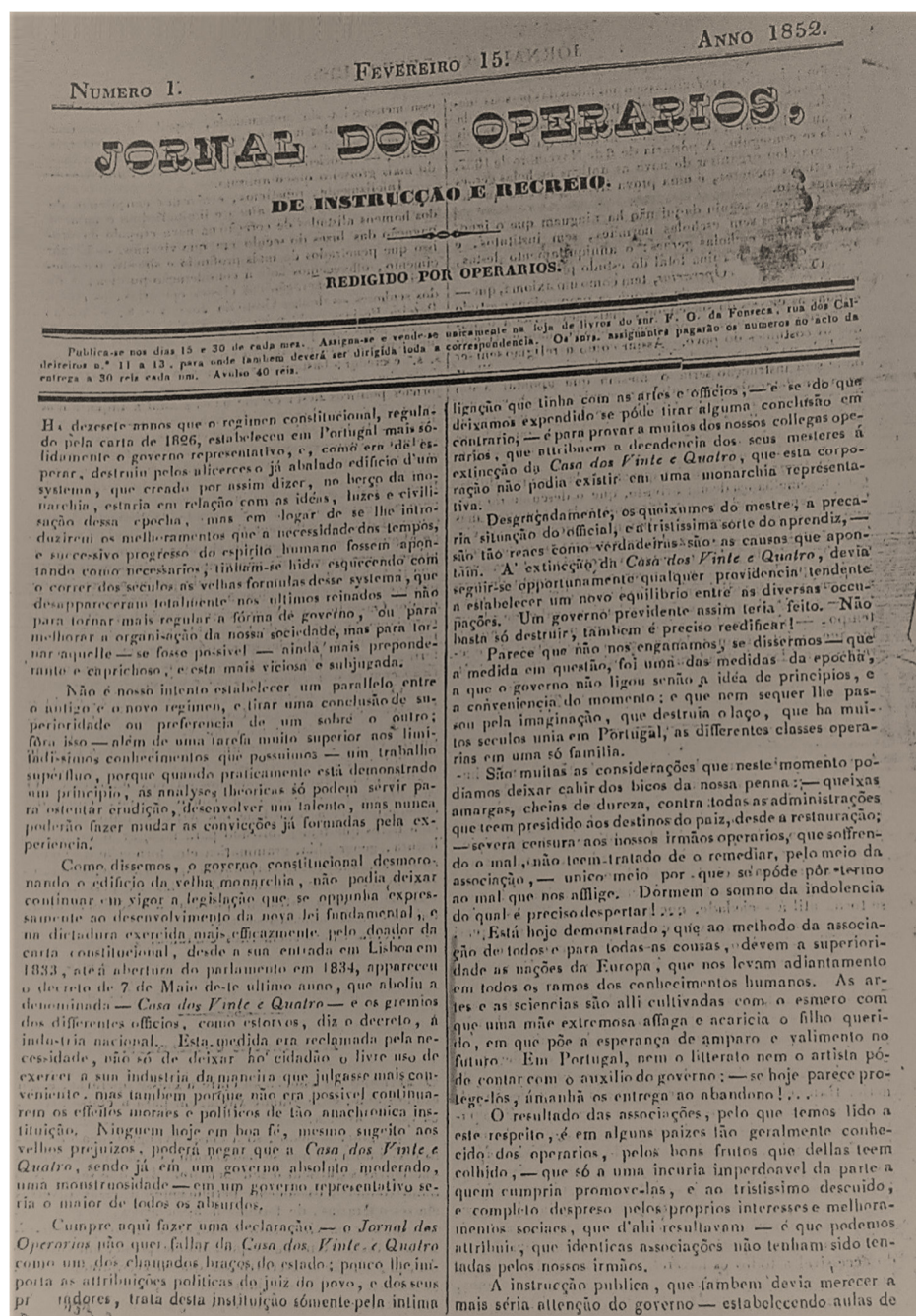
Gráfico 1 – *Publicações Periódicas com início e termo em 1852.*



Fonte: Dados do Quadro 1.

Mas, se o ano se inicia com novas publicações nas bancas, a verdade é que muitos dos títulos que saem a público desaparecem alguns meses depois (Graf. 1), evidenciando o carácter efêmero da generalidade dos novos títulos no ano em estudo, tendo em conta as dificuldades, sobretudo económicas, com que as mesmas se debatiam. Este gráfico permite ainda efetuar uma análise comparativa do início e fim de publicação dos diferentes títulos, bem como da sua repartição ao longo dos diferentes meses deste emblemático ano de 1852.

Primeira página do primeiro número do “Jornal dos Operários”, 15 de fevereiro de 1852.



Primeira página do primeiro número do "Jornal da Associação Industrial Portuense", 15 de

JORNAL DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUENSE.

NUMERO 1. DOMINGO 15 DE AGOSTO. ANNO 1852.

JORNAL DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUENSE.

ESTE jornal, como o indica o seu titulo, **É**, principalmente, o orgão da Associação Industrial Portuense.

E' o registo dos trabalhos, e dos actos d'uma associação cujo objecto foi definido pelos estatutos que adiante publicamos, e perfeitamente sentido pelo discurso que o nosso presidente pronunciou na primeira sessão e que tambem faz parte d'este numero.

Mas além d'este primeiro encargo, e parallelamente, o jornal publicará artigos especiaes fornecidos, ou pelas diferentes secções da nossa commissão technologica, cujos membros abaixo nomeamos, ou por pessoas estranhas, e, em todo o caso, previamente discutidos e approvados por — um conselho de redacção — eleito nella commissão.

Os annuncios de bibliographia industrial que a commissão technologica admitir como uteis á propagação dos conhecimentos uteis serão publicados gratuitamente.

O jornal sahirá no dia 1.º e 15 de cada mez, por cadernos de 2 folhas em 4.º, com 2 columnas, como se vê do presente numero. Formando por consequencia no fim d'um anno um volume de 384 paginas.

Publicar-se-hão, quando forem necessarias para a intelligencia do texto, estampas lithographadas ou abertas em madeira.

Preço da assignatura.

Por anno... 1:200 reis	}	Pago adiantado.
Por semestre 720 "		
Por trimestre 400 "		

Não se vende avulso.

Assigna-se na rua do Bomjardim n.º 566; em casa de mr. Moré, praça de D. Pedro n.º 60; e na loja de livros do snr. Cruz Coutinho, rua dos Caldeireiros n.º 14.

A correspondencia devera ser dirigida franca de porte — A' Redacção do Jornal da Associação Industrial Portuense — Porto.

RELATORIO.

SENHORA! — As classes industriales que nesta cidade exercem numerosas e mui variadas profissões, com grande vantagem do estado, não só por ser a industria uma das mais copiosas fontes da riqueza nacional, mas tambem por ser o trabalho de que subsistem o meio mais proficuo para moralizar a gente da mais baixa esfera e condição, vem respeitosamente lembrar a V. M. a conveniencia, e as grandes vantagens de se reunirem n'uma associação, que possa representar os seus interesses; supplicando desde já a graça de V. M. haver por bem approvar os estatutos que para este fim são agora levados á real presença.

N'um paiz como Portugal, donde a educação das massas está entregue á sua bon indole, e aos costumes patriarchaes, que a corrupção dos tempos ainda não pôde completamente destruir, uma associação que tenha como primeiro fim educar, e instruir as classes laboriosas, já ensinando-lhe a prezar o trabalho, e a praticar a virtude, já fazendo-as conhecedoras de quanto pôde aperfeiçoar a industria, que só a ignorancia conserva em ataxo, é bem digna da protecção do governo da V. M.

Mas se a este fim tão patriótico, e tão justo accrescerem outros de não menor importancia, como são o auxilio mutuo de que a nossa industria nascente tanto precisa: o melhoramento possível na condição do operario; o mil outros taes como o estabelecimento de machinas e instrumentos d'utilidade commun, que sendo indispensaveis a muitos, não podem ser por um só creados, por os grandes capitães que demandam não equivalerem ao serviço que lhes prestam, ella não pôde recuar que lhe seja negada a graça que pertendem.

Senhora! O desenvolvimento rápido, e progressivo, que a industria estrangeira apresenta dia-

agosto de 1852.

Primeira página do primeiro número de "O Progresso Industrial", 11 dezembro de 1852.

NUMERO 1. SABBADO 11 DE DEZEMBRO. ANNO DE 1852.

O PROGRESSO INDUSTRIAL

Administração e redacção
Rua de S. Roque n.º 64.

A correspondência tanto da redacção, como da administração, franca — As cartas que não tiverem marca de franquia não serão recebidas — Os artigos mandados á redacção, sejam ou não publicados, não serão restituídos. Publica-se ás quartas e sabbados.

JORNAL DAS OBRAS PUBLICAS

DA AGRICULTURA E DO COMMERCIO

REDACTOR PRINCIPAL — ORTAIRE FOURNIER.

Preços:
Anno 3:000
Semestre 1:600
Trimestre 900
Folha avulsa 40

Anunciação:
Cada linha 20
Subscrição-se ao escriptorio da administração e da redacção, rua de S. Roque n.º 64, reu-de-se no mesmo escriptorio, e nas lojas do costume, as assignaturas são pagas á diastadas.

O PROGRESSO MATERIAL.

As idéas tendem por si mesmas a representarem-se em cousas. Ainda não houve no mundo uma só crença viva acceita pela sociedade, que não deixasse de si vestígios materiaes, que se não symbolisasse em proporções e fórmulas adequadas ao seu poder e natureza. Nesse montão de ruínas do nosso antigo estado social está assignalado o predomínio de muitas idéas fecundas, e marcados os grãos da sua energia. Que são esses mosteiros, essas misericórdias, essas casas municipaes se não volumes da historia da nossa civilisação, escriptos a expensas do nosso espirito e da nossa bolsa. Só á geração actual hão de falecer recursos e vigor para executar as obras, que o seculo tem talhado para todos os povos? Só ella ha de deixar uma affrontosa lacuna no progresso nacional? Só na nossa terra, não hão de ontrar os raios da nossa luz civilisadora? Só nós havemos de ficar privados das maravilhas que tanto como os demais povos comprehendemos e merecemos? Indigno-me contra esta fatalidade; não me curvo a ella; não a reconheço. Desadorno os que se lhe submettem, o os que a fomentam.

Basta considerar o que se tem escripto ultimamente ácerca dos caminhos de ferro para conhecer até que ponto andam entre nós corruptos os espiritos, trocadas as legendas dos partidos, o obscurecidas as verdades mais triviaes da economia politica. Que nos mostrem um só paiz na terra, onde se tenha feito deste assumpto um capitulo de accusação, que nos indiquem um só jornal onde se tenha estampado ácerca d'um ponto de tão geral assentimento, o que se lê em parte da nossa imprensa, que nos apontem uma ostentação d'absurdos, um alarde de pequices como temos observado n'estes entre muitos homens conspicuos do nosso gremio politico e nós ajoelharemos diante desses tribunos da barbaridade, e renegaremos a seus pés a razão, a sciencia e a fé democratica.

Que aberração do senso commum! Que planos desconcertados! Que fertilidade d'expedientes! Que mis-

ria de sofismas! Uns exclamam que todas as communicações do reino se devem fazer pelas vias fluviaes aonde em metade do anno se caminha a pé enxuto, e para este grande intuito propõe canalisações apenas realisaveis em meio seculo e á custa de immensas sommas que ninguem para tal fim nos empresta. Outros sustentam que basta enxugar os atoleiros das nossas antigas estradas, alerrar os seus corgos, concertar o seu empedramento para alcançarmos uma viação correspondente á nossa actividade e trafego. Outros transcendendo n'um vôo atrevido a idade em que vivemos, illuminados por uma confiança fantastica nos progressos da sciencia, opinam que esperemos por inventos de locomoção mais commodos e aperfeiçoados, não consumindo os nossos capitales nas vias ferreas, que em breve serão caducas e anachronicas. Outros decidem que este pequeno tracto de terra ficando no couce da Europa, e não convergindo nelle as linhas mais frequentadas do-transito universal, não tem mercadorias nem gente para sustentar communicações de dispendiosa construcção e desnecessaria rapidez, e entendem que a providencia nos destinou a uma inferioridade forçosa e incontestavel.

Eu não admitto estas razões dilatorias, estas economias insensatas, estas objecções geographicas para nos abstermos da construcção dos caminhos de ferro. Sei que o nosso paiz está comparativamente mais atrasado do que a maior parte daquelles aonde esses caminhos se tem estabelecido, mas sei tambem que as vias ferreas são ao mesmo tempo a iniciação e o complemento da civilisação. Vejo que todos os governos se apressam em as pôr por obra sem olhar á exiguidade dos terrenos, á pouca densidade da população ao acanhado movimento do commercio, e adopto estes erros tão geralmente seguidos, tendo em menor conta os profundos dissertadores, os engenhosos arbitristas que tem procurado desvairar a opinião publica e deslentar o governo de proseguir n'um empenho de que hão de resultar maior cultura nos espiritos, maior policia nos costumes, maior parateza em todos os productos, maior redução nas despesas individuaes, mai-

Quadro 1 e 2: publicações periódicas com início em 1852.

<i>Título</i>	<i>Início publicação</i>	<i>Fim publicação</i>	<i>Local</i>	<i>Classif. temática</i>	<i>Periodicidade</i>
Globo (O)	01 Jan. 1852	30 Abr. 1852	Lisboa	Noticioso	Diário
Homem (O)	06 Out. 1852	20	Lisboa	Político Progressista – Histórico	Semanal
Ilha (A)	25 Mar. 1852	1863	Ponta Delgada	Político e Noticioso - Partido Cartista	Semanal
Ilustração (A)	15 Jan. 1852	04 Out. 1852	Lisboa	Noticioso	Quinzenal
Imprensa (A)	15 Jan. 1852	13 Ag. 1853	Lisboa	Político Conservador; Cartista	Diário
Instituto (O)	15 Mar. 1852	21	Coimbra	Científico e Literário	Não Indica
Iris (O)	20 Mar. 1852	Abr. 1852	Coimbra	Literário, Instrução e Recreio	Semanal
Janota Critico (O)	13 Jun. 1852	22	Lisboa	Literário	Semanal
Jornal da Associação Industrial Portuense	15 Ag. 1852	23	Porto	Noticioso e de Divulgação de Conhecimentos Úteis	Bimensal
Jornal dos Operários	15 Fev. 1852	30 Abr. 1852	Porto	Instrução e Recreio	Bimensal
Justiça (A)	01 Jan. 1852	08 Out. 1853	Lisboa	Político – Partido Cabralista	Diário
Ordem (A)	05 Jan. 1852	01 Set. 1860	Funchal	Político – Partido Cartista	Semanal
Paquete Comercial	23 Mar. 1852	1854	Lisboa	Comércio	Semanal
Península	Fev. 1852	Jun. 1853	Porto	Literário e Instrutivo	Semanal
Pobres na Terceira	26 Nov. 1852	19 Mar. 1865	Angra	Noticioso	Semanal
Postilhão (O)	29 Fev. 1852	23 Mai. 1852	Lisboa	Noticioso	Semanal
Progresso Industrial (O)	11 Dez. 1852	03 Mar. 1853	Lisboa	Obras PúblicasAgricultura e Comércio	Bissemnal
Revue Lusitannienne	02 Jan. 1852	05 Nov. 1852	Lisboa	Literária e Noticiosa	Não Indica
Seringação (A)	03 Out. 1852	21 Nov. 1852	Lisboa	Crítico e Literário	Semanal

<i>Título</i>	<i>Início publicação</i>	<i>Fim publicação</i>	<i>Local</i>	<i>Classif. temática</i>	<i>Periodicidade</i>
Almanaque Português	1852	1854	Lisboa	Instrução e Recreio	Anual
Artista (O)	01 Abr. 1852	Jun. 1852	Lisboa	Instrução e Recreio	Semanal
Aurora	22 Mar. 1852	12 Jun . 1852	Porto	Literário	Semanal
Baratíssimo (O)	17 Jun. 1852	09 Out. 1852	Funchal	Noticioso	Semanal
Bardo (O)	Mar . 1852	1854	Porto	Poesia Inédita	Semanal
Beneficiencia (A)	01 Nov. 1852	15 Jan. 1854	Lisboa	Religioso e Literário	Semanal
Boletim do Ministério das Obras Publicas, Comercio e Indústria	Jun. 1852	Dez. 1868	Lisboa	Legislação	Não Indica
Campeão do Vouga (O)	14 Fev. 1852	26 Out. 1859	Aveiro	Político. Literário e Comercial	Bissemnal
Christianismo (O)	03 Jan. 1852	01 Jan. 1853	Porto	Religioso	Semanal
Derriço (O)	06 Jun. 1852	08 Ag. 1852	Lisboa	Crítico e Satírico	Semanal
Entre – Acto (O)	02 Out. 1852	20 Out. 1852	Lisboa	Assuntos Teatrais	Quinzenal
Escholiste (O)	1852	1869	Lisboa	Jornal dos Facultativos Militares	Não Indica
Esperança	01 Set. 1852	1854	Lisboa	Político, Literário e Religioso Conservador Reformista	Diário
Eu, Tu e Elle	01 Ag. 1852	17 Ag. 1852	Lisboa	Crítico, Literário e de Costumes	Semanal
Gil Vicente	10 Nov. 1852	16 Abr. 1853	Lisboa	Literatura e Teatro	Semanal

Observação: PEREIRA, A.X. (1865:67), menciona ainda *Album Litterario do Mensageiro Lisbonense*, Lisboa, *Cysne do Tejo* (O), Lisboa, *Gratuito* (O), Ponta - Delgada e *Mil e uma Catanadas* (As), Lisboa, publicações que não introduzimos neste quadro devido à insuficiência de dados que permitissem a sua caracterização.

²⁰ Devido à escassez de números existentes, não nos foi possível concluir quando este periódico deixa de se publicar.

²¹ Deixa de se publicar em 1981. Os últimos volumes (140 e 141), encontram-se agrupados.

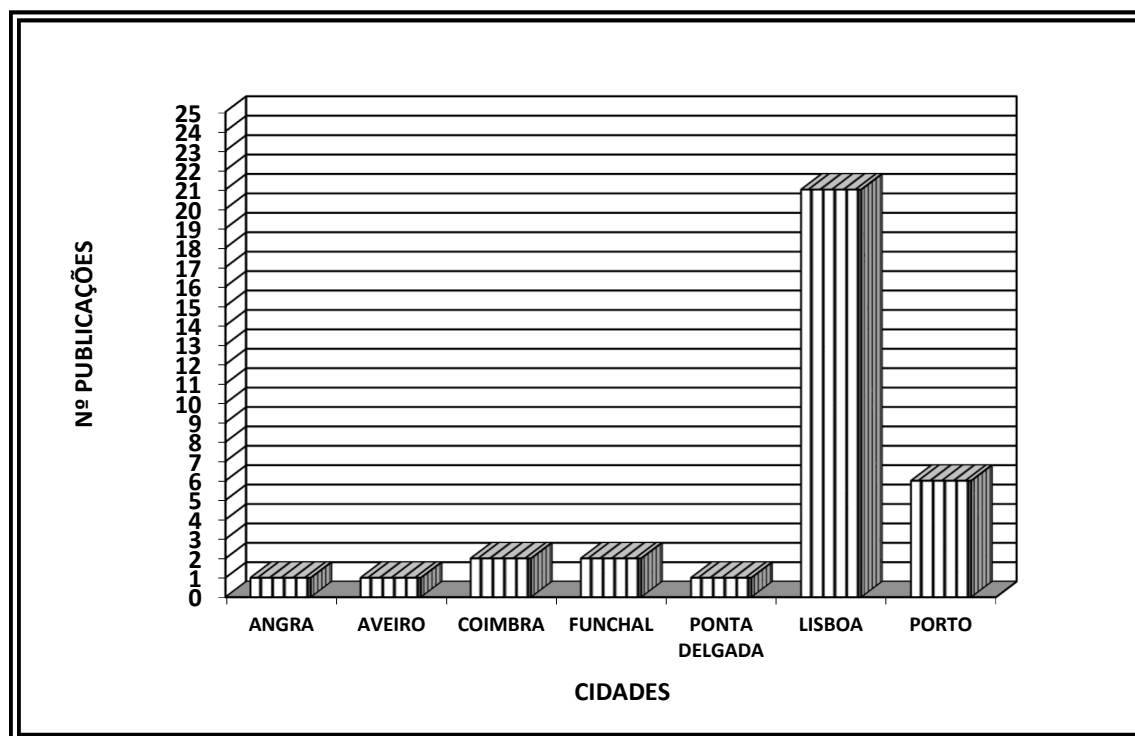
²² Também neste caso, a escassez e o mau estado de conservação dos números existentes, não nos permitem indicar qual a data em que termina a sua publicação.

²³ O último número por nós encontrado é o de 01 de dezembro de 1864.

2.1. Distribuição geográfica

Dos trinta e quatro títulos identificados, vinte e um publicam-se na cidade de Lisboa. Com efeito, ao iniciar-se a segunda metade do século XIX, o grande movimento editorial e empresarial, continuava a centrar-se na capital do Reino ²⁴. Em segundo lugar, aparece-nos a cidade invicta com uns escassos seis títulos, repartindo-se os restantes entre Coimbra e Funchal com dois títulos e, por último, Angra, Aveiro e Ponta Delgada, com um título cada (Gráfico 2). Não obstante apresentar apenas seis títulos, a verdade é que a cidade invicta ao longo do ano em estudo apresenta uma matiz diversificada de publicações, no âmbito das quais se destacam, sem dúvida, as temáticas de índole literária, instrutiva e de divulgação de conhecimentos úteis elementares e de cariz popular. Constatase ao longo deste ano a escassez de publicações ligadas à divulgação de conhecimentos considerados úteis, na cidade de Coimbra e nos meios institucionalizados (Universidade). Mas, se a iniciativa editorial não abundava, a verdade é que membros ligados à universidade aparecem com frequência a assumir posições de chefia e/ou de colaboração em diversos e importantes projetos editoriais da época.

Gráfico 2. *Distribuição geográfica das publicações periódicas com início em 1852.*



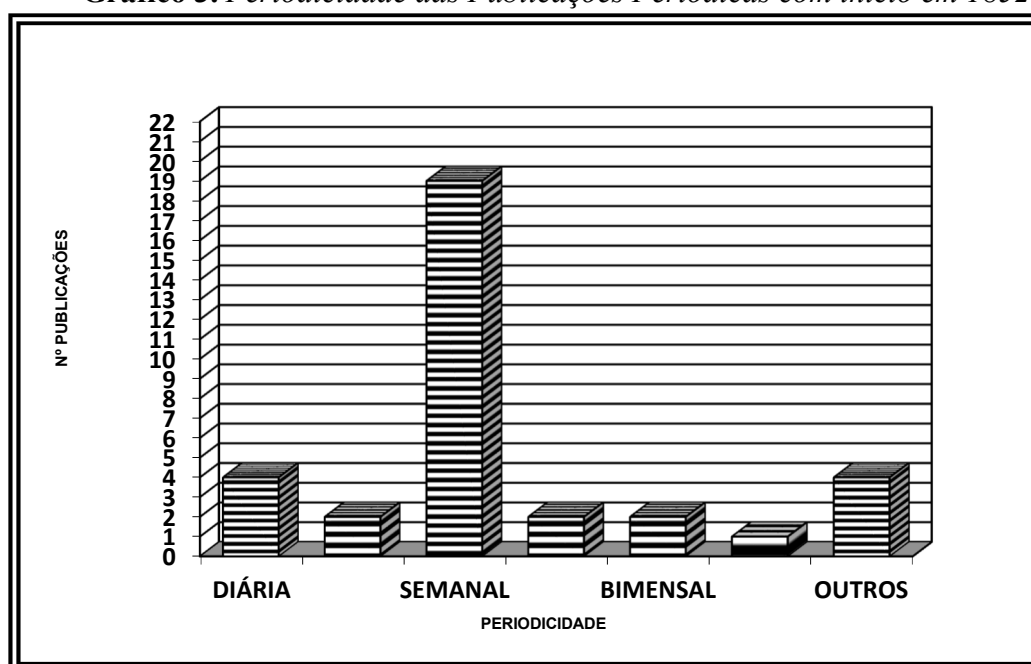
Fonte: Dados do Quadro 1.

²⁴ Para o período que decorre de 1772 a 1852, Cf. NUNES, Maria (1994).

2.2. Periodicidade

Todos os obstáculos inerentes ao lançamento e sobretudo, manutenção de uma nova publicação, são inquestionavelmente fatores que se tornam explicativos da inequívoca predominância de publicações de periodicidade semanal (Gráfico 3).

Gráfico 3. *Periodicidade das Publicações Periódicas com início em 1852.*



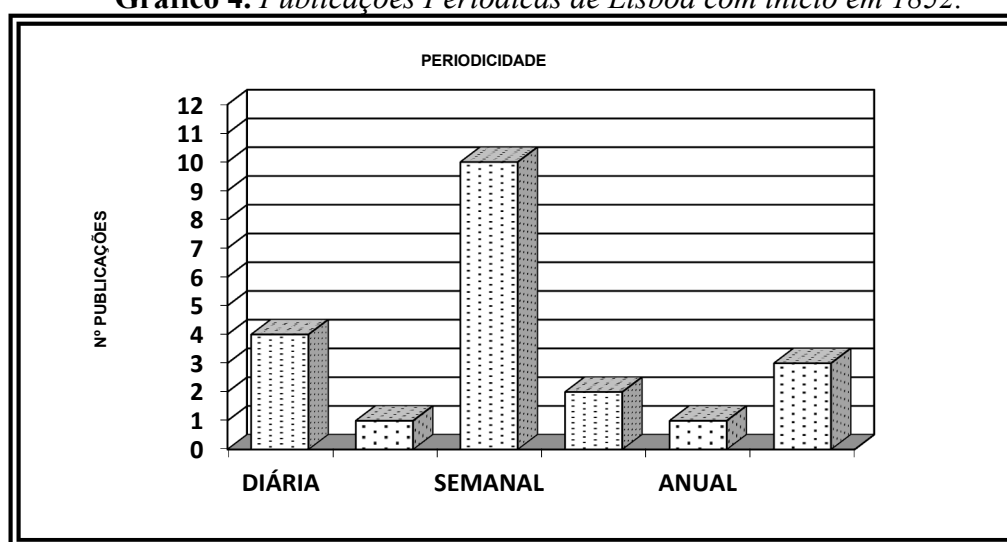
Fonte: Dados do Quadro 1.

A maioria destas publicações - dez títulos (Gráfico 3), publicam-se na capital do Reino, cidade onde pela sua densidade populacional, se tornava aparentemente mais fácil idealizar e lançar uma nova publicação. Dizemos aparentemente, porque numa altura em que os hábitos de leitura, como já anteriormente referimos, não se encontravam muito enraizados, as dificuldades económicas rapidamente punham termo às novas publicações, sobretudo quando as mesmas incidiam sobre assuntos passíveis de concorrência ou se encontravam afetas a determinado grupo ou facção política.

O elevado número de publicações de periodicidade semanal, numa época de profundas mutações na vida portuguesa, afigura-se-nos uma forma de combater as dificuldades económicas inerentes à conceção, lançamento (inventar um novo título, contatar colaboradores...) e manutenção de um número razoável de leitores e assinaturas pela generalidade das publicações periódicas.

Parece-nos lógico e evidente que ao lançar uma nova publicação, o objetivo fundamental consistia em evitar aquilo a que podemos apelidar de "morte súbita", ou seja, o seu desaparecimento após escassos números, cumprindo não raras vezes apenas um compromisso que havia sido assumido perante a opinião pública. As penhoras e a venda da empresa jornalística - com as respetivas transferências de assinaturas - são um recurso frequentemente utilizado quando o avolumar de dificuldades se torna absolutamente incontroável. As publicações diárias noticiosas e de matiz essencialmente política repartem-se entre as duas principais cidades do país - Lisboa e Porto. À exceção de *A Esperança*, publicação de Lisboa, com uma duração de cerca de dois anos, as restantes apresentam uma duração relativamente curta.

Gráfico 4. *Publicações Periódicas de Lisboa com início em 1852.*



Fonte: Dados do Quadro 1.

2.3. Distribuição temática

No dealbar da Regeneração Nacional, assiste-se ao início de um significativo número de publicações. A elaboração do Quadro 2, permitiu-nos constatar a existência de três polos temáticos aglutinadores: Literários, Políticos e Noticiosos, à volta dos quais se concentra uma grossa fatia destas publicações. Pela especificidade dos seus conteúdos, destacam-se as publicações que se agrupam em torno do núcleo genérico daquilo que designamos Comércio e Obras Públicas as quais, afetas ao recém-formado Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, informam e incentivam ao progresso económico e material do país.

Quadro 2: *Quantificação da Distribuição Temática das Publicações com Início em 1852.*

Temas	%
POLÍTICOS	18
LITERÁRIOS	28
COM. E OBRAS PÚBLICAS	6
CRÍTICOS	6
MILITARES	3
TEATRO	3
INSTRUÇÃO E RECREIO	9
NOTICIOSOS	15
RELIGIOSOS	6
LEGISLAÇÃO	3
POESIA	3
TOTAL	100

Fonte: Dados do Quadro 1.

Este último núcleo temático, a que fizemos alusão, integra-se na chegada de engenheiros e economistas ao poder, acompanhada pela implementação de um vasto programa de obras públicas e fomento económico. É assim que logo em 11 de Dezembro de 1852, surge um novo título - *O Progresso Industrial - Jornal das Obras Públicas da Agricultura e do Commercio*, na sequência da necessidade de esclarecer a opinião pública sobre as vantagens da abertura de novas vias de comunicação e esclarecendo sobre os trabalhos a realizar pela, entretanto formada, Companhia Central Peninsular dos Caminhos de Ferro em Portugal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

“O jornal é o livro do povo”. (O Palito, nº 1, 23 julho 1843).

A Regeneração, mais do que um movimento político, foi, parece-nos, no modo como Alexandre Herculano a interpretou, para a ela aderir, uma ideia que alimentou a intervenção cívica, com o intuito de ilustrar a Nação Portuguesa, de tal forma que Portugal pudesse acompanhar o desenvolvimento dos países mais avançados da Europa. A sua finalidade imediata, recortada no período de tumultuosa perturbação em que se inaugurou a ordem política constitucional, apontava para o renascimento da Nação, “repondo-a no carril do liberalismo de onde muito se transviara, [para] estabelecer e consolidar a paz nacional, a paz das armas, a paz dos espíritos, na esperança de que os portugueses pudessem dedicar-se ao trabalho com alegria e proveito” (Carvalho, Rómulo, 2001, p. 786).

As generalidades dos periódicos estudados revelam ainda interesse pela democratização do saber, mas o cuidado e rigor na seleção e apresentação dos diferentes temas afasta-os do saber divulgado pelos Almanques que ao tempo se publicavam.

Retivemos também o papel desempenhado pela imprensa para o surto associativo. Ao longo das páginas de várias das publicações analisadas, é evidente a defesa e propaganda do associativismo, como elemento ideológico para a consolidação dos interesses sobretudo das classes operárias. Se o associativismo é uma constante das Associações até à década de 90, o associativismo de características mutualistas apresentava a educação e a instrução como *leitmotiv* para o progresso material do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTO, Magalhães (1940). “Conferência”. In *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, Porto: Câmara Municipal.

CASTANHEIRA, Maria (2000). *O Jornal da Associação Industrial Portuense. Contributos para o Estudo do Publicismo Tecnológico no Século XIX (1822-1864)*. Porto, edição de autor.

CASTANHEIRA, Maria (1999). *Os Annaes da Sociedade Promotora da Indústria Nacional – os primórdios da imprensa industrial e associativa em Portugal*, in “Revista do CEPFAM, nº 5.

CASTANHEIRA, Maria (1998). “A “Imprensa Industrial” do Liberalismo À Crise Económica de 1876 – Contributos para a elaboração de um Roteiro da Imprensa Económica Portuense”, in Atas do Colóquio, *A Indústria em Perspectiva Histórica*, Alves, Jorge (coord. de) Porto: CEPFAM.

MATA, Eugénia, VALÉRIO, Nuno (1994). *História Económica de Portugal, uma Perspetiva Global*. Lisboa: Presença.

NUNES, Maria (2004). *A Imprensa especializada na segunda metade do século XIX em Portugal, Estudos de Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

NUNES, Maria (1994). *Leitura e Agricultura. A Imprensa Periódica Científica em Portugal (1772-1852)*. Évora: Universidade de Évora.

MARQUES, Oliveira. (1977). *História de Portugal*. Lisboa: Palas Editores.

PEREIRA, A.X. (1895). *O Jornalismo Portuguez. Resenha Cronologica de todos os Peridicos Portuguezes... desde meados do século XVIII até à morte do saudoso rei D. Luiz I... extrahida do Diccionario Jornalístico Portuguez*. Lisboa.

RODRIGUES, João (2008). *A Educação na Revista O Panorama*. Vila Real: UTAD. Disponível em: repositorio.utad.pt/bitstream/10348/108/1/phd_jbrodrigues.pdf.

SARAIVA, José Hermano (1999). *História Concisa de Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa América.

TENGARRINHA, José (1989). *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho:

O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL NA DINÂMICA DA DEMOCRACIA EM ANGOLA

The role of civil society in the dynamics of democracy in Angola

SANTANA, Honório²⁵, & SABINO, José²⁶

Resumo

Angola quando se tornou independente a 11 de Novembro de 1975, instaurou um regime político não democrático, um sistema monopartidarista inspirado pelo marxismo-leninismo. Porém, após os acordos de Bicesse, o país transitou de um sistema monopartidarista para multipartidarista, permitindo então a instauração de um regime democrático e a realização das primeiras eleições, isto em 1992. Este processo permitiu inscrever Angola no bloco dos países democráticos. Mas apesar destes acontecimentos, o regime democrático angolano ainda apresenta nos dias de hoje muitas insuficiências e constrangimentos, no que diz respeito a sua factibilidade, razão pela qual este artigo procura fazer um estudo a respeito da participação política dos cidadãos no contexto democrático de Angola, com fundamento teórico do contrato social de Jean Jacques Rousseau e da teoria da democracia participativa. Trata-se de uma pesquisa descritiva, de modelo qualitativo. Para recolha de dados baseou-se na pesquisa bibliográfica e documental, na técnica da observação e da entrevista semiestruturada. Os resultados obtidos levam a concluir que o regime democrático angolano, bem como o seu modelo de governação, limitam a participação política da sociedade civil.

Abstract

When Angola became independent on 11 November 1975, it established an undemocratic political regime, a one-party system inspired by Marxism-Leninism. However, after the Bicesse agreements, the country moved from a single-party to a multi-party system, thus allowing the establishment of a democratic regime and the holding of the first elections, this in 1992. This process allowed Angola to be included in the bloc of democratic countries. But despite these events, the Angolan democratic regime still has many shortcomings and constraints, with regard to its feasibility, which is why this article seeks to study the political participation of citizens in the democratic context of Angola, on the theoretical basis of the social contract of Jean Jacques Rousseau and the theory of participatory democracy. This is a descriptive research, with a qualitative model. For data collection, it was based on bibliographic and documentary research, observation technique and semi-structured interview. The results obtained lead to the conclusion that the Angolan democratic regime, as well as its governance model, limit the political participation of civil society

Palavras-chave: *Sociedade civil; Cidadania; Participação política; Democracia.*

Keywords: *Civil society; Citizenship; Political participation; Democracy.*

Data de submissão: junho de 2020 | **Data de publicação:** dezembro de 2020.

²⁵ HONÓRIO SALVADOR PEDRO SANTANA – Escola Superior Politécnica de Malanje. Angola. E-mail: honox17santana@gmail.com

²⁶ JOSÉ CHEPALANGA SABINO – Estudante de Sociologia da Educação na Escola Superior Politécnica de Malanje. ANGOLA. E-mail: Adychepe@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O homem é por natureza um ser gregário, desde os primórdios da história que se associou ao seu semelhante para a satisfação de interesses comuns. Por isso, estabeleceu diversos vínculos sociais, primeiro os vínculos de parentesco e de residência, depois os vínculos de afinidade religiosa, de profissão e política. Estes vínculos sociais deram origem a diversas formas de sociedade: a família, a comunidade de residência (aldeia, vila ou cidade), a igreja, as associações profissionais, a sociedade política ou Estado.

Dentro de um sistema de valores morais, sociais e políticos, todo o Estado moderno é formado por uma classe política, constituídos por um grupo que detém o monopólio do exercício do poder, e uma maioria que obedece, integrando a classe dos governados, ou seja, a sociedade civil. Desta forma, Angola não é excepção.

Tem-se notado existir em Angola alguma dificuldade quando se fala de participação da sociedade civil na vida pública e principalmente quando se quer mensurar o nível de satisfação das populações que absorvem ou sobre as quais recai os efeitos das políticas públicas implementadas pelos governantes, razão pela qual propõe-se em abordar neste artigo, a influência da sociedade civil na realidade da democracia angolana.

O presente estudo tem como objectivo primordial compreender o papel da sociedade civil na dinâmica da democracia angolana. Especificamente se pretende identificar os níveis de participação política do cidadão na realidade política de Angola. Estudar os níveis de participação. Por conseguinte, sugerir um modelo de governação que garanta maior inclusão da sociedade civil.

Num Estado moderno, tal é o caso de Angola, a participação política é entendida e definida como toda a actividade exercida pelos cidadãos, orientada para influenciar e intervir na elaboração, desenvolvimento e resultados da política do Estado. Todavia, esta intervenção do cidadão na política pode ser feita de forma individual ou colectiva, que se traduz, quer na eleição para os cargos públicos, assim como na elaboração das políticas públicas que determinam as acções governamentais.

Para melhor debruçar-se sobre esta temática, em primeira análise são definidos os conceitos de sociedade civil, cidadania, participação política e democracia, constituindo desta forma a parte da fundamentação teórica e conceitual.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA-CONCEPTUAL

1.1. *Sociedade civil*

A temática sobre a origem da sociedade civil tem sua essência no processo de surgimento do Estado moderno. Conforme os escritos, reflexões levadas a cabo a partir do século XVII por vários pensadores dos fenómenos políticos e sociais, tais como Hobbes, Locke, Rousseau, Vico, Montesquieu, só para citar estes, aparece a noção de Contrato Social, com o propósito de justificar a existência do poder político e sua relação com o cidadão.

Nesta ordem de ideias, tendo em conta a visão dos contratualistas, procurou-se dar uma explicação mais racional para justificar a origem do poder do soberano e a submissão do subordinado, contrapondo, desta forma a justificação baseada na existência de uma lei supra natural.

Assim, nos primórdios, o rei tirava o seu poder da Lei divina. Como se pode ver, o poder do governo, sob o ponto de vista social, político ou jurídico, sempre necessitou de crenças ou doutrinas que o justificassem, a fim de legitimá-lo. Inicialmente, o poder era exercido em nome de Deus (crença religiosa). As mais antigas teorias atribuem ao Estado uma contextura mista, constituída pelas teorias teológico-religiosas, “que se subdividem em dois grupos, teoria do divino sobrenatural e teoria do divino providencial” (Araújo, 2018, pp. 55-56).

De acordo a teoria do divino sobrenatural, o Estado foi fundado por Deus, através de um acto concreto de manifestação e vontade. O rei era o representante de Deus na ordem temporal e o governador civil. O soberano era fonte única do direito e sua pessoa confundia-se com o Estado.

Em conformidade com a Teoria do divino providencial, dominante na Idade Média, era mais racional que a do divino sobrenatural, por acreditar que o Estado é de origem divina, mas por manifestação providencial da vontade de Deus. Por reconhecimento da vontade de Deus, os homens acatam-na, pois são dotados de livre arbítrio. Os homens e não Deus, organizam o Estado, estabelecem as leis e confirmam as autoridades nos cargos e ofícios, sob a direcção da providência divina.

Tanto uma quanto outra teoria, atribuíam a origem do poder do rei num ente divino, o que levou a uma contestação destes dogmas, abrindo caminhos para a criação de espaços de flexibilidades, nos quais nasceu e prosperou a sociedade civil.

Face a fraca racionalidade destas justificações, filósofos do século XVII e XVIII desenvolveram explicações racionais que fundaram o Estado moderno no contrato que une governantes e governados dentro da sociedade.

1.2. Conceito de Cidadania

O conceito de cidadania é definido como a prova de identidade que mostra a relação ou vínculo do indivíduo com o Estado. Este conceito remete a cidadania como a esfera de capacidade, soma de direitos e deveres que o indivíduo tem perante o Estado e, define o vínculo nacional da pessoa.

Ora, Janoski (1998 citado por Carvalho, Sousa & Pintassilgo, 2005, p. 14), sobre o termo cidadania, teoriza o seguinte:

Embora o conceito de cidadania tenha sido discutido a partir de vários campos disciplinares, foi Marshall (1950) quem contribuiu decisivamente para a sua afirmação enquanto grelha explicativa dos direitos legais [ou civis que remetem para as liberdades individuais e o direito à propriedade privada], políticos [que remetem para a possibilidade de exercício do poder] e sociais [que remetem para a segurança do ponto de vista económico e social].

Na perspectiva de elaborar uma teoria de cidadania, “Janoski considera que a cidadania é a pertença pelos indivíduos num Estado-Nação de certos direitos universalistas passivos e activos a um nível determinado de igualdade” (Carvalho, Sousa, & Pintassilgo, 2005, p. 15).

Como se pode ver, a cidadania determina o vínculo jurídico que une o elemento humano (povo) ao Estado, pois com se sabe, o povo constitui conjunto de indivíduos ligados pela cidadania ao ordenamento jurídico. Neste sentido, o Estado confere direitos e obrigações ao povo que vincula pelo ordenamento jurídico.

Para o caso de Angola, o conjunto de cidadãos a quem o Estado confere direitos e obrigações compõem a sociedade civil angolana. Estes direitos estendem não somente na salvaguarda dos direitos fundamentais, como direito a vida, a habitação, a educação, a protecção civil, só para citar estes, mas também inclui direitos de participação na vida política, através dos meios democráticos constitucionalmente consagrados. Tal é o caso da participação do cidadão na escolha ou eleição daqueles que podem governar, na elaboração e aprovação da constituição feita pelos seus representantes legais e outras formas de participação política.

1.3.Participação política

O conceito de participação política remete ao conjunto de actividades exercidas pelos cidadãos, nas mais variadas áreas da esfera política estabelecidas pelo Estado. Ressalta-se aqui a participação no processo eleitoral, nos partidos políticos, grupos de pressão ou de interesse, associações cívicas e religiosas, entre outras.

Porém, esta forma de entender a participação política foi evoluindo, alargando desta forma a sua interpretação e actuação. Pois, actualmente a participação política abarca novas formas, tal é o caso da persuasão eleitoral, as participações convencionais, as participações violentas e pacíficas, bem como as acções intencionais, legais ou não, desenvolvidas por indivíduos ou até grupos com o objectivo de perpetuar ou questionar os diversos elementos constituintes da esfera política.

Barranco (2011, p. 89), no que concerne a evolução do conceito de participação política, observa o seguinte: “Durante bastante tempo a participação foi entendida de uma forma bastante restrita devido à sua mera associação do processo eleitoral, limitando-se às votações, à adesão as reuniões partidárias, a suporte económico a um determinado partido e à influência exercida sobre um determinado tipo de votação”.

O nível de participação política da sociedade civil é determinado pela qualidade da democracia, pois, quanto mais um Estado respeita os princípios democráticos constitucionalmente consagrados, maior é o grau de participação do cidadão, caso contrário, a participação do cidadão se circunscreverá apenas na participação eleitoral, legitimando assim ou pondo em causa o sistema vigente. É aqui onde encontramos uma forte limitação da sociedade civil angolana, uma vez que, tendo em conta a tipicidade do regime democrático vigente, a participação da sociedade civil se limita muito ao pleito eleitoral.

1.4. Democracia

O conceito de democracia remete a ideia ao “regime político em que o Poder é partilhado por todos os cidadãos adultos, que alternadamente governam e são governados” (Aristóteles, citado por Fernandes, 2010, p. 144). Não se pretende neste item trazer a discussão teórica na perspectiva de vários clássicos na área de Ciência Política sobre o conceito de democracia, mas a análise se cingirá no que se traduz a democracia enquanto forma de governo nos Estados modernos, tal como em Angola.

Um Estado é considerado democrático quando “a totalidade da população adulta pode participar, directa ou indirectamente, na tomada de decisões e na escolha dos governantes” (Fernandes, 2010, p. 148). Ora, conforme teoriza o autor supracitado, a democracia pode ser directa ou representativa.

A democracia é tida como directa se a totalidade da população adulta reunida periodicamente em assembleia plenária, pode participar directamente na tomada de decisões. Ao passo que, a democracia é considerada representativa, quando a totalidade da população adulta apenas pode participar na designação e no controle dos governantes, conforme actualmente acontece no Estado angolano.

Quando os gregos trouxeram a ideia do Estado democrático, perspectivaram uma democracia directa, mas a evolução do conceito de Estado mostrou que em função da dimensão territorial e da própria complexidade dos Estados modernos, o ideal de democracia directa veio a tornar-se uma miragem, elevando assim, o conceito de democracia representativa.

Uma vez discutidos os conceitos chaves deste artigo, com base a fundamentação teórica, passa-se a seguir a discussão sobre a realidade democrática em Angola.

2. DISCUSSÃO SOBRE A REALIDADE DEMOCRÁTICA DE ANGOLA

Em Angola é muito comum ouvir-se em vários debates formais e informais, televisivos, radiofónicos, nas aulas com os estudantes de Sociologia Política, de Direito, inclusive de Gestão e Administração Pública, que “a democracia em Angola não é factível”, ou que a democracia em Angola “só está no papel”. Um outro argumento, o “povo não tem liberdade de expressão”, “o governo só precisa do povo em tempo de eleições”. Na verdade, olhando para os argumentos acima expostos, leva a uma análise daquilo que se entende de facto como regime democrático, embora já se tenha apresentado acima o conceito.

Nos regimes democráticos como Angola, a decisão de se ter um governo é tomada pelo povo e legitimada pelo próprio povo, porque o povo é soberano e os governantes são delegados a exercer o poder pelo povo por intermédio do sufrágio universal.

Neste quesito, a Constituição da República de Angola (CRA 2010), no seu artigo nº3, no ponto 1, oferece matéria de que na lei a soberania é do povo, o que se fundamenta mais uma vez pela necessidade da participação pública nas decisões sociopolíticas para a dinâmica da democracia enquanto um regime de governação.

Constitucionalmente em Angola, a soberania una e indivisível pertence ao povo que a exerce através do sufrágio universal, livre, igual, directo, secreto e periódico do referendo e as demais formas estabelecidas pela constituição, nomeadamente para a escolha dos seus representantes (CRA 2010).

No ponto número 1 do artigo número 2, a República de Angola é um Estado Democrático de Direito que tem como fundamentos a Soberania popular. Um Estado que se fundamenta na soberania popular é um Estado em que a vontade do povo tem o seu eco na substância legal conforme a Constituição da República de Angola (CRA).

Trazendo a discussão sobre o conceito de Democracia para a realidade política angolana, Amartya Sen (1999) afere que a democracia contempla um valor universal. Mas nem sempre a democracia é concebida desta forma, pois o autor observa que, enquanto ninguém realmente questiona o papel da democracia, por exemplo, nos Estados Unidos, Inglaterra ou França, este ainda é um ponto a discutir para muitos dos países mais pobres no mundo, tal é o caso de Angola.

Já Schumpeter (1984 citado por Felisbino, 2009), afere que a democracia é apenas um método para a escolha dos governantes, o resto que se fala como governo do povo, pelo povo e para o povo é apenas uma falácia. A democracia na doutrina clássica é um arranjo institucional para se chegar a decisões políticas que realiza o bem comum fazendo o próprio povo decidir as questões através da eleição de indivíduos que devem reunir-se para realizar a vontade desse povo.

De facto, analisando a perspectiva de Schumpeter, acaba-se por se perceber os paradoxos da democracia angolana, pois parece que, a participação do cidadão limita-se na escolha dos governantes por intermédio do processo eleitoral. O deputado que em princípio representaria e responderia o interesse do povo que o “elegeu”, na Assembleia Nacional, os deputados representam em primeira instância o interesse do partido que representa e, tornando desta forma uma verdadeira Partidocracia.

Esta postura dos “representantes do povo”, tem em muitas situações criado um debate aceso no seio da sociedade civil angolana, pois, verifica-se que aquilo que se julga ser a defesa do interesse de quem o elegeu é posto de lado, pois o deputado antes de qualquer coisa quer defender os ideais do partido que representa.

Com base na compreensão dos nossos entrevistados, faz perceber que existe um grande distanciamento entre a sociedade e seus representantes, fragilizando desta forma aquilo que se concebe de ideal democrático, o que retira algum protagonismo por parte dos deputados, e levando com isso que alguns membros da sociedade civil ocorram à outros métodos não democráticos para poderem clamar pelos seus direitos, tal conforme se verificou na acção engendrada por manifestantes em Luanda, no passado dia 24 de Outubro de 2020.

2.1. Paradoxos da democracia

Se se analisar a realidade democrática angolana com base a um estudo comparativo com outros estados democráticos, como Portugal, EUA, França, só para citar estes, é possível se apontar um conjunto de inconformidades com aquilo que se chama de ideal democrático. Estas inconformidades levam a levantar uma série de questões:

1. Existe consolidação democrática em Angola?
2. A democracia é um valor universal ou varia em função da cultura de cada Estado?
3. A democracia pressupõe apenas eleição temporal dos governantes ou vai mais além disso?

Falar de consolidação democrática em Angola é uma questão complexa, uma vez que a realidade sociopolítica varia da especificidade de cada Estado. Sabe-se que não existem democracias puras, o que existe são princípios democráticos basilares que constituem condição indispensável a todos os estados que adoptem este tipo de regime político ou modelo de governação, tal é o caso da liberdade de expressão, liberdade de associação, liberdade de eleger e ser eleito, entre outros princípios constitucionalmente consagrados.

Olhar a democracia angolana como um valor universal é quase utópico, uma vez que este termo comporta várias dimensões, quer filosófica, sociológica e até mesmo psicológica.

Ora, a democracia angolana pensada como transferência de poder ao povo, é apenas um governo das massas, um espaço aonde cabem muitos, mas não todos. Isto supõe uma limitação à participação política daqueles angolanos que ficam a margem, das minorias, dos excluídos ou dos oprimidos, o que mostra que a democracia pode também variar do modo de vida de cada sociedade.

3. A SOCIEDADE CIVIL NA DINÂMICA DA DEMOCRACIA ANGOLANA

A existência de uma sociedade civil activa é fundamental para a consolidação da democracia que tanto se espera em Angola. Tem sido visível que as organizações da sociedade civil como as ordens dos médicos, advogados, enfermeiros, Sindicatos de jornalistas, de trabalhadores entre outras formas de participação social não participam de forma activa na esfera de decisão sociopolítica do país de modo particular ao nível do contexto de Malanje.

De acordo com Pocinho, a qualidade da vida pública e a performance das instituições sociais são poderosamente influenciadas pelas normas e redes de engajamento cívico.

Com base ao acima exposto, recai a preocupação de conceber uma teoria sociológica que permita uma dinamização na participação da sociedade civil na dinâmica da Democracia angolana. Se se quiser alcançar o ideal democrático e dinamizar os níveis de participação da sociedade civil, este processo passará pela cooperação entre os indivíduos com vista a objectivos comuns e satisfação social entre todos os membros da sociedade, tornando a sociedade equilibrada e coesa, baseada na divisão social do trabalho, através da especialização dos seus membros gerando a interdependência entre eles, conforme os moldes da teoria sociológica funcionalista.

3.1. O papel dos cidadãos na vida política

Os cidadãos de um Estado Democrático e de Direito desempenham um papel fundamental no processo de tomada de decisão. Este papel tem o seu foco na participação política, por intermédio dos meios democráticos constitucionalmente consagrados.

Parafraseando Platão, o bom funcionamento de um Estado é influenciado pelos indivíduos que o constituem. Os indivíduos que constituem o Estado devem ser justos, pois, o principal fundamento do Estado é a justiça.

Ora, pode-se aludir que o nível de participação política em Angola depende também da qualidade da sociedade civil, pois por se tratar da maior franja da sociedade política, e seu grau de influência depende muitas vezes da capacidade e qualidade dos indivíduos ou associações que compõem a sociedade civil angolana.

Em outra análise, não se pode descurar que o nível de participação além de ser influenciada pela qualidade de cidadãos que constituem a sociedade civil, está também intimamente ligado ao grau de democratização, pois quanto maior for a qualidade democrática do Estado, maior é o nível de participação política dos seus cidadãos.

Nesta ordem de ideias, Platão (2014) afere que, o nível de justiça praticada pelo Estado concorre para uma participação mais activa da sociedade civil. Mas é necessário que os cidadãos tenham capacidade suficiente de se mobilizar, expor os seus ideais e cooperação, pois como escrevem Lakatos e Marconi (1999, p. 88) “a cooperação é o tipo particular de processo social em que dois ou mais indivíduos ou grupos actuam em conjunto para a consecução de um objectivo comum”. É requisito especial e indispensável para a manutenção e continuidade dos grupos e sociedades.

Voltando para a realidade de Angola, todos os dias ouvem-se muitas reclamações através dos órgãos de comunicação social, com maior realce ao Programa Fala Angola, da cadeia televisiva TV Zimbo, por parte da sociedade civil, sobre os exageros de muitos governantes angolanos, quer do ponto de vista dos princípios de boa governação, quer do ponto de vista do respeito da dignidade da pessoa humana, bem como da lapidação do erário público para a satisfação dos caprichos de quem governa, e em muitos casos, a cooptação da liberdade de expressão, limitando assim a capacidade da sociedade civil se expor de forma organizada e precisa.

Neste sentido, Platão (2014, pp. 31-38) precisa que “o governo justo é aquele que legisla para o interesse público para o qual os magistrados exercem suas funções, e não para as suas conveniências ou interesses particulares, por ser mais forte e tirânico”.

Com base no acima exposto, não se deve esquecer que, a participação da sociedade civil é destinada a fazer com que os governantes, quer a nível central, regional ou local actuem e se comportem de forma mais adequada, respeitando no entanto o contrato social. Assim sendo, exige-se uma postura ética de quem governa, respeitando desta forma a classe dos cidadãos que exercem influencia ao poder político.

A participação política tem dimensões, constituindo a força da opinião pública e que pode ser valorizada de acordo com o grau de influência, o grau de exigência, o grau de informação, tendo em conta os objectivos preconizados pela sociedade civil.

Contudo, a estabilidade da democracia em Angola, dependerá necessariamente de uma sociedade civil com capacidade de participação activa, rigorosa, assertiva e pujante, bem como da capacidade das lideranças das organizações que compõem o mosaico da sociedade civil.

3.2. Formas de participação política

Conforme o contexto histórico, social e político, a expressão participação política se presta a inúmeras interpretações. Se considerar-se apenas as sociedades ocidentais que consolidaram regimes democráticos, por si só, o conceito pode ser extremamente abrangente.

Na verdade, a participação política designa uma grande variedade de actividades, como votar, se candidatar a algum cargo electivo, apoiar um candidato ou agremiação política, contribuir financeiramente para um partido político, participar de reuniões, manifestações ou comícios públicos, proceder à discussão de assuntos políticos etc.

Como se pode ver no acima exposto, essas são as várias formas de participação política ao qual a sociedade civil angolana está reservada a participar. Mas o nível de participação depende muito da abertura dada pelo poder estatal e, para o efeito, é necessário que as leis estejam a favor do cidadão, que salvaguardem o interesse da sociedade civil, objectivando assim maior inserção das franjas sociais na vida política.

Dentro das formas de participação política, é possível destacar a participação institucional e não institucional. Conforme descreve Almeida (2007, p. 31), a respeito da participação política, afere o seguinte:

Considera-se institucional a participação política cujas actividades se desenvolvem dentro do âmbito estatal da tomada de decisões ou produto dos mecanismos governamentais, como é o caso das consultas eleitorais, dos referendos, das comissões de investigação, dos organismos consultivos, etc. a participação política não institucional compreende as actividades que se realizam fora da esfera oficial, com vista ao estabelecimento de políticas, sejam elas individuais ou colectivas, através de plataformas, organizações não-governamentais, partidos políticos, etc.

Destarte, destaca-se que, independentemente de a participação ser institucional ou não institucional, para que se eleve o grau de democracia em Angola é necessário que haja maior participação dos cidadãos na vida política, proporcionando desta forma maior qualidade do governo. Pois conforme defende a Escola da Democracia Participativa, inspirada no pensamento de Rousseau, “a democracia atingirá níveis tanto mais altos quanto maior for o desenvolvimento dos mecanismos de participação popular e o seu controle sobre os governantes” (Almeida, 2007, p. 31).

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para se poder aferir o nível de conhecimento e o grau de interpretação dos entrevistados a respeito do papel da sociedade civil na dinâmica da democracia angolana, questionou-se aos nossos entrevistados se alguma vez já tivessem ouvido falar de participação política. Por se tratar de indivíduos com conhecimento a respeito da temática em causa, 100% deles respondeu que sim já ouviu falar de participação política.

Por conseguinte, questionou-se aos entrevistados, como cidadãos angolanos o que achavam sobre a democracia em Angola. Tendo em conta este questionamento, várias foram as opiniões dadas pelos entrevistados, porém, optou-se para este artigo reunir em três grupos aquelas opiniões com maior relevância em função do tema. Dentre as quais destacou-se:

1. Numa primeira instância os participantes da pesquisa aludem que ainda não se pode afirmar categoricamente que Angola seja um país democrático, antes somos um país em transição democrática, por não se observarem todos os pressupostos que fazem com que um país seja democrático de facto. Assim sendo, achamos que a transição democrática em Angola ainda tem largos caminhos por trilhar, para que Angola seja efectivamente este país democrático que se espera.
2. Por outra, alega-se não termos uma democracia no verdadeiro sentido da palavra, porque as decisões políticas de um determinado partido maioritário asfixia a vontade do povo que é sempre a maioria. Os cidadãos entendem que a democracia em Angola, está na sua fase de amadurecimento. Tudo por conta do Regime Político e do sistema monopartidário que vigorou até 1992.
3. Um terceiro argumento mostra que, o poder democrático não tem sido bem exercido, ou seja, a democracia exercida em Angola vai mais para uma porta em que os que fazem política entram para se enriquecer e enriquecer a sua família. Pelos excessos por parte daqueles que governam, colocam o país no índice de países com má-governança e corrupção, debilitando assim as instituições do Estado e pondo em causa a teoria da democracia representativa.

Com base as respostas dadas pelos entrevistados, percebe-se que ainda existe algum cepticismo em inscrever Angola nos anais dos Estados com melhor índice de democracia. Isso deve-se ao facto de que Angola tornou-se um estado democrático ainda muito recente e, se verifica fortes influências do marxismo-leninismo no actual sistema de governação. Assim sendo, requer por parte das instituições do Estado, maior abertura e observância dos princípios democráticos consagrados na Constituição de Angola, especialmente aqueles que dizem respeito a liberdade de associação, a liberdade de manifestação e a liberdade de opinião.

4.1. Formas de participação política na visão dos cidadãos

Numa outra opinião, procurou-se que os intervenientes na pesquisa citassem algumas formas de participação política, pelo que se teve as seguintes opiniões:

1. Para o caso específico de Angola, a Constituição da República remete a participação política à filiação partidária, o que é um erro grosseiro, já que pode haver participação política sem que se esteja necessariamente filiado a um partido político.
2. As formas de participação são directa e indirecta: directa são aquelas feitas pelos partidos políticos, e pela população através dos votos, ao passo que a participação indirecta é feita através das associações e outras formas constitucionalmente consagradas.
3. Numa terceira opinião, os participantes da pesquisa, remetem a participação colectiva e individual e, vão desde a militância partidária, manifestações ou reivindicações, por meio do activismo social, grupos de pressão, entre outras.

Verifica-se que os intervenientes remetem ao questionamento da participação institucional, como sendo a principal forma de participação política, mas deve se saber que existem outras modalidades de participação, com realce a participação não institucional, onde se pode destacar os actores privados, isto é, aqueles que não possuem vínculo com a estrutura administrativa do Estado, como por exemplo, a imprensa, os centros de pesquisa, os grupos de pressão, os grupos de interesse, os lobbies, as associações da sociedade civil organizada, as entidades de representação empresarial, os sindicatos patronais, os sindicatos de trabalhadores, bem como as outras entidades representativas da sociedade civil organizada.

4.2. O papel da sociedade civil na melhorados níveis de participação política

Com base a opinião dos entervenientes na pesquisa, foi possível perceber que, para que a sociedade civil possa melhorar os níveis de participação política em Angola, é necessário que a sociedade civil deve cada vez mais fazer-se presente nas diversas actividades que visam dar maior visibilidade a causa. É necessário que a mesma organize cada vez mais seminários, colóquios, campanhas de sensibilização e conscientização da juventude em relação aos seus deveres e direitos de participação na vida pública, enfim.

Outossim, a sociedade civil deve cada vez mais exercer pressões a quem governa, de maneira a conquistar o seu espaço e forçar quem manda a desenvolver as suas actividades, dentro dos ditames recomendados.

As formas para melhorar os níveis de participação política consiste na formação cívica sobre os assuntos políticos estruturantes, por exemplo assuntos relacionados ao nosso sistema democrático, dívida pública, qual deviria ser o papel dos nossos governantes e da oposição face a constituição vigente. Enfim são muitos os temas para formação cívica.

Os níveis de participação política em Angola só irão aumentar com a formação, pois devemos levar ao cidadão conhecimento sobre o que é participação política e para que serve, os seus benefícios de modos a evitar episódios tristes conforme se registou nos últimos dias. Seguindo as pegadas de Cícero citado por Amaral (2013, p.138) “o dever de participação política é o primeiro dos deveres que a moral social impõe aos homens”.

Não baste que a sociedade civil reivindique seus direitos, porém, a sociedade civil deve ter um papel educador ou pedagógico. Pois, só se poderá falar de forma plena sobre participação política ou democracia quando todos os membros da polis ou a maior parte entender e compreender o cerne de cada questão. Por conseguinte, o poder político deve fazer uma política de proximidade, pois nota-se que a sociedade civil é tida como inexistente.

4.3. O actual modelo de governação e a participação da sociedade civil

Com o propósito de se aferir se o actual modelo de governação permite maior participação da sociedade civil, questionou-se aos participantes da presente pesquisa se acha que o actual modelo de governação de Angola permite maior participação da sociedade civil na vida política.

Com base as respostas obtidas, foi possível entender que o actual modelo de governação não permite maior grau de participação, porquanto a própria Constituição da República, como disse anteriormente, limita o raio de participação das pessoas na vida política e a sociedade civil vê-se atada e circunscrita a um recinto menor para poder atuar. Pois conforme teoriza Pericles citado do Amaral (2013, p. 63), “a participação na vida pública cada um obtem consideração em razão do seu mérito, a classe a que pertence importa menos que o seu valor pessoal”.

A prática política as vezes mostra que as decisões políticas estão acima das leis constitucionais e, através desse problema é que há enormes dificuldade para a sociedade civil participar da vida política e exigir os seus direitos estabelecidos na constituição angolana. Por outra, a democracia que se vive em Angola é muito tímida, a participação política nesse país acaba sendo débil em parte, por conta do factor selectivo e pelas perseguições, muitas vezes sofridas por elementos pertencentes ao grupo em debate.

Pelas razões acima apresentadas pelos participantes da pesquisa, mostra que ainda não se pode falar de consolidação democrática em Angola. Porém, têm sido dados alguns passos, mas estes passos esbarram e recuam sempre que são submetidos a testes de stress nas mais variadas áreas que contribuem para esta consolidação democrática.

A democracia parece-nos ser um modelo perfeito para que este sistema de coisas funcione em pleno, bastando para tal que sejam observados e respeitados todos os parâmetros definidos pela lei. Com isso se quer dizer que, para o caso de Angola é necessário que sejam refinados cada vez mais os modelos onde a desconcentração e a descentralização política e administrativa sejam a tônica dominante, uma vez que durante 45 anos, a concentração revelou resultados catastróficos para o bem comum. Aqui apela-se a necessidade da implementação das autarquias locais, pois parece que isso virá aumentar não só os níveis de democracia, mas também o grau de participação da sociedade civil nos assuntos políticos.

4.4. A democracia como valor universal

A democracia é um valor universal, porém, a sua interpretação e aplicação são dependentes de contextos que variam de Estado para Estado. Porém, por se tratar de um valor universal, cada Estado decide usá-la com as adaptações que em regra favorecem quem governa. Esta desvirtuação faz com que os pilares sobre os quais assentam a democracia esteja cada vez mais débeis. Pensa-se muitas vezes que o regime democrático pressupõe apenas a eleição temporária dos governantes. Mas deve se ter em atenção que, a par das eleições temporárias, há um conjunto de factores que devem ser observados, entres o quais o estrito cumprimento das leis do país, exercício pleno das liberdades e garantias fundamentais, participação dos cidadãos nas mais variadas decisões que envolvem a vida de todos, a não violação de direitos humanos, liberdade de expressão e de imprensa, entre outros aspectos constitucionalmente consagrados.

Nos dizeres de Amartya Sen (1999), a democracia tem demandas complexas, o que certamente inclui o voto e o respeito pelos resultados eleitorais, mas também requer a protecção das liberdades e direitos, respeito aos títulos legais e a garantia da livre discussão e distribuição sem censura de notícias e comentários justos.

Nota-se então com base a visão de Amartya Sen (1999) que a democracia é um sistema exigente e não apenas como o governo da maioria tomada isoladamente. Nesta perspectiva, os méritos da democracia e seu argumento como valor universal podem ser relacionados a certas virtudes distintas que acompanham sua prática irrestrita.

Nesta linha de pensamento, o autor distingue três diferentes formas através das quais a democracia enriquece as vidas dos cidadãos, com realce:

1. A liberdade política faz parte da liberdade humana em geral, e o exercício dos direitos políticos e civis é um componente crucial para a boa vida de indivíduos como seres sociais. A participação política social tem valor intrínseco para a vida e bem-estar humano. Ser impedido de participar na vida política da comunidade é uma grande privação.
2. A democracia tem um importante valor instrumental ao potencializar a capacidade do povo ser ouvido quando expressar suas demandas por atenção política (incluindo demandas de necessidades económicas). Isso pressupõe que o governo deve melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.
3. A prática da democracia dá aos cidadãos a oportunidade de conhecimento uns sobre os outros, e ajuda a sociedade a formar seus valores e prioridades. Mesma a ideia de necessidades, incluindo a compreensão de necessidades económicas, requer discussão pública e troca de informações, pontos de vistas e análises.

Contudo, os argumentos da democracia como um valor universal devem levar em conta esta diversidade de considerações e não basta eleições periódicas, pois a democracia tem importância construtiva, além de seu valor intrínseco para as vidas dos cidadãos e sua importância instrumental nas decisões políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em gesto de considerações finais, entende-se que a sociedade civil angolana tem um papel importante para a emancipação da democracia, mas para que se possa atingir o ideal democrático, precisa-se de uma sociedade mais proactiva, capaz de se expor livremente, respeitando os princípios constitucionais. Por outra, as autoridades governamentais devem dar maior abertura na inserção da sociedade civil para a resolução dos problemas sociais.

Os detentores de cargos políticos devem primar por uma linguagem mais democrática, respeitando a liberdade de expressão, associação e manifestação. Outrossim, os deputados a assembleia nacional devem antes de tudo defender o interesse nacional, respeitando os eleitores e, posteriormente a defesa das cores partidárias.

A nomeação de cargos públicos deve primar pela meritocracia, formação, responsabilidade e não simplesmente pela pertença partidária. Contudo, com base os resultados obtidos na pesquisa, somos a sugerir a necessidade de adopção de um modelo de governação inclusivo e participativo que possa melhorar os níveis de participação da sociedade civil na vida política, tal é o caso da implementação das autarquias locais. Ademais é uma das formas de manifestação do Poder Local segundo o que dispõe o art. 213^o da CRA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, G. (2007). *Atlas básico de política*. Lisboa: Didáctica Editora
- Amaral, D. F. (2013). *História das ideias políticas*. Lisboa: Editora Almeida.
- Araújo, R. C. V. (2018). *Introdução ao Direito Constitucional Angolano*. Angola: CEDP/UAN
- Barrancho, C. (2011). *Psicologia Política*. Lisboa: Escolar Editora.
- Carvalho, C., Sousa, F., & Pintassilgo, J. (2005). *Educação para a cidadania: como dimensão transversal do currículo escolar*. Porto: Porto Editora.
- Constituição da República de Angola (2010). Luanda.
- Felisbino, R. A. (2009). *O cidadão na democracia de Joseph A. Schumpeter e Robert A. Dahl*. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/13421/o-cidadao-na-democracia-de-joseph-a-schumpeter-e-robert-a-dahl>
- Fernandes, A. J. (2010). *Introdução à Ciência Política, teorias, métodos e temáticas*. (3.^a ed.). Porto: Porto Editora.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (1999). *Sociologia geral*. São Paulo: Editora Atlas.
- Platão (1949/2014). *A República*. (14.^a ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Sen, A. (1999). *Democracia como valor universal*. Disponível em: <http://dagobah.com.br/wp-content/uploads/2016/07/SEN-Amartya-1999.-Democracia-como-um-valor-universal.pdf>

S

AÚDE

The effect of food on mental health

Elena-Teodora Constantin, Sandra Celina Fonseca

| 173-189

A utilização das medidas de cumprimento da pandemia covid-19 e sua contribuição para o desenvolvimento económico e social da provincia de Malanje

Gilson Francisco Diogo Contreiras

| 190-212

Caraterização das utentes que acorrem ao programa de prevenção da transmissão vertical na maternidade do hospital geral do Huambo de junho de 2018 a julho de 2019

Victor Nhime Nungulo, Ana Maria Osvaldina Morais, Ana Teres

| 213-221

Principais transtornos mentais causados pela Covid-19: um estudo feito no Município sede de Malanje

Cirilo Armando Antonio Mendes, Gilson Francisco Diogo Contreiras

| 222-250

Malanje Percepção dos médicos do serviço de medicina interna, dos hospitais de referência da província do Huambo, em relação a abordagem da insuficiência cardíaca

Ednogildo Domingos Miguel Sachocal, José Bongue Cassoma, Felizardo Domingos Samuel Joaquim, Victor Nhime Nungulo

| 251-262

Papel dos biomarcadores em pacientes com covid-19

Ardaia Tomás Muango Chinduma, Benzila Ester Guiado Epalanga, Hermenegildo Osvaldo Chitumba, Job Chivangulula Pakasi, Lexandra López Argudín , Victor Nhime Nungulo

| 263-271

Políticas públicas de inovação no contexto do ensino superior de Angola

Niembo Maria Daniel, Marta Lúcia Pomim Valentim, Eliana da Silva, Luana Maia

| 272-291

THE EFFECT OF FOOD ON MENTAL HEALTH

O efeito dos alimentos na saúde mental

CONSTANTIN, Elena-Teodora²⁷, & FONSECA, Sandra²⁸

Abstract

Food influences to a great extent our disposition whereas our mood dictates our cravings and the type of nourishments we choose. Emotions affect eating while the nutritional properties of food impact on brain functions related to mood and feelings. The dietary choices are a complete and complex circuit. Provided we influence one option, the other will follow suit, as increasing evidence has shown that the food choices have a positive impact on several mental disorders. In this research paper we have tried to show that nutritional deficiencies have been proved to negatively impact on the mental sanity and that, consequently, specific nutrients can contribute to the alleviation of mood and mental disorders. Specific nutrients can affect cognitive processes and emotions, whereas the lack of vitamins, fatty acids, minerals and some macronutrients (proteins, carbohydrates and lipids) may contribute to aggravating a poor psychological state. Among the most common nutritional deficiencies seen in mental disorder patients are those of omega-3 fatty acids, B vitamins, minerals, and amino acids that are precursors to neurotransmitters: tyrosine to dopamine, tryptophan to serotonin. Serotonin and tryptophan are known to promote well-being and their production is triggered by carbohydrate rich foods. Carbohydrates have been found to affect mood and behaviour. Inadequate dietary n-3 polyunsaturated fatty acids (PUFA) may increase predisposition to several psychiatric disorders, particularly depression. Anxiety, depression, and autism spectrum disorders have been linked to functional Gastro-Intestinal tract (GI) disruptions, whereas GI disease are often determinant for psychological comorbidities. Altered gut microbiota composition, in particular a less diversified one, has been associated with stress as well. Showing more attention to the daily food and bringing the right nutrients in the proper amounts may enhance our mood.

Palavras-chave: *Alimentos; Nutrimentos; Saúde Mental, Emoções.*

Key-words: *Food; Nutrients; Mental Health, Emotions.*

Data de submissão: março de 2010 | **Data de publicação:** junho de 2020.

²⁷ ELENA-TEODORA CONSTANTIN - National University of Physical Education and Sports, Master Programme - Nutrition, Bucharest, ROMANIA. E-mail: elenateodoraconstantin@gmail.com

²⁸ SANDRA FONSECA - Research Center in Sports Sciences, Health Sciences and Human Development (CIDESD), Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), PORTUGAL. E-mail: sfonseca@utad.pt

INTRODUCTION

While food and diet are known to deteriorate or improve physical conditions, it is only logical that the psychological health is also affected by what we eat, especially by what is missing from our nourishment.

Are disorders such as anxiety and depression influenced by what we consume? Or, once installed, can they be alleviated by a better nutrition? Recent studies have shown that nutritional deficiencies do not only affect our physical condition but also our mental sanity (Lakhan & Vieira, 2008; Rao, Asha, Ramesh & Rao, 2008; Hidaka, 2012; Kroes et al., 2014; McNamara, 2009; Levant, 2013; Innis, 2008; Benton, Haller, & Fordy, 1995; Banerjee, 2014; Anderberg, 2016; Sánchez-Villegas et al., 2009).

An increasing body of research has shown that the prevalence of mental health disorders has amplified in developed countries in correlation with the deterioration of the diet and consequently nutritional deficiencies are associated with some mental disorders. Among the most common nutritional deficiencies seen in mental disorder patients are of omega-3 fatty acids, B vitamins, minerals, and amino acids that are precursors to neurotransmitters (Lakhan & Vieira, 2008).

Specific nutrients can affect cognitive processes and emotions, whereas the lack of vitamins, fatty acids, minerals and some macronutrients, in particular proteins, may contribute to aggravating a poor psychological state.

Showing more attention to the daily food and bringing the right nutrients in the proper amounts may enhance our mood.

Modern world mental disorders

According to World Health Organisation (WHO) (2019), mental disorders “are generally characterized by some combination of abnormal thoughts, emotions, behaviour and relationships with others.” These affect the quality of life of people and some might appear in early adolescence. The determinants are not only individual capabilities of coping with emotional challenges, but also social, political, environmental, working conditions and community support. The WHO also confirms that stress, genetics, nutrition, perinatal infections and exposure to environmental hazards are contributing factors to mental disorders.

According to WHO sources, “around 1-in-7 people globally (11-18 percent) have one or more mental or substance use disorders. Globally, this means around one billion people in 2017 experienced one.” In accordance with WHO’s International Classification of Diseases (ICD-10) situation, mental disease is a broad definition for health disorders (depression, anxiety, bipolar, eating disorders and schizophrenia) and substance use (alcohol and drug use disorders), as well as neurodevelopmental disorders, including autism, attention-deficit hyperactivity disorders (ADHD) and developmental disability.

The prevalence of mental health disorders has increased in developed countries in correlation with the deterioration of the Western diet. “Modern populations are increasingly overfed, malnourished, sedentary, sunlight-deficient, sleep-deprived, and socially-isolated. These changes in lifestyle each contribute to poor physical health and affect the incidence and treatment of depression” (Hidaka, 2012).

It is not clear yet whether poor nutrition, as a symptom of sadness, anxiety or depression, causes nutritional deficiencies or primary micro and macronutrients shortages produce mental health disorders that, in both cases, only enforce the symptoms of these illnesses (Rao et al., 2008).

The relationship between food and mood

It is not only the effect of food on the mood that requires our attention but also how the state of our mind influences the food choices. Emotions do affect eating. Like in a loop, the food influences the mood, which, in return, has an impact on the food choices that eventually will again improve or worsen the disposition – a circle that needs to be understood in order to better manage the mental health.

How does the food affect our mood?

Food is any natural or processed product/substance that serves as nurture for maintaining life, sustaining growth, vital processes and furnishing energy, according to standard definitions (Encyclopaedia Britannica). From a nutritional point of view, food contains macronutrients – carbohydrates, proteins and fats, and micronutrients – minerals

and vitamins (Mahan, Escott-Stump, & Krause, 2008). Any imbalance sustained on a sufficiently long enough term can create physical and psychological disorders.

As any other organ, the brain is nurtured with substances present in the diet. Therefore, the nutritional properties of food impact on brain functions related to mood and emotion. Food may spark rapid emotions by sensory stimulation such as taste, savour and smell, or relief of hunger, but it can influence mood by slower changes in brain chemistry as well (Shepherd & Raats, 2006).

Eating leads to widespread opioid release in the brain, likely signalling feelings of satiety and pleasure. A study revealed that a significant amount of endorphins is released in the entire brain after eating the pizza and, surprisingly, even more are released after the consumption of the tasteless nutritional drink. The magnitude of the opioid release was independent of the pleasure associated with eating (Tuulari et al., 2017).

A first association of food and mood that comes into one's mind is the one about coffee and chocolate. It is a popular belief that a bit of chocolate can give us a boost of happiness and improve the mood, while a sip of coffee energizes and makes us more alert. The excitants caffeine and theobromine, along with the sweet taste and some psychological mechanisms contribute to enhancing the disposition, however, it has also been proved that chocolate, if eaten in sufficient amounts on an empty stomach, might encourage the synthesis of the serotonin (Shepherd & Raats, 2006).

The neurotransmitter serotonin (or 5-hydroxytryptamine; 5-HT) is formed from the precursor essential amino acid, tryptophan (TRP) in the presence of an enzyme - tryptophan hydroxylase, which converts TRP to 5-hydroxytryptophan. 5-HT has long been involved in sleep, as well as in affective disorders such as depression and anxiety (Shepherd & Raats, 2006). Serotonin and tryptophan are known to promote well-being (Rao et al., 2008).

Carbohydrates

These brain chemicals' production (5-HT and TRP) is triggered by carbohydrate rich foods. Carbohydrates have been found to affect mood and behaviour. They are the macronutrients that trigger the release of insulin in the body, a hormone which enables the transformation of glucose into energy at the cellular level, and helps with facilitating the entry of tryptophan into the brain (Rao et al., 2008).

Sugars, especially sweets, can provide an immediate but short lasting effect on the mood, nevertheless, it is rather recommended the consumption of low glycaemic index (GI) foods such as fruits and vegetables, and complex carbohydrate foods - whole grains, pasta, which bring a moderate but more enduring effect on brain chemistry, mood, and energy level (Rao et al., 2008).

Proteins

Protein intake, due to the containing amino acids, also affect the brain functioning and mental health. The neurotransmitters that impact mood are made of amino acids – dopamine from tyrosine, serotonin from tryptophan. The limitation of these amino acids leads to poor synthesis of the neurotransmitters and hence to low mood, whereas the excess may lead to brain damage and mental retardation (Rao et al., 2008).

Protein in elevated proportion was associated with higher chances of depression and arousal, whereas increased carbohydrate proportion predicted less depression and more calmness. Moreover, the reduction of TRP seems to disrupt mood and to have a greater impact than increasing the carbohydrate intake (Shepherd & Raats, 2006).

Food containing tryptophan increases serotonin levels in the brain and alters neural processing in mood-regulating neurocircuits. However, tryptophan competes with other large-neutral-amino-acids (LNAA) for transport across the blood–brain-barrier, a limitation that can be mitigated by increasing the tryptophan/LNAA ratio. The LNAA include tyrosine, threonine, methionine, valine, isoleucine, leucine, histidine and phenylalanine. The results of an experiment that increased the ratio in a customised drink suggest that this can lift disposition by affecting mood-regulating neurocircuits (Kroes et al., 2014).

Omega-3 fatty acids

The brain is a fat-rich organ and the lipidic brain membrane contains phospholipids, sphingolipids, and cholesterol. It has been estimated that brain's grey matter contains 50% fatty acids that are polyunsaturated (PUFA), out of which 33% belong to the omega-3 family (Rao et al., 2008).

Clinical and epidemiologic studies suggest that inadequate dietary n-3 polyunsaturated fatty acids (PUFA) may increase predisposition to several psychiatric disorders, particularly depression (McNamara, 2009). N-3 PUFAs - DHA and EPA - mitigate inflammation by modulating the level and length of the inflammatory response. Thus, n-3 PUFAs could contribute to antidepressant effects and/or resistance to depression through anti-inflammatory mechanisms (McNamara, 2009).

Docosahexaenoic acid (DHA, 22:6n-3) is the most abundant PUFA in the brain, representing approximately 15% of the total fatty acids in that tissue. These long-chain PUFAs are synthesized endogenously from α -linolenic acid (18:3n-3) and eicosapentaenoic acid (EPA 20n-5:3) (Levant, 2013). However, DHA and arachidonic acid (AA)- (omega 6) cannot be synthesized by mammals and they have to be supplied through the diet.

Dietary or tissue n-3 PUFAs alone do not need to cause depression in humans; however, they likely create a vulnerability that increases susceptibility to depression when the other contributing factors (specific genotypes, stressors) are also present (Levant, 2013).

1.5 to 2 g of EPA per day have been shown to stimulate mood elevation in depressed patients. However, doses of omega-3 higher than 3 g do not present better effects than placebos and may not be suitable for some patients, such as those taking anti-clotting drugs (Lakhan & Vieira, 2008).

Western diets are low in omega-3 fatty acids, including the 18-carbon omega-3 fatty acid alpha linolenic acid found mainly in plant oils, and DHA, which is found mainly in fish (Innis, 2008).

Micronutrients

Depressive symptoms are the most common manifestation of folate deficiency. Patients with depression have 25% lower blood folate (B9) levels than healthy subjects. Vitamins B6 and B12, among others, are directly involved in the synthesis of some neurotransmitters (Rao et al., 2008). Supplementation with cobalamin (B12) improves cerebral and cognitive functions and preserves the integrity of myelin sheath of the nervous fibers; (Rao et al., 2008).

Supplementation of nine vitamins, in excess, for 1-year improved mood in all subjects, according to a study. Moreover, these changes in mood were recorded after a year, even though the blood levels reached a plateau after 3 months. The mood improvements were predominantly correlated with vitamin B1, B2 and B6 (Benton et al., 1995).

Table 1 | *Connection between essential nutrients (vitamins and minerals) and affective disorders (Adapted from Holford, 2007).*

Nutrient	Effect of deficiency	Food sources
Vitamin B1	Poor concentration and attention	Wholegrains Vegetables
Vitamin B3	Depression	Wholegrains Vegetables
Vitamin B5	Poor memory Stress	Wholegrains Vegetables
Vitamin B6	Irritability Poor memory Stress Depression	Wholegrains Bananas
B12	Vitamin Confusion Poor memory Psychosis	Meat Fish Dairy products Eggs
	Vitamin C	Vegetables Fresh fruit
	Folic acid	Green leafy vegetables
Magnesium	Anxiety Depression Psychosis	
	Irritability Insomnia Depression	Green vegetables Nuts Seeds
	Selenium	Wheat germs Brewer's yeast Liver Fish Garlic Sunflower seeds Brazil nuts Wholegrains
Zinc	Confusion Blank mind Depression Loss of appetite Lack of motivation	Oysters Nuts Seeds Fish

Alcohol

Another obvious association is that of alcohol and mood. The effect of alcohol on mood is undeniable. Alcohol has long been perceived to provide a temporarily relief of negative emotions, and to briefly increase pleasure and relaxation. A major study - Global

Drug Survey (GDS) - that interviewed 30,000 of 18-34 year-olds from 21 countries, has examined the link between the type of alcohol (spirits, red and white wine, beer) and the reactions it triggers in consumers: feeling energised, relaxed, sexy, confident, tired, aggressive, ill, restless and tearful, thus showing the complexity of the effects that the consumption of drugs has upon the temperament of a person (Ashton, Bellis, Davies, Hughes, & Winstock, 2017).

At low doses, ethanol is possibly useful, acting to depress brain function, very much in the style of an anaesthetic and sparking feelings of relaxation and good mood. Alcohol consumption affects neurological pathways that impact the dopaminergic, serotonergic, γ -amino butyric acid (GABA) and glutamate pathways, enhancing reward, arousal, and addiction circuits (Banerjee, 2014).

Hunger

On the other hand, hunger has proved to induce affective changes of mood, perceptions and reactions. This happens mainly because the glucose levels trigger the release of hormones that may bring along certain emotional dispositions.

The idea that *hunger* can impact emotional experiences and behaviours is coined with the informal “*hangry*”, defined by the Oxford Dictionary as feeling “bad tempered or irritable as a result of hunger”. Hangry, a pun word stemming from the combination of “hungry” and “angry,” characterizes a person’s temper which turns irritable, impatient and annoyed by the physical absence of food and the organic sensation of hunger.

A scientific explanation links mood changing to the levels of blood sugar. Individuals cannot regulate their feelings without sufficient blood glucose, and in a glucose depleted state they tend to be more impulsive, punitive, and aggressive (Anderberg, 2016).

When blood sugar drops, ghrelin, the metabolic hormone that signals hunger, triggers a cascade of hormones, which act on the sympathetic nervous system, in turn inducing unpleasant, highly arousing affective bodily changes. When the blood sugar falls, the hormones cortisol and epinephrine are released in an attempt to raise it back to normal, and another hormone Neuropeptide Y helps create a hungry feeling when the body needs more food. These hormones happen to lead to irritability and are linked to aggression (Naftulin, 2018).

While some psychologists state that hunger can be experienced as a negative, high arousal state, as “hanger”, only when the context is negative (MacCormack & Lindquist, 2019), another hypothesis explains that a modified mood is the result of metabolic processes. The tryptophan can become depleted with fasting and, consequently, tryptophan depleted individuals demonstrate greater negativity (Altman, Shankman, & Spring, 2010).

Our Microbes – the microbiota

Diet has been shown to influence the gut microbiome’s impact on cognitive function. An increasing body of evidence has started to focus on the relation between the gut, the brain and the disposition.

The gut-brain axis is a bidirectional communication network that links the enteric and central nervous systems comprising endocrine, humoral, metabolic, and immune routes of communication as well. The gut-brain connection allows the brain to influence intestinal activities and the gut to influence mood, cognition, and mental health (Appleton, 2018).

The entirety of microorganisms in a particular habitat is termed microbiota, or microflora. The collective genomes of all the microorganisms in a microbiota are termed microbiome (Wang & Kasper, 2014; Hooper, Littman, & Macpherson, 2012).

The human gut microbiota is a complex community of microorganisms, which include 100 trillion bacteria, quadrillion viruses, fungi, parasites, and archaea (Hooper et al., 2012).

Anxiety, depression, and autism spectrum disorders now have well-established links to functional Gastro-Intestinal tract (GI) disruptions, whereas GI disease (e.i, irritable bowel syndrome and disease) are often determinant for psychological comorbidities (van den Elsen, Poyntz, Weyrich, Young, & Forbes-Blom, 2017). Depression is increasingly recognized as having an inflammatory component with dysbiosis triggering the so-called *inflammasome pathway* (van den Elsen et al., 2017). Fighting depression entails adopting an anti-inflammatory diet.

In the case of leaky gut syndrome, the human body produces antibodies that are in higher levels for patients with major depression, inferring there might be a connection between gut and mental health (Appleton, 2018).

Species under *Lactobacillus* (L) and *Bifidobacterium* (B) genes are particularly characterized as anti-depressants. The mechanisms that they involve include attenuation of pro-inflammatory cytokines, regulation of tryptophan metabolism and Central Nervous System neurotransmitters.

While consumption of *L. helveticus* and *B. longum* reduced somatization, depression, and anger-hostility, hospital anxiety and depression (Anderberg, 2016), gut-associated pathogens such as infection with *C. jejuni* can exacerbate anxiety (Wang & Kasper, 2014).

Altered gut microbiota composition, in particular a less diversified one, has been associated with stress as well. A solution might be balancing the gut bacteria, through diversifying the diet. Dietary formula with higher fibre contents can improve microbiome richness. Moreover, the anxiolytic strains of *Lactobacillus* and *Bifidobacterium* genera that have anti-anxiety effects often display anti-stress effects as well (Wang & Kasper, 2014).

How does the mood affect the food?

Research suggests that people eat in response to negative and to positive emotions. Emotional eaters consume significantly more food when feeling sad than happy. Moreover, when people eat emotionally, they choose sweet over salty food (van Strien et al., 2013). A positive mood increases the preference for healthy foods over indulgent foods as a tendency to project long term health objectives, while a negative mood prompts for immediate, impactful goals such as mood control, leading to greater preference for indulgent foods over healthy foods (Gardner, Wansink, Kim, & Park, 2014).

Comfort foods provide a temporary sense of wellbeing, and they make a person feel good, by transposing it into a happy past, when it was taken care of or pampered. Researchers have found that physiological and psychological needs influence the people's attraction to a specific food.

Particular foods come to be associated with the relief of distress and modify or change emotional states or feelings. This shows that mood plays a significant role in food selection and comfort foods are preferred under certain circumstances, such as when individuals are experiencing illness (Locher, Yoels, Maurer, & Van Ells, 2005). People choose to eat comfort foods when they have the blues or feel lonely (Spence, 2017). Males prefer warm, hearty, meal-related comfort foods (such as steak, casseroles, and soup), while females instead choose comfort foods such as chocolate and ice cream (Wansink, Cheney, & Chan, 2003). Sweet foods high in calories - ice cream, cookies, and chocolate, for example, elevate mood due to serotonin and opiates production (Stein, 2008).

Treatments for affective disorders

The nutritional approach has become a valid and healthier alternative to expensive anti-depressant or anxiety reducer, drugs, which normally can lead to toxicity, unwanted side effects and, due to this, to a high degree of non-compliance in mentally ill patients (Lakhan & Vieira, 2008).

Emerging evidence and research show that nutritional supplement treatment may help controlling major depression, bipolar disorder, schizophrenia and anxiety disorders, eating disorders, attention deficit disorder/attention deficit hyperactivity disorder (ADD/ADHD), addiction, and autism, these being the most common mood conditions (Lakhan & Vieira, 2008).

Depression, anxiety and other mood disorders are thought to be directly related to imbalances in neurotransmitters and their treatment usually employs substances that inhibit or stimulate the action of these chemicals. A focus on the nutritional deficiencies associated with mental disorders might show that dietary supplements can be implemented in the treatment of several disorders.

According to Lakhan and Vieira (2008), based on human pilot clinical trials, double blind and case studies, and placebo-controlled studies, depression is caused by deficiency of serotonin, dopamine/noradrenaline, γ -aminobutyric acid (GABA), omega 3 fatty acids, folate and other B vitamins, magnesium and SAM (S-adenosylmethionine). Consequently, efficient treatments should provide supplementation of tryptophan as a precursor to serotonin, tyrosine for dopamine and noradrenaline, GABA, omega 3, vitamins of B complex, magnesium, SAM.

Likewise, bipolar disorder might be triggered by lack of omega 3 fatty acids; excess acetylcholine receptors can be treated with lithium and taurine; vitamin B complex and/or Tryptophan deficiencies to be treated with corresponding supplementation; choline deficiency to be treated with lecithin.

Schizophrenia is affected by impaired serotonin synthesis (tryptophan), glycine (glycine) and/or omega 3 deficiencies.

For obsessive compulsive disorder the St John's wort supplements have proved their efficiency.

Table 2 | *Causes and treatments for common health disorders (Adapted from Lakhan and Vieira, 2008).*

Mental Disorder	Proposed Cause	Treatment
Major Depression	Serotonin deficiency	Tryptophan
	Dopamine/Noradrenaline deficiency	Tyrosine
	GABA deficiency	GABA
	Omega-3 deficiency	Omega-3s
	Folate/Vitamin B deficiency	Folate/Vitamin B
	Magnesium deficiency	Magnesium
	SAM deficiency	SAM
	Excess acetylcholine receptors	Lithium orotate & taurine
Bipolar Disorder	Excess vanadium	Vitamin C
	Vitamin B/Folate deficiency	Vitamin B/Folate
	L-Tryptophan deficiency	L-Tryptophan
	Choline deficiency	Lecithin
	Omega-3 deficiency	Omega-3s
Schizophrenia	Impaired serotonin synthesis	Tryptophan
	Glycine deficiency	Glycine
	Omega-3 deficiency	Omega-3s
Obsessive Compulsive Disorder	St. John's wort deficiency	St. John's wort

Table 3 | *List of possible cause and treatments for bipolar disorder (Adapted from Lakhan and Vieira, 2008).*

Proposed Cause of Bipolar Disorder	Treatment of Bipolar Disorder
Food allergies	Avoid foods that elicit an allergic response
Caffeine	Avoid coffee and other caffeinated beverages
Inhibition of lithium from alkalizing agents	Avoid alkalizing agents like bicarbonates
Vitamin B6 deficiency	100-200 milligrams/day
Vitamin 12 deficiency	300-600 milligrams/day
Vitamin C deficiency	1-3 grams taken as divided doses
Folate B6 deficiency	200 milligrams/day
Choline deficiency	10-30 grams of phosphatidyl from in divided doses
Omega-3 or -6 deficiency	500-1000 milligrams/day
Phenylalanine deficiency	Initially 500 milligrams/day; can increase to 3-4 grams/day
Tryptophan deficiency	50-200 milligrams taken as divided doses
S-Adenosyl-L-Methionine deficiency (SAM)	800 milligrams
Melatonin deficiency	3-6 milligrams at 9 pm
Phosphatidylserine deficiency	100 milligrams with food

CONCLUSION

The factors that contribute to the development of mental disorders are complex, as detailed in this paper, and dietary awareness, responsibility and diversity should be considered for a healthy lifestyle.

The mental disorders development involves an inflammatory aspect, nutritional deficiencies, as well as gastrointestinal disturbances. The diet is a key influencer of mental health. What we eat in excess is as important as what we do not eat enough of (Jacka, 2017). A balanced and varied diet acts to prevent and preserve the well-being and integrity of the mental health.

Therefore, more attention should be given to medium- and long-term diet changes and our food consumption should focus more on complex carbohydrates, plant-based foods/fruits and vegetables containing fibres that positively influence microbial composition, on good fats (omega 3) to modulate of inflammation. In this respect, given the fact that a large prospective study has found that the Mediterranean diet has a potential protective role with regard to depressive disorders, the return to a traditional Mediterranean diet is an obvious recommendation (Sánchez-Villegas et al., 2009).

As far as supplementation for healthy people is concerned, a diverse diet should weigh more than opting for supplements, as humans do not consume nutrients in isolation and foods come with a balanced composition of macro and micro nutrients, and fibres (Jacka, 2017). However, in the wake of positive result-trials, some supplements are needed and recommended especially as treatment for mental disorders, where they can successfully replace medication that comes with side effects.

REFERENCES

- Altman, S. E., Shankman, S. A., & Spring, B. (2010). Effect of acute tryptophan depletion on emotions in individuals with personal and family history of depression following a mood induction. *Neuropsychobiology*, 62, 171–176. [doi:10.1159/000319358](https://doi.org/10.1159/000319358)
- Anderberg, R. H., Hansson, C., Fenander, M., Richard, J. E., Dickson, S. L., Nissbrandt, H., Bergquist, F., & Skibicka, K. P. (2016). The Stomach-Derived Hormone Ghrelin Increases Impulsive Behavior. *Neuropsychopharmacology : official publication of the American College of Neuropsychopharmacology*, 41(5), 1199–1209. [doi:10.1038/npp.2015.297](https://doi.org/10.1038/npp.2015.297)
- Appleton, J. (2018). The Gut-Brain Axis: Influence of Microbiota on Mood and Mental Health. *Integrative medicine (Encinitas, Calif.)*, 17(4), 28–32.
- Ashton, K., Bellis, M. A., Davies, A. R., Hughes, K., & Winstock, A. (2017). Do emotions related to alcohol consumption differ by alcohol type? An international cross-sectional survey of emotions associated with alcohol consumption and influence on drink choice in different settings. *BMJ Open*, 7(10). [doi:10.1136/bmjopen-2017-016089](https://doi.org/10.1136/bmjopen-2017-016089)
- Banerjee, N. (2014). Neurotransmitters in alcoholism: A review of neurobiological and genetic studies. *Indian journal of human genetics*, 20(1), 20–31. [doi:10.4103/0971-6866.132750](https://doi.org/10.4103/0971-6866.132750)
- Benton, D., Haller, J., & Fordy, J. (1995). Vitamin supplementation for one year improves mood. *Neuropsychobiology*, 32(2), 98-105. [doi:10.1159/000119220](https://doi.org/10.1159/000119220)
- Bushman, B. J., DeWall, C. N., Pond, R. S., & Hanus, M. D. (2014). Low glucose relates to greater aggression in married couples. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 111(17), 6254 – 6257
- Gardner, M. P., Wansink, B., Kim, J., & Park, S. B. (2014). **Better moods for better eating? How mood influences food choice.** *Journal of Consumer Psychology*, 24, 320-335. [doi:10.1016/j.jcps.2014.01.002](https://doi.org/10.1016/j.jcps.2014.01.002)
- Hidaka, B.H. (2012). Depression as a disease of modernity: explanations for increasing prevalence. *Journal of affective disorders*, 140 3, 205-14

- Holford, P. (2007). *Optimum Nutrition for the Mind*. London, Piatkus Books Ltd.
- Hooper, L. V., Littman, D. R., & Macpherson, A. J. (2012). Interactions between the microbiota and the immune system. *Science (New York, N.Y.)*, 336(6086), 1268–1273. doi:10.1126/science.1223490
- Innis, S. M. (2008). Dietary omega 3 fatty acids and the developing brain. *Brain Res.*, 27,1237, 35-43. doi: 10.1016/j.brainres.2008.08.078
- Jacka, F. N. (2017). Nutritional Psychiatry: Where to Next?, *EBioMedicine* 17, 24-29. doi: 10.1016/j.ebiom.2017.02.020
- Kroes M.C.W., van Wingen, G. A., Wittwer, J., Mohajeri, M. H., Klok, J., & Fernández, G. (2014). Food can lift mood by affecting mood-regulating neurocircuits via a serotonergic mechanism. *NeuroImage*, 84, 825-832. doi: 10.1016/j.neuroimage.2013.09.041
- Lakhan, S. E., & Vieira, K. F. (2008). Nutritional therapies for mental disorders. *Nutr J* 7, 2. doi:10.1186/1475-2891-7-2
- Levant B. (2013). N-3 (omega-3) polyunsaturated Fatty acids in the pathophysiology and treatment of depression: pre-clinical evidence. *CNS & neurological disorders drug targets*, 12(4), 450–459. doi:10.2174/1871527311312040003
- Locher, J. L., Yoels, W. C., Maurer, D., & van Ells, J. (2005). **Comfort foods: an exploratory journey into the social and emotional significance of food.** *Food and Foodways*, 13(4), 273-297. doi: [10.1080/07409710500334509](https://doi.org/10.1080/07409710500334509)
- MacCormack, J. K., & Lindquist, K. A. (2019). Feeling hangry? When hunger is conceptualized as emotion. *Emotion*, 19(2), 301–319. doi: 10.1037/emo0000422.
- Mahan, L. K., Escott-Stump, S., & Krause, M. V. (2008). *Krause's food & nutrition therapy*. (12th ed.). Philadelphia, Pa.; Edinburgh: Elsevier Saunders.
- McNamara, R. K. (2009). Evaluation of docosahexaenoic acid deficiency as a preventable risk factor for recurrent affective disorders: current status, future directions, and dietary recommendations. *Prostaglandins Leukot Essent Fatty Acids*, 81, 223–231. doi: 10.1016/j.plefa.2009.05.017
- Naftulin, J. (2018, June 13). Why We Get Hangry, according to Science, Health Magazine [Web page]. Retrieved from: <https://www.health.com/nutrition/what-is-hangry>
- Rao, T. S., Asha, M. R., Ramesh, B. N., & Rao, K. S. (2008). Understanding nutrition, depression and mental illnesses. *Indian journal of psychiatry*, 50(2), 77–82. doi: 10.4103/0019-5545.42391
- Sánchez-Villegas, A., Delgado-Rodríguez, M., Alonso, A., Schlatter, J., Lahortiga, F., Serra Majem, L., & Martínez-González, M. A. (2009). Association of the Mediterranean Dietary

Pattern With the Incidence of Depression: The Seguimiento Universidad de Navarra/University of Navarra Follow-up (SUN) Cohort. *Arch Gen Psychiatry*, 66(10), 1090–1098. doi:10.1001/archgenpsychiatry.2009.129.

Shepherd R., & Raats, M. (Ed.). (2006). *The Psychology of Food Choice*. CABI, Oxfordshire, London, UK.

http://ssu.ac.ir/cms/fileadmin/user_upload/Mtahghighat/taghzie_imani/book/The-Psychology-of-Food-Choice.pdf

Spence, C. (2017). Comfort food: A review. *International Journal of Gastronomy and Food Science*, 9, 105-109. doi: 10.1016/j.ijgfs.2017.07.001

Stein, K. (2008). Contemporary Comfort Foods: Bringing Back Old Favorites. *Journal of the American Dietetic Association*, 108(3), 412–414. doi: 10.1016/j.jada.2008.01.032

Tuulari, J., Tuominen, L., deBoer, F., Hirvonen, J., Nuutila, P., & Nummenmaa, L. (2017). Feeding releases endogenous opioids in humans. *The Journal of Neuroscience*, 37, 8284–8291. doi:10.1523/JNEUROSCI.0976-17.2017

Van den Elsen, L. W., Poyntz, H. C., Weyrich, L. S., Young, W., & Forbes-Blom, E. E. (2017). Embracing the gut microbiota: the new frontier for inflammatory and infectious diseases. *Clinical & Translational Immunology*, 6(1), e125. doi: 10.1038/cti.2016.91

van Strien, T., Cebolla, A., Etchemendy, E., Gutiérrez-Maldonado, J., Ferrer-García, M., Botella, C., & Baños, R. (2013). Emotional eating and food intake after sadness and joy. *Appetite*, 66, 20-25. doi: 10.1016/j.appet.2013.02.016

Wang, Y., & Kasper, L. H. (2014). The role of microbiome in central nervous system disorders. *Brain, behavior, and immunity*, 38, 1–12. doi: 10.1016/j.bbi.2013.12.015

Wansink, B., Cheney, M. M., & Chan, N. (2003). Exploring comfort food preferences across age and gender. *Physiology & Behavior*, 79(4–5), 739-747. doi:10.1016/S0031-9384(03)00203-8

UTILIZAÇÃO DAS MEDIDAS DE CUMPRIMENTO DA PANDEMIA COVID-19 E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DA PROVÍNCIA DE MALANJE

*The use of pandemic COVID-19 compliance measures and their contribution
to the economic and social development of Malanje province*

CONTREIRAS, Gilson²⁹

Resumo

O objetivo principal deste artigo é investigar se a utilização das medidas de cumprimento da pandemia COVID-19 pode contribuir para o desenvolvimento económico e social da Província de Malanje. Para o estudo foram entrevistados 90 participantes, sendo 24 dos participantes do sexo feminino e 66 do sexo masculino. Os resultados demonstram que as medidas para o cumprimento da pandemia COVID-19 são: lavar as mãos com frequência com sabão ou com álcool gel, não por a mãos na boca, no nariz ou nos olhos, usar lenço na hora que tossir ou espirrar e deitar papel no barde de lixo, usar sempre máscaras e luvas onde há aglomerado e evitar o contacto com outras pessoas. Os resultados demonstram, ainda, que a pandemia tem influenciado significativamente na economia da Província de Malanje porque o decreto do estado de emergência não permite a execução de muitos serviços sócias, mas alguns deles temem que a paralisação da actividade económica ao redor da região leve a uma crise económica. Conclui-se, de igual modo, que o país passa a ter cada vez mais casos pontuais ligados a pessoas oriundas de outros Países como Portugal, Africa do Sul e Cuba.

Abstract

The main objective of this article is to investigate whether the use of measures to comply with the COVID-19 pandemic can contribute to the economic and social development of Malanje Province. For the study, 90 participants were interviewed, 24 of whom were female and 66 were male. The results demonstrate that the measures to comply with the Covid-19 pandemic are: wash your hands frequently with soap or gel alcohol, do not put your hands over your mouth, nose or eyes, use a handkerchief whenever you cough or sneeze and throw paper in the trash bin, always wear masks and gloves where there is agglomeration and avoid contact with other people. The results also demonstrate that the pandemic has significantly influenced the economy of Malanje Province because the state of emergency decree does not allow the execution of many social services, but some of them fear that the interruption of economic activity around the region will lead to an economic crisis. It is concluded, in the same way, that the country starts to have more and more specific cases related to people from other countries such as Portugal, South Africa and Cuba.

Palavras-chave: Malanje; Pandemia COVID-19; Medidas de prevenção.

Key-words: Malanje; Pandemic COVID-19; Preventive measures.

Data de submissão: março de 2020 | **Data de publicação:** junho de 2020.

²⁹ GILSON FRANCISCO CONTREIRAS DIOGO – Escola Superior Politécnica de Malanje. ANGOLA. E-mail: gilson.diogo@ubi.pt

INTRODUÇÃO

Em Angola e em particular na Província de Malanje, a utilização das medidas de cumprimento da pandemia COVID-19 é umas das formas de não há propagação da doença. São frequentes as ocasiões nas quais os indivíduos são demandados a cumprirem essas medidas, sendo uma acção cada vez mais utilizada pela população durante essa época. Ao decretar o estado de emergência, geralmente nos primeiros dias, a população ainda está com grandes dificuldades na compreensão do sucedido, principalmente por estar em afastamento social.

Não há um consenso do conceito de habilidades sociais (HS), porém, geralmente, é utilizado para referir-se a uma capacidade comportamental aprendida como decorrência das interações sociais de um indivíduo (Bolsoni-Silva, 2002). Segundo Del Prette & Del Prette (apud Bolsoni-Silva; Louteiro; Oliveira, 2010), habilidade social pode ser definida como “um conjunto de comportamentos emitidos pelo indivíduo diante das demandas de uma situação interpessoal”. Del Prete e Del Prete (1999) defende que a conceituação de habilidade social deve contemplar uma dimensão situacional-cultural, uma vez que as culturas podem compreender de maneiras variadas o que são comportamentos aceitáveis ou inaceitáveis, por terem normas e valores distintos umas das outras. Outra questão a ser observada é suposição de um juízo de valor sobre a qualidade do desempenho, ao considerar que habilidade social é uma “capacidade de fazer algo”.

Assim, o termo **pandemia** refere-se a uma situação em que a ocorrência de uma determinada doença infecciosa não ocorre apenas em uma determinada localidade, espalhando-se por diversos países e em mais de um continente, com transmissão sustentada entre pessoas. A **transmissão sustentada** é caracterizada pela transmissão da doença por um indivíduo infectado que não esteve nos países com registo da doença a outro indivíduo que também não esteve em tais países. Geralmente as pandemias são ocasionadas por **doenças virais**, pois, em virtude da falta de medicamentos para o tratamento desse tipo de doença e da necessidade de tempo para a produção de vacinas que possam imunizar a população, elas acabam sendo transmitidas mais facilmente. Embora a declaração pela **Organização Mundial de Saúde (OMS)** do surgimento de uma pandemia cause um certo temor na população, essa declaração não está relacionada com a gravidade da doença, mas, sim, com a sua distribuição geográfica, indicando que toda a população mundial corre o risco de adquiri-la.

O **coronavírus** é uma **família de vírus causadora de diversas infecções**, inclusive em seres humanos. No ano de 2020, uma nova cepa de coronavírus foi identificada, o novo coronavírus (2019-nCoV), que pode ser transmitido através do contacto com animais e pessoas doentes. Ele pode causar desde uma infecção leve, como um simples resfriado, até infecções graves, que podem levar a óbito.

A seguir, apresentamos quem são os coronavírus, as doenças causadas por esses vírus, suas formas de transmissão, seus sinais e sintomas, e suas formas de tratamento e prevenção, destacando o **novo coronavírus (2019-nCoV)**, identificado no ano de 2020.

O presente artigo tem como objetivo principal, investigar a utilização das medidas de cumprimento da pandemia COVID-19 e sua contribuição para o desenvolvimento económico e social da Província de Malanje. Para o caso, foi realizado um levantamento, por meio de entrevista, da autopercepção dos participantes em relação à pandemia COVID-19.

Neste sentido, o presente artigo está estruturado por 7 capítulos: no primeiro capítulo apresentam-se um trecho sobre a Província de Malanje, já para o segundo capítulo apresenta-se uma abordagem teórica sobre a pandemia de COVID-19, do ponto de vista histórico e conceitual; no terceiro capítulo faz-se uma abordagem das medidas de saúde pública da COVID-19, no quarto capítulo apresenta-se a intervenção em contexto social em Malanje, já no sexto capítulo descreve-se sobre a prevenção e controlo da COVID-19 e para concluir no sétimo capítulo faz-se uma análise de resultado e discussão da pesquisa feita bem como a sua conclusão.

Participantes da pesquisa

O presente artigo foi realizado com 90 participantes da Província de Malanje com a idade compreendida entre 18 a 45 anos e não houve restrição quanto ao gênero. Os participantes responderam as entrevistas voluntariamente.

Local da pesquisa

Todos os dados prescritos nesta pesquisa foram coletados nas ruas da cidade da Província de Malanje e em alguns bairros tais como: Ritondo, Maxinde, Vila Matilde e Campo da aviação.

Equipamentos e Material utilizados durante a pesquisa

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi utilizado um computador, com acesso à internet e o software Word, do Pacote Office 2010, impressora e 20 folhas de papel A4 branco. Aos participantes da pesquisa foram solicitados que utilizassem termos simples afim tratarmos de analisar as questões.

Procedimento da pesquisa

Tendo em conta a temática deste artigo, o mesmo enquadra-se ao estudo correlacional com o objetivo de compreender a autopercepção dos participantes da pesquisa tendo em conta a utilização das medidas de cumprimento da pandemia COVID-19 e sua contribuição para o desenvolvimento económico e social da Província de Malanje. Para isso, foi elaborado um guião de perguntas para o levantamento dos dados. As entrevistas foram feitas entre os dias 14 e 22 do mês de Abril de 2020.

1. UM TRECHO SOBRE A PROVÍNCIA DE MALANJE

Com base na afirmação do autor, Malanje foi referenciada pelas estrelas e foi desenvolvida pela magnitude dos astros, a cidade da Palanca Negra Gigante, liderada pelo actual Governador Norberto dos Santos “Kwata Kanawa”.

Fontes como Wikipédia, a enciclopédia livre, escreve que Malanje é uma das 18 províncias de Angola. Segundo as projeções populacionais de 2018, elaboradas pelo Instituto Nacional de Estatística, conta com uma população de 569 474 habitantes e área territorial de 2 422 km², sendo o município mais populoso da província.

Fig. 1 -Vista do largo do Jardim da liberdade da Província de Malanje



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Malanje>.

Etimologia e Geografia: A palavra "Malanje", teria vindo da língua quimbunda antiga, e teria como significado o termo "as pedras" (ma-lanji), existindo porém várias versões sobre surgimento do nome Malanje. A versão mais conhecida afirma que antes da colonização portuguesa o rio Malanje (ou rio Cadianga) foi atravessado por mercadores e, como na época não existiam pontes, as pessoas tinham que passar pelos rios em cima de pedras. Após atravessar o rio, os mercadores avistaram os moradores locais, os perguntando qual era nome do rio, a que os moradores responderam "Ma-lanji Ngana" (são pedras, Senhor).

O município é limitado a norte pelo município de Cuaba Nzogo, a leste pelo de Mucari, a sul pelos municípios de Cangandala e Mussende, e a oeste pelos de Cacuso e Calandula. O município é constituído pela comuna de Malanje, que equivale à própria cidade de Malanje, além das comunas de Nugola-Luije e Cambaxe.

Cultura, lazer e educação: um dos principais pontos de atração da qual dispõe Malanje é o Parque Nacional da Cangandala, que é uma reserva de proteção de diversas espécies, além de ser muito apreciado pelo eco-turismo. A Arquidiocese de Malanje promove duas tradições culturais-religiosas muito populares na cidade, sendo a maior a Procissão de Solenidade do Corpo e Sangue de Cristo, que sai da paróquia de Nossa Senhora de Fátima da Maxinde e culminando na igreja da Sé Catedral de Malanje, e; a Peregrinação ao Santuário Pungo-Andongo, sendo uma procissão de velas, acompanhada da transportação da imagem da Nossa Senhora do Rosário, a partir do local onde se encontram as pegadas da Rainha Nginga Mbandi até ao até ao Santuário de Pungo-Andongo.

Algumas das principais equipas de futebol de Malanje são o Malanje Sport Clube, o Cambondo do Malanje e o Makotas do Malanje, que já disputaram o Girabola. O futebol é a prática desportiva mais popular entre os malanjenses e quanto a educação a cidade de Malanje sedia a Universidade Lueji A'Nkonde, Instituto Superior de Malanje, Escola Superior Politécnica de Malanje e Instituto Superior Agroalimentar, Instituto Superior Dom Cardeal de Nascimento e Instituto Superior da Katepa.

2. GÊNESE SOBRE A COVID-19

Os estudos mostram que os primeiros coronavírus humanos foram isolados em 1937. Mas foi somente em 1965 que foi descrito como coronavírus, pois parecia uma coroa. A doença provocada pela variação originada na China foi nomeada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como COVID-19, em 11 de fevereiro. Ainda não está claro como ocorreu a mutação que permitiu o surgimento do novo vírus. Outras variações mais antigas de coronavírus, como SARS-CoV e MERS-CoV, são conhecidas pelos cientistas.

OMS emitiu o primeiro alerta em 31 de dezembro de 2019, após casos de uma misteriosa pneumonia na cidade chinesa de Wuhan. O surto inicial atingiu pessoas ligadas a um mercado de frutos do mar em Wuhan, o que levantou a suspeita de que a transmissão ocorreu entre animais marinhos e humanos. Mas duas pesquisas apontam outras hipóteses para a transmissão para humanos: uma cita a cobra e, outra, os morcegos. Um chinês de 61 anos foi a primeira vítima. Ele foi hospitalizado com dificuldades de respiração e pneumonia grave e morreu após uma parada cardíaca, em 9 de janeiro.

O período de incubação varia entre 4-14 dias, sendo que ainda é cedo para afirmarmos que o vírus só é transmitido por indivíduos sintomáticos. A taxa transmissão do vírus é de 2,75, isso quer dizer que uma pessoa infectada transmite, em média, para outros 2,75 indivíduos. A doença possui uma letalidade global de 3,4%, aumentando de acordo com a idade da pessoa acometida e com as comorbidades presentes.

Os pacientes portadores de doenças crônicas, que representam em torno de 25 a 50% dos pacientes infectados, apresentam maiores taxas de mortalidade, como a seguir:

Câncer: 5,6%, Hipertensão: 6%, doença respiratória crônica: 6,3%, diabetes: 7,3%, e doença cardiovascular (DCV): 10,5%.

2.1. Sinais, sintomas e achados

Os relatos iniciais da infecção caracterizaram o quadro como uma pneumonia de origem desconhecida, sendo que no início muitos pacientes foram tratados para pneumonia, porém não houve sucesso com a implementação da terapia antibiótica usual.

Os primeiros casos apresentaram opacificação mal definida na radiografia de tórax, bilateral e periférica na maioria das vezes e na TC apresentou-se com um padrão em “vidro fosco” e zonas de mosaico. O paciente acometido pelo COVID-19 apresenta, quando sintomático, os seguintes sintomas: tosse: 65-80%, febre: 45-85%, dispneia: 30-40% e sintomas gastrointestinais: 10%.

É válido citar que por ser uma doença nova ainda não sabemos ao certo todas as suas formas de apresentação.

2.2. Diagnóstico do Coronavírus

Os casos suspeitos de COVID-19 são aqueles em que os pacientes se apresentam com sintomas relatados acima e que tenha viajado, entrado em contato com alguém com diagnóstico confirmado ou sejam residentes de lugares com registros da doença. O diagnóstico definitivo é realizado através da técnica de RT-PCR com uma amostra colhida da orofaringe do paciente, sendo que todo paciente com suspeita de infecção pelo coronavírus deverá ter o seu caso notificado para o órgão sanitário responsável.

É importante destacar que 70 a 80% dos indivíduos infectados são assintomáticos, e para aqueles pacientes com sintomas leves o indicado é que se mantenham em isolamento residencial e o serviço de saúde só deverá ser procurado em casos em que haja dificuldade respiratória ou na vigência de comorbidades importantes.

2.3. Tratamento do Coronavírus

O tratamento indicado para a COVID-19 é meramente sintomático nos casos leves, sendo que instituições europeias como o Ministério da Saúde da França têm recomendado que fármacos como o Ibuprofeno e a Cortisona sejam evitados, dando preferência ao paracetamol e a dipirona.

Recentemente foi levantada a possibilidade de que os Inibidores da Enzima Conversora de Angiotensina (IECA) e os Bloqueadores dos Receptores de Angiotensina (BRA) pudessem piorar o desfecho nos casos devido ao aumento da concentração da enzima conversora de angiotensina-2 (ECA-2).

Entre 10 -15% dos pacientes acometidos necessitarão de um leito de terapia intensiva, sendo que o principal alerta para um mau prognóstico são os sinais de insuficiência respiratória aguda, nesse caso específico a obtenção de uma via aérea avançada **não deve ser postergada**, é importante lembrar que a Intubação Orotraqueal deve ser realizada com Equipamento de Proteção Individual adequado pois o procedimento possui alta capacidade de aerossolização. Idade avançada e comorbidades associadas também são variáveis que indicam um prognóstico adverso, de todo modo, é importante que nos pacientes que evoluam para uma condição crítica que as medidas de controle não tenham a sua implementação adiada. Os pacientes internados em Unidade De Terapia Intensiva (UTI) devem ser isolados em leitos apropriados e submetidos às medidas de vigilância padrão.

2.4. Prevenção do Coronavírus

O **isolamento social** é a melhor medida que podemos adotar nesse momento, como foi supracitado, o vírus possui uma alta taxa de transmissão e grande parte dos portadores são assintomáticos. Embora a taxa de mortalidade seja relativamente baixa entre os jovens e jovens adultos (0,2%), a infecção pode ser fatal nas populações de risco.

O **uso de máscaras** somente está indicado para pacientes infectados, sintomáticos, seus cuidadores e profissionais de saúde, sendo que máscaras que protejam contra gotículas são eficazes na maioria dos casos, exceto durante procedimentos que promovam aerossolização. Atualmente não há indicação para o uso de máscaras por pessoas saudáveis.

A **lavagem constante das mãos** com água e sabão ou uso do álcool gel a 70% é uma medida que possui grande eficácia na prevenção contra o coronavírus.

2.5. O que podemos esperar do COVID-19 em Angola?

Atualmente o cenário mundial é preocupante e há uma grande incerteza sobre o futuro da pandemia, o que é certo afirmar mediante o cenário actual é que devemos conter o avanço dos casos no país antes que a demanda sufoque os serviços de saúde pública.

Devido a alta capacidade de transmissão a nível mundial é seguro informar que uma hora ou outra a maioria da população terá contato com o vírus, porém foi necessário que o governo angolano na pessoa do Senhor Presidente João Lourenço ter decretado o estado de emergência, e sejam adotadas de forma massiva pela população para que possamos controlar a epidemia antes que ela atinja o seu pico em Angola em particularmente na Província de Malanje.

3. MEDIDAS DE SAÚDE PÚBLICA NA PROVÍNCIA DE MALANJE

Norberto dos Santos “Kwata Kanawa”, Governador da Província de Malanje, relatou que, em situação da pandemia por doença infecciosa, os objetivos principais das medidas de saúde pública são reduzir o risco de transmissão individual e de propagação do agente na população, podendo atrasar o pico da epidemia e reduzir o número total de casos, o número de casos graves e o número de óbitos. A redução do número de casos em Angola e da sua gravidade terá um impacto positivo considerável nos serviços de saúde, permitindo aliviar a carga e otimizar a sua utilização.

Numa fase inicial da pandemia as medidas de saúde pública na região podem também contribuir para evitar a entrada/introdução do agente patogénico na população Malanjina. Num estudo em que foram revistos estudos de modelação sobre a efetividade de estratégias combinadas na resposta a uma pandemia, foi concluído que a utilização de estratégias combinadas, permitiu atingir todos os objetivos atrás mencionados, tendo um efeito sinérgico sobre a efetividade de cada uma das medidas considerada individualmente, mesmo em situações de elevado risco na cidade capital de Angola (Luanda) de transmissibilidade. Para além do interesse na aplicação de diferentes combinações de medidas de saúde pública, os fatores que condicionam o escalonamento das diferentes medidas disponíveis são a gravidade da doença e a transmissibilidade do agente, essenciais na avaliação do potencial impacto de uma epidemia.

Até ao preciso momento, é plausível considerar que as medidas de saúde pública que funcionam na Província de Malanje para a pandemia funcionarão também para a infeção por este novo vírus. São múltiplos os fatores a considerar em relação a cada uma das medidas de saúde pública. Em primeiro lugar, a necessidade de aplicação de cada uma delas de acordo com as diferentes fases da resposta, sendo certo que a efetividade das diferentes medidas variará em cada fase. A sua aceitação por parte da população

urbana e rural e dos profissionais de saúde, depende, entre outros, da eficácia do processo de comunicação e do enquadramento legal que as diferentes medidas possam ter. O compromisso e o envolvimento comunitário são fundamentais em todas as fases do ciclo de preparação da resposta a uma epidemia, sob pena de, na sua ausência, o adequado cumprimento das medidas preconizadas em plena fase de resposta estar comprometido com o cumprimento das mesmas, podendo mesmo ser questionado.

Outro dos aspetos a ter em consideração em relação a cada uma das medidas é a sua exequibilidade, em termos de disponibilidade dos meios e dos recursos necessários à sua concretização, o que está cautelada nesta região chamada Malanje.

Nesta conformidade, pediu o senhor Governador, a aplicação do cumprimento das medidas de saúde pública levanta questões de ordem ética e legal, nomeadamente as chamadas medidas de distanciamento social, uma vez que podem pôr em causa a liberdade individual.

Destacou de igual modo que, a utilização desse cumprimento de medidas ajudará de forma exponencial a não propagação da pandemia na região através de alguns propósitos, dentre eles menciono:

Proteção individual: as medidas de proteção individual consistem em acções preventivas que podem ser realizadas regularmente. Apesar de já serem realizadas pela maioria dos profissionais de saúde, estas medidas podem e devem ser comunicadas à população em Malanje, de modo a serem do conhecimento geral e adotadas por todos. O ideal será conseguir que os métodos corretos de higiene das mãos e de etiqueta respiratória sejam praticados por rotina, de forma automática; evitando, no entanto, a fadiga de intervenção.

Higienização das mãos: a higienização correta e completa das mãos, efetuada de forma regular, está fortemente recomendada, já que reduz a transmissão de vírus, que ocorre quando existe contacto directo entre pessoas ou ainda a contaminação que pode ocorrer através da autoinoculação transmitida por fomites (transmissão por contato indireto), quando ocorre o toque em uma superfície contaminada e depois o toque no nariz com a mão contaminada. Para a higienização das mãos podem ser utilizadas duas técnicas: lavagem com água e sabão ou fricção com solução antisséptica de base alcoólica (pelo menos com 75% etanol).

Dístico respiratório: a adoção de medidas de etiqueta (higiene) respiratória está fortemente recomendada, pela redução da dispersão de gotículas contaminadas pelo vírus que são lançadas no ar através da tosse ou espirro. Na ausência de outra evidência mais robusta, esta medida justifica-se ainda pela sua plausibilidade teórica. Somos a salientar que, o efeito protetor de: cobrir a boca ou o nariz ao tossir, assoar ou espirrar, com lenços de papel descartáveis; depositar imediatamente os lenços após a utilização em recipientes adequados; não usar as mãos para cobrir a boca ou o nariz; na ausência de lenços de papel, usar o antebraço para tapar a boca ou o nariz; após se ter tossido, espirrado ou assoado deve ser feita a higienização completa das mãos (poder-se-á utilizar, em alternativa, toalhas com solução alcoólica) e não se deve tocar com as mãos na cara sem antes as ter higienizado; não cuspir para o chão.

Equipamento de proteção individual: o indivíduo sintomático na fase de mitigação resume-se à utilização de máscara facial. As máscaras faciais são máscaras descartáveis para procedimentos cirúrgicos ou médicos e formam uma barreira física que previne a transmissão de vírus de uma pessoa infectada para uma pessoa suscetíveis, ao bloquear as partículas respiratórias/aerossóis expelidas pela tosse ou espirro. A utilização de máscara facial por pessoas infectadas durante a pandemia ou é útil para impedir a propagação do vírus a contactos próximos ou outras pessoas da comunidade. O uso de máscara por indivíduos sintomáticos é fortemente recomendado em todas as fases da epidemia (se a condição clínica o permitir) e estes devem estar capacitados para o uso correto da mesma.

As máscaras faciais têm poucos efeitos indesejados (desconforto ou dificuldade em respirar, por exemplo) quando usadas de maneira adequada e consistente. As características das máscaras a serem utilizadas em contexto comunitário devem obedecer a orientação própria e poderão ser atualizadas à luz de novos conhecimentos. Não obstante não existir evidência que comprove a redução da propagação da infeção decorrente do uso de máscara por indivíduos assintomáticos, este é recomendado condicionalmente, justificando-se pela plausibilidade teórica, em: cuidadores de indivíduos infectados em domicílio; indivíduos com suscetibilidade acrescida como, por exemplo, imunodepressão. Em relação a indivíduos assintomáticos com suscetibilidade acrescida, o uso da máscara pode ser reservado para uma fase de mitigação e em contexto de grandes aglomerados populacionais ou de frequência de serviços de saúde.

Distanciamento social ou Isolamento: considera-se como isolamento dos infectados a separação ou confinamento de pessoas com suspeita ou com infeção pela pandemia COVID-19. O objetivo desta medida é impedir o estabelecimento de cadeias de transmissão e atrasar e reduzir a transmissão comunitária disseminada, pela redução de contacto entre indivíduos infectados e susceptíveis. O isolamento deve ser determinado desde a suspeita até à infirmação do caso ou até recuperação clínica nos casos confirmados. Dado que se desconhece o período de contagiosidade, assume-se para a implementação desta medida que o mesmo durará até ao final do período sintomático.

Este isolamento pode ocorrer em unidade hospitalar, domicílio ou outro, dependendo da fase da epidemia e da gravidade do quadro clínico. Habitualmente, o isolamento é voluntário e aceite mediante indicação médica. Em situações extremas, de recusa do doente, pode ser necessário determinar o seu isolamento coercivo, sendo para tal mandatário recorrer ao exercício do poder da Autoridade de Saúde. As situações desta natureza que ocorram fora do contexto de declaração do estado de emergência, devem estar previstas e tipificadas. Em contenção, o isolamento de casos suspeitos ou confirmados deve ser feito em local designado, de acordo com a rede de referência hospitalar criada para o efeito. Durante a mitigação, com disseminação comunitária generalizada do vírus, o isolamento dos doentes (independente da confirmação laboratorial) deverá ser feito no domicílio ou instituição hospitalar, de acordo com a gravidade da doença e o nível de cuidados necessário.

Os aspectos relativos à gestão de caso e controlo de infeção (em especial daqueles em isolamento domiciliário) são tratados em orientações técnica específica. Quarentena/ Isolamento. Esta medida terá maior impacto na redução da transmissão durante o período em que ainda não há circulação generalizada do vírus na comunidade na Província de Malanje.

A quarentena ou isolamento de contactos refere-se à separação ou restrição de movimentos e de interação social de pessoas que possam estar infetadas com a pandemia, porque estiveram em contacto próximo (não protegido) com caso confirmado.

Defende o autor de igual modo que, o isolamento, quando tecnicamente justificada, pode ser aceite voluntariamente ou, em situações de recusa, ser determinado pela Autoridade de Saúde ou polícias. As situações desta natureza que ocorram fora do contexto de declaração do estado de emergência decretado pelo Chamarada presidente João Lourenço (Presidente de Angola), devem ser previstas e tipificadas.

Para maior compreensão da informação em epigrafe e pelo abuso de notação, pensou o autor em partilhar a seguinte fórmula matemática:

Provar que o exercício que a pandemia COVID-19 é igual a ficar em casa?

$$\sqrt{\frac{\text{Covid} - 19 \cdot x^2 + \text{Casa} \cdot x^2}{\text{Fique em}}} = x$$

Elevando ambos os membros das igualdades, teremos:

$$\sqrt{\left(\frac{\text{Covid} - 19 \cdot x^2 + \text{Casa} \cdot x^2}{\text{Fique em}}\right)^2} = x^2$$

Simplificando o 2 da igualdade com a raiz quadrada do membro esquerdo, será:

$$\frac{\text{Covid} - 19 \cdot x^2 + \text{Casa} \cdot x^2}{\text{Fique em}} = x^2$$

O termo **fique em** casa que está no membro esquerdo a multiplicar passa para o membro direito a dividir, teremos:

$$\text{Covid} - 19 \cdot x^2 + \text{Casa} \cdot x^2 = x^2(\text{Fique em})$$

Devemos factorizar o x^2 do membro esquerdo da igualdade, logo:

$$x^2(\text{Covid} - 19 + \text{Casa}) = x^2(\text{Fique em})$$

Passa-se o x^2 do membro esquerdo para o membro direito da igualdade, e vai dividir toda a expressão:

$$\text{Covid} - 19 + \text{Casa} = \frac{x^2(\text{Fique em})}{x^2}$$

Simplificando o x^2 do denominador e do numerador do membro direito, será 1:

$$\text{Covid} - 19 + \text{Casa} = \text{Fique em}$$

Como queremos encontra o termo COVID-19, devemos mandar o termo **Casa** para outro membro da igualdade. Como o mesmo está com sinal positivo passa-se com o sinal negativo:

$$\text{COVID} - 19 = \text{Fique em} - \text{Casa}$$

5. INTERVENÇÃO EM CONTEXTO SOCIAL EM MALANJE

Intervenção da escola: estas intervenções têm como público alvo as crianças ou jovens em idade escolar e a comunidade escolar. Estas medidas podem traduzir-se no encerramento pró-activo ou reativo de escolas. Existe ainda outro tipo de medidas menos interventivas, que permitiram interromper as actividades lectivas tanto no ensino de base, médio e superior, para reduzir a interação entre os alunos

As escolas foram encerradas na sua totalidade, mantendo-se os restantes serviços em funcionamento e algumas actividades lectivas não presenciais. O objetivo desta medida é prevenir ou reduzir a transmissão nos estabelecimentos de ensino e nas comunidades onde os mesmos estão inseridos, ganhando tempo para uma melhor caracterização da situação epidemiológica e consequente intervenção e também para atrasar o pico da pandemia, por forma a melhor planear os serviços de saúde necessários para responder as fases mais críticas da doença.

Estas medidas podem ser aplicadas isoladamente ou em combinação com outras medidas de distanciamento social. O encerramento reativo das escolas pode, em fases de transmissão disseminada na Província de Malanje, ser uma necessidade, uma vez que o elevado número de casos na cidade Capital (Luanda) impede a existência de recursos que garantam o normal funcionamento das escolas.

Intervenção em contexto laboral: tendo em conta a realidade de Angola em particular na Província de Malanje não tendo ainda laboratórios específicos para a pandemia do COVID-19, mais as medidas de saúde pública recorridas aos outros Países que apoiam Angola face a este suto, têm como objetivo reduzir o risco de transmissão em meio laboral, considerado como um contexto em que a interação entre pessoas pode ser próxima e duradoura. Embora estudos mostrem que a efectividade destas medidas é baixa em situações de epidemia ou pandemia da doença, elas devem ser contempladas, já que podem aplanar o pico da epidemia.

Estas medidas podem traduzir-se na implementação de horários de trabalho flexíveis e desencontrados, promoção do trabalho à distância, maior utilização de ferramentas de comunicação como o correio eletrónico ou a teleconferência, até ao encerramento de locais de trabalho. Salienta-se ainda a disponibilização de meios que facilitem o cumprimento de medidas de proteção individual, como higienização das mãos e etiqueta respiratória. O encerramento de locais de trabalho pode ser considerado em epidemias de gravidade extrema.

Deve ser prevista e planeada a necessidade de justificar o absentismo laboral, quer em situação de infeção por Covid-19, quer em situação de contacto, evitando que daí resultem prejuízos para o trabalhador, através da intervenção dos Serviços de Medicina do Trabalho ou da Autoridade de Saúde.

Intervenção especiais, residenciais, eventos de matrimónio, velório, discoteca, desporto, mercados ou transporte público: na Província de Malanje as intervenções em contextos especiais, incluem o reforço das medidas de proteção individual; a distribuição e comunicação de mensagens de saúde pública nestes contextos; evitar participar em eventos ou frequentar locais de utilização colectiva, caso sejam apresentados sinais ou sintomas sugestivos de COVID-19 e evitar contacto próximo com pessoas visivelmente doentes.

As diferentes estruturas e entidades policias têm feito planos de contingência e local próprio para isolamento, com recursos básicos para higienização e desinfeção das mãos, sempre que aplicável, assim como encaminhamento para cuidados de saúde. Os organizadores dos eventos (ou os responsáveis pelos locais como centros comerciais, estádios desportivos entre outros) têm articulado competentes para otimizar a implementação das medidas, que poderão variar, dependendo do tipo de evento e do local onde o mesmo vai decorrer, nomeadamente o número e perfil do público-alvo, bem das características ambientais e logísticas do local.

O tipo de medidas a aplicar pode variar entre o adiamento ou o cancelamento do evento. O cancelamento de eventos de massa pode ser considerado em função da ocasião ou em fases mais precoces de epidemias de extrema gravidade.

Medidas ambientais: a adoção de medidas de limpeza e higienização em todo território da Província de Malanje, por rotina, de superfícies e objetos, em contexto de prevenção COVID-19 está fortemente recomendada, já que diminui o potencial de autoinoculação por transmissão. Neste contexto, têm considerado em primeira mão as recomendações do Ministério da Saúde e seguidas as recomendações de limpeza e higienização previstas em contexto de serviços públicos com a ajuda dos parceiros bem como: Educação, Desporto, Setor Empresarial, Empresas de Transportes, Organizadores de Eventos, Proteção Civil, Forças e Serviços de Segurança, entre outros.

6. PREVENÇÃO E CONTROLO DA COVID-19

À semelhança do que ocorre em outras emergências de saúde pública na Província de Malanje, COVID-19 poderá ter um impacto substancial na capacidade das Instituições de saúde protegerem os doentes e os prestadores de cuidados. Programas de Prevenção e controlo de infeção e de saúde ocupacional têm trabalhado para prevenir a exposição e a transmissão durante a prestação de cuidados. A aplicação dos procedimentos por profissionais de saúde e outros profissionais de todo o ciclo de cuidados é importante, incluindo aqueles que são a primeira linha (técnicos de ambulância e emergência, seguranças dos edifícios, entre outros). Estes procedimentos são aplicados em cuidados de ambulatório, serviço de urgência, cuidados continuados e domiciliários, em função de alguns pontos a serem mencionados abaixo:

Avaliação de risco organizacional: identificação de riscos organizacionais e implementação de medidas administrativas, de engenharia ou com recurso à utilização de Equipamento de Proteção Individual, que protejam os suspeitos, profissionais e visitantes a Instituições de Saúde. Avalia-se a capacidade de prevenção e controlo de infeção da organização, assim como o cumprimento dos requisitos mínimos, com um sistema de triagem funcionante, quartos de isolamento, profissionais treinados e disponibilidade de material.

Avaliação de risco individual: uma avaliação de risco individual tem sido preconizada por cada profissional de saúde, previamente ao contacto com o suspeito da pandemia COVID-19 ou quando se inicia a prestação de cuidados. Rever e adequar as práticas de controlo de infeção de acordo com os locais de atendimento, tipo de prestação de cuidados e categorias profissionais

Avaliação em medidas comunitárias: Malanje, por orientação do Governador Norberto dos Santos pediu aos órgãos d direito que, deve-se avaliar em conjunto com a capacidade de prevenção e controlo da pandemia COVID-19 em espaços públicos e comunitários. Orientações para locais específicos são publicadas, incluindo informação para escolas, farmácias, mercados, transportes públicos e agregados familiares em toda região da localidade.

Avaliação de medidas da comunicação social: A comunicação social na Província de Malanje tem efectuado um papel importante nas intervenções essenciais na preparação da comunidade, resposta e recuperação em contexto de estado de emergência, garantindo

confiança de todas as partes na informação comunicada. Têm sido responsáveis por coordenar os processos de comunicação e informação, em articulação com outras entidades, como os diferentes ministérios, media ou outros níveis do dispositivo de Saúde Pública.

A operacionalização destas áreas tem sido fundamental nas seguintes prestações de serviços: recolha e análise da informação, produção de conteúdo de comunicação, validação da informação, disseminação da informação e monitorização da comunicação.

O plano de comunicação pretende garantir um fluxo de informação efectiva no contexto do surto de COVID-19, de acordo com o nível do risco e com o público alvo, encontrando-se estruturado em três eixos estratégicos tais como: comunicação interna, comunicação externa e mobilização social através dos seguintes pontos:

- Garantir uma comunicação eficaz antes, durante e após o estado de emergência decretado pelo Presidente da República (João Lourenço) e mediante o nível do risco vigente;
- Fornecer à população informações direccionadas para influenciar o seu comportamento e reduzir o tempo necessário para o controlo d estado de emergência;
- Evitar o pânico e o alarme social durante a pandemia do COVID-19;
- Minimizar disrupção social.

7. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo foi realizado com 90 participantes da Província de Malanje, que responderam as entrevistas voluntariamente com a idade compreendida entre 18 a 45 anos sem haver restrições quanto ao género. Não houve intimidade das autoridades enquanto fazia a pesquisa tendo em conta o grau de complexidade da pesquisa. As respostas abaixo se basearam em dados que vêm de 90 participantes entrevistados.

1. Quais são os sintomas da Covid-19?

Dos participantes desta pesquisa, é importante ressaltar que, de maneira significativa, 90 participantes, o que representam 100 % da população, responderam que os sintomas da Covid-19 são: febre, tosse e dificuldade para respirar. É importante deixar claro que, nem sempre todos os sintomas aparecem no momento quando o individuo está infectado, nesta conformidade as pessoas que não desenvolvem sintomas até no máximo uma semana têm pouca probabilidade de desenvolvê-lo, mesmo estando infectados.

2. *A pandemia COVID-19 tem cura?*

Diante disso, dos 90 participantes, 25 deles afirmam que a pandemia COVID-19 tem cura, porque têm acompanhado os órgãos de direito a passarem as informações das curas e em particular em Angola até ao momento dos 25 casos confirmados da COVID-19 já existem 6 recuperados é assim que lhes leva a confirmarem que a pandemia tem cura até ao momento.

Já para 65 dos participantes responderam em concordância que até ao momento a pandemia não tem cura porque não existe vacina ou tratamento contra o vírus. Defendem de igual modo que quando o ciclo do vírus termina, ou seja, um indivíduo infectado, mas, depois de um tempo, os sintomas desaparecem completamente ele poderá estar teoricamente curado.

Mas não se sabe, por exemplo, se nosso corpo adquire imunidade ao vírus após o primeiro contágio.

Em conformidade com a segunda resposta que a pandemia COVID-19 não tem cura, somos a informar que por exemplo a China e Japão comunicaram vários casos de pacientes que pareciam terem sido curados, mas voltaram a manifestar a doença depois de um tempo, porém, se foram infectados uma segunda vez ou apenas tiveram uma recaída da primeira infecção. E há precedentes nesse sentido mesmo infectado uma vez, nosso corpo não cria imunidade contra o vírus da influenza.

3. *Quais são as medidas de cumprimento para não a propagação da COVID-19?*

Todos os participantes respondem que as medidas a serem cumpridas devem serem aquelas que o Ministério da Saúde recomenda, nomeadamente as:

- lavar as mãos com frequência com sabão ou com álcool gel;
- não por a mão na boca, no nariz ou nos olhos;
- é fundamental usar lenço na hora que tossir ou espirrar e deitar papel no barde de lixo;
- usar sempre máscaras e luvas onde há aglomerado;
- evitar o contacto com outras pessoas, mas principalmente com idosos.

4. Porque alguns indivíduos são submetidos em quarentena domiciliar e outros institucional?

82 participantes da pesquisa dos 90 em estudo, afirmam que não teria existido a quarentena domiciliar e o Governo Angolano só fez isso para as pessoas de elite. Isso pode e de certa forma ocorrer riscos na propagação da pandemia.

Já para 8 participantes da pesquisa afirmam que, a quarentena domiciliar está entre as medidas recomendadas pela Organização Mundial da Saúde para indivíduos que estão em bom estado clínico, sem necessidade de internação. Na quarentena constitucional, é importante quando se leva muito sério porque está pode aumentar de forma exponencial a chance de que mais pessoas entrem em contacto com um indivíduo infectado, podendo propagar doenças entre outras pessoas que estão em situações mais graves e com a imunidade baixa. Há também o risco de que a pessoa infectada pelo novo seja atingida por outras doenças que circulam no hospital.

A quarentena domiciliar é também uma forma de tentar evitar que os hospitais fiquem sobrecarregados. As pessoas em quarentena domiciliar devem ter cuidados redobrados com a higiene, como usar máscara quando tiverem em contacto directo com outras, lavar as mãos com frequência, usar álcool em gel e não compartilhar objectos de uso pessoal.

5. Se a taxa de mortalidade em Angola é relativamente baixa, porque foi decretado pela segunda vez o estado de emergência?

Respondem de forma homogenia os 90 participantes que, o segundo estado de emergência decretado pelo Presidente João Lourenço é de extrema importância porque em primeiro lugar, o facto de estarmos diante de um novo vírus sempre gera uma preocupação maior porque não se sabe exactamente como ele se comporta, o quão facilmente sofre mutações. Não é possível afirmar com certeza que tudo está seguro mesmo tendo 6 curados e somente 2 mortes.

O contágio assintomático durante o período de incubação que varia entre 1 e 14 dias é uma possibilidade bastante grande, segundo a Ministra da Saúde de Angola, mas isso não está 100% comprovado. Se confirmado, no entanto, significaria que o vírus tem uma capacidade de se alastrar maior do que a de outros agentes patogênicos, como o ébola ou o sarampo, em que o contágio só acontece quando há sintomas.

Além disso, não há imunidade na população para um novo vírus que surge de repente e se espalha rapidamente. Isso faz com que essa taxa relativamente pequena de mortos acabe representando um número absoluto alto de fatalidades. Nesse sentido, preocupa a possibilidade de chegada do vírus em Angola com sistemas de saúde pública mais frágeis, com menos recursos, com menor capacidade para lidar com um volume alto de doentes de uma vez só.

Para dar sustentabilidade nas respostas dadas pelos participantes das entrevistas, o autor defende de igual modo que, a implementação do segundo estado de emergência decretado pelo Presidente João Lourenço tem causado transtornos em pessoas menos informadas, mas apontamos que esse tipo de medida é eficaz para conter o surto, como tem acontecido por exemplo na China.

6. O que vai acontecer com pandemia Covid-19 na Província de Malanje?

90 dos participantes dizem que está difícil o cumprimento da mesma porque muitos dos chefes de família não têm como sustentar as suas famílias porque os serviços estão quase todos parados bem como aulas foram canceladas, mas a rotina segue relativamente normal. Nesta conformidade o autor afirma que na prática, tudo depende da evolução dos casos no país. Há dois grandes cenários possíveis na crise atual: um de contenção, outro de mitigação:

No primeiro, o país passa a ter cada vez mais casos pontuais ligados a pessoas oriundas de outros países como Portugal, África do Sul e Cuba. O segundo surgirá se o vírus estiver disseminado em uma área mais ampla pelo contágio, o surto estiver instalado na Província de Malanje e a doença passar a ser transmitida com rapidez e volume entre diversas pessoas.

Neste contexto o estado angolano deve seguir a proposta feita pelo psicólogo da Escola Superior Politécnica de Malanje Professor Doutor Pedro Felix Chioio, que afirma na sua página do facebook, por exemplo, que o Governo Angolano deve sim implementar o segundo estado de emergência, mas, as medidas de cumprimento não pode ser necessariamente iguais tal como na capital de Luanda onde tem esses casos.

7. Qual é o impacto da pandemia do COVID-19 na economia da Província de Malanje?

Os 90 participantes da pesquisa afirmam que a pandemia tem influenciado significativamente na economia da Província de Malanje porque o decreto do estado de emergência otimiza a execução de muitos serviços, mas alguns deles temem que a paralisação da actividade económica ao redor da região leve a uma crise.

Mas, afirmam que, é possível identificar qual forma o impacto terá e observar os danos económicos causados por episódios similares no passado. Nesta pandemia, já é possível perceber alguns dos danos económicos. Bolsas de valores têm despencado ao redor da região e dezenas de empresas enfrentam desabastecimento na cadeia de fornecedores nos variados serviços prestados, bem como impactos no setor turístico e de companhias aéreas.

8. Em sua opinião como a pandemia COVID-19 vai acabar na população?

Os 90 participantes respondem que diante do quadro de queda do número de novos casos da doença, autoridades Angolanas em Particular na Província de Malanje têm evidenciado forças no cumprimento das medidas de cumprimento informando a população de forma incansável e estimam que as transmissões estarão totalmente sob controle.

Ou seja, com base no que já ocorreu em epidemias anteriores, dá para estimar o que pode acontecer na trajetória do vírus, mas não quando ela vai acabar. Quando um vírus é introduzido em uma espécie, ele costuma causar doenças mais graves no início, mas depois passa por um processo de adaptação e se torna mais brando. Do ponto de vista evolucionário, ele precisa transmitir seus genes adiante. Não adianta matar todos os hospedeiros. Vírus são organismos propensos a sofrer mutações, o que permite que eles saltem de uma espécie para a outra, como teria ocorrido com este coronavírus.

Mas essa característica também permite que eles se tornem mais bem adaptados ao organismo humano e menos agressivos, aumentando a chance de convivermos com eles. Há três grandes formas de uma transmissão acabar:

- medidas adotadas por autoridades de saúde impedem que haja contacto entre pacientes infectados e pessoas saudáveis, evitando novos contágios;

- processo de imunização do hospedeiro, ou seja, quanto maior a circulação do vírus, mais pessoas adquirem anticorpos contra ele e ficam imunes, fazendo com que o vírus perca força;
- dizimar toda a população Malanjina, o que seria um fracasso para o vírus, porque ele morreria logo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do presente artigo indicam que as medidas do cumprimento da pandemia COVID-19 são: lavar as mãos com frequência com sabão ou com álcool gel, não por a mão na boca, no nariz ou nos olhos, usar lenço na hora que tossir ou espirrar e deitar papel no barde de lixo, usar sempre máscaras e luvas onde há aglomerado, evitar o contacto com outras pessoas, mas principalmente com idosos. E que o não cumprimento dessas medidas podem contribuir no desenvolvimento económico e social na Província de Malanje a fim de influenciar significativamente na economia da Província de Malanje porque o decreto do estado de emergência não permite a execução de muitos serviços sócias, mas alguns deles temem que a paralisação da actividade económica ao redor da região leve a uma crise económica.

Diante disso, o país passa a ter cada vez mais casos pontuais ligados a pessoas oriundas de outros Países como Portugal, Africa do Sul e Cuba e se o vírus estiver disseminado em uma área mais ampla pelo contágio, o surto estiver instalado na Província de Malanje a doença passar a ser transmitida com rapidez e volume entre diversas pessoas neste caso, o estudos apontam que foi importante que o Governo Angolano implementou o segundo estado de emergência, mas, as medidas de cumprimento não pode ser necessariamente iguais tal com a cidade capital de Luanda onde tem esses casos.

Este foi um estudo que trabalhou com a avaliação da autopercepção de 90 participantes da Província de Malanje, e que a utilização do cumprimento das medidas cumprimento da pandemia COVID-19 influencia há não propagação da doença na quela região.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Sociedade Brasileira de Cardiologia – SBC

Associação Brasileira de Medicina Intensiva – AMIB

Ministério da Saúde – MS

<http://www.fazenda.mg.gov.br/coronavirus/monitoramento/CARTILHACORONAVIRUS.pdf>.

<https://www.sns24.gov.pt/tema/doencas-infecciosas/>

Schmitt, A. (2018). Município de Angola: Censo 2014 e Estimativa de 2018. *Revista Conexão Emancipacionista*.

«Cópia arquivada». Consultado em 14 de setembro de 2010. *Arquivado do original em 15 de outubro de 2009*

Comunas (2018). *Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado*. 2018.

Santos, E. S. (2006). *A Cidade de Malanje na história de Angola (dos finais do século XIX até 1975)*. Luanda: Nzila.

Angola-Malanje: Reabilitação da Estrada 230 termina em 2017. Portal Angop. 3 de setembro de 2016.

Malanje: Procissão de solenidade do corpo de Cristo junta milhares de fiéis católicos. Portal Angop. 4 de junho de 2018.

CARATERIZAÇÃO DAS UTENTES QUE ACORREM AO PROGRAMA DE PREVENÇÃO DA TRANSMISSÃO VERTICAL NA MATERNIDADE DO HOSPITAL GERAL DO HUAMBO DE JUNHO DE 2018 A JULHO DE 2019

Characterization of users that come to the vertical transmission prevention program in the Maternity of the Huambo General Hospital from june 2018 to july 2019

NUNGULO, Victor Nhime³⁰, MORAIS, Ana Maria Osvaldina³¹, & TERESA, Ana³²

Resumo

Introdução. O programa da prevenção da transmissão vertical constitui o pilar para a redução do HIV da mãe para o bebé e contribui para diminuir a morbi-mortalidade materna e infantil, aumentando assim a esperança de vida das populações. A presente pesquisa objectivou: caracterizar as utentes que acorrem ao programa de prevenção da transmissão vertical (PTV) na maternidade do Hospital Geral do Huambo no período de Junho de 2018 a Julho de 2019 através análise dos processos clínicos e livros de registo tendo em conta as seguintes variáveis: idade, estado civil, número de consultas pré-natais, idade gestacional, nível de escolaridade, proveniência, tratamento anti-retroviral, estado serológico do parceiro e do bebé. Métodos: O estudo é do tipo descritivo, retrospectivo e transversal. Foram analisadas informações de 247 utentes com HIV que aderiam ao programa de prevenção da transmissão vertical do ano 2018 a 2019. Resultados: A MD=28 Anos o DP=6,33 a faixa etária mais prevalente foi de 23-28 anos de idade com 32% seguida de 29-34 com 27, 9% ; quanto o estado civil verificamos que maior parte das utentes são solteiras 37,2% seguidas das casadas 30%. Relativamente a aderência a consulta pré-natal verifica-se que n=174(70,45%) realizaram apenas uma consulta, n=52(21,04%) duas consultas e n=7(2,83%) não aderiram. Quanto ao nível escolaridade verificamos que maior parte das utentes tem o médio concluído 51,4% e 14,2% tem o superior. Face a idade gestacional verificamos que 21,46% tinham entre 14-18 semanas, 13-20 semanas representavam 20,24% e de 23-27 com 19, 03% . O TARV mais usado foi o AZT+3TC+NVP com 49,4% é o TDF3TCEFV que representou 47,8%. Informações do estado serológico dos parceiros apontam para n= 165(66,8%) positivos e n=30 (12.1%) negativos mais verificou-se também que n=52(21,1%) não realizaram o teste.Quanto o estado serológico do bebé verificou-se n=172(69,64%) foram negativos, n=61(24,70%) não fizeram o teste e n=14(5,67%) foram positivos.Conclusão: o programa de prevenção da transmissão vertical do HIV da mãe para o bebé é de suma importância para evitar que crianças nasçam seropositivas. No entanto, há ainda algum trabalho a percorrer voltado a consciencialização sobre a necessidade da testagem e aderência ao PTV.

³⁰ VICTOR NHIME NUNGULO - Faculdade de Medicina do Huambo, ANGOLA. E-mail: nungulovictory@gmail.com

³¹ ANA MARIA OSVALDINA MORAIS - Maternidade do Hospital Geral do Huambo, ANGOLA.

³² ANA TERESA - Maternidade do Hospital Geral do Huambo, ANGOLA. E-mail: anamaria249@gmail.com

Abstract

Introduction. The program for the prevention of mother-to-child transmission is the pillar for the reduction of HIV from mother to baby, thus contributing to reduce morbidity and mortality, thus increasing the life expectancy of populations. The present research aimed to: characterize the users who attend the (PMTCT) program for the prevention of vertical transmission in the maternity ward of Hospital Geral do Huambo from July 2005 to July 2019 through analysis of clinical processes and record books taking into account the following variables: age, marital status, number of prenatal consultations, gestational age, school level, provenance, antiretroviral treatment, serological status of partner and baby. **Method:** The study is descriptive, retrospective and cross-sectional. Information from 247 HIV users who adhered to the vertical transmission prevention program from 2005 to 2019 were analyzed. **Results:** MD = 28 years o SD = 6.33 the most prevalent age group was 23-28 years old with 32 % followed by 29-34 with 27.9%; as for marital status, we found that most users are single with 37.2% followed by married women with 30%. Regarding adherence to prenatal consultations, it appears that from the users who come to the program n = 174 (70.45%) they had only one consultation, n = 52 (21.04%) two consultations and n = 7 (2.83%) did not adhere. Regarding the level of education, we found that most users have completed secondary education 51.4% and 14.2% have higher education. In view of gestational age, we found that 21.46% were between 14-18 weeks, 13-20 weeks represented 20.24% and 23-27 with 19.03%. The most used ART was AZT + 3TC + NVP with 49.4% and TDF3TCEFV, which represented 47.8%. Information on the serological status of the partners points to n = 165 (66.8%) positive and n = 30 (12.1%) negative results, it was also found that n = 52 (21.1%) did not perform the test. As the baby's serological status it was found that n = 172 (69.64%) were negative, n = 61 (24, 70%) did not take the test and n = 14 (15.67%) were positive. **Conclusion:** the program for the prevention of mother-to-child vertical HIV transmission is of paramount importance to prevent children who are born HIV-positive. However, there is still some work to be done to raise awareness of the need for testing and adherence to PVT.

Palavras-chave: HIV; PTV; TARV; Adesão ao tratamento.

Keywords: HIV; PVT; ART; Treatment Adherence.

Data de submissão: março de 2020 | **Data de publicação:** junho de 2020.

INTRODUÇÃO

A infecção pelo HIV constitui um desafio sem precedentes para a Humanidade dada que a sua disseminação pode efectuar-se maioritariamente através da mesma via utilizada para perpetuar a espécie Humana (Sida 2014). O PTV (programa de Prevenção da Transmissão vertical) constitui-se no pilar importantíssimo para a prevenção da transmissão do HIV da mãe para o filho durante o trabalho de parto. A evolução desta epidemia atingiu de forma acentuada as mulheres suscitando a implementação de políticas publicas com oferta durante a assistência pré-natal para a detecção do HIV e o tratamento profilático com TARV(Terapia anti-retroviral) (Fischer, Rosario, Alves, Mezadi, & Grillo, 2019). No Brasil por exemplo em 2007, o número de casos notificados do sexo feminino foi de 2.811 número que em 2017 duplicou considerando apenas os meses de Janeiro e Fevereiro totalizando 4.491. No período de 2.000 a Junho de 2017 foram notificados 108.134 gestantes infetadas com HIV (Hernandes, Rocha, Hausmann, Appelt, & Marques, 2018). A África do Sul é considerado o País com a maior epidemia do HIV. Desde o ano de 2010, teve uma diminuição de novas infeções por HIV e mortes por SIDA com 49% respectivamente. Destas 19% do número global, 15 % de novas infeções e 11% das mortes relacionadas a SIDA. Em Angola no ano de 2016 houve cerca de 24.600 grávidas infetadas e esse número reduziu para 19.000 em 2017, onde cerca de 44% tiveram acesso a profiláxia da transmissão vertical, 56% precisaram de fazer a profiláxia e 1.800 novas infeções por transmissão vertical (Victor, 2018).

Em 2013 a Assembleia Geral das Nações Unidas, realizou uma revisão intercalar do progresso do programa no sentido de atingir as metas e os compromissos da declaração das Nações Unidas sobre o HIV/SIDA, do qual verificou-se que os países conseguiram reduzir para a metade o número de novas infeções pelo HIV. Este compromisso ainda esta a quem da realidade para reverter a propagação. Sendo assim à necessidade dos países redobram os esforços para a sua redução (Sida 2014). A OMS estima-se que 78 milhões de pessoas, incluindo 3,3 milhões de crianças foram infectadas pelo HIV. Nos Estados Unidos da América e na Europa a transmissão vertical foi dramaticamente reduzida devido a TRV (Friedrich, Menegotto, Magdaleno, & Silva, 2016). Apesar da redução de casos a nível do Mundo, estes dados mostram-se incipientes para os Países como Angola, Congo Guine -Bissau e Guine-Equatorial (Redmond & McNamara 2015). Em grande maioria as gestantes infectadas apresentam-se em fase reprodutiva e urge assim a

necessidade de criar políticas para minimizar o número de infectadas ([Santos et al. 2017](#)). A população de Angola é estimada em mais 25. 789.024 milhões de habitantes dos quais 52% são Mulheres. Huambo local onde se desenvolve o estudo e geograficamente localizada no centro de Angola e tem uma população estimada em mais de 2.231.385 habitantes, destes maior parte são jovem ([Estatística 2014](#)). Dai a necessidade de criar políticas para a prevenção da transmissão vertical com vista a que tenhamos crianças e jovens saudáveis. o PTV foi implantado nesta Província em 2005 com intuito de oferecer serviços de prevenção da transmissão do HIV de mãe para filhos a nível das unidades sanitárias que prestam atenção pré-natal. Este elemento constitui-se de suma importância para orientação de estratégias para eliminação de novas infeções em crianças. Tendo em conta esta situação pretendemos com este trabalho caracterizar as utentes que acorrem ao programa de prevenção da transmissão vertical na maternidade do Hospital Geral do Huambo de Junho de 2018 a Julho de 2019.

MATERIAL E MÉTODOS

O estudo é do tipo descritivo, retrospectivo e transversal a amostra foi de 247 mulheres grávidas seropositivas que aderiram ao programa de prevenção da transmissão vertical desde o ano de 2005. Os dados foram recolhidos de Junho de 2018 a Julho de 2019 tendo em conta as seguintes variáveis: idade, estado civil, idade Gestacional/Puerpério, consultas Pré-natais realizadas, nível de escolaridade, TARV, estado serológico do parceiro, estado serológico do bebé (RN). Foi feita uma revisão da literatura a respeito dos principais estudos sobre a temática da prevenção da Transmissão vertical do HIV da mãe para o bebé. Consulta da base de dados como a SciELO, Pub Med, Medline BVS. Os critérios de inclusão foram: Ser gestante e testar positivo para o HIV e estar inscrito no PPTV (Programa de Prevenção da Transmissão Vertical). O estudo foi aprovado pela Direcção Pedagógica e Científica do Hospital Geral do Huambo. O tratamento estatístico dos dados teve suporte informático no programa *Statistical Package for Social Sciences* SPSS, versão 24.0 para *Windows*. Foi feita uma análise descritiva para compreender o comportamento das variáveis em estudo.

RESULTADOS

Tabela 1 - Dados descritivos da amostra segundo a idade, estado civil, idade gestacional e o número de consultas pré-natais.

Idade (anos) mim-max 17-41 $\mu \pm \sigma$ 28, $\pm$ 6.33	n=247	%
17-22 Anos	51	20,6
23- 28 Anos	80	32,4
29-34 Anos	69	27,9
35-40 Anos	42	17,0
> 41 Anos	5	2,0
Estado Civil	n=247	%
Casada	74	30,0
Comunhão de Bens	27	10,9
Solteira	123	37,2
Viúvas	23	0,8
Total	247	100,0
Idade Gestacional/Puerpério	n=247	%
17-21 Semanas	43	17,48
22-27 Semanas	82	33,33
28-33 Semanas	67	27,24
34-39 Semanas	49	19,9
40-42 Semanas	3	1,22
Puerperas	2	0,81
Consultas Pré-natais realizadas	n=247	%
Nenhuma Consulta	7	2,83
Uma Consulta	174	70,45
Duas Consultas	52	21,05
Três Consultas	6	2,43
Quatro Consultas	1	0,40
Cinco Consultas	3	1,21
Seis Consultas	4	1,62

Fonte: Processos Clínicos.

Na **Tabela 1**- Verifica-se que o maior número de mulheres que aderiram ao PTV estão na faixa etária de 23-28 anos de idade n=82 (33,3%) seguidas de 29-34 anos n=67 (27,24%) e n=42 (17%) de 35-40 anos de idade e n=5(2%) tiveram >41 Anos de idade. Na sua maioria são solteiras n=123 (37,2%) seguidas das casadas n=74 (30%) observamos que n=27(10,9%) viviam em comunhão de bens e n=23(0,8) eram viúvas. Quanto a idade gestacional/puerpério n=82(33,33%) tinham de 22-27 semanas, n=67(27,4%) apresentavam de 28-33semanas, n=49(19,9%) tinham 34-39 semanas, n=43(17,48%) tinham de 17-21, n=3(1,22%) tinham 40-42 semanas de gestação e n=2(0,81%) entraram para o programa como puerperas.Dos dados sobre a realização de consultas pré-natais n=174(70,45%) realizaram uma consulta, n=52(21,05%) duas

consultas, n=6(2,43%) três consultas, n=1(0,40%) quatro consultas, n=3(1,21%) cinco consultas e n=4(1,62%) realizaram até seis consultas.

Tabela 2 - Dados descritivos da amostra segundo o nível de escolaridade, tratamento antirretroviral (TARV), estado serológico do parceiro, estado serológico do recém-nascido (bebê)

Nível de Escolaridade	N=247	%
Sem escolaridade	34	13,8
Ensino Primário	21	8,5
Primeiro Ciclo	15	6,1
Ensino Secundário	15	6,1
Ensino Médio	127	51,4
Ensino Superior	35	14,2
TARV	N=247	%
TDF3TCEV	118	47,8
ABC+ALUVIA	1	0,40
ABC+EFV	6	2,4
AZT+3TC+NVP	122	49,4
Estado Serológico do Parceiro	N=247	%
Negativo	30	12,1
Positivo	165	66,8
Não Fez o Teste (Desconhecido)	52	21,1
Estado Serológico do Bebe (RN)	N=247	%
Não Fez	61	24,7
Negativos	172	69,4
Positivos	14	5,67

Fonte: Processos Clínicos.

Quanto ao nível de escolaridade, verificamos que maior parte das mulheres tinham o ensino médio concluído n=127 (51,4%) seguidas das que referiram terem feito o ensino superior n=35(14,2%), n=34(13,8) sem escolaridade, n=21(8,5) tinham o ensino primário concluído, n=15(6,1) primeiro ciclo e n=15(6,1) o ensino secundário concluído. A maior parte das utentes faz o tratamento antirretroviral usando a combinação de AZT+3TC+NVP n=122 (49,4) e TDF3TCEV n=118 (47,8%). Quanto a segunda linha de tratamento verificamos que n=6(2,4%) fazem com ABC+EFV e apenas n=1(0,40) foram tratadas com ABC+ALUVIA. Face ao estado serológico do parceiro verificamos que maior parte dos parceiros das utentes realizaram o teste de HIV tendo testado positivo n=165(66,8%), n=52(21,1%) não aderiram ao teste e n=30(12,1%) aderiram ao teste e tiveram resultados negativos. Do estado, estado serológico dos bebés (crianças) nascidas de mãe seropositivas (expostas) verificamos que o maior número foi submetido ao teste do HIV tendo resultado em negativo n=172(69,64%), n=61(24,70%) não realizaram o teste e n=14 (5,67%) resultaram em positivos.

DISCUSSÃO

A caracterização das utentes que acorrem ao PTV constitui-se de capital importância para aferir o nível de adesão das mulheres grávidas, a fim de se elaborar políticas para diminuir novos casos de infeção do HIV de mãe para o filho e permitir assim dar oportunidade para o acesso a profilaxia anti-retroviral. Sendo assim o maior número de grávidas que acorrem a maternidade do Hospital Central do Huambo no PTV estão na faixa etária dos 23 aos 28 anos de idade $n=82$ (33,3%) seguidas de 29-34 anos $n=67$ (27,24%) e $n=42$ (17%) e as 35-40 anos de idade, estando em conformidade com o estudo feito por ([Victor, 2018](#)) na maternidade Lucrécia Paim em Luanda Angola e no Brasil respectivamente ([Lima, Costa, Teles, Damasceno, & Oriá, 2014](#)). Quanto ao estado civil observamos que as solteiras aderiam ao PTV $n=123$ (37,2%) este resultado não coincide com o estudo de feito no Brasil pois para o nosso caso mais de metade eram solteiras o que contraria este resultado com 76% da amostra ([Souza et al. 2016](#)). O Acompanhamento adequado do pré-natal constitui um indicador preditor de um desfecho feliz do parto e de diminuição da morte infantil. Nos Estados Unidos foi demonstrado que mulheres com um pré-natal inadequado, isto é, com menos de 50% das visitas recomendadas tinham um risco aumentado de parto prematuro e mortalidade infantil quando comparadas com mulheres que receberam acompanhamento pré-natal adequado ([Lisboa, 2019](#)). Para o nosso contexto é recomendado o mínimo de 6 (Seis) consultas pré-natais com vista a diminuir os riscos decorrentes da gravidez e do parto ainda mais, quando se trata de seropositivas. Na nossa amostra verificamos que $n=174$ (70,5%) e 52(21,05%) realizaram uma a duas consultas apenas, o que constitui motivo de grande preocupação para os profissionais de saúde materna e uma oportunidade para melhorarem os mecanismos de captação das mulheres para adesão as CPN (consultas pré-natais) e ao PTV.

A combinação de AZT+3TC+NVP $n=122$ (49,4%), TDF3TCFV $n=118$ (47,8%), bem como $n=6$ (2,4%) para o tratamento anti-retroviral na nossa amostra assim como ABC+EFV $n=1$ (0,40%) e ABC+ALUVIA constituem o protocolo para as grávidas seropositivas, estes último é aplicado para aquelas mulheres que por alguma razão tinham desistido (abandonado) o tratamento. Este protocolo apresenta algumas similitudes com as recomendações para a prevenção da transmissão vertical no Brasil ([Gouvêa, 2015](#)).

Do estado serológico dos bebês (crianças) nascidas de mãe seropositivas (expostas) verificamos que o maior número foi submetido ao teste do HIV tendo resultado em negativo $n=172(69,64\%)$, $n=61(24,70\%)$ não realizaram o teste; observamos ainda que $n=14(5,67\%)$ resultaram em positivos. Fernandes et al., 2005 apontam para uma prevalência de 6% mesmos naqueles casos em que as mães tinham sido submetidas ao TARV. Conclui-se que há pouca adesão das gestantes ao programa da Prevenção da transmissão vertical do HIV da mãe para o bebê e às consultas pré-natais, pois maior parte delas, começam com o PTV na segunda metade da gravidez. As mulheres com escolaridades mais elevadas tendem a aderir mais ao programa. A maior parte das mães que aderiram ao PTV tiveram bebê com estado serológico negativo. Há necessidades de se continuar com estudos desta natureza, com vista a compreender melhor este fenômeno e consciencializar as mães sobre a importância do PTV e assim eliminar a infecção do HIV em crianças dando oportunidade a estas nascerem para brilhar.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Santos, S. M., Santos, D. S. S., Bispo, T. C. F., Nunes, F. N., Silva, L. G. P., & Lima, S. R. M. P. (2017). Transmissão vertical do HIV: dificuldade na adesão ao pré-natal. *Revista Enfermagem Contemporânea*, 6(1), 56-61. [doi:10.17267/2317-3378rec.v6i1.1109](https://doi.org/10.17267/2317-3378rec.v6i1.1109)
- Estatística, I. N. (2014). *Resultados Definitivos do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola 2014*. Angola: Instituto Nacional de Estatística
- Fischer, C., Rosario, J. L., Alves, G. A., Mezadi, T., & Grillo, L. T. (2019). Estado nutricional de gestantes infectadas pelo HIV/AIDS: período de 2010 a 2015. *RBONE-Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento*, 13(79), 400-406.
- Friedrich, L., Menegotto, M., Magdaleno, A. M., & Silva, C. L. O. (2016). Transmissão vertical do HIV: uma revisão sobre o tema. *Boletim Científico de Pediatria*, 5(3), 81-86.
- Gouvêa, A. N. (2015). Ações recomendadas para prevenção da transmissão vertical do HIV. *Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto*, 14(2), 78-86 [doi:10.12957/rhupe.2015.18443](https://doi.org/10.12957/rhupe.2015.18443)
- Hernandes, C. P., Rocha, R. K., Hausmann, A., Appelt, J. B., & Marques, C. M. (2018). Análise qualitativa dos sentimentos e conhecimentos acerca da gestação e do HIV em

gestantes soropositivas e soronegativas. *Journal of Health & Biological Sciences*, 7(1), 32-40. doi:10.12662/2317-3076jhbs.v7i1.2211.p32-40.2019

Lima, A. C. M. A. C., Costa, C. C., Teles, L. M. R., Damasceno, A. K. C., & Oriá, M. O. B. (2014). Avaliação epidemiológica da prevenção da transmissão vertical do HIV. *Acta Paulista de Enfermagem*, 27(4), 311-318. doi.org/10.1590/1982-0194201400053.

Lisboa, C. S. (2019). Programa Bolsa Família na fase gestacional: desfechos perinatais de mulheres de um município do Recôncavo da Bahia.(Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana.

Souza, C. P., Piantino, C. B., Queiroz, C. A., Maia, M. A. C., Fortuna, C. M., & Andrade, R. D. (2016). Incidência de transmissão vertical do HIV entre gestantes soropositivas cadastradas em um serviço de referência regional. *Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online*, 8(2), 4526-4537.

Redmond, A. M., & McNamara, J. F. (2015). O caminho para eliminação da transmissão vertical do HIV. *Jornal de Pediatria*, 91(6), 509-511. doi:10.1016/j.jped.2015.08.004

Sida, M. d. S. I. N. d. L. C. (2014). *V Plano Estrategico Nacional da Resposta as ITS e Hapatites Virais 2015-2018*. Luanda Angola 5.

Sida, M. d. S. I. N. d. L. C. (2014a). Relatorio do Progresso da Resposta Global a SIDA (GARPR, 2014). Republica de Angola 4.

Victor, N. P. N. (2018). Perfil obstétrico das gestantes infectadas pelo VIH na maternidade Lucrecia Paim no período de janeiro–Junho de 2015.

PRINCIPAIS TRANSTORNOS MENTAIS CAUSADOS PELA COVID-19: UM ESTUDO FEITO NO MUNICÍPIO SEDE DE MALANJE

Main mental disorders caused by COVID-19: a study done in the municipal headquarters of Malanje

MENDES Cirilo³³, & CONTREIRAS, Gilson³⁴

Resumo

O presente artigo tem como objectivo, compreender os principais transtornos mentais causados pela COVID-19 na Província de Malanje e, descrever as técnicas cognitiva comportamental em pacientes em fase da COVID-19. Quanto a metodologia utilizada, foi realizado um estudo observacional, descritivo, transversal com abordagem qualitativa. Para a colecta dos dados, utilizou-se técnicas como: observação, entrevista e como instrumentos utilizou-se questionário. Sobre a COVID-19, de acordo com a OMS, foi declarada a 30 de Janeiro de 2020, a doença por novo coronavírus como uma Emergência de Saúde Pública de Âmbito Internacional. Com base nas evidências actualmente disponíveis, o vírus da COVID-19 é transmitido entre pessoas pelo contacto próximo, animal/pessoa e gotículas, permitindo desta forma o contágio fácil e a propagação do mesmo. Quanto aos transtornos causados pela COVID-19, foram a ansiedade, stresse, depressão, pânico, suicídio, consumo excessivo de bebidas alcoólicas, violência doméstica e transtornos sexuais. Relativamente aos dados socio-demográfico, os participantes apresentam idades compreendidas entre 19 a 40 anos, dos quais quatro são do sexo masculino e dois do sexo feminino.

Abstract

This article aims to understand the main mental disorders caused by COVID-19 in the Province of Malanje and to describe the models of psychotherapeutic intervention in patients in the COVID-19 phase. As for the methodology used, an observational, descriptive, cross-sectional study with a qualitative approach was carried out. For data collection, techniques were used such as: observation, interview and as instruments, two questionnaires were used, and the BDI test. About COVID-19, according to the WHO, on January 30, 2020, the disease caused by a new coronavirus was declared as an International Public Health Emergency. Based on the currently available evidence, the COVID-19 virus is transmitted between people by close contact, animal / person and droplets, thus allowing easy contagion and its spread. As for the disorders caused by COVID-19, they were anxiety, stress, depression, panic, suicide, excessive alcohol consumption, domestic violence and sexual disorders, therefore, regarding the psychotherapeutic intervention model, it was based on cognitive behavioral therapy. Regarding socio-demographic data, with regard to age group, participants are aged between 19 and 40 years, of which four are male and four females.

Palavras-chave: *Transtornos Mentais; COVID-19; Malanje.*

Key-words: *Mental Disorders; COVID-19; Malanje.*

Data de submissão: junho de 2020 | **Data de publicação:** setembro de 2020.

³³ CIRILO ARMANDO ANTONIO MENDES - Centro Comunitário de Saúde Mental - Malanje. ANGOLA. E-mail: mendeciro@gmail.com

³⁴ GILSON FRANCISCO CONTREIRAS DIOGO –Escola Superior Politécnica de Malanje. ANGOLA. E-mail: gilson.diogo@ubi.pt

1. INTRODUÇÃO

Com o surgimento do novo coronavírus, o mundo parou em vários sectores, que por sinal comprometeu o afastamento social entre as pessoas, países, continentes, quer seja nível da política, economia, desporto, religião, turismo etc. Tudo porque ser um problema novo, não só para a sociedade civil e política, mas também para os profissionais de saúde. Em função das restrições que os governos foram impondo em particular o governo angolano, logo no início da pandemia, quando se decretou o estado de emergência, para evitar a propagação do vírus, como: a não participação de eventos com mais de 50%, assim como o fechamento dos mercados, lojas, igrejas, escolas, centros profissionais, hotéis, restaurantes, suspensão de consultas externas nos hospitais e centros de saúde, alguns foram encerrados como o caso do centro Comunitário de Saúde Mental de Malanje, pelo facto do mesmo ser contemplado para tratamentos de casos de COVID-19, transportes públicos e privados com cinquenta por centos de lotação, cancelamento de viagens inter-provinciais, apenas com autorização das autoridades em situações de emergência a não circulação das pessoas depois das 19 horas, assim como o uso obrigatório de máscaras faciais e lavagem frequente das mãos, etc. Como não bastasse, muitas empresas do sector privado faliram, contribuindo desta forma o maior número de desemprego no seio da população.

Compulsionando com estas informações, fica claro que as razões são óbvias, para o surgimento de vários transtornos mentais, porque diretamente o novo coronavírus alterou de forma radical os hábitos e modos de convivência da população angolana e no mundo afora. Deste modo, em Angola, concretamente na província de Malanje, as solicitações para os serviços de saúde mental, foram aumentando de forma compulsiva, porque muitos não sabiam o que fazer porque todo mundo falava sobre coronavírus, as informações eram tantas e muitas delas vinham de fontes não credíveis. Entretanto, no meio de toda confusão, foi-se percebendo que o maior problema que a população apresentava, estava relacionado com os aspetos psicológicos como: a ansiedade, pânico, stresse, ideias suicidas, consumo excessivo de bebidas alcoólicas. O presente artigo foi feito com seis (6) participantes que apresentam idades compreendidas entre 19 a 40 anos, dos quais quatro (4) são do sexo masculino e dois (2) do sexo feminino, quanto ao estado civil, dois (2) são casados, três (3) vivem maritalmente e um (1) é solteiro. Os tratamentos dos dados desta pesquisa foram recolhidos no Centro Comunitário de Saúde Mental de Malanje. E tendo como os participantes da investigação residentes nos bairros Carreira de Tiro, Maxinde e Centro Urbano.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1. *Contextualização histórica da Psicologia de emergência*

Mergulha-se pela psicologia de emergência para compreender os problemas causados por desastres, catástrofes da COVID-19. Uma pandemia equivale a uma guerra, por isso ela apresenta vários estágios, e o que se sabe é que quando está diante de uma guerra os prejuízos são tantos, como destruição de infra-estruturas, instabilidade social, política e psicológica. Não obstante, a pandemia do novo coronavírus, também criou instabilidade não só do ponto de vista político-social, mais, principalmente na esfera da saúde pública mundial, com repercussões devastadoras a nível económico, político, social etc. Razão pela qual, têm-se constatado vários problemas de saúde mental, que requerem intervenção dos especialistas de saúde mental, caso o contrário, haverá a abertura para a ocorrência de outros problemas mais complexo como as psicoses.

Os primeiros estudos da psicologia nas emergências e desastres surgiram no início do século XX, a partir de pesquisas realizadas pelo suíço Edward Stierlin em um de seus trabalhos publicados em 1909, que buscava compreender as emoções dos indivíduos acometidos por situações de desastres. Tal interesse foi desencadeado a partir da explosão de uma mina de carvão na França. Estima-se que mais de mil mineiros não sobreviveram ao acidente, e as intervenções de apoio foram feitas com familiares e amigos das vítimas.

2.2 - *O que é a COVID-19: que caminhos?*

Foi a 31 de Dezembro de 2019, a China reportou à Organização Mundial da Saúde um cluster de pneumonia de etiologia desconhecida em trabalhadores e frequentadores de um mercado de peixe, mariscos vivos e aves na cidade de *Wuhan*, província de *Hubei*, na China. A 9 de Janeiro de 2020 as autoridades chinesas identificaram um novo vírus da família dos coronavírus (2019-nCoV) como agente causador da doença. A sequenciação genómica do novo vírus foi feita em tempo recorde e partilhada a nível internacional.

De acordo com diversas autoridades de saúde internacionais, o impacto potencial de epidemia por SARS-CoV-2 é elevado, sendo expectável a propagação global do vírus. Por isso mesmo, o Director - Geral da Organização Mundial de Saúde declarou, a 30 de Janeiro de 2020, a doença por novo coronavírus como uma Emergência de Saúde Pública de Âmbito Mundial.

OMS (1960), os coronavírus (CoV) compõem uma grande família de vírus, conhecidos desde meados da década de 1960, que receberam esse nome devido às espículas na sua superfície, que lembram uma coroa do latim “*corona*”. Podem causar desde um resfriado comum até síndromes respiratórias graves, como a síndrome respiratória aguda grave (SARS, do inglês Severe Acute Respiratory Syndrome) e a síndrome respiratória do Oriente Médio (MERS, do inglês Middle East Respiratory Syndrome). Os vírus foram denominados SARS-CoV e MERS-CoV, respectivamente. A sua condição clínica (doença) COVID-19.

Com base nas evidências actualmente disponíveis, de acordo com a OMS (2020) o vírus da COVID-19 é transmitido entre pessoas pelo contacto próximo, animal/pessoa e gotículas, não ocorre por transmissão aérea. Assim sendo descrever-se duas formas nomeadamente: Indirecta: por aerossóis ou por contacto pessoal com secreções contaminadas como gotículas de saliva, espirro, tosse, catarro, contacto pessoal próximo (aperto de mão), contacto com objetos ou superfícies contaminadas tendo a posterior, contacto com a boca, nariz ou olhos. Contacto próximo: pessoas com exposição associada a cuidados de saúde, prestação de cuidados diretos a doentes com COVID-19, trabalho com profissionais de saúde infetados, visitas a doentes ou permanência no mesmo ambiente com doentes infetados com COVID-19, trabalho em contacto próximo ou partilha do mesmo local com um doente infetado, viagem ou coabitação com doente infetado.

2.2.1. Medidas de saúde pública na Província de Malanje

Numa fase inicial da pandemia as medidas de saúde pública na região podem também contribuir para evitar a entrada/introdução do agente patogénico na população. Num estudo em que foram revistos estudos de modelação sobre a efetividade de estratégias combinadas na resposta a uma pandemia, foi concluído que a utilização de estratégias combinadas, tendo um efeito sinérgico sobre a efetividade de cada uma das medidas considerada individualmente.

Outro dos aspetos a ter em consideração em relação a cada uma das medidas é a sua exequibilidade, em termos de disponibilidade dos meios e dos recursos necessários à sua concretização, o que está acautelada nesta região chamada Malanje.

Nesta conformidade, cita-se Contreiras (2020) escreve que, “a aplicação do cumprimento das medidas de saúde pública levanta questões de ordem ética e legal, nomeadamente as chamadas medidas de distanciamento social, uma vez que podem pôr em causa a liberdade individual”. Assim para o cumprimento do mesmo deve-se ter em conta os seguintes pontos:

Proteção individual: as medidas de proteção individual consistem em ações preventivas que podem ser realizadas regularmente. Apesar de já serem realizadas pela maioria dos profissionais de saúde, estas medidas podem e devem ser comunicadas à população da província de Malanje, de modo a serem do conhecimento geral e adotadas por todos. O ideal será conseguir que os métodos corretos de higiene das mãos e de etiqueta respiratória sejam praticados por rotina, de forma automática; evitando, no entanto, a fadiga de intervenção.

Higienização das mãos: a higienização correta e completa das mãos, deve ser efetuada de forma regular, está fortemente recomendada, já que reduz a transmissão de vírus, que ocorre quando existe contacto direto entre pessoas ou ainda a contaminação que pode ocorrer através da transmissão por contacto indireto, quando ocorre o toque em uma superfície contaminada e depois o toque no nariz com a mão contaminada. Para a higienização das mãos podem ser utilizadas duas técnicas: lavagem com água e sabão ou fricção com solução antisséptica de base alcoólica.

Dístico respiratório: a adoção de medidas de etiqueta (higiene) respiratória está fortemente recomendada, pela redução da dispersão de gotículas contaminadas pelo vírus que são lançadas no ar através da tosse ou espirro. Na ausência de outra evidência mais robusta, esta medida justifica-se ainda pela sua plausibilidade teórica. Somos a salientar que, o efeito protetor de: cobrir a boca ou o nariz ao tossir, ao espirrar, deve-se sempre utilizar lenços de papel descartáveis e posteriormente depositar imediatamente os lenços de papéis após a utilização em recipientes adequados.

Equipamento de proteção individual: o indivíduo sintomático na fase de mitigação resume-se à utilização de máscara facial. As máscaras faciais são máscaras descartáveis para procedimentos cirúrgicos ou médicos e formam uma barreira física que previne a transmissão de vírus de uma pessoa infetada para uma pessoa suscetíveis, ao bloquear as partículas respiratórias/aerossóis expelidas pela tosse ou espirro. A utilização de máscara facial por pessoas infetadas durante a pandemia ou é útil para impedir a propagação do

vírus a contactos próximos ou outras pessoas da comunidade. O uso de máscara por indivíduos sintomáticos é fortemente recomendado em todas as fases da epidemia (se a condição clínica o permitir) e estes devem estar capacitados para o uso correto da mesma.

Distanciamento social ou isolamento: considera-se como isolamento dos infetados a separação ou confinamento de pessoas com suspeita ou com infeção pela pandemia COVID-19. O objetivo desta medida é impedir o estabelecimento de cadeias de transmissão e atrasar e reduzir a transmissão comunitária disseminada, pela redução de contacto entre indivíduos infetados e suscetíveis. O isolamento deve ser determinado desde a suspeita até à infirmação do caso ou até recuperação clínica nos casos confirmados. Dado que se desconhece o período de contágio, assume-se para a implementação desta medida que o mesmo durará até ao final do período sintomático.

Este isolamento pode ocorrer em unidade hospitalar, domicílio ou outro, dependendo da fase da epidemia e da gravidade do quadro clínico. Habitualmente, o isolamento é voluntário e aceite mediante indicação médica. Em situações extremas, de recusa do doente, pode ser necessário determinar o seu isolamento coercivo, sendo para tal mandatário recorrer ao exercício do poder da Autoridade de Saúde.

Para maior compreensão da informação em epígrafe e pelo abuso de notação, pensou-se em partilhar a seguinte fórmula Matemática:

Prove o seguinte exercício:

$$\sqrt{\frac{\text{Covid}-19 \cdot x^2 + \text{Casa} \cdot x^2}{\text{Fique em}}} = x,$$

elevando ambos os membros das igualdades, obtêm-se:

$$\sqrt{\left(\frac{\text{Covid} - 19 \cdot x^2 + \text{Casa} \cdot x^2}{\text{Fique em}}\right)^2} = x^2,$$

simplificando o 2 que esta elevado do membro esquerdo com a raiz quadrada, será:

$$\frac{\text{Covid}-19 \cdot x^2 + \text{Casa} \cdot x^2}{\text{Fique em}} = x^2,$$

O termo “fique em” que está a dividir, passa a multiplicar no membro direito, têm-se:

$$\text{Covid} - 19 \cdot x^2 + \text{Casa} \cdot x^2 = x^2(\text{Fique em}),$$

factorizar o x^2 do membro esquerdo da igualdade, têm-se:

$$x^2(\text{Covid} - 19 + \text{Casa}) = x^2(\text{Fique em}),$$

passar o x^2 do membro esquerdo para o membro direito a dividir:

$$\text{Covid} - 19 + \text{Casa} = \frac{x^2(\text{Fique em})}{x^2},$$

simplificar x^2 do denominador e do numerador do membro direito, será:

$$\text{Covid} - 19 + \text{Casa} = \text{Fique em}$$

Como queremos achar o termo **COVID-19**, devemos passar a expressão **Casa** para outro membro da igualdade e como, o mesmo está com sinal positivo, passa-se como sinal negativo, logo:

$$\text{COVID} - 19 = \text{Fique em} - \text{Casa}$$

Logo, se pode observar que ficar em casa é a melhor solução para a não propagação da pandemia COVID-19.

2.3. Principais transtornos mentais, causados pela COVID-19

Diante de uma pandemia, que mudou o mundo de forma drástica, e por estarmos a viver momentos de incertezas quanto ao futuro, as pessoas tornam-se propensas a desencadear qualquer problema de ordem psicológica. Isto quer dizer que ninguém está isento disso, por isso todo mundo pode estar infectado. Contudo, baseando-se nas solicitações e consultas feitas durante o período da pandemia na Província de Malanje, constatou-se os seguintes transtornos:

2.3.1. Ansiedade

No sentido lato do termo, quando se fala sobre a ansiedade como preocupações sobre um determinado assunto, neste contexto está diante de uma pandemia, cujo vírus é invisível, perigoso e de fácil contágio, o que pressupõe dizer que é difícil as pessoas ficarem tranquilos sem se preocuparem com a existência do mesmo vírus. Toda via, pensamentos frequentes relacionados a preocupação sobre o mesmo assunto, é designado como ansiedade.

Em conformidade com Graziani (2001, s.p.) a ansiedade “é considerada como distímia de emoções como o medo e o pânico, que estão funcionalmente associadas ao confronto presente e imediato com o perigo e não unicamente com a detecção, a antecipação e a preparação do perigo”. Ao contrário da ansiedade, o medo é concebido como uma atividade do FFS (*Fight and Flight System*) que significa “sistema de luta e fuga”, caracterizado por um aumento do alerta do sistema nervoso autónomo e associado a uma tendência de fuga, de evitamento ativo ou de agressão defensiva.

Segundo DSM-V (2013), “as perturbações de ansiedade incluem perturbações que partilham características de medo e ansiedade excessivos e alterações do comportamento relacionadas”. Neste contexto, o medo é a resposta emocional a uma ameaça iminente real ou percebida, enquanto a ansiedade é a antecipação de uma ameaça futura. É óbvio que estes dois estados se sobrepõem, mas também divergem, com o medo associado a picos de excitação autonómica necessários a luta ou fuga, pensamentos de perigo imediato e comportamentos de fuga, e a ansiedade mais vezes associada a tensão muscular e a estados de vigilância em preparação para perigos futuros e comportamentos cautelosos e de evitamento.

2.3.2. Modelo cognitivo do processamento da informação ansiedade

De acordo com Beck (1984) retoma o modelo interativo de Lazarus (1966) e a abordagem das construções pessoais de Kelly, “Considera uma transacção stressante como o resultado de um processo activo, contínuo, que inclui análises, interpretações e avaliações sucessivas da situação externa, dos riscos, dos custos e das vantagens de uma resposta específica”. De modo geral, os estímulos são nocivos se forem interpretados como tais pelo sujeito. Consoante o tipo de avaliação e a situação dada, assim o sujeito é motivado a desencadear este ou outro comportamento. Partindo das ideias dos autores acima referenciadas, de forma sintética, o transtorno de ansiedade é uma situação caracterizada por preocupação excessiva e crónica sobre diferentes temas, associada a tensão aumentada. Do ponto de vista psico-patológico, é o transtorno mais comum na atenção primária, estando entre os dez motivos gerais mais comuns de consulta.

Um outro especto essencial, é a preocupação constante concomitante aos sintomas somáticos e psíquicos. Os receios mais frequentes são: medo de adoecer, de que algo negativo aconteça com seus familiares, de não conseguir cumprir com compromissos profissionais ou financeiros. No curso do transtorno, é comum a preocupação mudar de foco. Portanto, atendendo a pandemia do novo coronavírus, que o mundo está a enfrentar que se tornou uma calamidade pública e de fácil contágio, com um impacto negativo na esfera social, económica, política e psicológica, tem se verificado com frequência a preocupação e desespero por parte de muita gente, por um lado o medo de ser contagiado, por outra a falta de condições que permitem a aquisição de bens de primeira necessidade. São motivos muito forte que faz com que muitos tenham desenvolvido crises de ansiedade.

Quadro 1- Rachman (1998) apresenta as diferenças entre os dois.

<i>Medo</i>	<i>Ansiedade</i>
Focalização específica no perigo	Origem imprecisa do perigo
Ligação clara entre o perigo e o medo	Ligação incerta entre a ansiedade e a ameaça
Tensão circunscrita	Nervosismo, tensão invasiva
Perigo identificado	Por vezes sem objecto
É detectável o que atenua	Por vezes é incerto o que atenua
As fronteiras do perigo são circunscritas	O perigo não tem fronteiras bem definidas
Carácter urgente	Vigilância elevada
Perigo eminente	O perigo raramente é iminente
Sensações físicas da urgência	Sensações corporais da vigilância
Carácter racional	Carácter incerto, confuso

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Rachman (1998).

2.3.3. Perturbação de pânico

A perturbação de pânico, com base em Breton (1996) “é caracterizada por ataques súbitos de pânico associados a um medo intenso, muitas vezes de morrer, e a uma gama de sintomas físicos como palpitações, dispneia, tonturas, tremores e transpiração”.

Todavia, frequentemente os sintomas começam sem nenhum motivo óbvio e o doente desenvolve um raciocínio catastrófico, sentindo que pode estar a morrer ou a enlouquecer. O pânico diminui passados alguns minutos ou cerca de uma hora, mas volta a aparecer com pouco ou nenhum aviso prévio poucos dias depois.

Normalmente, ocorrem muitas vezes os ataques com frequência crescentes. Isto leva ao evitamento das situações nas quais o ataque foi anteriormente sentido. Este evitamento secundário pode restringir significativamente o estilo de vida do doente. Por isso, alguns doentes, embora sofram poucos ataques, têm um medo persistente de um ataque futuro e continuam a evitar as situações susceptíveis de o provocar. Nesta ordem de ideias, o que se tem verificado é, que a maioria dos doentes com a perturbação do pânico refere uma diminuição na qualidade do trabalho, dois terços perdem os seus empregos ou recebem apenas a baixa, e metade queixa-se de incapacidade em conduzir. Por conseguinte, é uma doença de morbilidade considerável.

Causas

Para Breton, (1996) “os ataques de pânico muitas vezes surgem “do nada”, num indivíduo predisposto que se encontra sob stress ligeiro. Frequentemente, ocorrem em doentes antes saudáveis e em indivíduos sem ansiedade”.

Com base na visão do autor, leva-nos a inferir que os ataques de pânico desenvolvem-se em resultado da interpretação incorrecta de um estímulo relativamente inócuo, como tonturas, palpitações ou afrontamentos. Por isso, os doentes com perturbação de pânico têm muitas vezes prolapso da válvula mitral, o que pode provocar uma arritmia cardíaca benigna.

Diagnóstico

Com base nos critérios de diagnóstico, segundo DSM-V (2013), o ataque de pânico é um período abrupto de medo ou desconforto intensos que atinge um pico em minutos e durante o qual quatro ou mais dos seguintes sintomas se desenvolvem:

Nota. O período abrupto pode ocorrer a partir de um estado calmo ou de um estado ansioso.

- 1) Palpitações, batimentos ou tremores;
- 2) Suores;
- 3) Estremecimentos ou tremores;
- 4) Sensações de falta de ar ou de respirar;
- 5) Sensação de asfixia;
- 6) Desconforto ou dor no peito;
- 7) Náuseas ou mal-estar abdominal
- 8) Sensação de tontura, de desequilíbrio, de cabeça vazia ou de desmaio;
- 9) Sensações de frio ou de calor;
- 10) Parestesias (sensações de formigamento);
- 11) Desrealização (sensações de irrealidade) ou despersonalização (sentir-se desligado de si próprio);
- 12) Medo de perder o controlo ou de enlouquecer;
- 13) Medo de morrer.

2.3.3. Stresse durante o período da COVID-19

Neste ponto, faremos referência do stresse que acontece durante o período da pandemia, no sentido de compreendermos os transtornos que ocorrem em cada uma das fases, quando estamos diante de uma emergência como é o caso do novo coronavírus.

Do ponto de vista prático psicológico, o stresse é definido como uma resposta fisiológica e comportamental normal a algo que aconteceu ou está para acontecer que nos faz sentir ameaçados ou que, de alguma forma, perturba o nosso equilíbrio. Quando nos sentimos em perigo real ou imaginário, as defesas do organismo reagem rapidamente, num processo automático conhecido como reação de “luta ou fuga” ou de “congelamento”, é a resposta ao stresse.

O stresse durante o período de emergência ou catástrofe, remete-nos há uma reflexão mais profunda, porque envolve qualquer indivíduo, desde os funcionários no exercício das suas funções, os que ficam de férias, assim como aqueles que estão desempregados e andam expectante para trabalharem, mas devido o problema de saúde pública que não é seguro, são obrigados a ficarem parados, tudo isso leva ao stresse.

Assim sendo, Cooper (1993) referido por Fernandes (2014) definem o stresse laboral, como “um problema de natureza perceptiva, resultante da incapacidade de lidar com as fontes de pressão no trabalho, tendo como consequência problemas na saúde física, mental e na satisfação no trabalho, afectando o indivíduo e as organizações”.

É evidente, num período em que o mundo enfrenta uma pandemia bastante complexa, porque comprometeu todos os sectores, desde os países mais desenvolvidos a menos desenvolvido, tem se verificado uma pressão muito alta por parte do executivo, devido a incapacidade de resposta para mitigar o novo coronavírus. Por outro lado, os técnicos de saúde são os mais propensos nesta luta, porque são os homens da linha da frente e, por este motivo atendem pacientes acima da média, com poucos recursos quer matérias como humanos, sem descansos e, há situações em que o médico/enfermeiro recebem notícias de que um dos seus parentes também é vítima desta pandemia, isso faz com que o técnico entra no processo de contra transferência e de exaustão, com muitas probabilidade de ser contagiado, claro porque sente-se dividido, indeciso e com pouca capacidade mental e física para responder as exigências, por isso muitos chegam a ponto de demitirem-se.

O stresse laboral é a tensão e pressão experimentadas por funcionários no trabalho, originando-se de factores como horários exigentes, decisões difíceis, relacionamentos inter-laborais, condições de trabalho desagradáveis, fadiga, riscos ocupacionais, competição excessiva ou ansiedade sobre possível desemprego (APA, 2012).

Corroborando com os autores acima referenciados, leva-nos a inferir que a forma como reagimos ao stress é determinada pela nossa personalidade e pelas nossas incapacidades pessoais ou doenças. Estas ditam o modo como reagimos as dificuldades nos relacionamentos, quer em casa quer no trabalho, e a problemas práticos de finanças, trabalho e habitação. No entanto, qualquer grande mudança precisa de ser equilibrada com a nossa capacidade de lidar com essa mudança no momento em questão. Porque muitas mudanças, demasiado rápidas, podem ser uma grande causa do stress. É por este motivo que faz com que os psicólogos e outros profissionais sejam membros da equipa multi-sectorial para intervirem em situações de emergências ou catástrofes.

2.3.4. Perturbação de Stress pós-traumático

Com base nas fases de emergência anunciadas anteriormente, no pós-covid, também há indivíduos que podem estar transtornados, em função daquilo que vivenciou durante a fase da pandemia, por exemplo; alguém que recuperou da COVID-19, pode estar traumatizado e com medo de voltar a ter, o mesmo acontece com os profissionais que estiveram diretamente neste processo, tendo em conta as mortes vivenciadas por parte de pacientes e colegas, também podem estar traumatizados. Por este motivo é que achamos importante falarmos também do transtorno de estresse pós-traumático.

A perturbação de stress pós-traumático foi primeiramente reconhecida como uma categoria de diagnóstico do Diagnostic and Statistical Manual-III publicado pela APA em 1980, o que deu origem a um grande impulso na investigação e no tratamento desta perturbação. Foram Gillespie, (1942), sobre famílias, Hansen e Hill, (1964) que reconheceram “as situações de trauma como um factor de risco para o equilíbrio psicológico dos indivíduos, famílias ou organizações”.

Após a sua integração no DSM-III, em 1980, a designação de *Pós-Traumático Stress Disorder* começou a ser regularmente utilizada substituindo assim uma variedade de designações que coexistiam há muitos anos, relacionadas com a mesma perturbação como choque nervoso. De acordo com a APA (1987) associava o stress pós-traumático a vivência de experiências que estavam fora do âmbito das experiências normais dos seres vivos e, por isso raras.

Quanto a contextualização histórica do SPT, percebemos que não é, um problema recente, mas sim antigo e que teve como base por parte dos antigos combatentes de guerra, que apresentavam problemas psicológicos na fase pós a guerra em função das experiências vividas durante a guerra. Está mais que evidente, que quando um indivíduo vivencia experiências relacionadas há uma catástrofe, desastres ou uma pandemia, tem maior probabilidade de estar condenado a desenvolver a perturbação de stress pós-traumático. DSM-V, a PSPT, é definida como um problema mental que se pode desenvolver em resposta a exposição de um evento traumático, como uma doença, guerra, acidente de viação, ou outro tipo de ameaças a vida da pessoa. OS sintomas mais comuns são pensamentos, sentimentos, sonhos perturbadores relacionados com o evento traumático, recordações do trauma, esforço para evitar situações que recordem o trauma, alterações na forma de pensar e sentir e aumento da reação de lutar ou fugir.

2.3.4.1. Critérios de diagnóstico

De acordo com o DSM-V, os seguintes critérios, aplicam-se a adultos, adolescentes e crianças acima dos 6 anos: 1) Lembranças dos acontecimentos traumáticos que causam mal-estar e que são intrusivas, involuntárias e recorrentes; 2) Sonhos perturbadores recorrentes nos quais o conteúdo ou as emoções do sonho estão relacionados com os acontecimentos traumáticos; 3) Reações dissociativas (por exemplo, flashbacks) nas quais o indivíduo sente ou atua como se os acontecimentos traumáticos estivessem a correr novamente; 4) Mal-estar psicológico intenso ou prolongado a quando da exposição a estímulos internos ou externos que simbolizem ou se assemelhem a aspetos dos acontecimentos traumáticos; 5) Reações fisiológicas intensas a exposição a estímulos internos ou externos que simbolizem ou se assemelhem a aspetos dos acontecimentos traumáticos.

2.3.5. Depressão

Segundo Fenichel, (2000, p. 77) “depressão é uma doença que se caracteriza por afectar o estado de humor da pessoa, deixando-a com um predomínio anormal de tristeza”. Ou seja, todas as pessoas, de qualquer faixa etária, podem ser atingidas, porém mulheres são duas vezes mais afetadas que os homens. Em crianças e idosos a doença tem características particulares, sendo a sua ocorrência em ambos os grupos também frequentes.

2.3.5.1. Sintomas da depressão

Para Weber, (2014, p. 76) os sintomas da depressão comumente conhecidos são “o sentir-se em baixo, triste, desolado, desanimado, melancólico, infeliz e estar de mau humor”. Entretanto, isto é tudo normal na jornada de um indivíduo comum, mas existe uma diferença entre as depressões normais do cotidiano e a depressão clínica que é o foco principal deste trabalho.

As pessoas dizem frequentemente estarem “deprimidos” quando têm uma má nota, quando determinada loja não tem as coisas que gostariam, ou quando são proibidos de participarem em uma atividade social (como praticar esporte ou ir à festa). Obviamente, estas decepções são ultrapassadas são depressões normais, quotidianas, de curta duração. A maior parte das grandes decepções que o fazem ficar tristes ou zangados irão eventualmente diminuir com o tempo.

Os sintomas depressivos podem ser divididos entre: cognitivos, fisiológicos e comportamentais.

Cognitivos: humor deprimido, desânimo persistente, tristeza, baixa auto-estima, sentimentos de inutilidade, vazio, culpa ou/e irritabilidade; redução da capacidade de experimentar prazer na maior parte das atividades, antes consideradas como agradáveis; diminuição da capacidade de pensar, de se concentrar, memorizar ou de tomar decisões.

Fisiológicos: Fadiga ou sensação de perda de energia, alterações do sono (mais frequentemente insônia, podendo ocorrer também sonolência excessiva ou sono interrompido), alterações do apetite (mais comumente perda do apetite, podendo ocorrer também aumento do apetite), redução do interesse e prazer sexual, agitação motora, inquietude, alterações dos ritmos circadianos (dormir fora de hora).

2.3.6. Suicídio

A questão sobre o suicídio, é um dos problemas com números altos em plena na fase da COVID-19. Desde o mês de Janeiro até Setembro, de acordo com a informação do SIC³⁵, registou-se em Malanje dezassete (17) casos de suicídio.

³⁵ SIC- Serviço de Investigação Criminal.

Souza, Minayo e Malaquias (2002) “o suicídio é a acção na qual o indivíduo inflige-se dano (auto-agressão), não importando o nível ou a razão genuína da acção. Ou seja, inclui os pensamentos de autodestruição, a auto-agressão, manifestada por gestos suicidas e tentativas de suicídio, e, finalmente, o próprio suicídio”

Por isso o termo comportamento suicida se refere à acção de auto-agressão bem como variáveis relacionadas às tentativas de suicídio, com alta ou baixa letalidade que ocorrem dentro de um contexto social, e trazem elementos que indicam a procura de ajuda. É necessário levar em consideração o plano suicida, o desejo de morrer contra o de viver, e as possibilidades de alguém descobrir o plano suicida, para avaliar a intensidade do comportamento suicida. Para a OMS, o suicídio é um fenómeno complexo que envolve múltiplas causas e que afecta, além de suas vítimas, os parentes e amigos “sobreviventes”. Envolve também profissionais de saúde e de outros sectores que directa ou indirectamente lidam com o problema. Infelizmente em nossa sociedade, o suicídio é cercado pelo desconhecimento, medo, preconceito, incômodo e atitudes condenatórias, o que leva ao silêncio em torno do problema. O suicídio ainda é visto como um problema individual, o que dificulta muito o seu entendimento como um problema que afecta toda a sociedade.

Nesta ordem de ideias, é necessário mudar esta visão para despertar e estimular a actuação dos profissionais de diferentes sectores da sociedade na sua vigilância, prevenção e controle, porque não tem uma causa única ou isolada. O que se costuma atribuir como a causa de um suicídio, é a expressão final de um processo de crise vivido pela pessoa. Estudos mostram que o suicida deseja livrar-se de um sofrimento para o qual não está encontrando saída, mas na verdade, antes de chegar ao acto final, de forma indirecta o suicida já mostrou sinais e procurou ajuda para o seu sofrimento, só que, não é compreendido, justamente porque muitos ignoram, por isso, a atenção a todo este processo e a capacidade de lidar com o problema pode resultar em um desfecho favorável.

2.3.7. Consumo inconsequente de bebida alcoólica

Tal como há um aumento notável nos casos de violência doméstica durante a pandemia COVID-19, em Malanje, o mesmo acontece com as drogas, principalmente com o uso excessivo de bebidas alcoólicas, cigarros e liamba. Para a OMS, droga é toda e qualquer substância natural ou sintética, que, introduzida no organismo, modifica suas funções.

Inalud (2020), fundamenta que, as drogas mais consumidas em Angola são nomeadamente: bebidas alcoólicas, libanga, ansiolíticos, analantes, cigarro, crack, heroína e cocaína. O consumo exagerado de bebidas alcoólicas pode causar problemas no cérebro, no coração, fígado, rins, sangue e muito mais. A dependência é o resultado do seu consumo excessivo e permanente. Por tanto, a dependência pode ser física e psicológica. O álcool por ser uma droga licita, muitos enganam-se quanto ao seu consumo.

Conforme aponta (Andrade et al. 2004) “o consumo do álcool age de modo destrutivo, atacando diretamente o glutamato, um neurotransmissor envolvido em diversas funções, como raciocínio e movimento” De facto, o aumento da concentração de álcool no sangue faz com que a pessoa perca a capacidade de julgamento, a memória, percepção sensorial e a coordenação motora. Para o autor o consumo de álcool está ligado também aos seguintes problemas:

- mais de 50% dos acidentes fatais de trânsito;
- mais de 50% dos crimes violentos;
- mais de 50% dos suicídios;
- nascimento de bebês com sérios defeitos em função do consumo de bebidas alcoólicas pelas gestantes;
- aumento de 50% de chances de câncer de mama em mulheres que consomem três ou mais drinques por semana;
- pessoas que costumam beber com frequência passam a apresentar tolerância ao álcool, pois as células do sistema nervoso central se adaptam à sua presença.

Com isso, torna-se necessário ingerir cada vez mais bebidas alcoólicas para conseguir o mesmo efeito, e os prejuízos ao organismo vão se acumulando além da tolerância passa a haver dependência física, sendo necessário acompanhamento médico para tratar do alcoólatra. Também podem procurar apoio junto a grupos como alcoólicos anônimos (AA), presentes em quase todas as cidades, pois, infelizmente, o alcoolismo é um problema comum para esta população. Contudo, não pode-se julgar o comportamento de alguém sem antes saber os motivos, nesta conformidade, constatou-se que a pandemia COVID-19, é um dos motivos fortes para o aumento do consumo destas mesmas substâncias porque, muitos por estarem ansiosos, estressados e deprimidos, facilmente são estimulados para o consumo da mesma.

2.3.8. *Violência doméstica*

Uma das pragas que tem assolado muitas famílias durante a fase da COVID-19, é a violência doméstica, desde as crianças, idosos e como maior realce as mulheres. Portanto, a violência é vista como uma forma de relacionamento cujo objetivo consiste em oprimir, dominar e subjugar o outro sobre o acto. Assim como para alcançar determinado fim. Na verdade, a violência está relacionada há vários tipos como (física, psicológica, sexual e financeira, etc). E, que em muitos casos tem terminado por via de homicídios e suicídios.

Walker (1979), descreveu um ciclo típico de violência doméstica composto por três fases distintas (Tijeras, Rodríguez & Armenta, 2005). “Numa primeira fase a fase de acumulação da tensão, caracteriza-se por mudanças repentinas no estado de ânimo do agressor”. Ou seja, devido a frustração, começa a reagir negativamente provocando ou simplesmente incomodando a vítima. A irritabilidade do agressor vai aumentando sem razão compreensível e aparente para com a vítima e pequenos episódios de violência verbal podem escalar até um estado de tensão máxima.

Concernente a segunda fase, segundo o autor, denomina a fase da explosão, que se caracteriza pela descarga física de violência. Esta é a fase mais curta onde prevalece a descarga incontrolada das tensões, acumuladas na primeira fase, onde os episódios de violência podem variar de intensidade e duração. Cessa quando o agressor se dá conta da gravidade dos seus actos, quando a vítima necessita de ajuda médica, ou porque existe a intervenção de alguém exterior ao casal, nesta fase o objetivo do agressor é demonstrar a sua total superioridade em relação à vítima.

Num estudo feito na Província de Malanje, com 8 participantes, dos quais 2 homens e duas mulheres, quanto questionado sobre o aumento dos casos de violência doméstica durante o período da pandemia, responderam da seguinte forma:

- a perda de emprego, fez com que muitos homens perdessem autoridade e, por conseguinte, as mulheres deixarem de prestarem a devida atenção aos seus parceiros;
- o consumo de bebidas alcoólicas no seio familiar, tem sido um dos principais motivos;
- a falta de ocupação por parte dos cônjuges, faz com que passem grande parte do tempo juntos e, isso, cria aborrecimento;

- a manifestação de comportamentos desconhecidos, (arrogância, maus hábitos, incumprimento de certas obrigações, etc).

Relativamente aos factores enumerados pelos participantes desta pesquisa, são os que surgiram exactamente no período da pandemia. Devido a instabilidade sócio-económica que o País vive, influenciou desta forma, para que muitas empresas falissem e, como consequência resultou o desemprego, a falta de emprego originou outros problemas como, o consumo de bebidas alcoólicas, cigarros e outros tipos de drogas, afectando deste modo as relações familiares.

2.3.9. *Transtornos sexuais*

Considera-se disfunções sexuais ou simplesmente disfunções eróticas, porque referem-se ao enguiço de uma ou mais fases da resposta sexual humana. Uma disfunção sexual se caracteriza por ser persistente e/ou recorrente, causar mal-estar ao indivíduo que a sofre ou a seu parceiro e gerar insatisfação sexual.

Para além do transtorno sexuais reconhecidos por Cid-10 e DSM-IV, como o erétil masculino, que é caracterizado devido a incapacidade persistente ou recorrente de obter ou manter uma erecção adequada até a conclusão da actividade sexual. Por isso, a perturbação causa acentuado sofrimento ou dificuldades interpessoais. Assim como no caso da ejaculação persistente ou recorrente com estimulação sexual mínima antes, durante ou logo após a penetração, antes que o indivíduo o deseja.

Nas mulheres são mais frequente o transtorno da excitação sexual e da ausência do orgasmo. Relativamente a excitação sexual, caracteriza-se como a incapacidade persistente ou recorrente para obter ou manter a resposta de lubrificação própria da fase de excitação até a terminação da actividade sexual. Quanto ao transtorno do orgasmo feminino, é caracterizado pelo atraso ou ausência persistente ou recorrente de orgasmo após uma fase normal de excitação sexual.

De facto, com a pandemia da Covid.19, tem-se manifestado outros transtornos sexuais, motivados, por diversos problemas a nível da vida dos indivíduos. O que se tem constatado é que muitos estão a ter relações sexuais por intermédio das redes sociais, através de mensagens, vídeos, fotos íntimas e imagens pornográficas. Muitos usam estas fantasias no sentido de obterem a satisfação sexual à distância, devido a situação geográfica que não os permitem estarem juntos. Nos casos mais avançados, há indivíduos

que por meio destes actos distorcidos, pedem o IBAN, para fazerem transferência de montante. Ou seja, actualmente é comum comportamento do género, e muitos tiram proveito nisso, como forma de angariar dinheiro fácil. Infelizmente muitos destes perfis são falsos, e não conseguem terem encontro presencial tal como alguns desejavam.

2.4. Modelos de intervenção psicoterapêutica

Começaremos por descrever algumas medidas de prevenção primária, para compreendermos melhor as técnicas psicoterapêuticas que nos permitem de forma científica, acompanhar pacientes com transtornos acima referenciados.

Na visão de Heneghan (2011), a prevenção primária refere-se ao conjunto de acções que visam evitar a doença na população, removendo os factores causais, ou seja, visam a diminuição da incidência da doença. Assim sendo, eis algumas medidas de prevenção:

- educação familiar sobre a pandemia e os transtornos mentais causados pela mesma;
- informações credíveis sobre a pandemia;
- transmitir esperança e segurança;
- antecipar as dificuldades;
- modificar condicionamentos anormais
- descobrir as fontes de angústia.

2.4.1. Terapia cognitiva comportamental

Beck e Weishaar (1986) referidos por Dattilio e Freeman (1998) defendem que a terapia cognitiva difere dos modos tradicionais da psicoterapia: “é um processo cooperativo de investigação empírica, testagem da realidade e resolução de problemas entre o terapeuta e o paciente”.

Pode ser claramente diferenciado como um sistema de psicoterapia, em oposição a um mero aglomerado de técnicas.

Beck (1997), faz referência ao modelo cognitivo: como “pensamento distorcido ou disfuncional humor comportamento, pensamento distorcido comum a todos os distúrbios psicológicos”. Ainda Beck e Alford (2000) definem, igualmente que, cognição como a “função que envolve deduções sobre nossas experiências e sobre a ocorrência e o controle de eventos futuros ou ainda. O processo de identificar e prever relações complexas entre eventos, de modo a facilitar a adaptação a ambiente possíveis de mudança”.

2.4.2. Técnicas cognitivas - comportamentais

- técnicas de relaxamento;
- exercícios de respiração;
- treino de relaxamento;
- relaxamento muscular progressivo;
- dessensibilização sistemática;
- treino de assertividade;
- parada do pensamento auto-instrução;
- inoculação do stresse;
- treino de habilidades sociais;
- solução de problemas;
- exposição e prevenção de respostas;
- exposição interoceptiva.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA ADOPTADA

Com vista no tema desta investigação, o mesmo recai como objetivo geral, compreender os principais transtornos mentais causados pela COVID-19 na Província de Malanje e descrever os modelos de intervenção psicoterapêutica em pacientes com transtornos mentais em fase da COVID-19.

Quanto a metodologia utilizada, foi realizado um estudo observacional, descritivo, transversal com abordagem qualitativa. Para a coleta dos dados, utilizou-se a técnica como entrevista e como instrumentos utilizou-se um questionário, adaptado pela Escala de BSI.

Foram realizados dois grupos com seis (6) participantes da pesquisa, todos eles provenientes da Província de Malanje, organizados de modo que três (3) participantes constituíram o Grupo (G1). O primeiro processo foi centrado numa abordagem da sensação de nervosismo ou tensão muscular dos participantes durante a pandemia, medo de morrer relacionado a COVID-19, futuro incerto devido a COVID-19 e agitação em situações de stress. Discutiu-se as dimensões que definem conceitos, como proposta por Albisetti (2010), Carvalho (2019), Novikoff e Jean-Pierre (2003) e Lipp, (2013). E outros três (3) participantes constituíram o Grupo (G2), discutiu-se sobre o consumo de bebidas alcoólicas por dia, aumento de casos de violência durante a pandemia e problemas na satisfação sexual, como o sugerido por Manuel (2011), Souza Sá e Marques (2017) e MSD (2020).

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados mostraram mudanças de conhecimentos e concepções dos participantes da pesquisa do Grupo (G1), quanto ao modo mais simples das questões mencionados: *Desde que se declarou a COVID-19, como uma pandemia tens tido sensação de nervosismo ou tensão muscular?*

De forma sucinta e acurada, os participantes do Grupo (G1), *a firmam que sim pelo facto de estarem muito tempo em casa e privado de certas liberdades e que têm estado muito nervosos ao ponto de muitas das vezes transpirarem, bem como a sensação de nervosismo e tensão muscular é tanta, apesar de que muito deles sofrem de ansiedade, mas desde o momento que ouviram pela Televisão, o nervosismo toma conta deles, principalmente quando se referem de casos de mortes relacionados a pandemia.*

Com base na pesquisa feita, observamos que a maioria dos participantes, tiveram sensações de nervosismo e tensão muscular, desde o momento que tomaram conhecimento de que a COVID-19, é uma pandemia. De facto, por ser algo novo para muitos e sem cura, outros sentiam-se desconfortáveis por sentirem-se privados da sua liberdade, outros pelo facto de não aguentarem a pressão familiar, porque começaram a passar grande tempo em casa, coisas que não acontecia anteriormente. Outros por terem familiares com problemas associados a COVID-19, quando vissem notícias ligadas a morte, subiam o estado de tensão e nervosismo. Não obstante, para aqueles que têm maior responsabilidade na família, ligadas a mulheres vendedoras, que desempenham ambos papeis (mãe e pai), mostraram-se preocupadas porque reduziram os dias de venda.

Nesta conformidade, Albisetti (2010) afirma que ansiedade que deriva do latino que significa “*apertar, sufocar*”. Quando temos medo, acontecem em nosso corpo transformações químicas que aumentam nossas energias. E quando solicitados por estímulos excessivos, nosso corpo se torna frenético, os movimentos aumentam, os pensamentos se atropelam, as palavras se sucedem de maneira rápida e confusa. O mesmo acontece com as funções físicas, como a respiração, a frequência cardíaca, etc.

Tendo em conta o que se verificou durante a pesquisa, percebemos que muitos dos participantes apresentavam quadros de ansiedade desde a leve a moderada, o que se torna preocupante porque estamos diante de um transtorno que requer uma especial atenção, caso o contrário pode dar origem para o desencadeamento de outras patologias.

O medo que sentes de morrer está relacionado com a COVID-19?

Todos os participantes, clamam que têm medo de morrer e deixarem os seus filhos. Por isso, a melhor forma é cumprirem com as medidas de prevenção deste inimigo invisível.

Relativamente a esta categoria, durante o período de observações por parte dos participantes, quando questionados sobre o medo de morrer, todos mostraram-se preocupados concernente a morte, alguns alegando de que têm filhos para criarem, outros porque são muito jovens, enfim... Entretanto, de modo geral foi possível constatar que o medo de morrer também faz parte dos transtornos de pânico apresentado pelos participantes desta pesquisa, porque o pânico associado à COVID-19, manifesta-se com sentimentos de terror e medo intenso, na qual é interpretado pelo indivíduo como um temor de morrer ou perder a razão.

Conforme aponta Carvalho (2019) o transtorno de pânico é caracterizado por crises de ansiedade repentina e intensa com forte sensação de medo ou mal-estar, acompanhadas de sintomas físicos. As crises podem ocorrer em qualquer lugar, contexto ou momento, durando em média 15 a 30 minutos.

Compulsionando com a visão do autor, faz todo sentido, os participantes apresentarem este tipo de medo, porque tem como principal causa o novo coronavírus, que por ser um vírus invisível, perigoso e de fácil contágio, estimula o maior nível de medo por parte da população justamente por ser desconhecido, perigoso e que está a provocar muitas mortes.

Achas que a COVID-19, tornou o seu futuro incerto?

Dos três participantes da pesquisa, um afirma que sim, porque muita coisa parou devido a esta pandemia, é comerciante, mas agora não consegue viajar porque as fronteiras estão fechadas e isso reduziu a sua fonte de rendimento, o outro diz que sempre achou o seu futuro incerto, e com esta pandemia piorou ainda mais, porque não sabe o que vai acontecer daqui em diante, por esta razão já teve a ideia de tirar a sua própria vida e por fim, afirma o outro participante que, se não fosse esta pandemia já estaria a trabalhar e o que tem pensado é que as coisas já não serão como antes.

Verificou-se igualmente a incerteza por parte dos participantes, por motivos evidentes, porque muitos dependiam de negócios para sobreviverem mas, com as fronteiras fechadas tudo ficou apertado criando desta forma incertezas relativamente ao futuro, outrossim, é que aqueles que estudavam e tinham propostas de trabalhos, não conseguiram concretizar, porque os concursos foram anulados assim como as escolas foram forçadas a fecharem sem data prevista para o reinício. Por serem jovens, com certeza as expectativas tornam-se duvidosas, por esta razão o estado de ânimo baixo, contribuindo desta forma para casos de depressão. Infelizmente, alguns apresentaram ideias suicidas, pelo facto de perceberem que não há saída, tendo em conta os problemas vivenciados. Situação preocupante, porque desde o início da pandemia até o mês de Julho, em Malanje registou-se 20 casos de suicídios.

Novikoff e Jean-Pierre (2003) escrevem que, “a depressão significa rebaixamento, diminuição de pressão, em sentido figurado, é uma diminuição das forças físicas e morais. Ou seja, é toda ruptura da harmonia psíquica”.

Logo, se pode perceber em conformidade com os autores, está claro que a COVID-19, é uma das causas da depressão, porque muitos dos participantes os seus sentimentos manifestam-se em função de reações excessiva a acontecimentos negativos, ou uma falta de motivação, de vontade, até o total desespero.

Sentes-te agitado em situações de stress?

Dois dos três participantes afirmam que sim, *tem um nível alto de ansiedade no seu local de serviço ou mesmo em casa, o outro diz de igual modo que sim e na algumas vezes, sente-se a boca seca.*

No que tange a este problema, verificou-se de forma significativa a agitação dos participantes, porque hoje devido a esta pandemia as pessoas vivem de forma muito pressionada, sendo neste caso um factor predisponente para situações de stress. Por isso, é notório ver pessoas com a boca seca, irritadas, tanto em casa, como no serviço, porque o stress tem esta característica.

Lipp, (2013) “stress é uma reacção do organismo que ocorre quando ele precisa lidar com situações que exijam um grande esforço emocional para serem superadas. Portanto, quanto mais a situação durar, mais estressada a pessoa fica. Como consequência, facilmente sente-se agitada, falta de concentração, irritabilidade” etc.

Geralmente quando estamos diante de uma pandemia, guerra ou catástrofes, é muito frequente que as pessoas se sintam agitadas, o caso concreto são os erros cometidos pela Polícia Nacional, que estão a cometer muitos homicídios contra a sociedade civil devido a agitação que têm sofrido.

Análise dos resultados dos participantes da pesquisa do Grupo (G2), quanto ao modo mais simples das questões mencionados:

Consumes bebidas alcoólicas, quantas vezes por dia?

Dos participantes da pesquisa, afirmam *que todos fazem uso de bebidas alcoólicas, e fundamentam de igual modo que, bebo duas a três vezes por dia, pode beber todo dia quando tem dinheiro ou lhe pagam e, é difícil ficar sem beber.*

Durante a interação que se teve com os participantes, o consumo de bebidas alcoólicas era feito de forma recorrente, como se fosse algo que faz parte do quotidiano. No entanto, muitos já faziam o consumo antes da pandemia, mas admitiram que com o surgimento do novo coronavírus, tiveram maior liberdade para o consumo, por razões diversas, e uma delas está relacionada ao facto de não estarem a trabalhar com regularidade.

A ser verdade, preocupou-nos bastante, por ser um consumo inconsequente provocando desta forma muitos perigos, não só do ponto de vista psicológico, mas, como também social, biológico, tendo em conta a configuração que o homem apresenta como um ser biopsicossocial.

Manuel, (2011) muitos crimes violentos têm sido praticados sob o efeito do álcool e muitas das suas vítimas também se encontram sob o efeito desta substância.

Compulsionando com o autor, acrescenta que o problema à volta do consumo excessivo de substâncias psicoactivas e de todos os problemas atinentes a este fenómeno encontra-se enraizada há muito tempo na vida das diversas sociedades.

Porquê que há muitos casos de violência durante a pandemia?

Um diz pelo facto de estar confinado, outro, por conta do pânico e fruto da pobreza e por fim, porque é um tempo de muita pressão.

Com base a pesquisa feita, constatou-se depoimentos relacionados ao confinamento, ansiedade, stress e desemprego como principais causas da violência doméstica durante o período da pandemia, com maior destaque a violência física e psicológica.

Souza Sá e Marques (2017) a violência intrafamiliar que acomete crianças, adolescentes, idosos, mulheres e homens, tem sido objecto de pesquisa em função do aumento do número de casos nos últimos anos, alcançando proporções epidêmicas. Este tipo de violência é caracterizado por acção ou omissão que prejudique a integridade física e/ou psicológica.

É evidente, porque muitos não estavam acostumados a ficarem muito tempo juntos, o que nos leva a inferir que não se conheciam de forma directa, como diz-se é com base na convivência que se conhece realmente quem é o sujeito, com o surgimento do novo coronavírus, muitos foram obrigados a passarem grande parte do seu tempo em casa, principalmente no estado de emergência. É aqui aonde muitos comportamentos camuflados como: o uso de álcool, intolerância a contrariedade, indisciplina, relações extra-conjugais, agressividade, etc.

Quanto a relação conjugal, tem tido problemas na satisfação sexual?

Dos participantes da pesquisa, afirmam o seguinte: não consegue manter relação sexual satisfatória, porque sofre de ejaculação precoce, e sente que isso vai de mal a pior, não sente prazer, porque não tem devida atenção por parte do meu parceiro e não sente o orgasmo por causa do stress ou desentendimento com o mesmo.

Nesta categoria, permitiu-nos constatar o nível de insatisfação sexual por parte dos participantes, tanto as mulheres como os homens. Na visão masculina as principais dificuldades, estavam relacionadas com a falta de erecção, ejaculação precoce e ansiedade, já as mulheres a falta de desejo e ausência de orgasmo.

O que chamou-nos bastante atenção, é a maneira como certos homens, descobriram outras formas de satisfação sexual não com as suas parceiras reais, mas a partir de fantasias (relações sexuais a partir das redes sociais com mulheres virtuais), em muitos casos muitos deles enviam dinheiro por intermédio de transferência bancárias mesmo não conhecendo fisicamente a mulher, parece algo simples mas, é bastante complicado porque é um problema que tem ganhado uma grande dimensão no mundo da sexualidade.

De acordo com o MSD, (2020) comportamentos sexuais desta natureza, é compreendido como uma parafilia. Caracteriza-se por fantasias ou comportamentos frequentes, intensos e sexualmente estimulantes que envolvem objetos, inanimados, crianças ou adultos. O foco da parafilia pode ser uma variedade de objetos, situações, animais ou pessoas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo ao esboço ora pesquisado e apresentado, entendeu-se que o vírus da pandemia COVID-19, é invisível, perigoso e de fácil contágio porque é transmitido entre pessoas pelo contacto próximo, animal/pessoa e gotículas, não ocorre por transmissão aérea. A ser verdade, torna-se óbvio as repercussões causadas na vida das pessoas, quer seja do ponto de vista psicológico, social, económico e político. Assim sendo, constatamos que os principais transtornos causados pela COVID-19, em Malanje são: a ansiedade, depressão, pânico, stress, stress pós-traumático, depressão, suicídio, violência doméstica, consumo inconsequente de bebidas alcoólicas e transtornos sexuais.

De realçar que de entre os transtornos acima referenciados, muitos dos participantes já o tinham, mas em níveis muito baixo, mas com o surgimento do novo coronavírus, os níveis foram aumentando de forma drástica, preocupando desta forma a classe de saúde mental.

Com base nos resultados obtidos, muitos todos participantes alegaram sentirem-se nervosos ou com tensão muscular, até o ponto de transpirar, desde o momento que tomaram conhecimento do vírus como uma pandemia. Relativamente ao medo sobre a morte, a resposta foi unânime, porque todos mostraram-se preocupados, com maior preocupação de quem realmente ficaria com os filhos caso morresse.

De igual modo aconteceu com a insegurança quanto ao futuro, porque pararam de estudar, trabalhar, o que influenciou de certa forma para que muitos tivessem ideias suicidas. Concernente a violência doméstica, é outro problema que também teve um destaque. Em função do maior nível de casos registrados no período da COVID-19, bem com o suicídio que teve um record de 20 casos, isto é, desde Maio até Julho. Não se esquecendo do consumo inconsequente de bebidas alcoólicas, que também nos assustou bastante, porque muitos dos consumidores nesta fase, apresentam sinais de dependência. Outrossim, são os transtornos sexuais, com destaque as parafilias (relações sexuais fora do padrão normal), através de vídeos pornográficos, imagens pessoais através das redes sociais.

Assim sendo, podemos concluir que a COVID-19 é uma pandemia equivalente há uma guerra, porque apresenta vários estágios como: pré-desastre, durante o desastre e pós-desastre. O que significa dizer que cada uma dessas pode surgir um tipo de transtorno mental e, o modelo de intervenção também é diferente. Por isso, a nossa pesquisa se baseou nestas três fases tendo em conta a Psicologia das emergências, e das consultas feitas nos consultórios de Psicologia durante a pandemia, constatamos que muitos ficaram deprimidos, ansiosos, entraram em pânico, ficaram stressados, agressores, consumidores de bebidas alcoólicas, e com problemas sexuais, tendo como principal motivo o surgimento do novo coronavírus.

Portanto, o vírus existe é real e desconhecido, por notar-se a frequente ausência dos serviços de saúde mental, isso influenciou com que muitos desencadeassem a esses problemas, porque são poucos que têm tido assistência psicológica. Por isso, neste artigo, referenciamos os modelos de intervenção psicoterapêutica por serem problemas específicos de saúde mental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Beck, A.T. (1984). Cognitive approaches to stress. In C. Lehrer & R. L. Woolfolk. *Clinical Guide to stress Management*. Nova Iorque: Guilford Press.
- Beck, A., Dattilio, N., & Freeman, V. (1998) *Terapia Comportamental e Cognitivo-Comportamental*. São Paulo: Roca.
- Beck, A. T., & Alford, B. A. (2000). *O poder integrador da terapia cognitiva*. Porto Alegre: Artmed.
- Contreiras, G. (2020). A utilização das medidas de cumprimento da pandemia COVID-19 e sua contribuição para o desenvolvimento económico e social da província de Malanje. *RIESA*, 3 (2), 18-40. doi: [10.37334/riesa.v3i2.35](https://doi.org/10.37334/riesa.v3i2.35)
- DSM – V. (2020). *Manual de diagnóstico e estatística das perturbações mentais*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Fenichel, O. (2000) *Teoria Psicanalítica das Neuroses. Fundamentos e Bases da Doutrina Psicanalítica*. São Paulo: Atheneu Editora.
- Graziani, P. (2001). *Ansiedade e perturbações da ansiedade*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Vos E. Considerable uncertainty remains in the evidence for primary prevention of cardiovascular disease. *Cochrane Database Syst Rev*, 14(8). doi: [10.1002/14651858](https://doi.org/10.1002/14651858)
- Lazarus, R.S. (1984). *Emotion et adaptation*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Lipp, M. (2013). Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais (DSM-V). IPCS- Instituto de Psicologia e Controle de Stress. Lisboa: Climepsi Editores.
- Manuel, F. (2011). *Consumo de Bebidas Alcoólicas*. BC Livtec.
- Novikoff, M., & Jean-Pierre, O. (2003) 101 *Respostas sobre a depressão. Arte de Viver*. Publicações Europa-América.
- OMS (2002). *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Genebra.
- Souza, E.R., Minayo, M. C. S., & Malaquias, J.V. (2002). Suicídio de jovens nas principais capitais do Brasil. *Cad Saúde Publica*, 18(3), 673-83.
- Souza Sá, J., & Marques, A. (2017). Violência intrafamiliar contra a criança e repercussões no contexto escolar. *ENCICLOPÉDIA BIOSFERA*, 14(26), 2017-1175. doi: [10.18677/EnciBio_2017B100](https://doi.org/10.18677/EnciBio_2017B100)

Weber, Z. (2014) *A Psicanálise depois de Freud. Teoria e Clínica*. Porto Alegre: Artmed.

Vaz-Freixo, M. J. (2011). *Metodologia Científica: fundamentos, métodos e técnicas*. Lisboa: Instituto Piaget.

**PERCEPÇÃO DOS MÉDICOS DO SERVIÇO DE MEDICINA INTERNA,
DOS HOSPITAIS DE REFERÊNCIA DA PROVÍNCIA DO HUAMBO, EM
RELAÇÃO A ABORDAGEM DA INSUFICIÊNCIA CARDÍACA**

*Perception of doctors in the internal medicine service, in reference hospitals in
the province of Huambo, regarding the approach to heart failure*

SACHOCAL, Ednogildo³⁶, CASSOMA, JOSÉ ², JOAQUIM, Felizardo³ & NUNGULO, Victor Nhime⁴

Resumo

A insuficiência cardíaca, por ser uma pandemia, deve ser devidamente abordada para evitar desfechos ruins. Realizou-se uma investigação clínica, provincial e institucional, de carácter descritiva, observacional e transversal para avaliar a percepção dos médicos dos serviços de medicina interna, dos Hospitais de referência da província do Huambo, em relação a abordagem da Insuficiência cardíaca através de um questionário, modificado. A dispneia (80%), edema dos membros inferiores (70%), cansaço e/ou turgência jugular (12%) foram os sinais e sintomas mais referidos. R-x do tórax constitui o exame principal (84%). Da amostra 46% utilizam a classe funcional da NYHA e 40% os critérios de *Framingham* para classificação. Os diuréticos da alça são os fármacos mais prescrito pelos médicos (48%). Para alívio dos sintomas utilizam os diuréticos da alça, e, os IECAs para reduzir a mortalidade. Portanto, de forma geral, constatou-se que a percepção dos médicos é razoável.

Abstract

Heart failure, being a pandemic, must be properly addressed to avoid poor outcomes. A clinical, provincial and institutional investigation, of a descriptive, observational and transversal nature, was carried out to assess the perception of doctors in internal medicine services, in reference hospitals in Huambo province, in relation to the approach of Heart Failure through a questionnaire modified. Dyspnea (80%), lower limb oedema (70%), tiredness and / or jugular turgency (12%) were the most common signs and symptoms. Chest X-ray is the main exam (84%). Of the sample, 46% use the NYHA functional class and 40% use the Framingham criteria. Loop diuretics are the drugs most prescribed by doctors (48%). To relieve symptoms, use loop diuretics, and ACE inhibitors to reduce mortality. Therefore, in general, it was found that the perception of doctors is reasonable.

Palavras-chave: *percepção; insuficiência cardíaca; abordagem; médicos.*

Key-words: *perception; heart failure; approach; doctors.*

Data de submissão: junho de 2020 | **Data de publicação:** setembro de 2020.

³⁶ EDNOGILDO DOMINGOS MIGUEL SACHOCAL – Faculdade de Medicina da Universidade José Eduardo dos Santos. ANGOLA. E-mail: ednogildomestrado@gmail.com

² JOSÉ BONGUE CASSOMA – Hospital Geral do Huambo. ANGOLA. E-mail: josebonguecassoma@gmail.com

³ FELIZARDO DOMINGOS SAMUEL JOAQUIM – Hospital geral do Huambo. ANGOLA. E-mail: felix0177@gmail.com

⁴ VICTOR NHIME NUNGULO – Faculdade de Medicina da Universidade José Eduardo dos Santos. ANGOLA. E-mail: nungulovictory@gmail.com

INTRODUÇÃO

A insuficiência cardíaca (IC), considerada um grave problema de saúde mundial, constitui uma síndrome clínica prevalente entre a população adulta, principalmente, por afectar mais de 20 milhões de indivíduos em países desenvolvidos e subdesenvolvidos (Cook, Cole, Asaria, Jabbour, & Francis, 2013; Kimani, Namukwaya, Grant, & Murray, 2016). Devido a este grande número de pessoas afetadas, atualmente, a IC é considerada uma pandemia (Savarese & Lund, 2017).

Apesar da escassez de estudos nos países em desenvolvimento, algumas pesquisas descrevem a IC como um transtorno cardiovascular frequente na África Subsaariana (Dokainish et al., 2016; Kimani, Namukwaya, Grant & Murray, 2016).

Um estudo sobre taxa de mortalidade em pacientes com insuficiência cardíaca no Hospital Universitário de Libreville demonstrou que o tratamento tardio e as comorbidades agravam a mortalidade e, para redução da mortalidade em indivíduos relativamente jovens, é necessário a identificação precoce de fatores de risco e uma boa educação terapêutica (Bivigou, Allognon, Ndoume, Mipinda, & Nzengue, 2018).

No nosso país a IC ocupa um lugar importante entre as principais doenças que afetam os adultos e adolescentes. Neste sentido, é necessário um grande esforço para direcionar boa parte dos serviços de saúde para abordar de forma eficaz todos os doentes que são acometidos por esta síndrome. Esta abordagem deve começar sempre com uma boa anamnese, para identificação dos sinais e sintomas cardinais, seguida de um exame físico pormenorizado e prescrição de exames complementares específicos. Assim, realiza-se o diagnóstico definitivo e, por conseguinte, a instituição de uma terapêutica adequada à causa e grau de severidade da IC. Estes passos têm sido melhorados periodicamente.

Apesar da inexistência de estudos publicados, relacionados com a qualidade do manejo e prevalência de doentes com IC no nosso meio, no serviço de medicina interna da maior unidade sanitária da província do Huambo, observa-se em média um internamento por dia de doentes com diagnóstico clínico de IC. Maior parte destes doentes são atendidos por médicos sem especialidade.

Existem estudos feitos na Europa, Brasil, Nigéria que avaliaram a percepção dos profissionais em relação ao manejo e diagnóstico de doentes com IC (Hobbs, Jones, Allan, Wilson, & Tobias, 2000; Tavares, Velarde, de Miranda, & Mesquita, 2006). No estudo de Lagos, Nigéria, conclui-se que esta classe de profissionais tem fraco conhecimento acerca deste assunto (Mbakwem & Ajuluchukwu, 2004). Ao que se sabe não existem estudos realizados e publicados sobre a temática no nosso País.

Sendo assim, considerando que maior parte dos doentes com IC atendidos nos Hospitais de nosso País e, particularmente, da província do Huambo, são seguidos por médicos internos gerais, e de acordo com as situações mencionadas nos parágrafos anteriores, o principal objetivo deste trabalho foi avaliar a percepção dos médicos dos serviços de medicina interna, dos Hospitais de referência da província do Huambo, em relação a abordagem da Insuficiência cardíaca através de um questionário, modificado, validado no estudo *EURO-HF*.

1. MATERIAL E MÉTODOS

Realizou-se um estudo de investigação clínica, provincial e institucional, de carácter descritivo observacional e transversal, através da aplicação de um questionário qualitativo durante os meses de junho e agosto de 2019. Este questionário, traduzido para a língua portuguesa com auxílio de tradutores locais, validado no estudo *EURO-HF*, apresenta grupos de perguntas que avaliam principalmente a capacidade diagnóstico, tratamento e seguimento de doentes com IC. Para o nosso estudo, depois de discutido com a equipa de investigação, decidimos adicionar um bloco de perguntas para obter informações sociodemográficas, perguntas sobre a conduta e classificação da IC, e algumas foram reformuladas para facilitar o entendimento por parte dos sujeitos em estudo, tratamento e análise dos dados.

Aplicou-se em cinco Hospitais de referência da província do Huambo, nomeadamente o Hospital Geral do Huambo e os Hospitais municipais do Bailundo, Huambo, Caala, Catchiungo. De acordo com número de médicos que trabalharam naquelas unidades, no momento do estudo, o universo foi de 72 médicos. E de acordo com os critérios de inclusão e exclusão foram inquiridos 50 médicos.

Os critérios de inclusão foram: estar colocado em um serviço de medicina interna dos hospitais supracitados e aceitar participar no estudo de forma livre e esclarecida. Para exclusão de participantes tivemos em conta os seguintes aspetos: não ter a capacidade, caso seja estrangeiro, de escrever fluentemente em língua portuguesa e aqueles que entregaram questionários não respondidos.

O estudo foi aprovado pela Direcção Pedagógica e Científica do Hospital Geral do Huambo, e pelas Direcções clínicas dos demais Hospitais.

A análise estatística foi feita com recurso ao programa *SPSS (Statistical Package for Social Sciences)* versão 24.0 para *Windows*. As variáveis foram analisadas através da estatística descritiva.

2. RESULTADOS

Do ponto de vista sociodemográfico (tabela 1), a média de idade dos médicos foi de $36,98 \pm 9,8$ preponderando os menores de 30 anos de idades; 50% dos médicos inquiridos são do sexo feminino, a categoria com maior representatividade é a de médicos internos gerais com 64% da amostra e a de especialistas ou Médicos Assistentes foi a de menor representatividade (12%). O Hospital Geral do Huambo foi a unidade sanitária com maior número de médico ($n=17$) com 34% da amostra, seguido dos Hospitais municipais do Huambo e Bailundo (24%), Catchiungo (10%) e Caála (4%) respetivamente. A nacionalidade de maior predominância é angolana representando 94% da amostra, a de menor é a Vietaname com apenas 1 médico (2%).

Tabela 2- Distribuição dos médicos segundo a idade, sexo, local de trabalho, categoria e nacionalidade.

Idade (anos) DP=9,8 Média=36,98	n=50 (%)
≤ 30	13(26)
31 - 33	8(16)
34 - 35	10(20)
36 - 45	8(16)
≥46	9(18)
SEXO	n=50 (%)
Masculino	23(46)
Feminino	25(50)
Categoria	n=50 (%)
Médicos internos gerais	32(64,0)
Internos de Medicina	12(24,0)
Especialistas	6(12,0)

Local de trabalho	n=50 (%)
Hospital Geral do Huambo	17(34,0)
Hospital municipal do Huambo	12(24,0)
Hospital municipal da Caála	4(8,0)
Hospital municipal do Catchiungo	5(10,0)
Hospital municipal do Bailundo	12(24,0)
Nacionalidade	n=50 (%)
Angola	47(94,0)
Vietname	1(2,0)
Cuba	2(4,0)

Fonte: elaboração própria (questionário).

Os três sinais e sintomas escolhidos (ver tabela 2) pelos médicos para diagnóstico de IC são: dispneia (80%), edema dos membros inferiores (70%), cansaço e/ou turgência jugular (12%). Os três menos escolhidos foram os sopros (2%), refluxo hepato-jugular (4%) e cardiomegalia (4%).

Tabela 3 - Sintomas e sinais sugestivos de IC

Sinais e sintomas	n=50(%)
Edema dos membros inferiores	35(70)
Dispnea	40(80)
Cansaço	12(24)
Turgência jugular	12(24)
Palpitações	3(6)
Tosse	7(14)
Toracoalgia	2(4)
Taquicardia	9(18)
Hepatomegalia	9(18)
Ascite	5(10)
Ritmo de Galope	6(12)
Fervores crepantes	4(8)
Cardiomegalia	2(4)
Sopros	1(2)
Refluxo Hepato-jugular	2(4)

Fonte: elaboração própria (questionário).

Em relação a questão sobre o guia de diagnóstico (ver tabela 3) de IC 68% dos médicos selecionaram os sintomas e sinais, e 4% preferem a opinião de um especialista. Os exames complementares constituem a terceira opção dos médicos.

Tabela 4 - Guia para diagnóstico de IC

GUIA	n=50(%)
Sintomas	8 (16)
Sintomas e sinais	34(68)
Exame complementar	3(6)
Opinião de um especialista	2(4)

Fonte: elaboração própria (questionário).

Na tabela 4 observa-se que, depois de questionados acerca dos exames para confirmação do diagnóstico de IC, o eletrocardiograma (ECG), o R-x do tórax e o ecocardiograma são sempre os selecionados ou indicados, onde o R-x do tórax constitui o principal com uma percentagem de 84%, seguido do electrocardiograma.

Tabela 5 - Exame complementar para diagnóstico de IC

CRITÉRIO	n=50(%)
Electrocardiograma	33 (66)
R-X do tórax	42(84)
Ecocardiograma	22(44)

Fonte: elaboração própria (questionário).

Em relação a classificação da IC de acordo a gravidade (tabela 5) quase metade dos médicos utilizam a classe funcional da *NYHA* (*New York Heart Association*). Por outro lado, 20 médicos (40%) relataram os critérios de framigham e apenas 2 (4%) médicos os critérios da *ACC/AHA* (*American Collegy of Cardiology and American Heart Association*).

Tabela 6 - Classificação da IC

CRITÉRIO	n=50(%)
NYHA	23 (46)
ACC/AHA	2 (4)
Crítérios de Framigham	20 (40)
Nenhuma	4 (8)

Fonte: elaboração própria (questionário). *NYHA*: *New York Heart Association*. *ACC/AHA*: *American College of Cardiology and American Heart Association*.

Na seguinte tabela observa-se que maior parte dos médicos responderam de forma acertadas aos critérios de *Framigham* para diagnóstico de IC, o que representou 56% da amostra.

Tabela 7 – Respostas aos critérios de framigham para diagnóstico de IC

Respostas	n=50(%)
Certas	28 (56)
Erradas	10 (20)

Fonte: questionário

Os diuréticos da alça são os fármacos mais prescrito pelos médicos (48%), e os menos prescritos são os inibidores da enzima conversora de angiotensina (IECAs) e os antagonistas da adolterona (14%), seguido dos glicosídeos digitálicos e Beta-bloqueadores (ver tabela 7).

Tabela 8 - Percentagem de doentes que usam fármacos para tratamento de IC

Respostas	n=50(%)
Diuréticos da alça	24(48)
Diuréticos tiazídicos	2(4)
Glicosídeos digitálicos	4(8)
Beta-bloqueadores	4(8)
IECA	7(14)
Antagonistas da aldosterona	7(14)

Fonte: elaboração própria (questionário).

Na tabela 8 apresentamos a média da dose máxima de manutenção e os respectivos valores máximo e mínimo dos fármacos mais prescritos. Para furosemida a dose máxima média foi 75,6±67,5 mg com dose máxima de 350 mg, 43±31,4 mg para hidroclorotiazida e dose máxima de 150 mg, 0,4±0,2 para digoxina e dose máxima de 1mg, 80,5±83,5 mg para propranolol com dose máxima de 320 mg, 45±34,3 para carvedilol e dose máxima de 100 mg, 45,5±27,9 mg para captopril com dose máxima 150 mg, e 30±18,3 mg para Enalapril com dose máxima de 50 mg.

Tabela 9 – Dose média de manutenção dos fármacos mais prescritos pelos médicos

Fármacos(n)	μ(σ) min-max
Furosemida (40)	75,6 mg (67,5) 10-350
Hidroclorotiazida (32)	43 mg (31,4) 9-150
Digoxina (20)	0,4 mg (0,2) 0,15-1
Propanolol (21)	80,5 mg (83,5) 10-320
Carvedilol (5)	45 mg (34,3) 10-100
Captopril (29)	45,5 mg (27,9) 20-150
Enalapril (4)	30 mg (18,3) 10-50

Fonte: elaboração própria (questionário).

Para alívio dos sintomas de IC 16 (32%) os profissionais utilizam a Diuréticos da alça, 8 (16%) preferem a glicosídeos cardíacos ou IECAs, 6 (12%) os antagonistas da aldosterona, 5 (10%) Betabloqueadores, e 2(4%) utilizam os tiazidicos (tabela 9).

Tabela 10 - Fármacos que promovem alívio dos sintomas por IC

Fármacos	n (%)
Diuréticos da alça	16(32)
Tiazidicos	2(4)
Glicosídeos cardíacos	8(16)
Betabloqueador	5(10)
IECAs	8(16)
Antagonista da aldosterona	6(12)

Fonte: elaboração própria (questionário).

Na pergunta sobre os fármacos que reduzem a mortalidade por IC (tabela 10) os profissionais escolheram o IECAs como a primeira opção (22%), os betabloqueadores como segunda opção (14), os diuréticos da alça, tiazidicos e antagonistas da aldosternona como terceira opção (8%).

Tabela 11 - Fármacos que reduzem a mortalidade por IC

Fármacos	n (%)
Diuréticos da alça	4(8)
Tiazidicos	4(8)
Glicosídeos cardíacos	2(4)
Betabloqueadores	7(14)
IECAs	11(22)
Antagonistas da espironolaton	4(8)

Fonte: elaboração própria (questionário).

Os efeitos adversos mais relatados segundo o grupo farmacológico (tabela 11) são: para os diuréticos da alça a hipopotassemia (38%), nos tiazidicos a hiperglicemia outros (10%), a intoxicação digitálica (12) nos glicosídeos cardíacos, para os betabloqueadores o bloqueio A-V (12), e para os IECA a tosse seca e persistente (30%).

Tabla 11 - Efeitos adverso de acordo aos fármacos prescritos

Fármaco/efeito adverso	n (%)
Diuréticos da alça	
Hipovolemia	2 (4)
Hipopotassemia	19 (38)
Outros	12(24)
Diuréticos tiazídicos	n (%)
Hiperglicemia	5 (10)
Hiperuricemia	1 (2)
Outros	5 (10)
Glicosídeos cardíacos	n (%)
Intoxicação digitálica	12(24)
Outros	7 (14)
Betabloqueadores	n (%)
Bloqueio A-V	6 (12)
Hipotensão arterial	2 (4)
Outros	9 (18)
Inibidores da enzima conversora de angiotensina	11(34,4)
Tosse seca e persistente	15 (30)
Outros	8 (16)

Fonte: elaboração própria (questionário).

3. DISCUSSÃO

A boa capacidade manejar doentes com IC é fundamental para que recupere de forma satisfatória. Para salvaguardar esta questão deve-se primar por uma boa conduta diagnóstica e terapêutica. A conduta diagnóstica, normalmente, começa por uma boa anamnese e exame físico com vista a identificar, fundamentalmente, os sinais e sintomas e, posteriormente, indicar os exames complementares para confirmação do diagnóstico que, geralmente, facilitam a prescrição médica. Sendo assim, quando questionados sobre três sinais e sintomas sugestivos de IC, os médicos escreveram a dispneia, edema, cansaço e/ou turgência jugular (este teve a mesma percentagem do cansaço). No estudo *EURO-HF* e o no outro realizado por Tavares e seus colaboradores (2006), registou-se o mesmo resultado, ou seja, o três sinais e sintomas foram dispneia, edema e cansaço (Tavares et al., 2006; Hobbs et al. 2000). No estudo feito na noruega a Turgência jugular foi um sinal bastante relatado (Rutten, Grobbee, & Hoes, 2003). Mais de metade dos médicos (68%) baseiam-se nos sinais e sintomas para diagnóstico, e 2% preferem opinião de um especialista. Poucos utilizam o exames complementares (3%). No estudo feito por Mbakwem e AjuluchuKwu em Lagos, Nigéria, houve o mesmo resultado, isto é, os sinais e sintomas foram os mais escolhidos (Mbakwem & Ajuluchukwu, 2004).

Os exames complementar iniciais para diagnóstico da IC, de acordo com as novas guidelines europeia, são ECG, peptidos natriuréticos e o ecocardiograma, os outros exames são necessários caso estes não permitirem chegar a um diagnóstico definitivo (Ponikowski et al., 2016). Nestas novas diretrizes recomenda-se o ecocardiograma para confirmação e o ECG e peptidos natriuréticos para a despistagem. Todavia, no presente estudo os exames mais relatados pelos médicos foram o ECG, Rx do tórax e o ecocardiograma. O mais indicado foi o ECG (66%) seguido do Rx do tórax (42%) e o ecocardiograma (22%) respetivamente. Os peptidos natriuréticos não estão disponíveis nos respetivos hospitais, daí a razão de não ser escolhido pelos médicos. Por outro lado, na nossa província, apenas o Hospital Geral possui aparelho para realização de ecocardiograma. Esta pode ser a razão da baixa escolha deste exame importantíssimo, mas não se descarta a possibilidade de alguns terem esquecido. No estudo de Lagos, Nigéria, também houve pouca aderência ao ecocardiograma (Mbakwem & Ajuluchukwu, 2004). No outro estudo, feito na Noruega, o ECG e R-x do tórax foram os mais escolhidos pelos médicos de cuidados primários e secundários (Rutten *et al.*, 2003).

Maior parte dos médicos utilizam a classe funcional da *NYHA* para classificação da IC. Infelizmente, de forma errada, 40% dos médicos responderam que utilizam os critérios de *Framingham*. Estes critérios são apenas úteis para o diagnóstico e não para classificação. Presume-se então que estes Utilizam pouco os critérios de *Framingham*, isto confirmou-se na pergunta específica sobre este critérios onde apenas 28 (56%) médicos, responderam de forma acertada e outros deixaram a pergunta em branco,. A restante parte da amostra utilizam a classificação em estágios da ACC/AHA. No estudo de Tavares e colaboradores (2006), a classe funcional *NYHA* foi mais utilizada pelos cardiologistas (Tavares et al., 2006).

A conduta terapêutica deve centrar-se em proporcionar alívio dos sinais e sintomas, melhorar a capacidade funcional, a qualidade de vida, prevenir ou evitar admissão hospitalar e reduzir, de forma considerável, a mortalidade (Ponikowski et al., 2016). Neste contexto, os fármacos mais prescritos, pelos médicos, foram os diuréticos da alça (48%) seguido dos IECAs e antagonistas da aldosterona (14%), betabloqueadores e glicosídeos digitálicos (8%), e os menos prescritos foram os diuréticos tiazídicos (4%). No estudo *EURO-HF* encontrou-se resultado um pouco diferente em termos de percentagem: De realçar 65,8% prescreveram diuréticos da alça, 19,4% diuréticos tiazidicos, 55,4% os IECAs, 6,2% Betabloqueadores. No estudo da Noruega os grupos de fármacos mais prescritos pelos médicos internos gerais foram os diuréticos (Rutten et al., 2003).

A dose máxima dos fármacos mais prescritos pelos médicos são, de forma geral, aceitáveis de acordo com as recomendadas. Entretanto, para alguns fármacos não acontece assim; por exemplo no caso do carvedilol a dose diária referida (tabela 8) ficou muito além da recomendada, provavelmente, deve-se ao facto de ser um fármaco pouco presente no nosso meio e de prescrição relativa devido ao custo do mesmo. Registou-se o mesmo comportamento no estudo *EURO-HF* e no de Lagos, Nigéria (Hobbs et al., 2000; Mbakwem & Ajuluchukwu, 2004). Da mesma forma que aconteceu no estudo *EURO-HF*, para alívio dos sintomas prescrevem os diuréticos da alça, e para redução da mortalidade os IECAs (ver tabela 9 e 10). No estudo feito no Brasil, os médicos de família e os cardiologistas, prescrevem os diuréticos da alça para alívio dos sintomas assim como para reduzir a mortalidade (Tavares et al., 2006).

Conforme observa-se na tabela 11, existem pouco médicos que conhecem os efeitos adversos dos fármacos prescritos, a pesar de que, para alguns fármacos, mais da metade relataram o efeito adverso.

Para concluir, queremos dizer que a debilidade na resposta de algumas perguntas pode estar relacionada ao facto de existir poucos especialistas, principalmente de cardiologia, e a falta de atualização periódica dos profissionais, sem esquecer a escassez de recursos para diagnosticar e tratar esta síndrome. Esta debilidade foi vista principalmente nas questões sobre a classificação, dosagem e exames complementares. Por este motivo é urgente a necessidade de priorizar a atualização clínica e terapêutica nas sessões de ensino-aprendizagem realizadas nos respetivos Hospitais.

Outrossim, não descartamos a necessidade de realizar mais uma pesquisa pormenorizada, principalmente para entender ou diferenciar a atuação destes profissionais em seus Hospitais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bivigou, E. A., Allognon, M. C., Ndoume, F., Mipinda, J. B., & Nzengue, E. E. (2018). Léthalité de l'insuffisance cardiaque au Centre Hospitalier Universitaire de Libreville (CHUL) et facteurs associés. *Pan Afr Med J.*, 31(27), 1–8. doi: 10.11604/pamj.2018.31.27.13259
- Cook, C., Cole, G., Asaria, P., Jabbour, R., & Francis, D. P. (2013). The annual global economic burden of heart failure. *Int J Cardiol.*, 171(3), 368-76. doi: 10.1016/j.ijcard.2013.12.028.
- Dokainish, H., Teo, K., Zhu, J., Roy, A., Alhabib, K. F., Elsayed, A., ... Appendix, I. I. (2016). Heart Failure in Africa, Asia, the Middle East and South America: The INTER-CHF study. *Int J Cardiol.*, 204, 133–141. doi: 10.1016/j.ijcard.2015.11.183.
- Hobbs, F. D. R., Jones, M. I., Allan, T. F., Wilson, S., & Tobias, R. (2000). European survey of primary care physician perceptions on heart failure diagnosis and management (Euro-HF). *Eur Heart J*, 21(22), 1877–1887. doi: 10.1053/ehj.2000.2170
- Kimani, K., Namukwaya, E., Grant, L., & Murray, S. A. (2016). What is known about heart failure in sub-Saharan Africa: a scoping review of the English literature. *BMJ Support Palliative Care*, 7(2), 122-127. doi: 10.1136/bmjspcare-2015-000924

- Mbakwem, A. C., & Ajuluchukwu, J. N. (2004). Survey of Primary Care Physicians Perception on Diagnosis and Management of Congestive Heart Failure in Lagos, Nigeria. *NQJHM*, 14(2), 130–135. doi:10.4314/nqjhm.v14i2.12705
- Ponikowski, P., Voors, A., Anker, S., Bueno, H., Cleland, J., Coats, A., ... Jankowska, E. (2016). 2016 ESC Guidelines for the diagnosis and treatment of acute and chronic heart failure The Task Force for the diagnosis and treatment of acute and chronic heart failure of the European Society of Cardiology (ESC) Developed with the special contribution. *Eur Heart J*, 37(27), 2129–2200. doi:10.1093/eurheartj/ehw128
- Rutten, F. H., Grobbee, D. E., & Hoes, A. W. (2003). Diagnosis and management of heart failure: a questionnaire among general practitioners and cardiologists. *Eur J Heart Fail*, 5(3), 345-8. doi: 10.1016/s1388-9842(03)00049-7
- Savarese, G., & Lund, L. H. (2017). Global Public Health Burden of Heart Failure. *Card Fail Rev.*, 3(1), 7-11. doi: 10.15420/cfr.2016:25:2
- Tavares, L. R., Velarde, L. G. C., de Miranda, V. A., & Mesquita, E. T. (2006). Perceptions of heart failure diagnosis and management: comparison between clinical cardiologists and family doctors. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, 87(2), 167-173. doi:10.1590/S0066-782X2006001500015

PAPEL DOS BIOMARCADORES EM PACIENTES COM COVID-19

Role of biomarkers in patients with COVID-19

CHINDUMA, A.³⁷, EPALANGA, B.³⁸, CHITUMBA, H.³⁹, PAKISI, J.⁴⁰, NUNGULO, V.⁴¹, ARGUDÍN, L.⁴²

Resumo

Em dezembro de 2019 o mundo registou um surto de uma infecção respiratória na China, província de Wuhan e a OMS deu o nome de novo coronavírus. Objectivos: A presente pesquisa objectivou descrever o papel dos biomarcadores na evolução de pacientes com Covid-19. Metodologia: Trata-se de uma revisão bibliográfica, foram usados os seguintes descritores *Coronavirus*, Covid-19, Biomarcadores, SARS-CoV-2, SARS-CoV, Predictores. A seleção dos estudos foi realizada em duas etapas, na primeira foram avaliados os títulos e resumos das referências identificadas por meio da estratégia de busca e os potencialmente elegíveis foram pré-selecionados. Na segunda foi realizada a avaliação dos textos pré-selecionados na íntegra para confirmação da elegibilidade. Os artigos consultados evidenciaram que as elevações dos níveis de biomarcadores predizem mau prognóstico em pacientes com COVID-19. Há evidências claras de como os níveis de biomarcadores podem mudar o curso da doença de acordo com a gravidade da infecção por COVID-19, podendo ser usado como um complemento na prática clínica e orientar a triagem o tratamento e admissão de pacientes na Unidade de Cuidados Intensivos para um seguimento diferenciado melhorando assim o prognóstico e minimizar as taxas de internamento e de mortalidade.

Abstract

In December 2019, the world registered an outbreak of respiratory infection in China, Wuhan province and WHO called itself the new coronavirus. Aim: this research aimed to describe the role of biomarkers in the evolution of patients with COVID-19. Methodology: this is a Bibliographic review, using the following descriptors *Coronavirus*, COVID-19, Biomarkers, SARS-CoV-2, SARS-CoV, Predictors Biomarkers. The selection of the studies was carried out in two stages, in the first stage the titles and abstracts of the references identified through the search strategy were evaluated and the potentially eligible studies were pre-selected. In the second stage, the full text evaluation of the pre-selected studies was carried out to confirm eligibility. The articles consulted showed that the increase in the levels of biomarkers predicts a poor prognosis in patients with COVID-19. Clear evidence of how the levels of biomarkers can change the course of the disease according to the severity of the COVID-19 infection, can be used as a complement in clinical practice to guide the screening, treatment and admission of patients to the Intensive Care Unit for differentiated follow-up, thus improving prognosis and minimizing hospitalization and mortality rates.

Palavras-chave: *Biomarcadores; COVID-19; Prognóstico.*

Keywords: *Biomarkers; COVID-19; Prognosis*

Data de submissão: setembro de 2020 | **Data de publicação:** dezembro de 2020.

³⁷ ARDAIA TOMÁS MUANGO CHINDUMA - Mestre em Ciências Biomédicas. Assistente da Faculdade de Medicina do Huambo. ANGOLA. E-mail: ardaiaomas794@gmail.com

³⁸ BENILZA ESTER GUIADO EPALANGA - Faculdade de Medicina do Huambo-UJES. ANGOLA. E-mail: benilzaester@live.com.pt

³⁹ HERMENEGILDO OSVALDO CHITUMBA - Faculdade de Medicina do Huambo-UJES. ANGOLA. E-mail: chitumba16@gmail.com

⁴⁰ JOB CHIVANGULULA PAKISI - Faculdade de Medicina do Huambo-UJES. ANGOLA. E-mail: jobpakisi19@gmail.com,

⁴¹ VICTOR NHIME NUNGULO - Faculdade de Medicina do Huambo-UJES. ANGOLA. E-mail: nungulovictory@gmail.com

⁴² LEXANDRA LÓPEZ ARGUDÍN - Faculdade de Medicina do Huambo Universidade José Eduardo dos Santos. ANGOLA. E-mail: lexandra.argudin@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019 o mundo registou um surgimento de uma infecção respiratória na região de Wuhan, China. Após estudos realizados confirmou-se que esta infecção era causada por um vírus, baptizado provisoriamente de 2019-nCoV, posteriormente denominado por SARS-CoV-2. No dia 11 de fevereiro de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS), anunciou que a doença causada pelo novo coronavírus chamarse-ia COVID-19 (Kenneth, 2020 & OMS, 2020). Até ao dia 07 de agosto de 2020, a OMS registou 26.994.442 casos confirmados e 880.994 mortes. Do total dos casos confirmados 52,3% correspondem ao continente americano, 4% ao africano (OMS, 2020). Na mesma data a Comissão Interministerial de Angola para o combate a COVID-19, reportou um total de 2.965 casos confirmados, destes aproximadamente 40,4% casos recuperados, 3,95 % 117 óbitos e 1.650 casos activos (Comissão Interministerial de Angola para o Combate a COVID-19, 2020). O Coronavírus (CoV), é um vírus RNA e pode ser dividido em quatro géneros: alpha, beta, delta e gamma. Assim sendo os alpha e os beta, estão associados a infecções em humanos. Quatro coronavírus foram identificados globalmente (HCoV, 229E, NL63, OC43, e HKU1), como a maior causa de infecções respiratorias altas em adultos aproximadamente em 10 a 30% dos casos (Singhal, 2020).

O surgimento do vírus da síndrome respiratória aguda SARS-CoV-2, conduziu a um rápido desenvolvimento de métodos moleculares serológicos para identificação de infeções por SARS-Cov-2 (Fernández, 2020). Após os exames estes sintomas clínicos subjectivos podem ser interpretados com maior confiança usando biomarcadores. Pois estes fornecem valores objectivos ao longo da progressão da doença (Pierce, McCabe, White, & Clancy, 2012). Os biomarcadores ou marcadores biológicos são entidades que podem ser medidas experimentalmente e indicam a ocorrência de uma determinada função normal ou patológica num organismo ou uma resposta a um agente. Até agora a COVID-19 é a maior preocupação para a saúde a nível mundial, devido os números de mortes que tem se registrado todos os dias. A fisiopatologia da COVID-19 ainda não é bem conhecida, diz-se que pode ter o mesmo percurso ao SARS (Síndrome agudo Respiratório). O vírus afecta as vias respiratórias provocando assim uma resposta inflamatória local e a consequente liberação de citocinas tais como: interleucina-1 β (IL-1 β , IL-6), factor de crescimento Transformador- β 1 (TGF- β 1), Factor de Necrose Tumoral α (TNF- α) (Shi et al., 2020). O vírus depois de penetrar em humanos liga-se ao receptor

da célula do epitélio alveolar (os pneumócitos tipo II) através da glicoproteína da membrana S que se encontra no envoltório da “coroa”, inicia a replicação do RNA dando assim origem as manifestações clínicas, este conecta com o receptor da enzima conversora de angiotensina-2 (ECA2). Os receptores ECA2 no SARS-COV-2 são virulentos, fazendo com que uma pequena quantidade de vírus cause a infecção. A glicoproteína S da superfície do vírus conecta-se ao receptor ECA2 das células humanas superficiais Apud (Pedro Magalhães et, al. 2020). Os vírus levam a lise dos pneumócitos liberando assim os activadores dos macrofagos, esses por sua vez são activados e produzem quimiocinas pro-inflamatórias, citocinas (IL1, IL6 e o TNF- α) que têm o efeito de incrementar a permeabilidade capilar levando assim a vasodilatação que pode causar edema pulmonar em pacientes graves. A citocina no sangue afecta vários órgãos como o hipotálamo onde as IL1, IL6 e o TNF- α dão lugar a febre mediada pelas prostaglandinas E2. (Nicholas J. Beeching 2020). Neste estudo foram analisados os seguintes biomarcadores: *inflamatórios*: proteína C Reativa (PCR), Interleucina 1 e 6 (IL-1, IL-6), *hematológicos*: contagem de plaquetas, *contagem de células brancas*: Neutrófilos, Linfócitos, *bioquímicos*: lactato desidrogenase (LDH), marcadores renais (Creatina) e Troponina cardíaca. Dada a importância dos biomarcadores como ferramenta essencial para o diagnóstico, acompanhamento e a evolução bem como para o propóstico da qualquer patologia activa ou não nos predispusemos descrever o papel dos biomarcadores na evolução de pacientes com COVID-19.

1. METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica. As revistas acedidas para a busca dos Artigos incluíram Acta Médica Portuguesa, Annals of Internal Medicine, British Medical Journal, New England Journal of Medicine, The Lancet e o Web Site do Ministério do Ensino Superior Ciência Tecnologia e Inovação de Angola, Revista Portuguesa de Pneumologia. As bases de dados usadas para a pesquisa dos Artigos incluíram Pubmed (Public Medline or Publisher Medline), Scielo (Scientific Eletronic Library Online), usando os seguintes Descritores Coronavirus, COVID-19, Biomarkers, SARS-CoV 2, SARS-CoV, Predictors Biomarkers. A seleção dos estudos foi realizada em duas etapas, na primeira etapa foram avaliados os títulos e resumos das referências identificadas por meio da estratégia de busca e os estudos potencialmente elegíveis foram pré-selecionados.

Na segunda, foi realizada a avaliação do texto na íntegra dos estudos pré-selecionados para confirmação da elegibilidade. Foram incluídos todos os artigos descrevendo informações referentes a Biomarcadores e COVID-19 publicados em revistas indexadas na Pubmed.

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tabela 1. Resultados de biomarcadores (PCR, IL-1, IL-6) AA.VV.

<i>Autores/Ano</i>	<i>Tipo de estudo</i>	<i>Objectivo</i>		<i>Biomarcadores Inflamatórios</i>	<i>Resultado</i>	<i>P-value</i>
<i>Liu, et. al. (2020)</i>	Estudo de coorte retrospectivo	Investigar a capacidade da interleucina-6 (IL-6), proteína C reativa (PCR) e procalcitonina (PCT) para prever casos leves e graves de COVID-19	40	PCR (Proteína C Reactiva)	>8.031 (93.9 %) 0–8.02 (6.1 %)	<0.0001
				IL-1	-	
				IL-6	>7.032 (97.0 %) 0–7.01 (3.0 %)	<0.0001 (0.05)
<i>Tian, et al. (2020)</i>	Artigo de Revisão	Avaliar os factores de risco associados à mortalidade na COVID-19.	659	CRP	866.3 (46.7-85.9)	P<0.00001
				IL-1	-	-
				IL-6	34.6 (3.6-5.6)	P<0.00001
<i>Deng et. al. (2020)</i>	Estudo Retrospectivo	Fornecer evidências em primeira mão para saber se a miocardite e a lesão miocárdica foi causada por COVID-19.	12	Proteína C reactiva	132.6(65.2–200.0) (Severos)	<0.01
<i>Ruan et. al. (2020)</i>	Retrospectivo	Identificar preditores clínicos em paciente leve e grave com COVID-19	50	Proteína C Reactiva	-	<0.001
				IL-1	-	-
				IL-6	-	<0.001

Na tabela 1 encontramos informações dos resultados de vários autores que pesquisaram o papel dos biomarcadores inflamatórios para predizer o prognóstico de pacientes com COVID-19. Pascual Gómez, et al. (2020) depois de ter realizados os primeiros testes no serviço de urgência em 163 pacientes não descrevem a relação entre os biomarcadores inflamatórios (PCR, IL1 e IL6) e a mortalidade nestes pacientes. Liu, Li, Xu, Wu, Luo, Zhu, Li e Zhou (2020) realizaram um estudo de coorte com 140 pacientes e quanto a PCR, e IL-6 encontram resultados como: PCR>8.031 (93.9 %) 0–8.02 (6.1 %) e um <0.0001 e IL-6 >7.032 (97.0 %) 0–7.01 (3.0 %) e <0.0001(0.05) estes valores de forma independente predizem a severidade da doença. Tian, et al. (2020) estabeleceram associações entre a mortalidade e as características das comorbidades incluindo resultados fora dos parâmetros de referências laboratoriais em paciente COVID-19, tendo obtido os seguintes dados: PCR (+66,3 µg / mL, IC 95% 46,7-85,9; P

$<0,00001$) e $P<0,00001$ e IL-6 34.6 (3.6-5.6) $P<0,00001$ houve associação positiva entre níveis altos destes biomarcadores e as comorbidades entre pacientes com COVID-19. No estudo retrospectivo com 112 pacientes, Deng et al. (2020) observou níveis de PCR 132.6(65.2–200.0) e $<0,01$ é indicador da severidade da evolução da doença, no entanto não está directamente relacionado com o problema cardíaco. Ruan1 et al., 2020, encontraram valores elevados de Proteína C Reactiva $<0,001$ e IL-6 $<0,001$ com uma correlação positiva com mau prognóstico em pacientes com COVID-19.

Tabela 2 - Resultados de biomarcadores (LDH, CREAT, Troponina cardíaca) AA.VV.

Autores/Ano	Tipo de estudo	Objectivos	n	Biomarcadores Bioquímicos	Resultados	P-valor
Pascual Gómez, et. al. (2020)	Estudo observacional descritivo e transversal	Identificar que biomarcadores realizados no primeiro teste no serviço de urgência ajudam a estratificar segundo o risco de mortalidade a pacientes COVID-19.	163	LDH (n=129)	205(ponto de coorte)	0,0543
				Creatinina (n=161)	108(ponto de coorte)	*0,0008 (* $p<0,05$)
				Troponina Cardíaca	-	-
Liu et. (2020)	Estudo de coorte retrospectivo	Investigar a capacidade da Interleucina-6 (IL-6), a Proteína C Reativa (PCR) e a Procalcitonina (PCT) para prever casos leves e graves da COVID-19	140	Troponina Cardíaca	-	-
Tian, et al. (2020)	Artigo de Revisão	Avaliar os fatores de risco associados à mortalidade na COVID-19.	4659	LDH	5290 (256-325)	$P<0,00001$
				Creatinina	+ 15,3 μmol	$P=0,001$
				Troponina cardíaca	+ 44,2 ng / L	$P = 0,0006$
Deng et al. (2020)	Estudo Retrospectivo	Fornecer evidências em primeira mão para saber se a miocardite e a lesão miocárdica foi causada por COVID-19.	112	LDH	476.0(344.0–770.0)	$<0,01$
				Creatinina	2.2(1.6–6.7)	$<0,01$
				Troponina Cardíaca	0.10(0.01–0.77)	$<0,01$
				Creatinina	-	-
				Troponina cardíaca	150	$<0,001$

A Tabela 2 mostra os resultados obtidos por vários autores que pesquisaram os biomarcadores bioquímicos, sua utilidade na predição da evolução, em pacientes com COVID-19. Pascual Gómez, et al. (2020) analisou a capacidade predictora de mortalidade aos 30 dias de variáveis clínicas, séricas e seus pontos de corte em pacientes com suspeita de COVID-19. Os resultados de modo geral não variaram em comparação com os ratios de normalidade, porém mostraram uma evidente significância estatística para predezir a evolução, em relação aos biomarcadores bioquímicos. Destaca-se para este o LDH (n=129) [205(ponto de corte); $p=0,0543$] a Creatinina (n=161) [108] (ponto de corte); $*0,0008$ ($*p<0,05$)], os valores dos pontos de corte não influenciaram comorbidades entre pacientes positivos e negativos. Observa-se que só a creatinina $>1,1\text{mg/dL}$ esteve incluída, dentro do perfil básico analítico quando associada a outras variáveis e de forma independente com a mortalidade global (Gómez et al. 2020, p. 271). Liu et. al., (2020) no seu estudo de corte retrospectivo com 140 pacientes diagnosticados com COVID-19, investigou a capacidade da Interleucina-6 (IL-6), da Proteína C Reativa (PCR) e da Procalcitonina (PCT) para prever casos leves e graves da COVID-19, não tendo em conta a Troponina cardíaca. Tian, et al. (2020) avaliou os factores de risco associados à mortalidade por COVID-19 numa amostra de 4.659 pacientes, tendo como resultados da LDH (lactato desidrogenase) 5290 (256-325) $P<0.00001$ observando níveis elevados em não sobreviventes quando comparado com os sobreviventes. Os pacientes falecidos diferiram em vários níveis de biomarcadores, na admissão quando comparados com os sobreviventes, observando-se valores elevados Creatinina ($+15,3\text{ }\mu\text{mol / L}$, 95% CI 6,2-24,3; $P = 0,001$) e Troponina cardíaca ($+44,2\text{ ng / L}$, IC de 95% 19,0-69,4; $P = 0,0006$). Os exames laboratoriais comuns foram avaliados quanto à sua associação com a mortalidade. Vários biomarcadores de doenças cardiovasculares foram maiores no grupo de não sobreviventes. A Troponina cardíaca, marcador de lesão miocárdica, foi significativamente maior em não sobreviventes. Em três estudos, houve um nível mais alto de procalcitonina no grupo de não sobreviventes, o que pode ser indicativo de sepse nesses pacientes. As medidas de coagulação sanguínea revelaram um maior risco de coagulopatia em pacientes no grupo de não sobrevivência. Além disso, o tempo de protrombina (PT) foi ligeiramente elevado no grupo de não sobreviventes (7B, $+1,2\text{s}$, IC de 95% 0,4-1,9; $P = 0,002$). No entanto, não se encontrou associação significativa entre o tempo de tromboplastina parcial ativada (APTT) e mortalidade isto reflete uma correlação positiva com mau prognóstico em pacientes com COVID-19.

Tabela 3 - Resultados de biomarcadores (D-Dímero) de diferentes autores.

Autores/Ano	Tipo de estudo	Objectivo	n	Biomarcadores de Coagulação	Resultados	p-Valor
Gómez, et. al (2020)	Estudo retrospectivo observacional	Identificar que biomarcadores realizados no primeiro teste no serviço de urgência ajudam a estratificar segundo o risco de mortalidade a pacientes COVID-19.	163	D-Dímero (n=68)	0,79	*0,0339
Tian, et al.2020	Artigo de Revisão	Estabelecer associações entre mortalidade em pacientes com covi-19	4659	D-Dímero	8 4.6 (2.8-6.4)	P<0.00001
Deng et al. (2020)	Estudo retrospectivo	Fornecer evidências em primeira mão para saber se a miocardite e a lesão miocárdica foi causada por COVID-19.	112	D-Dímero	11.9 (3.8-52.4)	<0.01
Ye et al., 2020	Estudo retrospectivo	Avaliar a utilidade prognóstica de mudanças dinâmicas de D-Dímero e NLR, em pacientes com COVID-19	349	D - Dímero	1.81(0.52-9.34) 29.44(12.23-61.77)	P < 0.001

Quanto aos biomarcadores de coagulação destaca-se neste estudo o D-Dímero, tal como se verifica na tabela 3. Um estudo observacional, descritivo, transversal, realizado por Pascual Gómez et al., 2020, com o objectivo de identificar que biomarcadores realizados na primeira analítica de urgências ajudaram a estratificar o risco da mortalidade em pacientes COVID - 19, este estudo demonstrou que dos 163 pacientes suspeitos de COVID - 19, para o D-dímero observou-se um ponto de corte de 0,79 e um $p=0,0339$ ou seja o Dímero-D mostrou-se ser um marcador predictor da mortalidade por COVID-19. Tian, et al. (2020) em um total de 14 estudos documentando com 4.659 pacientes com intuito de procurar associações entre a mortalidade e as características de pacientes com comorbidades e parâmetros de referências laboratorias, encontrou uma média de 8, 4.6 (2.8-6.4) e um $P<0.00001$ e demonstrou que o D-dímero foi importante para predizer a mortalidade nestes pacientes. Resultados similares foram obtidos por Deng et al. (2020) em um estudo retrospectivo, revelando que níveis elevados de D-Dímero predizeram severidade cardíaca naqueles pacientes com hipertensão e doença cardíaca coronária. Ye et al., 2020 realizou um estudo em dois grupos de pacientes sobreviventes e não sobreviventes e os dados colhidos por este indicaram que houve um aumento significativo nos níveis de D-Dímero naqueles pacientes que não sobreviveram.

Tabela 4 - Resultado dos biomarcadores Hematológicos.

Autores/Ano	Tipo de estudo	Objectivo	n	Biomarcadores/ Hematologicos	Resultados/ Vies	P-Valor
Pascual Gómez, et. al. (2020)	Retrospectivo observacional	Identificar os pontos de corte dos biomarcadores e avaliar qual deles se ajustam melhor para construir um Score de risco de mortalidade, que sirva de apoio para as decisões clínicas	163	Neutrófilos	» 9000 mm ³	*0,0165
				Linfócitos	0,58	0,1138
				Plaquetas	7-35.9 (-53.3 to -18.5)	P<0.0001
				Eusínófilos		
				Basófilos		
Ye et al., 2020	Estudo retrospectivo	O objectivo do nosso estudo foi avaliar a utilidade prognóstica em pacientes com COVID-19	34	Neutrófilos - Linfócitos	46.58(27.95–87.29)	< 0.001
			9			

Gómez et al., (2020), no estudo realizado em Espanha com 163 pacientes por meio de um ponto de corte (9000 mm³) determinou que os Neutrófilos predizem a mortalidade ou seja «*0,0165. E os linfócitos com um resultado de ponto de » 6000 mm³ e um p=0,1138 foi também um predictor de mortalidade.

CONCLUSÕES

Este estudo sugere que há evidências claras de como os níveis de biomarcadores podem mudar o curso da doença de acordo com a gravidade da infecção por COVID-19, podendo ser usado como um complemento na prática clínica para orientar a triagem o tratamento e admissão de pacientes na UTI para um seguimento diferenciado melhorando assim o prognóstico e minimizar as taxas de internamento e de mortalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE ANGOLA PARA O COMBATE A COVID-19 (2020). disponível em: <https://www.covid19.gov.ao/>

Fernández, G. A. P. (2020). ¿ Es la comorbilidad cardiovascular la causante de la elevación de la proteína C reactiva en pacientes positivos a la COVID-19?. *Acta Médica del Centro*, 14(3), 304-312.

Kenneth, M. (Producer). (2020). Doença de coronavírus 2019 (COVID-19). Retrieved from https://www.cmim.org/PDF_covid/Coronavirus_disease2019_COVID-19_UpToDate2.pdf

Liu, F., Li, L., Xu, M., Wu, J., Luo, D., Zhu, Y., Li, B., & Zhou, X. (2020). Prognostic value of interleukin-6, C-reactive protein, and procalcitonin in patients with COVID-19. *J Clin Virol*, 127:104370. doi: 10.1016/j.jcv.2020.104370

Pascual Gómez, N. F., Monge Lobo, I., Granero Cremades, I., Figuerola Tejerina, A., Ramasco Rueda, F., von Wernitz Teleki, A., ... & Sanz de Benito, M. (2020). Potenciales biomarcadores predictores de mortalidad en pacientes COVID-19 en el Servicio de Urgencias. *Ver Esp Quimior*, 33(4), 267-273. doi:10.37201/req/060.2020

Pierce, J. D., McCabe, S., White, N., & Clancy, R. L. (2012). Biomarkers: an important clinical assessment tool. *Am J Nurs*, 112(9), 52-58. doi: 10.1097/01.NAJ.0000418926.83718.28

Ruan, Q., Yang, K., Wang, W., Jiang, L., & Song, J. (2020). Clinical predictors of mortality due to COVID-19 based on an analysis of data of 150 patients from Wuhan, China. *Intensive Care Med.*, 46(5), 846-848. doi: 10.1007/s00134-020-05991-x

Shi, Y., Wang, G., Cai, X.-p., Deng, J.-w., Zheng, L., Zhu, H.-h., Zheng, M., Yang, B., & Chen, Z. (2020). An overview of COVID-19. *J Zhejiang Univ Sci B.*, 21(5), 343–360. doi: 10.1631/jzus.B2000083

Singhal, T. (2020). A review of coronavirus disease-2019 (COVID-19). *Indian J Pediatr*, 87, 281-286. doi:10.1007/s12098-020-03263-6

Tian, W., Jiang, W., Yao, J., Nicholson, C. J., Li, R. H., Sigurslid, H. H., Wooste, L., Rotter J. I., Guo, X., & Malhotra, R. (2020). Predictors of mortality in hospitalized COVID-19 patients: A systematic review and meta-analysis. *J Med Virol*, 10, 1857-1883. doi: 10.1002/jmv.26050.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INOVAÇÃO NO CONTEXTO DO ENSINO SUPERIOR DE ANGOLA: Um olhar sobre as instituições de ensino superior públicas

Public innovation policies in the context of higher education in Angola: a look at public higher education institutions

DANIEL, Niembo Maria⁴³; VALENTIM, Marta Ligia Pomim⁴⁴; SILVA, Elaine da⁴⁵; & WOIDA, Luana Maia⁴⁶

Resumo

O panorama da inovação em nível nacional tem mostrado melhorias, contudo há um déficit significativo no que tange a investigação em Ciência e Tecnologia, consequência do baixo investimento governamental. Nessa perspectiva, destacam-se a necessidade de se incrementar a investigação e o desenvolvimento, promover a interação entre universidades, instituições de investigação e empresas, como uma maneira de disseminar o conhecimento para a geração da inovação. Objetivou-se analisar as políticas de inovação voltadas às instituições de ensino superior públicas de Angola, visando verificar quais as políticas públicas que incentivam a inovação nesse contexto e como são aplicadas. Em relação aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma abordagem qualitativa, do tipo descritivo-exploratório e documental. Os resultados indicam que o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2022, salvaguarda os objetivos e as metas que o Governo Angolano quer alcançar no referido período, no que concerne à Ciência, Tecnologia e Inovação, perpassando desde a qualificação de docentes e investigadores científicos, bem como a implantação de novas unidades de investigação e desenvolvimento no País.

Abstract

The innovation panorama at the national level has shown improvements, however there is a significant deficit regarding research in Science and Technology, a consequence of low government investment. In this perspective, the need to increase research and development, to promote interaction between universities, research institutions and companies, as a way of disseminating knowledge for the innovation generation, is highlighted. The objective was to analyze the innovation policies aimed at public higher education institutions in Angola, aiming at verifying which public policies encourage innovation in this context and how they are applied. In relation to the methodological procedures, it is a qualitative approach, of the descriptive-exploratory and documentary type. The results indicate that the National Development Plan 2013-2022, safeguards the objectives and goals that the Angolan Government wants to achieve in that period, with regard to Science, Technology and Innovation, ranging from the qualification of teachers and scientific researchers, as well as the implementation of new research and development units in the country.

Palavras-chave: *Políticas Públicas de Inovação; Investigação e Desenvolvimento; Ensino Superior; Instituições de Ensino Superior Públicas; Angola.*

Keywords: *Public Innovation Policies; Research and Development; Higher Education; Public Higher Education Institutions; Angola.*

Data de submissão: junho de 2020 | **Data de publicação:** setembro de 2020.

⁴³ NIEMBO MARIA DANIEL – Universidade Estadual Paulista em Marília. Angola. E-mail: danielgloriamaria@gmail.com

⁴⁴ MARTA LIGIA POMIM VALENTIM – Universidade Estadual Paulista em Marília. BRASIL. E-mail: marta.valentim@unesp.br

⁴⁵ ELAINE DA SILVA – Universidade Estadual Paulista em Marília. BRASIL. E-mail: elaine.silva1@unesp.br

⁴⁶ LUANA MAIA WOIDA – Universidade Estadual Paulista em Marília. BRASIL. E-mail: luanamwoida@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

As políticas públicas voltadas à inovação em qualquer país, e Angola não é exceção, visam garantir o desenvolvimento referente a Ciência, Tecnologia e Inovação (C&T+I) e, para tal, aposta na formação de quadros de nível superior, bem como investem na investigação científica, visto que se constituem no eixo central da estratégia para se obter inovação, visando o desenvolvimento social e econômico. Nessa perspectiva, o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2018-2022 de Angola, no que se refere à inovação, ainda, há muito a ser feito, pois nos últimos anos verifica-se um déficit significativo no que tange a investigação em Ciência e Tecnologia (C&T), situação que está diretamente relacionada à falta de investigadores e de centros de investigação associados às universidades públicas, referente ao fraco investimento realizado nos últimos anos, tornando-se necessário incrementar a Investigação e Desenvolvimento (I&D), promover a interação entre universidades públicas, instituições de investigação e empresas, como uma maneira de disseminar o conhecimento entre esses diferentes agentes de desenvolvimento (PND 2018-2022, 2018).

Qualquer país necessita de I&D para melhorar sua condição econômica e social, assim “Torna-se evidente que, assim como a inovação é um fator preponderante para a competitividade e o desenvolvimento econômico, a informação e o conhecimento são elementos essenciais para a inovação” (Silva, 2015, p.250). No contexto das organizações competitivas, existem diversos fatores que podem propiciar a competitividade, entre eles a gestão da informação e do conhecimento é fundamental para a geração de diferenciais competitivos e obtenção de inovação. A inovação é reconhecida pelas empresas como uma maneira de se obter competitividade (Huang et al. citados por Teixeira, 2014).

A importância da informação científica para o desenvolvimento tem demandado novas propostas e esforços por representar um bem comum para a sociedade. Numa concepção ampla, as políticas públicas de acesso à informação podem contribuir com métodos e alternativas para a promoção de desenvolvimento social, como: a adoção de softwares livres, desenvolvimento tecnológico, projetos e programas aliados às novas tecnologias como instrumento de função inclusiva para a inserção adequada de acesso à informação para a sociedade (Campêllo e Souza, 2019, p.57).

O objetivo deste artigo é analisar as políticas de inovação voltadas às Instituições de Ensino Superior (IES) públicas de Angola. O problema que norteia esta pesquisa se refere a verificar quais as políticas públicas que incentivam a inovação voltadas às IES de Angola.

No que tange aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa, do tipo descritivo-exploratório e documental, a partir da análise dos decretos governamentais e documentos institucionais das IES pesquisadas.

1. POLÍTICAS PÚBLICAS DE INOVAÇÃO

A inovação como objeto da Teoria do Desenvolvimento Econômico foi introduzida em ambientes organizacionais a partir do início Século XX pelo economista austríaco Joseph Schumpeter (Silva & Valentim, 2018). Schumpeter (1961) descreve cinco tipos básicos de inovação: i) desenvolvimento de um novo produto ou de uma nova tecnologia de um bem já existente; ii) desenvolvimento de um método de produção ou de uma nova logística comercial; iii) desenvolvimento de um novo mercado; iv) desenvolvimento de novas fontes de suprimento das matérias-primas ou produtos semi-industrializados; v) desenvolvimento de uma nova organização industrial, como a criação ou a fragmentação de uma posição de monopólio. Na visão da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) (2005, p. 11): “[...] os ativos intangíveis gerados estão assumindo importância e em muitos casos estão até superando investimentos em ativos tangíveis. Do mesmo modo, destacam que “[...] a geração, a exploração e a difusão do conhecimento são fundamentais para o crescimento econômico, o desenvolvimento e o bem-estar das nações”.

De acordo Garcia (2006 *apud* Teixeira, 2014, p.70-71), “[...] o processo de inovação se inicia com uma ideia simples ou complexa, introduz novidade na tecnologia a partir da experiência [...] com base em pesquisa científica”. As inovações visam promover relações mais próximas entre faculdades e empresas, muitas vezes estimuladas pelo governo (Etzkowitz & Leydesdorff, 2000). Nesse sentido, as interações universidade-indústria-governo formam uma “hélice tríplice” de inovação e empreendedorismo, considerando-a como chave para o crescimento econômico e o desenvolvimento social baseados no conhecimento (Etzkowitz & Zhou, 2017).

Nesta perspectiva, as políticas públicas devem proporcionar as condições mínimas para que essas organizações desenvolvam inovação em interação, a fim de se atingir o desenvolvimento econômico de um determinado país. Rua & Romanini (2013 *apud* Silva, 2018, p.91) entendem que as políticas públicas podem ser classificadas de acordo com o setor de atividade governamental em que operam nas seguintes categorias:

- a) Políticas Sociais: dedicadas a prover o exercício de direitos sociais, tais como educação, seguridade social e habitação;
- b) Políticas Econômicas: relacionadas a gestão da economia interna e inserção do país na economia externa;
- c) Políticas de Infraestrutura: destinadas a assegurar as condições para a implementação de políticas sociais e econômicas estabelecidas;
- d) Políticas de Estado: visam garantir o exercício da cidadania, ordem interna, defesa externa, relações internacionais e soberania nacional.

Destacam-se três funções da inovação que devem nortear a elaboração de políticas públicas de inovação: 1) Estimular o desenvolvimento econômico que proverá tanto demanda e velocidade de adoção e absorção de inovações, quanto oferta estimulando a produção e implementação de inovações; 2) Satisfazer as necessidades nacionais e locais, de maneira combinada; 3) Enfrentar desafios globais, porquanto não basta produzir tecnologias cada vez mais sofisticadas se essas não atingem toda a população necessitada ((Edler, 2016 *apud* Silva, 2019). As políticas públicas de inovação, no que tange a sua implementação, devem proporcionar um impacto social, isto é, devem favorecer o desenvolvimento econômico, possibilitar a satisfação das necessidades nacionais e locais. Para tanto, é importante que exista um sistema nacional de inovação que de fato funcione, apoiando a interação entre governo, universidades e empresas para geração da inovação.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo pode ser caracterizado como descritivo-exploratório, possui uma abordagem com predominância qualitativa e inclui uma análise documental. Para tanto, recorreu-se a uma revisão bibliográfica, no intuito de buscar literatura sobre o tema pesquisado, visando aprimorar as ideias em relação aos fatos relacionados ao tema em estudo (Gil, 2010). Em relação a revisão bibliográfica, além de artigos buscou-se também

livros, teses e dissertações. A pesquisa documental vale-se de materiais que, ainda, não receberam um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos de uma determinada pesquisa. Neste caso, utilizou-se documentos que não receberam qualquer tratamento analítico, ou seja, documentos primários: decretos governamentais e leis institucionais; bem como de documentos que já receberam algum tipo de tratamento analítico, isto é, documentos secundários: anuários estatísticos (Gil, 2008). Para a análise documental buscou-se os decretos presidenciais de Angola sobre a C&T+I, bem como documentos institucionais.

3. ANÁLISE DOCUMENTAL DAS POLÍTICAS DE INOVAÇÃO VOLTADAS AO ENSINO SUPERIOR DE ANGOLA

3.1 Panorama do Ensino Superior de Angola

Destaquem-se os esforços que o Ministério do Ensino Superior tem feito neste âmbito. Sendo assim, o Decreto nº201/11 referente a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação salvaguardava o desenvolvimento científico e tecnológico, estimulando a investigação científica, reconhecendo-a como construtora de uma Sociedade do Conhecimento, visando o desenvolvimento de Angola. A I&D alargam os horizontes de conhecimento e as fronteiras das ciências (Decreto Presidencial 201/11, 2011).

Além disso, os objetivos estabelecidos para o Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação no âmbito da Estratégia de Longo Prazo de Angola 2025, bem como do Plano Nacional de Formação de Quadros (PNFQ) 2013-2020, consideram a formação pós-graduada como a principal via de potencialização de docentes universitários, considerando-a fundamental para a melhoria da qualidade no ensino superior e da investigação científica para se gerar inovação (PND 2018-2022, 2018).

Nesse contexto, o PNFQ prevê atingir até 2020 os seguintes resultados: melhoria e reformulação do ensino superior; Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, estruturado, organizado e implementado; e Sistema de Formação de Quadros Docentes e de Investigadores em Educação implantado (Governo de Angola, s/d). Destaca-se, nesse âmbito, que o convênio entre o Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação de Angola com a Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita” (Unesp/Brasil), se enquadra no PNFQ atualmente em vigor, de modo a desenvolver a

formação de docentes em nível de mestrado e doutorado. Ambas as partes acordam na assinatura do protocolo, a implementação de um programa de bolsas de estudos para estudantes de pós-graduação angolanos, financiados pelo Instituto Nacional de Gestão de Bolsas de Estudo de Angola.(Protocolo 2333/2017, 2018).

No entanto, o ensino superior Angolano enfrenta fragilidades relacionadas a: recursos humanos, em especial de professores que não possuem titulação de mestrado ou doutorado; infraestrutura universitária, reconhece-se a necessidade de ampliar a rede de IES pelo País (dada a sua forte concentração na província de Luanda), de ajustar a distribuição da comunidade acadêmica, possibilitando o desenvolvimento de novos cursos e, assim, aumentar a população estudantil (PND 2018-2022, p.85).

Para melhorar a organização e a gestão do ensino de nível superior em todo território nacional, as IES públicas de Angola estão distribuídas em regiões, ou seja, o ensino superior público nacional está distribuído em cada uma das regiões do País, de modo que toda a população pudesse ter acesso a este nível de ensino, sem ter que se deslocar de suas regiões, evitando a fuga das instituições já existentes, bem como diminuindo a probabilidade do não retorno às zonas de origem depois de concluída a formação, propiciando em última instância o desenvolvimento das regiões âmbito científico (Liberato, 2014). Nesse intuito, haverá maior condição para o desenvolvimento de atividades de I&D nas províncias em que as IES públicas se situam (Esteves, 2020).

3.2. Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação de Angola

A Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação de Angola (PNCTI) estabelece a promoção da cultura científica, visa promover e assegurar a produção de conhecimento científico e tecnológico, cuja meta é popularizar o conhecimento científico e tecnológico com a finalidade de se elevar a cultura científica, tecnológica e de inovação para a população em geral, acelerando-se dessa maneira a integração de Angola em nível regional e internacional (Decreto Presidencial nº 201/2011).

Segue-se em detalhes algumas políticas públicas de Angola voltadas à geração de inovação, com enfoque na intensificação da investigação científica nas suas diversas esferas.

Quadro 1: *PNCTI de Angola.*

Linhas	Descrição
Capacitação das instituições científicas	O SNCTI requer a criação de novas infraestruturas e recuperação das existentes, dotando as instituições científicas de equipamentos e materiais, bem como assegurando a sua manutenção, com ênfase para as áreas de incidência. A PNCTI visa, assim, o apoio à capacitação das instituições científicas com infraestruturas, criação de bibliotecas, aquisição de equipamentos e acervo bibliográfico ao nível de nacional e local para todas as áreas de conhecimento, com a ênfase para as de incidência da PNCTI. O reforço das infraestruturas e da base material deve ser feita através de parcerias ou acordos de cooperação.
Acesso ao conhecimento produzido em nível mundial, por meio do acesso a bibliotecas <i>online</i> (b-on)	As instituições científicas recorrem cada vez mais ao uso de tecnologias de informação e comunicação para acompanhamento em tempo real (<i>online</i>) do conhecimento científico e tecnológico. Uma forma de acompanhar a evolução do conhecimento é através do acesso <i>online</i> a revistas científicas internacionais e atualizadas com elevado reconhecimento científico.
Criação de bibliotecas físicas	Independentemente do acesso a publicações <i>online</i> , é necessário promover a aquisição de acervo bibliográfico e criação de bibliotecas que sirvam às necessidades de consulta de bibliografia destinada à divulgação da ciência e da tecnologia e as necessidades de apoio à formação, designadamente nas IES.
Promoção e criação de parques tecnológicos e incubadoras de empresas	Esta atividade deve ser levada a cabo de forma equilibrada pelas diversas regiões do país, tendo como objetivos: a criação de parques tecnológicos que promovam uma cultura de inovação e da competitividade nas empresas baseadas no conhecimento que lhes estão associadas; e fomentar a criação de incubadoras que permitam apoiar transformação de ideias em projetos concretos que venham a contribuir para o desenvolvimento de empresas de base tecnológica.
Promoção da cultura científica	Para se atingirem resultados que efetivamente possam popularizar o conhecimento, aumentar substancialmente a cultura científica, tecnológica e de inovação da população em geral e ao mesmo tempo elevar a consciência sobre a importância da Ciência, Tecnologia e Inovação (C&T+I) que devem ser alcançados os seguintes objetivos: Promoção e Garantia da Divulgação Científica; Comunicação Direta e Sistematizada entre a Comunidade Académica e Científica e a Sociedade em Geral; Massificação do Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação.
Financiamento do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação	O financiamento da C&T+I em países em vias de desenvolvimento como Angola é uma matéria sensível, visto que se deve apostar fortemente na erradicação da fome e no combate à pobreza e, ao mesmo tempo, investir em I&D. Todavia, é cada vez maior o consenso de que a C&T desempenha um papel preponderante na promoção do desenvolvimento socioeconómico. Como tal, nestas condições, deve aumentar-se significativamente o financiamento da C&T+I para se dar resposta às atividades ou ações que visam reforçar o funcionamento do SNCTI e consequente aumento da produção científica e tecnológica capaz de impulsionar o desenvolvimento socioeconómico nacional sustentável. Para se responder as necessidades de financiamento do SNCTI e efetivar as atividades do I&D, está subjacente a realização dos seguintes objetivos: Financiamento da Capacitação dos Recursos Humanos, Financiamento das Atividades de Investigação, Financiamento da Divulgação do Conhecimento, Financiamento para a Criação e Reforço da Base Material, Financiamento da Cooperação.

Fonte: Decreto nº201/2011.

O Quadro 1 evidencia algumas diretrizes no âmbito das políticas públicas que visam a ampliação do SNCTI, das quais destacam-se capacitação de instituições científicas, criação de parques tecnológicos e incubadoras de empresas, a promoção da cultura científica, criação de bibliotecas físicas e *online*, entre outras ações para impulsionar a geração de inovação em nível nacional. Contudo, para efetivação dessas diretrizes, carece de financiamento que tange a capacitação de recursos humanos, as atividades de investigação, a divulgação do conhecimento etc.

O mesmo Decreto institui a necessidade de um diagnóstico solicitado pelo Executivo da República de Angola e realizado pelas Nações Unidas, sob a égide da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), recomendam para o desenvolvimento da C&T+I em Angola as seguintes áreas prioritárias: Educação, Cultura e Formação Profissional; Ensino Superior; Agricultura e Pescas; Telecomunicações e Tecnologias de Informação; Indústria, Petróleo, Gás e Recursos Minerais; Saúde; Recursos Hídricos; Energia; Ambiente.

Relativamente ao Ensino Superior, ressalta-se a formação dos recursos humanos por meio de cursos de pós-graduação, devendo ser vista como uma estratégia para fomentar as atividades de investigação, fortalecer as equipes de pesquisa existentes e reforçar as capacidades institucionais. Nesse intuito, visa-se amenizar o déficit em investigação científica no País, uma vez que em 2010 os resultados indicavam uma carência de quadros científicos com alto nível de formação, resultado do fraco financiamento para I&D, cujo orçamento total girava em torno de uma cifra entre 0,004% e 0,2%, sendo considerado um fator determinante para o insucesso da produção (Decreto nº 201, 2011).

O baixo financiamento tem levado muitos docentes a colaborarem em distintas IES, isso graças à ampliação do setor privado e, com isso, se autossustentarem na formação em nível de pós-graduação. Liberato (2019), em uma análise realizada sobre a procedência dos docentes, afirma que se a pesquisa no contexto do País for entendida como falta de ocupação, e se para a maioria dos docentes essa função constituir apenas como uma alternativa de sobrevivência, não será possível passar de reprodutores para produtores de conhecimento. Para mitigar os problemas verificados no Ano de 2010, foram acautelados no Plano Nacional de Desenvolvimento para 2013-2017, um conjunto de programas que visam o melhoramento da C&T+I (Tabela 1):

Tabela 1: Indicadores de objetivos da C&T.

Indicadores dos Objetivos	Metas					
	012	013	014	015	016	017
1. N° de unidades de I&D	0	0	1	1	2	2
2. N° de Investigadores em C&T	5	5	6	6	37	7
3. Técnicos de investigação com formação avançada	0	1	2	2	3	4

Fonte: Adaptado no PND 2013-2017, p.120.

Os dados apresentados na Tabela 1 referem-se as metas a atingir no âmbito da C&T, considerando os dados de 2012 como base. Nota-se que em termos de unidades de I&D, objetivou-se um aumento de uma unidade a cada dois anos, igualmente nos restantes indicadores exceto no último indicador em que se almejou formar mais de um técnico de investigação de 2016 à 2017. Para as metas foram criadas algumas medidas (Quadro 3):

Quadro 3: Programa de Ciência e Tecnologia 2013-2017.

Programas	Medidas da Política
Implementação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação	Divulgar e impulsionar o debate nacional sobre cultura científica e sobre a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, promovendo, nomeadamente, a criação de agências de estudos e análises e de outras organizações governamentais e não-governamentais dedicadas à pesquisa e ao debate técnico-científico; Promover o desenvolvimento, a modernização, a qualidade, a competitividade do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia; Criar o Sistema de Informação do SNCTI; Estabelecer e implementar o modelo de financiamento do SNCTI, incluindo a criação do Fundo Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico; Promover a articulação entre o Sistema de Ensino Superior e o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia e entre estes com o sistema produtivo; Criar a Academia de Ciências de Angola.
Desenvolvimento do Potencial Humano Científico e Tecnológico Nacional	Elaborar e implementar um “Plano para o Desenvolvimento do Potencial Humano Científico e Tecnológico Nacional”, incluindo Formação Avançada e Pós-Graduada; Selecionar quadros angolanos com elevado potencial científico para estudar em instituições universitárias internacionais, líderes do conhecimento científico e tecnológico, num processo continuado, fazendo com que o País passe a possuir quadros que nos mais diversos domínios do saber, se apresentem na fronteira do conhecimento; Estimular a constituição de grupos e redes temáticas e interdisciplinares de investigação, para que seja possível constituir algumas unidades de excelência, avaliáveis de acordo com padrões de referência internacional; Criar carreiras de Investigador e de Tecnólogo suficientemente estimulantes; Difundir e implementar o Prémio Nacional de Ciência e Inovação; Criar um sistema de incentivos e subsídios à pesquisa e investigação, individual e de grupo; Incentivar os jovens de elevado potencial, formados no ensino superior e médio (“Jovens Talentos”), a ingressar no “Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação”, em nível público ou privado.

Criação de Infraestruturas Necessárias à Implementação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI)	Criar a Rede Nacional das Instituições de Investigação Científica e Tecnológica, Públicas e Privadas; Criar parques de desenvolvimento científico e tecnológico; Dotar as unidades de investigação com laboratórios adequados e formar o respectivo pessoal técnico necessário ao seu funcionamento; Recuperar e modernizar o atual patrimônio científico e tecnológico angolano, incluindo centros e laboratórios e sistemas de informação e documentação científica, organizando uma matriz coerente de infraestruturas e equipamentos científicos.
Incentivos à Inovação	Criar e Implementar um Sistema Nacional de Incentivos e Financiamento da Inovação; Estimular a criação de incubadoras de empresas inovadoras e intensivas em conhecimento Fomentar a propriedade industrial e o registro de marcas e patentes angolanas; Incentivar a constituição de “Clubes” e “Associações de Jovens Cientistas e Inovadores”.

Fonte: Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 (p.121).

Observa-se um conjunto de elementos estabelecidos pelo Executivo Angolano, visando o melhoramento do panorama da C&T+I do País, evidenciando a investigação científica como elemento potencializador do sucessoda empreitada. Dessa maneira, os indicadores objetivos visam medir o nível de desempenho da C&T+I, por meio da qualificação de recursos, números de instituições de I&D e números de investigadores ativos. Para tanto, foram estabelecidos inúmeros programas (Quadro3), de modo a responder às necessidades que o setor tem enfrentado para alavancar a I&D. Contudo, para que de fato as medidas sejam consolidadas é fundamental haver financiamento, isto é, é essencial aumentar o orçamento geral destinado ao setor, para que seja possível financiar todos os programas estabelecidos, fomentar as ações ou atividades que visam reforçar o funcionamento do SNCTI e, conseqüentemente, aumentar a produção científica e tecnológica capaz de impulsionar o desenvolvimento socioeconômico sustentável (Decreto nº201, 2011). A seguir destacamos os dados mais atuais sobre o número de instituições de investigação científica, que fazem parte de um dos objetivos plasmados no PND 2013-2107 sobre a C&T+I (Quadro 4).

3.3 Instituições de Investigação Científica e Desenvolvimento de Angola

As Instituições de Investigação Científica e Desenvolvimento (IEIC) são instituições que se dedicam fundamentalmente à investigação científica e desenvolvimento multiforme e que são, enquanto tal, reconhecidas pelo Departamento Ministerial responsável pela Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Essas

instituições se dedicam fundamentalmente à criação e transmissão de conhecimento no intuito da formação integral do homem e, portanto, desenvolvem regularmente atividades de investigação científica, desenvolvimento tecnológico e inovação nas respectivas áreas de ensino, são reconhecidas pelas entidades competentes. (Portal ciência, 2019)⁴⁷. Destacamos as diversas IEIC existentes em âmbito nacional para fomento à pesquisa geração de inovação (Quadro 4).

Quadro 4: *Instituições de Investigação Científica e Desenvolvimento de Angola.*

Instituições	Descrição	Decretos
Arquivo Nacional de Angola (ANA)	Instituto público dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, que tem como objetivo principal coordenar a política arquivística nacional e supervisionar o funcionamento do Sistema Nacional de Arquivos.	N.51/09 de 16 de setembro, 1 Série n.179
Autoridade Reguladora de Energia Atômica (AREA)	Pessoa coletiva de direito público, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial. A AREA tem como finalidade dar prosseguimento ao objetivo da política de utilização de energia nuclear adotada pelo Estado.	N.219/16 de 26 de agosto, 1 Série n.15
Centro Nacional de Investigação Científica (CNIC)	Pessoa coletiva de direito público, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, que integra o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e que se dedica à promoção e à realização de investigação científica pluridisciplinar e de outros tipos de atividades científicas e técnicas, tais como atividades de prestação de serviços, normalização, controle de qualidade e certificação.	N.251/11 de 26 de setembro, 1 Série n.185
Centro Tecnológico Nacional abreviadamente designado por (CTN)	Instituição pública, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, encarregada da realização de atividades de investigação científica aplicada e desenvolvimento experimental nas áreas tecnológicas.	N.260/11 de 4 de outubro, 1 Série n.191
Instituto de Combate e Controlo das Tripanossomíases (ICCT)	Encarregado de desenvolver ações no domínio do combate à doença do sono, à luta antivetorial e investigação em doenças parasitárias tropicais.	N.280/14 de 30 de setembro, 1 Série n.181
Desenvolvimento da Pesca Artesanal e da Aquicultura Comunal (IPA)	Pessoa coletiva dotada de personalidade jurídica, de direito público, de autonomia administrativa, financeira, criado para assegurar a realização de ações de promoção, apoio e desenvolvimento da pesca artesanal marítima e continental, bem como estudos científicos e fomento da aquicultura comunal.	N.120/14 de 3 de junho, 1 Série n.104
Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF)	Pessoa coletiva de direito público, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, criado para assegurar o fomento, coordenação e execução das políticas traçadas no domínio florestal, faunístico, rural e de desenvolvimento de transferência tecnológica.	N.5/14 de 7 de janeiro, 1 Série n.4

⁴⁷ O portal ciência do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, lançado em 2014, cuja missão principal é a promoção da cultura científica e a sensibilização sobre questões de ciência, tecnologia e inovação. (<https://www.ciencia.ao>).

Instituto de Investigação Agronômica(IIA)	Instituição pública de caráter científico e desenvolvimento tecnológico, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, criado para assegurar a coordenação e execução dos trabalhos de investigação, experimentação e desenvolvimento tecnológico no domínio agro-silvo-pastoril e divulgação dos resultados alcançados.	N.31/16 de 13 de fevereiro, 1 Série n.30
Instituto de Investigação Veterinária (IIV)	Instituição pública de caráter científico e de desenvolvimento tecnológico, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, criado para assegurar a coordenação e execução dos trabalhos de investigação, experimentação e desenvolvimento tecnológico nos domínios das ciências médico-veterinário e zootécnicas.	N.39/14 de 20 de fevereiro, 1 Série n.35
Instituto Geográfico e Cadastral de Angola (IGCA)	Pessoa coletiva de direito público, do setor económico ou produtivo, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, integra a administração indireta do Estado e visa assegurar a execução da política do Executivo nos domínios geográfico e cadastral a nível nacional.	N.2/13 de 25 de junho
Instituto Geológico de Angola (IGEO)	Organismo público que tem por funções fundamentais a execução e coordenação da cartografia geológica e do estudo dos recursos minerais do País, tendo em conta o carácter e a política mineral estabelecida pelo Governo.	N.55/02 de 3 de dezembro, 1 Série n.96
Instituto Nacional de Apoio às Indústrias de Pesca e Investigação Tecnológica (INAIP)	Pessoa coletiva, dotada de personalidade jurídica, de direito público, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, encarregado de assegurar a realização de ações de promoção, capacitação e apoio ao desenvolvimento das indústrias do setor de pesca em Angola.	N.119/14 de 3 de junho, 1 Série n.104
Instituto Nacional de Café (INCA)	Pessoa coletiva de direito público, dotado de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, criado para assegurar o fomento e a coordenação técnica, o acompanhamento e o controle da atividade cafeeira e a execução das políticas traçadas no domínio do café, palmar e cacau e desenvolvimento de transferência tecnológica.	N.7/14 de 8 de janeiro, 1 Série n.5
Instituto Nacional de Cereais (INCER)	Pessoa coletiva de direito público, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, criada para assegurar o fomento, a coordenação e a execução das políticas e estratégias traçadas no domínio da produção, importação, exportação, comercialização e transformação industrial de cereais.	N.225/13 de 20 de julho, 1 Série n.248
Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE)	Instituição pública dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, que tem por escopo estudar e acompanhar o desenvolvimento do sistema de educação, proceder à avaliação das aprendizagens, elaborar os currículos e materiais afins e propor medidas de políticas susceptíveis de produzir inovações e garantir a qualidade do ensino nos níveis primário e secundário.	N.311/14 de 24 de novembro, 1 Série n.208
Instituto Nacional de Investigação Pesqueira (INIP)	Pessoa coletiva, de investigação científica e desenvolvimento tecnológico dotada de personalidade jurídica de direito público, de autonomia, administrativa, financeira, patrimonial e científica, vocacionado para a pesquisa científica que visa à manutenção e conservação dos ecossistemas aquáticos e a qualidade higiénico-sanitária dos produtos de pesca e seus derivados.	N.117/01 de 2 de junho, 1 Série n.103
Instituto Nacional de Meteorologia e	Instituto Público do setor económico ou produtivo criado para assegurar a pesquisa e prestação de serviços científicos nos	N.2/13 de 25 de junho

Geofísica (INAMET)	domínios da meteorologia e geofísica, bem como a coordenação de atividades operacionais e de investigação aplicada nas respectivas áreas.	
Instituto Nacional de Saúde Pública (INSP)	Órgão encarregado da investigação em saúde pública, cuidados primários de saúde, controle da rede laboratorial nacional, higiene ambiental e da medicina tradicional.	N.279/14 de 26 de setembro, 1 Série n.179
Instituto Nacional do Património Cultural (INPC)	Pessoa coletiva de direito público, do sector administrativo, dotado de personalidade jurídica, de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, que tem por objetivo a implementação de políticas no domínio da investigação, documentação, conservação, preservação, gestão e promoção do património histórico-cultural nacional	N.205/15 de 29 de outubro, 1 Série n.149
Laboratório de Engenharia de Angola (LEA)	Instituto público de investigação aplicada e controle de qualidade, de engenharia civil, material de construção e ambiente, do setor administrativo, dotado de personalidade jurídica e autonomia administrativa e patrimonial.	N.2/13 de 25 de julho
Laboratório Nacional de Controlo de Qualidade (LANCOQ)	Instituição pública de investigação, desenvolvimento e de assistência técnica, vocacionada para o controlo da qualidade alimentar e de bens de consumo, dotado de autonomia científica, administrativa e financeira.	Não encontrado
Museu Nacional de Antropologia (MNA)	Instituição que tem por objeto assegurar a investigação, a recolha, a inventariação, a conservação e divulgação do acervo antropológico do País.	N.44/1 de 7 de março
Museu Nacional de História Natural (MNHN)	Tem por objeto investigar, recolher, conservar e divulgar ao público os recursos naturais que refletem a biodiversidade de Angola, com a finalidade de promover o conhecimento científico.	N.44/1 de 7 de março

Fonte: Dados disponíveis no portal ciencia.ao.

Em nível nacional o País apresenta algumas unidades de I&D, mas ainda carece de mais unidades e capital humano qualificado, portanto são questões identificadas e bem conhecidas, que gradualmente se pretende amenizar e/ou resolver. No que concerne às IES públicas, a atuação com base nas ações estabelecidas pelo órgão de tutela, leva em conta um conjunto de leis e regulamentos internos visando a geração de conhecimento, disponíveis no *sitena* Universidade Agostinho Neto, IES pública de Angola com sede em Luanda (Quadro 5).

3.4. Políticas Públicas Institucionais de Inovação -IES Pública de Angola

As IES são orientadas por um conjunto de políticas públicas, contudo alguns regulamentos limitam-se ao funcionamento interno da IES pública referenciada para geração de inovação. Desse modo, as IES trabalham no fomento da geração de conhecimento, a partir do enfoque na investigação científica, cujas estruturas dos centros de investigação dependem de docentes vinculados à área investigativa.

Quadro 5: *Leis e regulamentos internos das IES públicas.*

Nomes	Descrição	Decretos
Estatuto Orgânico da IES pública de Angola (Universidade Agostinho Neto)	Um instrumento fundamental para a organização e funcionamento da IES, nos domínios do ensino, da investigação e de extensão universitária, com vista ao melhor cumprimento das suas atribuições como IES. Trata-se de um documento abrangente, 1ª região académica de Angola que inclui as províncias de Luanda e Bengo, cuja sede encontra-se em Luanda.	Decreto n.229/11 de 19 de agosto, 1 Série n.159 que revoga o Decreto n.2/95 de 24 de março
Estatuto de Carreira Docente Universitário	-	Decreto n. 3/95
Regiões Académicas de Angola	As regiões académicas compreendem a seguinte organização: a) I Região Académica inclui as províncias de Luanda e Bengo; b) II Região Académica inclui as províncias de Benguela e Cuanza Sul; c) III Região Académica inclui as províncias de Cabinda e Zaíre; d) IV Região Académica inclui as províncias de Lunda Norte, Lunda Sul e Malanje; e) V Região Académica inclui as províncias de Huambo, Bié e Moxico; f) VI Região Académica inclui as províncias de Huíla, Namibe, Cuando Cubango e Cunene; g) VII Região Académica inclui as províncias de Uíge e Kuanza Norte.	Decreto n.5/09 de 7 de abril, I Série n. 64
Estatuto Orgânico do Ministério de Ensino Superior Ciência Tecnologia e Inovação (MESCTI)	O documento integra dois ministérios: do Ensino Superior e da Ciência, Tecnologia e Inovação.	Decreto Presidencial n. 26/18 de 1 de fevereiro de 2018, I Série n. 15, revoga os decretos n. 101/14 de 9 de maio e 111/14 de 27 de maio
Regulamento geral de acesso ao ensino superior para IES públicas e privadas	Regulamentação própria referente a forma de acesso dos estudantes ao ensino superior no território nacional para frequência dos cursos de graduação nomeadamente: bacharelado e licenciatura.	Decreto n. 5/19 de 28 de janeiro, I Série n. 3. A idade mínima para acesso ao ensino superior está plasmada no Artigo 20 da Lei n. 17/16 de 7 de outubro.

Regulamento interno do Gabinete de Cooperação e Intercâmbio Internacional da UAN	Abreviado GCII é um serviço de apoio técnico sob dependência do Pró-Reitor para Cooperação, encarregado de exercer a sua ação nos domínios da cooperação das relações internacionais e do intercâmbio com instituições de regiões académicas do País e do estrangeiro.	Deliberação n. 25/12 de 24 de dezembro.
Regulamento interno do Gabinete dos Estudos e Planeamento e Estatística da UAN	Abreviado GEPE é um serviço de apoio técnico sob dependência do Pró-Reitor, encarregado de exercer a sua ação nos domínios da planificação, da gestão e do tratamento dos dados estatísticos.	Deliberação n. 26/12 de 24 de dezembro
Regulamento interno dos serviços académicos UAN	Serviços executivos encarregados de exercer a sua ação nos domínios da vida académica dos estudantes, do expediente, do arquivo de documentos académicos, do fomento e apoio às atividades pedagógicas e currículos escolares.	Deliberação nº 31/12
Regulamento interno de serviços de investigação científica e Pós-graduação UAN	SICPG é um serviço executivo da Reitoria da UAN que exerce a sua ação no domínio da gestão da investigação científica e pós-graduação, sob dependência do Vice-Reitor para Área Científica.	Deliberação n. 32/12
Regulamento interno de serviços de apoio social, cultural e desportivo UAN	Serviços executivos que exercem a sua ação no domínio da concessão de apoio de carácter social diverso, no fomento das atividades culturais e desportivas no seio da UAN.	Deliberação n. 33/12
Regulamento interno das bibliotecas UAN	Serviço que tem por missão fundamental a aquisição, a preservação, o enquadramento e o tratamento técnico do seu património bibliográfico e documental, numa perspectiva de apoio ao ensino e à investigação, sob controle do Vice-Reitor para a área científica.	Deliberação n. 34/12

Fonte: Portal Universidade Agostinho Neto.

Para melhor valorização do quadro do pessoal docente-investigador foi criado pelo Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, em 2019, o Decreto Presidencial nº109/19 que aprova o estatuto de investigador científico, no intuito de incentivar a investigação científica nas universidades, quer públicas quer privadas, voltadas para a geração de inovação e, assim, atingir o desenvolvimento. OPND 2018-2022 integra o programa de melhoria do ensino superior e da investigação científica e tecnológica, em que o programa:

[...] visa melhorar a rede de IES públicas, permitir o crescimento de cursos e de pós-graduações, bem como melhorar a qualidade do ensino ministrado, sendo por isso fundamental promover a formação de graduados de qualidade e a qualificação de mestres e doutores. O programa evidencia, ainda, a importância que o Executivo atribui ao desenvolvimento da investigação científica e tecnológica, nomeadamente através da carreira de investigador (PND, 2018, p.85).

Diferentemente das IES públicas, a investigação científica é uma lacuna nas IES privadas, pois estas últimas investem pouco na capacitação de seus docentes, predominando docentes apenas com titulação em nível de graduação ao invés de titulação em nível de pós-graduação (Daniel & Valentim, 2019, p.1081). Assim, as IES públicas investem na qualificação de seus docentes, sendo que a maior parte dos docentes trabalham em regime integral, os resultados relacionados ao desempenho na pesquisa é maior em relação às IES privadas, uma vez que não apresentam nenhuma informação sobre a produção científica. Considerando a importância do ensino superior com ênfase na investigação científica para o desenvolvimento de Angola, verifica-se que no âmbito das instituições públicas no que tange aos docentes investigadores a situação de certo modo não é negativa, pois nota-se que nos anos mais recentes isto é, 2017 e 2018, houve um aumento não só de docentes atuando no âmbito da pesquisa, bem como na implementação de novas categorias, fator que indica que já se começa a perceber certo reconhecimento dos docentes pesquisadores e da pesquisa no País (Anuário, 2016; 2017; 2018).

Para intensificar a inovação, ainda no PND 2013-2017 e PND 2018-2022, sobre a qualificação do quadro docente e o desenvolvimento do potencial científico, prevê-se atingir até no Ano de 2022 as seguintes metas:

- Formação de 772 (setecentos e setenta e dois) novos mestres formados no exterior até 2022;
- Formação de 125 (cento e vinte e cinco) novos doutores formados no exterior até 2022;
- Possuir 40 (quarenta) novos investigadores doutorados nas áreas de C&T até 2022;
- Criar 300 (trezentos) novos projetos de investigação científica e tecnológica financiados até 2022;
- Criar 26 (vinte e seis) laboratórios de investigação científica em IES reabilitadas e remodeladas em termos de infraestrutura até 2022 (PND 2018-2022, 2018).

Tendo em vista as inúmeras dificuldades a enfrentar no que tange a C&T+I em termos de políticas públicas, é notório o reconhecimento do árduo trabalho que o órgão responsável tem pela frente, pois somente enfocando as políticas públicas na qualificação e, portanto no investimento da I&D é possível se chegar ao desenvolvimento, tanto econômico quanto social que o País almeja.

4. CONCLUSÃO

Pretendeu-se apresentar uma análise das políticas públicas de inovação voltadas para as IES de Angola. A questão que norteou a pesquisa foi em verificar quais as políticas públicas que incentivam a inovação voltada para IES de Angola e como estas são aplicadas.

Verificou-se que existem inúmeras políticas voltadas à geração de inovação, plasmadas no Decreto Presidencial nº 201/2011. Este decreto trata da Política Nacional de C&T+I que compreende o desenvolvimento científico e tecnológico como estímulo para o exercício de investigação científica, reconhecendo-o como construtor de uma Sociedade de Conhecimento visando o desenvolvimento de Angola. Foram identificados a luz do Decreto supracitado, caminhos possíveis para a geração de inovação no que tange as IES, dos quais destacam-se: a qualificação de recursos humanos no âmbito da investigação científica; a divulgação do conhecimento; a criação de infraestrutura (instituições de investigação); e a criação de parques tecnológicos e incubadoras de empresas.

Para tanto, evidenciou-se que o maior empecilho para a efetivação dos caminhos ora identificados, reside na base do pequeno financiamento por parte do Governo para I&D, de acordo com um estudo realizado em 2010. Para mitigar essa situação, o Governo Angolano com base no PND de 2013 a 2022, definiu objetivos e metas a serem alcançados no cerne da C&T+I como, por exemplo, a qualificação de quadros docentes e de investigadores científicos, bem como o aumento de unidades de I&D.

Os objetivos estabelecidos para o Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação no âmbito da Estratégia de Longo Prazo de Angola 2025, PNFAQ 2013- 2020, consideram a formação de pós-graduação como a principal via de potencialização de docentes universitários, considerando-a fundamental para a melhoria da qualidade do ensino superior e da investigação científica. Salientamos, ainda, alguns objetivos a serem cumpridos, destacando-se a criação de instituições de investigação científica, portanto, o País hoje já conta com mais de 20 (vinte) IEIC e muitos quadros formados e a serem formados em pós-graduação no âmbito do PNFAQ 2013-2020, com o objetivo de contribuir com os conhecimentos adquiridos para a geração de inovação visando o desenvolvimento do País.

Desse modo, apesar do intenso trabalho executado pelo Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, isto é, na criação de políticas públicas com base nos decretos/leis, bem como programas de execução (PND 2013-2022), o setor ainda enfrenta desafios que podem ser amenizados na criação, aplicação e fiscalização de políticas públicas que se baseiam em impulsionar o setor empresarial privado a cooperarem com as IES no domínio da I&D. Trata-se concretamente de modelos de inovação adotados pelas universidades que se substanciam na interação de IES, empresas e Governo, visando a transferência de conhecimentos científicos das IES para as empresas. Entendemos que este é, também, uma das vias que pode propiciar resultados visíveis no que concerne a geração de inovação que se reflita no combate a fome, pobreza e desemprego nas localidades em que estiverem integrados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Campêllo, L. O. S.; Souza, R. B. (2019). A importância de políticas públicas de acesso à informação científica: contexto social contemporâneo. *Revista Fontes Documentais*, 2(2), p. 55-68. <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/134720>>.

Daniel, N. M.; Valentim, M. L. P. (2019). Percepções dos docentes que atuam no ensino superior privado de Angola sobre a investigação científica. In: CARVALHO NETO, S.; SMITH, M. S. J. (Orgs.). *XX Encontro de Pesquisadores: Ciência e Desenvolvimento Regional*. Franca, 1076-1087. http://eventos.unifacef.com.br/encpesq/2019/files/XXENCPEsq_E-BOOK_ANAIS.pdf. Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento.

Decreto Presidencial n.º 201/11, de 20 de julho. (2011, 20 de julho). Publicado no Diário da República I Série, N.º 137. ANGOLA.

Decreto Presidencial n.º 109/19, de 1 de abril. (2018, 2 de abril). Publicado no Diário da República I Série, N.º 45. ANGOLA.

Esteves, César. (2020, junho). Regiões académicas do país vão deixar de existir. Luanda: Jornal de Angola.

Etzkowitz, H. & Leydesdorff, L. (2000). The dynamics of innovation: from National Systems and “Mode 2” to a Triple Helix of university–industry–

governmentrelationsResearchPolicy 29 2000 109–123. Recuperado 16 de julho 2019, de: [https://doi.org/10.1016/S0048-7333\(99\)00055-4](https://doi.org/10.1016/S0048-7333(99)00055-4).

Etzkowitz, Henry & Zhou, Chunyan. (2017). Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. *Revista de Estudos avançados*, 31 (90), São Paulo. Versão impressa ISSN 0103–4014 versão On-line ISSN 1806–9592. Recuperado 16 de julho 2019, de: <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142017.3190>.

Faria, M. de F. B., Fonseca, M. V. de A. (2014). Medidas de cultura de inovação e de cultura organizacional para análise da associação com inovação. *Revista de Administração e Inovação*, 11 (3), 30-55.

Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística. (2016). *Anuário estatísticos de ensino superior*. Ministério do Ensino Superior da República de Angola, 2016, 3ª Edição, p.206.

Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística. (2017). *Anuário estatísticos de ensino superior*. Ministério do Ensino Superior da República de Angola, p.266.

Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística. (2018). *Anuário estatísticos de ensino superior*. Ministério do Ensino Superior da República de Angola, p.216.

Governo de Angola. (2018, 26 de abril). *Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022*, nos termos da Lei de Bases do Sistema Nacional de Planeamento (Lei n.º 1/11, de 14 de Janeiro), Luanda: governo de Angola.

Governo de Angola (2012, dezembro). *Desenvolvimento Territorial Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017*. Luanda: governo de Angola.

Governo de Angola. (2012, novembro). *Plano Nacional de formação de Quadros 2013-2020. Nota informativa*. Luanda: Comissão Interministerial.

Gil, António Carlos. (2008). *Métodos e Técnicas de pesquisa social*. (6ª Ed.) São Paulo: Atlas Editora, 2010. 220p.

Gil, António Carlos. (2010). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. (4ª Ed.). São Paulo: Atlas Editora, 2010. 184p.

Hofmann, W. A.M. (2015). Gestão Da Informação E Inteligência Competitiva: Uma Abordagem Estratégica Das Organizações Públicas E Privadas. In: Valentim, M. L.P&Basnuevo, A. M.(Cap. 4, pp. 71-96). São Paulo: Cultura Acadêmica. Recuperado

em:https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/inteligencia-organizacional_ebook.pdf

Liberato, E.(2014). Avanços e retrocessos da educação em Angola. Revista Brasileira de Educação, 59 (19).Universidade Agostinho Neto, Luanda, Angola

Manual de Oslo. (2005). *Diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação*. (3. Ed.) Tradução de Flávia Gouveia.. Brasília: Finep.

Silva, E. Informação E Conhecimento: Elementos Essenciais Para A Geração De Inovação. In: Valentim, M. L.P&Basnuevo, A. M. (Cap. 11, pp. 249-270). São Paulo: Cultura Acadêmica. Recuperado em:

https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/inteligencia-organizacional_ebook.pdf

Protocolo de cooperação 2333/2017 RUNESP . (2018). *Informação para homologação do C.O.* UNESP, Ministério do ensino superior, ciência, tecnologia e inovação de Angola, por intermédio do Instituto nacional de gestão de bolsas de estudo-INAGBE. Link: http://www.unesp.br/secgeral/Pautas/CO/20190214/Proc_2333_2017_Runesp_homologacao_convenio.pdf.

Portal da Universidade Agostinho Neto, IES Pública de Angola. <https://www.uan.ao/>

Portal Ciência divulgadas informações do MESCTI.<https://www.ciencia.ao/>

Silva, E., e Valentim, M.L.P. (2018).A contribuição dos sistemas de inovação e da cultura organizacional para a geração de Inovação. *Revista de informação&Informação*, 23 (1), 450 – 466. Recuperado 12 de junho 2020: <http://www.uel.br/revistas/informacao/>.

Silva, E. (2018). *O conhecimento científico no contexto de sistemas nacionais de inovação: análise de políticas públicas e indicadores de inovação*. (Tese de doutoramento). UNESP, Brasil.

Silva, E. (2019). Análise de políticas públicas brasileiras em ciência, tecnologia e inovação com foco na cultura de inovação e atuação integrada de agentes do sistema de inovação. *Revista Digital De Biblioteconomia E Ciência Da Informação*, 17, p.1-14. Doi:10.20396/rdbci.v17i0.8654693.

Teixeira, R. C. O uso de documentos de patentes para a gestão da inovação. In Souto, Fernandes Leornado. Gestão da informação e do conhecimento: Práticas e reflexões. Rio de janeiro: Editora Interciência, 2014. 312 p.

A MBIENTE

Caracterização da diversidade de espécies do parque nacional do bicuar e implicações para a gestão e conservação da biodiversidade

Domingos Fortunato da Silva, Abel Ezequiel Cahali, Felisberto Armando Gomes, Francisco Maiato Gonçalves, José João Tchamba

| 293-306

Os desafios dos estudantes na adaptação a novos comportamentos no ensino superior: universidade 11 de novembro. 2017/2018

Maria Augusta César Nobre, Maely Ramirez Rodrigues, Josefina Massiala Pemba, Ana Paula Sarmento dos Santos Woida

| 307-320

CARACTERIZAÇÃO DA DIVERSIDADE DE ESPÉCIES DO PARQUE NACIONAL DO BICUAR E IMPLICAÇÕES PARA A GESTÃO E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Characterization of species diversity in the Bicular National Park and implications for the management and conservation of biodiversity

DA SILVA, Domingos Fortunato^{48,2}, CAHALI, Abel Ezequiel⁴⁹, GOMES, Felisberto Armando², TCHAMBA, José João², & MAIATO GONÇALVES, Francisco²

Resumo

O Parque Nacional do Bicular possui uma área de 7.900 km² e localiza-se na província da Huíla, ascendeu à esta categoria em 1964. Pretendeu-se, com esse trabalho, caracterizar a diversidade florística das espécies arbóreas e averiguar as ameaças que poderão ter implicações na gestão e conservação da biodiversidade do parque. Seleccionamos cinco (5), das quinze (15) parcelas permanentes de 10.000 m² estabelecidas para amostragem da vegetação, onde todas as árvores com DAP $\geq$ 5 cm foram medidas, devidamente identificadas e marcadas com placas de alumínio sequencialmente enumeradas, para permitir a sua posterior re-medição. A análise preliminar destas parcelas mostrou uma densidade estimada em cerca de 3.672 indivíduos, pertencentes a 12 famílias botânicas e 43 espécies. Como presumíamos, a família Fabaceae foi a mais representativa, sendo dominada pelas espécies de géneros característicos do miombo, tais como: *Julbernardia* e *Brachystegia*. Futuramente pretende-se avaliar as taxas de mortalidade, devido, principalmente às queimadas e herbivoria.

Abstract

Bicular National Park has an area of 7,900 km² and is located in Huíla Province, the park rose to this category in 1964. The aim of this work was to characterize the floristic diversity of tree species and to investigate the threats that may have implications in management and conservation of biodiversity of the park. We selected five (5) of fifteen (15) permanent plots of 10,000 m² established for vegetation sampling, where all trees with DBH $\geq$ 5 cm were measured, properly identified and marked with aluminium plates sequentially enumerated, to allow their subsequent re-measurement. Preliminary analysis of the plots showed an estimated density of about 3,672 individuals, belonging to 12 botanical families and 43 species. As presumed, Fabaceae family was the most representative, being dominated by species of the genus characteristic of miombo, such as *Julbernardia* and *Brachystegia*. In future we intended to evaluate mortality rates, mainly due to fires and herbivory.

Key-words: *Bicular National Park; diversity; plots; sampling.*

Palavras-chave: *Parque Nacional do Bicular; diversidade; parcelas; amostragem.*

Data de submissão: Janeiro de 2020 | **Data de publicação:** Março de 2020.

⁴⁸ DOMINGOS FORTUNATO DA SILVA - Departamento de Cooperação e Intercâmbio Internacional, ISCED – Huambo e Herbário do Lubango, ISCED – Huíla, ANGOLA. E-mail (*Corresponding Author*): dfortunatodasilva@gmail.com.

⁴⁹ ABEL EZEQUIEL CAHALI - Herbário do Lubango, ISCED - Huíla, ANGOLA.

⁴⁹ FELISBERTO ARMANDO GOMES - Herbário do Lubango, ISCED - Huíla, ANGOLA.

⁴⁹ FRANCISCO MAIATO GONÇALVES - Herbário do Lubango, ISCED - Huíla, ANGOLA

⁴⁹ JOSÉ JOÃO TCHAMBA - Herbário do Lubango, ISCED - Huíla, ANGOLA.

INTRODUÇÃO

O Parque Nacional do Bicular (PNB) encontra-se na Província da Huíla e possui uma área anteriormente estimada em cerca de 7.900 km². Hoje, conta com apenas cerca de 6.750 km², graças a um Decreto colonial que desproclamou áreas à norte do parque, visando a expansão do Colonato de Capelongo. A criação do parque data do longínquo ano de 1938, inicialmente estabelecido como Reserva Parcial de Caça (Portaria N.º 2620 de 16 de Abril de 1938), tendo passado posteriormente à categoria de Parque Nacional pelo Diploma Legislativo No. 3527 de 26 de Dezembro de 1964 (Huntley, Beja, Vaz Pinto, Russo, Veríssimo, & Morais, 2019).

Os anos que seguiram a independência de Angola foram de grande instabilidade político-militar, que afectaram seriamente a dinâmica da vida do país e das instituições, caracterizadas, em muitos casos, pelo total abandono de importantes infraestruturas, como foi o caso dos parques nacionais e áreas de conservação. Como consequência, o PNB, tal como outras áreas de conservação foi severamente afectado pela exploração inadequada dos seus recursos, o que contribuiu, neste caso, para uma redução drástica da sua rica fauna, levando mesmo a extinção local de alguns dos seus mais emblemáticos exemplares, como é o caso do Búfalo negro (*Syncerus caffer*), da Zebra de planície (*Equus quagga*) e do Gnu (*Connochaetes taurinus*).

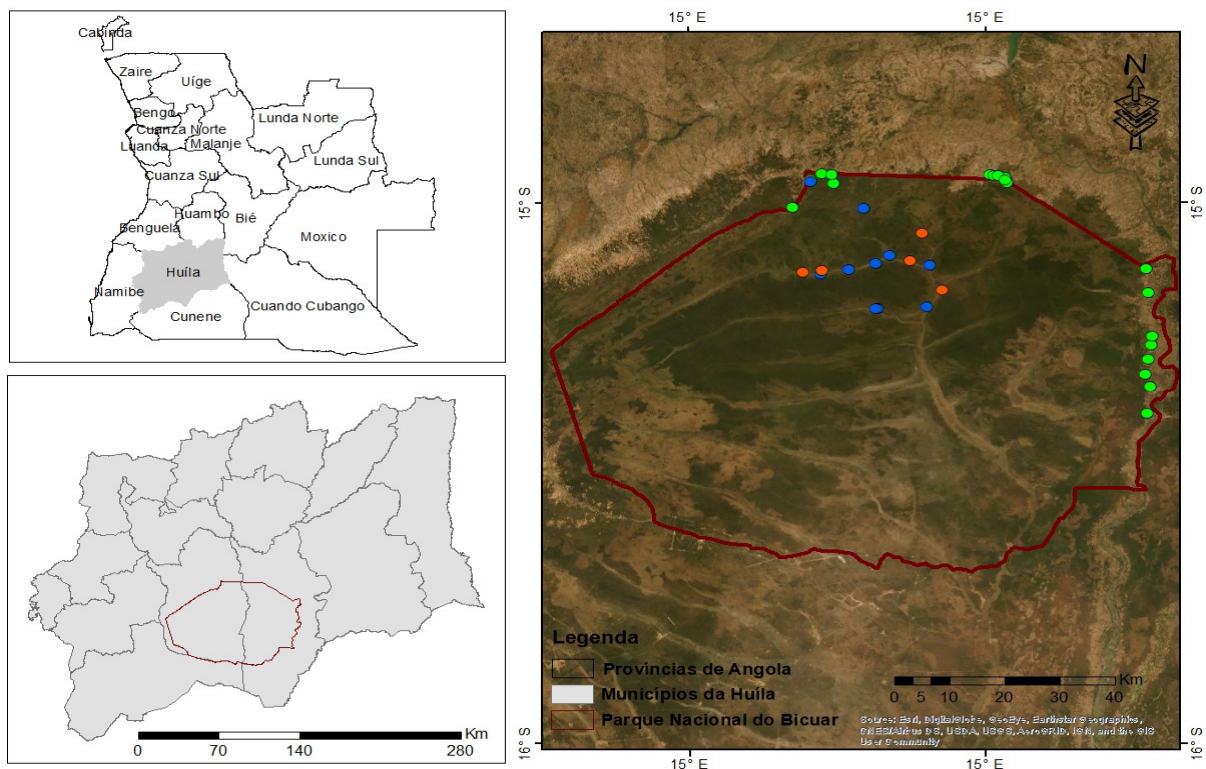
Actualmente, a biodiversidade do Bicular, até pouco tempo, desconhecida, tem revelado a existência de uma rica herpetofauna, que inclui novos registos para o país (Butler et al. 2019; Baptista, António, & Branch, 2019). Outros estudos em andamento com recurso à foto-armadilhagem indicam a existência de populações saudáveis de espécies carismáticas, como é o caso do cão selvagem africano (*Lycaon pictus*) (Beja, et al., 2019). Relativamente a vegetação, existem igualmente poucos estudos, sendo apenas conhecida por estudos e/ou contribuições, levadas acabo ainda nas décadas de 60 e 70 (Texeira, 1968; Barbosa, 1970). Têm sido feitos vários esforços, visando a descrição e caracterização dos principais habitats da região e da sua rica diversidade florística (Chisingui et al. 2018; Godlee et al. in rev.). Assim, constitui objectivo principal deste trabalho, contribuir para o conhecimento da composição e diversidade florística do parque, avaliada em cinco das quinze parcelas de amostragem permanentes, estabelecidas no parque. Estas parcelas permitirão, no futuro, avaliar a dinâmica da vegetação do PNB, com base nas estimativas das taxas de mortalidade, crescimento e incremento anual e de recrutamento das principais espécies arbóreas.

1. METODOLOGIA

1.1. Área de estudo

A área de estudo corresponde ao Parque Nacional do Bicular, com as respectivas parcelas de amostragem, estabelecidas no período de 2018 – 2019 (Figura 1). O PNB situa-se entre os 1200-1400 m acima do nível médio das águas do mar, possui um clima tropical seco com temperaturas médias anuais entre os 19 – 23°C e precipitação entre os 650 – 900 mm/ano (Mendelsohn & Mendelsohn, 2018). Sendo o ano de 2018, o que nos últimos três anos registou os valores mais elevados de precipitação, estimada em 1.039 mm/ano (SASSCAL WeatherNet, 2018). A vegetação do Bicular é, essencialmente, do tipo Miombo (*Brachystegia* spp e *Julbernardia paniculata*), que faz transição com as formações áridas de *Baikiaea plurijuga* (formações secas de *Baikiaea* – *Burkea*), situadas nas areias do Kalahari, que se estende depois em direcção à Namíbia, Botswana, Zâmbia e finalmente no Zimbabwe (Timberlake, Chidumayo, & Sawadogo, 2010). Incluem ainda formações serradas de *Baphia massaiensis* ssp *obovata* – *Combretum celastroides*, e pastagens de inundações sazonais, geralmente com gramíneas altas.

Figura N.º 1: Mapa de Angola com a província da Huíla em destaque (em cima à esquerda), localização do PNB na província da Huíla (em baixo) e as parcelas de amostragem no PNB (à direita), sendo os pontos laranja os que foram usados neste trabalho.



Elaborado por: José Camônguá Luís.

1.2. Amostragem da vegetação

A amostragem da vegetação foi feita em parcelas permanentes, seguindo o modelo proposto no projecto SEOSAW (SEOSAW partnership, in prep.) e tem como principal finalidade a marcação das parcelas de amostragem, medição do diâmetro de todas as árvores com $DAP \geq 5$ cm, marcação com placas de alumínio (enumeradas sequencialmente), seguida da medição da altura das árvores com um Rangefinder (Nikon Forestry Pro). Procedeu-se igualmente à identificação taxonómica das espécies, feita no local graças à experiência dos membros da equipa com a flora da região, mas também com recurso à literatura botânica especializada (Wyk & Wyk, 1997; Smith & Allen, 2004; Mannheimer & Curtis, 2009; Alison & Heath, 2010). Quando desconhecida a identidade de alguma espécie, exemplares botânicos em triplicado foram colhidos para posterior identificação nos Herbários do Lubango (acrónimo LUBA), Kew (acrónimo K) e Edimburgo (acrónimo E), recorrendo aos especialistas em diferentes famílias botânicas, ou com recurso aos exemplares ali depositados. No total foram estabelecidas 15 parcelas de amostragem (1 hectare), para este estudo seleccionamos as cinco (5) parcelas que apresentaram maior número de indivíduos amostrados.

1.3. Análise de dados

Os dados de campo obtidos, principalmente o diâmetro dos indivíduos pertencentes a cada espécie foram introduzidos numa base de dados em Excel. Para o conjunto de indivíduos das cinco parcelas, calculamos os principais Parâmetros Fitossociológicos, nomeadamente: Frequência (FR), Densidade (DR), Dominância (DoR) e Índice de Valor de Importância (IVI), conforme proposto por vários autores (Mueller-Dombois & Ellenberg, 1974; Kent & Coker, 1992, Freitas & Magalhães 2012). Adicionalmente, calculou-se a Diversidade de espécies (Diversidade Alpha) em cada parcela com base no Índice de Shannon-Wienier (H') (Equação 2).

$$\textbf{Equação 2: } H' = -\sum p_i \ln(p_i)$$

Onde: H' = Índice de Diversidade de Shannon; p_i = corresponde ao número de indivíduos da espécie em uma dada parcela, dividido pelo número total de indivíduos nas parcelas; $\ln$ = corresponde ao logaritmo natural e $\sum$ = as somatório dos cálculos.

Finalmente, calculamos a uniformidade (equitabilidade) das espécies nas parcelas com base na Índice de Equitabilidade de Buzas & Gibson (Equação 3). Aqui, E = Índice de de Buzas & Gibson; H' = corresponde ao Índice de Diversidade de Shannon; e = base do logaritmo natural e S = corresponde ao número total de espécies amostradas. A uniformidade, corresponde à equitabilidade da abundância das diferentes espécies, sendo que este índice varia de 0 - 1, com o valor 1 indicando que todas as espécies têm mais ou menos a mesma abundância em todas as parcelas.

$$\text{Equação 3: } E = e^{H'}/S$$

2. RESULTADOS

amostragem levantamento da vegetação arbórea no PNB permitiu amostrar cerca de 3.672 indivíduos, pertencentes a 12 famílias botânicas e 41 espécies. O que representa perto de 55,9% do total de indivíduos amostrados no parque, nas 15 parcelas estabelecidas. Duas espécies amostradas em três parcelas diferentes, nomeadamente *Brachystegia* sp. nas parcelas 6, 7 e 11 (Col. No. FM2024) e *Combretum* sp. na parcela 11 (Col. No. FM2029) foram apenas identificadas até ao género, enquanto a espécie(s) não identificada e que tem ocorrência em todas as parcelas, correspondem aqueles exemplares que foram encontrados mortos nas parcelas, devido principalmente ao fogo e mesmo assim por se encontrarem em pé foram medidas e etiquetadas. Em outros casos, correspondem aquelas espécies que não apresentaram elementos suficientes que permitam a sua determinação no campo, para estas, exemplares botânicos foram colhidos para posterior análise. A família *Fabaceae* foi de longe a que maior número de indivíduos amostrados apresentou. Olhando para aquilo que foi a posição fitossociológica de cada espécie, calculada a partir dos principais parâmetros fitossociológicos, nomeadamente Frequência (FR), Densidade (DR), Dominância (DoR) e Índice de Valor de Importância (IVI), as cinco espécies arbóreas mais importantes nas comunidades vegetais estudadas foram em ordem decrescente: *Brachystegia longifolia* (50,91), *Julbernardia paniculata* (43,84), *Burkea africana* (36,57), *Combretum collinum* (18,85) e *Terminalia sericea* (14,01). Enquanto importantes espécies lenhosas das comunidades vegetais do parque como: *Erythrophleum africanum* (7,67), *Baikiaea plurijuga* (4,42), *Guibourtia coleosperma* (3,33), *Pterocarpus angolensis* (2,73) e *Brachystegia spiciformis* (1,17) apresentaram em geral baixo IVI (Tabela 1), levantando questões sérias de proteção e de conservação destas espécies arbóreas.

Tabela N.º 1: Posição ecológica das espécies arbóreas, calculada a partir dos principais parâmetros fitossociológicos, nomeadamente Frequência (FR), Densidade (DR), Dominância (DoR) e Índice de Valor de Importância (IVI).

Espécies	FR	DR	DoR	IVI
<i>Albizia antunesiana</i>	3,41	0,30	0,56	4,27
<i>Baikiaea plurijuga</i>	2,27	0,35	1,79	4,42
<i>Baphia bequaerti</i>	2,27	3,13	1,65	7,06
<i>Baphia massaiensis</i> ssp. <i>obovata</i>	3,41	1,12	0,42	4,94
<i>Bobgunnia madagascariensis</i>	1,14	0,03	0,01	1,17
<i>Brachystegia longifolia</i>	3,41	16,97	30,53	50,91
<i>Brachystegia</i> sp. (Parcela 11)	1,14	0,19	0,12	1,45
<i>Brachystegia</i> sp. (Parcela 6)	1,14	0,11	0,10	1,35
<i>Brachystegia</i> sp. (Parcela 7)	1,14	7,30	11,76	20,19
<i>Brachystegia spiciformis</i>	1,14	0,03	0,01	1,17
<i>Bridelia mollis</i>	1,14	0,68	0,16	1,98
<i>Burkea africana</i>	5,68	15,58	15,31	36,57
<i>Combretum apiculatum</i> ssp. <i>apiculatum</i>	1,14	0,44	0,17	1,74
<i>Combretum collinum</i>	5,68	10,10	3,06	18,85
<i>Combretum hereroense</i>	3,41	1,44	0,47	5,32
<i>Combretum psidioides</i>	1,14	0,65	0,27	2,06
<i>Combretum</i> sp. (Parcela 11)	1,14	0,03	0,02	1,19
<i>Combretum zeyheri</i>	2,27	0,65	0,18	3,10
<i>Diospyros batocana</i>	1,14	0,03	0,01	1,17
<i>Diplorhynchus condylocarpon</i>	3,41	0,65	0,30	4,36
<i>Erythrophleum africanum</i>	3,41	2,07	2,19	7,67
<i>Guibourtia coleosperma</i>	2,27	0,68	0,37	3,33
<i>Hippocratea parvifolia</i>	1,14	0,03	0,01	1,17
<i>Julbernardia paniculata</i>	3,41	20,07	20,36	43,84
<i>Lonchocarpus nelsii</i>	3,41	1,53	1,77	6,70
<i>Monotes</i> sp.	2,27	0,08	0,03	2,38
Espécie(s) não identificadas	5,68	1,50	2,24	9,42
<i>Ochna pulchra</i> ssp. <i>pulchra</i>	1,14	0,25	0,09	1,47
<i>Pericopsis angolensis</i>	2,27	0,60	0,31	3,18
<i>Phyllanthus reticulatus</i>	1,14	0,03	0,02	1,19
<i>Pseudolachnostylis maprouneifolia</i> var. <i>dekindtii</i>	4,55	1,58	0,50	6,62
<i>Pteleopsis anisoptera</i>	1,14	2,42	0,78	4,34
<i>Pterocarpus angolensis</i>	1,14	0,93	0,67	2,73
<i>Pterocarpus lucens</i> spp. <i>antunesi</i>	1,14	0,11	0,04	1,28
<i>Rothmannia engleriana</i>	1,14	0,03	0,01	1,17
<i>Securidaca longepedunculata</i>	1,14	0,22	0,09	1,45
<i>Strychnos cocculoides</i>	1,14	0,16	0,05	1,35
<i>Strychnos pungens</i>	3,41	0,38	0,10	3,89
<i>Strychnos spinosa</i>	4,55	0,90	0,29	5,74
<i>Terminalia brachystemma</i>	1,14	0,14	0,04	1,31
<i>Terminalia sericea</i>	4,55	6,37	3,09	14,01
<i>Ximenia americana</i> var. <i>microphylla</i>	2,27	0,16	0,05	2,49
TOTAL	100,00	100,00	100,00	300,00

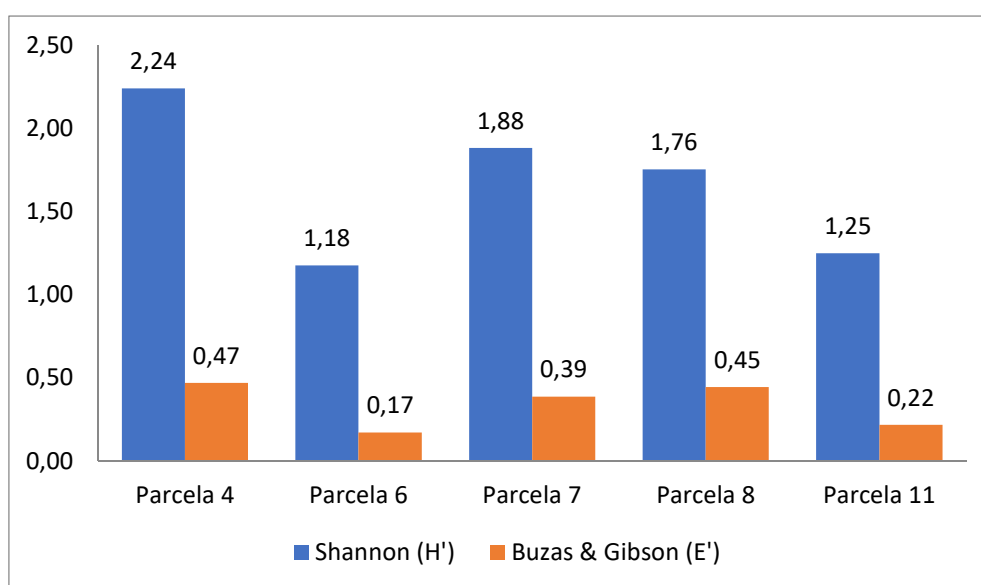
As parcelas amostradas, em geral apresentaram densidades de indivíduos diferentes, totalizando 3.672 indivíduos amostrados tal como já se referiu, distribuídos em 611 (Parcela 4), 676 (Parcela 8), 740 (Parcela 11), 761 (Parcela 6) e 884 (Parcela 7) (Tabela 2).

Tabela N.º 2: Densidade individual das espécies arbóreas amostradas nas cinco parcelas do PN do Bicular.

Espécies	Parcela 4	Parcela 6	Parcela 7	Parcela 8	Parcela 11
<i>Albizia antunesiana</i>	0	2	7	0	2
<i>Baikiaea plurijuga</i>	9	0	0	0	4
<i>Baphia bequaerti</i>	105	0	0	0	10
<i>Baphia massaiensis</i> ssp. <i>obovata</i>	30	1	0	0	10
<i>Bobgunnia madagascariensis</i>	1	0	0	0	0
<i>Brachystegia longifolia</i>	108	15	0	0	500
<i>Brachystegia</i> sp. (Parcela 11)	0	0	0	0	7
<i>Brachystegia</i> sp. (Parcela 6)	0	4	0	0	0
<i>Brachystegia</i> sp. (Parcela 7)	0	0	268	0	0
<i>Brachystegia spiciformis</i>	0	0	0	0	1
<i>Bridelia mollis</i>	0	0	25	0	0
<i>Burkea africana</i>	160	9	53	252	98
<i>Combretum apiculatum</i> ssp. <i>apiculatum</i>	16	0	0	0	0
<i>Combretum collinum</i>	51	12	260	36	12
<i>Combretum hereroense</i>	0	1	42	10	0
<i>Combretum psidioides</i>	24	0	0	0	0
<i>Combretum</i> sp. (Parcela 11)	0	0	0	0	1
<i>Combretum zeyheri</i>	1	0	0	0	23
<i>Diospyros batocana</i>	0	0	0	0	1
<i>Diplorhynchus condylocarpon</i>	0	9	1	14	0
<i>Erythrophleum africanum</i>	0	1	23	52	0
<i>Guibourtia coleosperma</i>	2	0	23	0	0
<i>Hippocratea parvifolia</i>	1	0	0	0	0
<i>Julbernardia paniculata</i>	0	544	11	182	0
<i>Lonchocarpus nelsii</i>	21	31	4	0	0
<i>Monotes</i> sp.	0	1	0	2	0
Espécie(s) não identificadas	10	2	1	2	40
<i>Ochna pulchra</i> spp. <i>pulchra</i>	9	0	0	0	0
<i>Pericopsis angolensis</i>	0	20	0	2	0
<i>Phyllanthus reticulatus</i>	0	1	0	0	0
<i>Pseudolachnostylis maprouneifolia</i> var. <i>dekindtii</i>	1	4	16	37	0
<i>Pteleopsis anisoptera</i>	0	89	0	0	0
<i>Pterocarpus angolensis</i>	34	0	0	0	0
<i>Pterocarpus lucens</i> spp. <i>antunesi</i>	0	0	4	0	0
<i>Rothmannia engleriana</i>	1	0	0	0	0
<i>Securidaca longepedunculata</i>	8	0	0	0	0
<i>Strychnos cocculoides</i>	0	0	0	0	6
<i>Strychnos pungens</i>	0	7	5	0	2
<i>Strychnos spinosa</i>	0	2	2	7	22
<i>Terminalia brachystemma</i>	0	0	0	5	0
<i>Terminalia sericea</i>	19	6	134	75	0
<i>Ximenia americana</i> var. <i>microphylla</i>	0	0	5	0	1
TOTAL	611	761	884	676	740

A riqueza de espécies avaliada pelo número total de espécies amostradas foi de $17 \pm 2,74$, sendo a mais elevada igual a 20 (Parcela 4), enquanto a mais baixa 13 (Parcela 8). A diversidade de espécies avaliada pelo Índice de Diversidade de Shannon (H') foi em média $1,66 \pm 0,20$, sendo que a parcela 4 foi a mais diversa, bem como aquela que apresentou maior uniformidade entre as espécies, ou seja, as espécies amostradas apresentaram em geral abundâncias diferentes (Gráfico No. 1). Enquanto a Equitabilidade, calculada pelo Índice de Equitabilidade de Buzas & Gibson foi em média $0,34 \pm 0,06$.

Gráfico N.º 1: Valores dos Índices de Diversidade de Shannon (H') e de Equitabilidade de Buzas & Gibson (E') nas cinco parcelas amostradas.



3. DISCUSSÃO

O PNB passou por períodos bastante difíceis da sua história, tendo beneficiado de um programa de reabilitação, liderado pelo do Governo angolano e seus parceiros, que em 2008 lançou as bases para a sua recuperação (Teixeira Pinto, 2012). Estando nesta altura no país a decorrer a implementação da Estratégia e Plano de Acção Nacional para a Biodiversidade (NBSAP), programa aprovado pelo Governo de Angola em 2006. Apesar dos períodos difíceis por que passou, grande parte da sua fauna ainda existe, e os principais habitats que caracterizam o parque se mantiveram praticamente intactos, apesar das diversas perturbações de origem antropogénica, como é o caso da exploração selectiva de madeira, a expansão agro-pecuária, caracterizada pela ocupação de grandes fazendas e também às queimadas sazonais, principalmente durante a época seca.

Durante vários anos, a biodiversidade do parque, particularmente a sua flora e vegetação era praticamente desconhecida, existindo muito poucos estudos voltados exclusivamente para esta área de conservação. Por outro lado, não existem informações que permitam quantificar a densidade de espécies, bem como a posição ecológica destas, muito menos estudos que permitam, por exemplo, averiguar as taxas de mortalidade (devido principalmente a herbivoria e ao fogo), assim como as taxas de crescimento e incremento anual, bem como de recrutamento das principais espécies arbóreas. Estudos recentes levados a cabo na região, resultaram na primeira classificação da vegetação para a região, que inclui o PNB, e aponta para a existência de pelo menos quatro comunidades vegetais, excluindo a vegetação herbácea e graminosa (Chisingui et al. 2018). No que se refere a sua composição e diversidade florística, estudos apontam para uma elevada diversidade, que inclui elementos únicos e característicos da região, quando comparada com outras comunidades vegetais das regiões centrais e ocidentais de África (Godlee et al. in rev.).

A avaliação fitossociológica das espécies incluídas neste trabalho, revelou a importância ecológica de algumas espécies típicas do miombo (*Brachystegia longifolia* e *Julbernardia paniculata*), apontando efectivamente para espécies arbóreas mais tipicamente resistentes às queimadas (*Burkea africana*) e/ou pioneiras nos estágios iniciais da sucessão ecológica (*Combretum* spp. e *Terminalia sericea*) (Gonçalves et al. 2017). Por outro lado, chama atenção para outras, cuja sua posição ecológica nas comunidades vegetais que compõem o Bicular revelaram bastante preocupação, levantando questões para a proposta de medidas que visem a sua efectiva protecção. Algumas destas espécies, como é o caso de *Brachystegia spiciformis*, têm sido extensivamente exploradas para a produção de carvão, também em Angola (Chiteculo et al. 2018), enquanto outras como: *Baikiaea plurijuga*, *Pterocarpus angolensis* e *Guibourtia coleosperma*, até recentemente têm sido sujeitas a uma exploração selectiva de madeira, não admirando por isso o baixo número de indivíduos com diâmetro de corte (± 40 cm de diâmetro), verificado num estudo, feito recentemente no Sudeste de Angola (Gonçalves et al. 2018). No Parque Nacional do Bicular é bem evidente o efeito desta exploração selectiva passada a que estas espécies estavam sujeitas, e mais recentemente com provável aumento da densidade populacional de elefantes, é também muito comum observar os efeitos da herbivoria sobre algumas espécies arbóreas, especialmente em *G. coleosperma*, o que impede o seu crescimento.

A diversidade de espécies, medida pelo índice de diversidade de Shannon (H'), foi de uma maneira geral baixa em todas as parcelas, com exceção da parcela número 4, que mostrou um índice ligeiramente alto ($H' = 2,24$). Isto se deveu, efectivamente a um conjunto de espécies (*Combretum apiculatum* spp. *apiculatum*, *C. psidioides*, *Ochna pulchra* spp. *pulchra*, *Pterocarpus angolensis* e *Securidaca longpedunculata*, entre outras), que ocorreram apenas nesta parcela, sendo que este índice é fortemente influenciado pela ocorrência de espécies raras e únicas, ou seja, aquelas que não ocorreram em outras parcelas (Morris et al. 2014). Por outro lado, a uniformidade, medida pelo Índice de Equitabilidade de Buzas & Gibson (E'), mostrou que as espécies dentro das parcelas amostradas tiveram mais ou menos a mesma abundância, já que os valores deste índice, raramente chegaram a valores próximos de 1.

CONCLUSÕES

O PN do Bicuar com uma área estimada hoje em cerca de 6.750 km², encontra-se na província da Huíla, e apesar dos constrangimentos que tiveram haver com um passado muito recente de Angola, possui a sua fauna e flora relativamente bem preservados. Apesar disto existe ainda muito poucos estudos ecológicos para avaliar muitos aspectos que têm haver por exemplo com a caracterização da dinâmica da vegetação da região, o que levou a realização deste estudo. Tendo revelado a existência de uma abundância e diversidade de espécies arbóreas razoáveis, e comparáveis com a de outras regiões de África. Apesar disto algumas espécies apresentaram parâmetros ecológicos bastante preocupantes, o que levanta questões para a realização de estudos mais aprofundados, visando a proposta de medidas específicas voltadas à conservação e proteção destas espécies. De recordar que o PN do Bicuar, constitui, provavelmente um importante e último refúgio da biodiversidade da região (em particular a animal), sendo urgente a sua efetiva proteção.

AGRADECIMENTOS | Domingos Fortunato da Silva, é estudante de Mestrado em Ecologia e Gestão dos Recursos Naturais do ISCED – Huíla, tendo sido beneficiário de uma Bolsa de Estudos do INAGBE – Instituto Nacional de Gestão de Bolsas de Estudo. A instalação das parcelas permanentes no PN do Bicular foi financiada pela National Geographic Society (Grant No. EC-51464R-18), em colaboração com a Escola de Geociências da Universidade de Edimburgo, Reino Unido.

Os autores agradecem ainda a Administração do Parque Nacional do Bicular, ao seu corpo de fiscais, pelo apoio prestado durante a realização dos trabalhos de campo, ao ISCED-Huambo pelo apoio institucional e ao ISCED – Huíla, por todo apoio logístico prestado, visando a realização deste trabalho. Os autores, agradecem igualmente ao José Camôngua Luís, Estudante de Mestrado no IGOT – Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, pela gentileza na elaboração do mapa da área de estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alison, & Heath, R. (2010). *Field guide to the plants of northern Botswana including the Okavango Delta*. Royal Botanic Gardens, Kew.

Baptista, N. L, António, T. & Branch, W. R. (2019). *The herpetofauna of Bicular Nacional Park and surroundings, southwestern Angola: a preliminary checklist*. *Amphibian & Reptile Conservation* 13 (2) [Special Section]: 96-130 (e203).

Barbosa, L. A. (1970). *Carta fitogeográfica de Angola*. Instituto de Investigação Científica de Angola - Luanda.

Beja, P., Vaz Pinto, P., Veríssimo, L., Bersacola, E., Fabiano, E., Palmeirim, J. M., ... Tayloret, P. J. (2019). The Mammals of Angola. In B.J. Huntley, V. Russo, F. Lages, & N. Ferrand (Eds), *Biodiversity of Angola. Science & Conservation: A Modern Synthesis* (pp. 357-443). Porto: Editors, Arte e Ciência.

Butler, B. O., Ceríaco, L. P. M., Marques, M. P., Bandeira, S., Júlio, T., Heinicke, M.P., & Bawer, A.M. (2019). Herpetological survey of Huíla Province, southwest Angola, including first records from Bicular National Park. *Herpetological Review*, 50 (2), 225-240.

- Chisingui, A. V., Gonçalves, F. M. P., Tchamba, J. J., Camôngua Luís, J., Rafael, M.F.F. & Alexandre, J. L. M. (2018). Vegetation survey of the woodlands of Huíla Province. In R. Revermann, K. M. Krewenka, U. Schmiedel, J. M. Olwoch, J. Helmschrot, & N. Jürgens, (Eds), *Climate change and adaptive land management in southern Africa – assessments, changes, challenges, and solutions. Biodiversity & Ecology*, 6 (pp. 426-437). Hamburg: Klaus Hess Publishers, Göttingen & Windhoek. doi:10.7809/b-e.00355.
- Chiteculo, V., Lojka, B., Surový, P., Verner, V., Panagiotidis, D. & Woitsch, J. (2018) Value Chain of Charcoal Production and Implications for Forest Degradation: Case Study of Bié Province, Angola. *Environments* 2018, 5, 113; doi:10.3390/environments5110113
- Freitas, W. K., & Magalhaes, L. M. S. (2012). Métodos e parâmetros para estudo da vegetação com ênfase no estrato arbóreo. *Floresta Ambient.*, 19(4), 520-539. doi:10.4322/floram.2012.054.
- Godlee, J.L., Gonçalves, F.M., Tchamba, J.J., Chisingui, A.V., Muledi, J.I., Shutcha, M.N., Ryan, C.M., Brade, T.K. & Dexter, K.G. (accepted) Diversity and structure of an arid woodland in southwest Angola, with comparison to the wider miombo ecoregion. *Diversity Special Issue*.
- Gonçalves, F.M.P., Revermann, R., Gomes, A.L., Aidar, M.P.M., Finckh, M. & Jürgens, N. (2017) Tree species diversity and composition of miombo woodlands in south-central Angola: a chronosequence of forest recovery after shifting cultivation. *International Journal of Forestry Research*, Article ID6202093
- Gonçalves, F. M. P., Revermann, R., Cachissapa, M. J., Gomes, A. L., & Aidar, M. P. M. (2018). *Species diversity, population structure and regeneration of woody species in fallows and mature stands of tropical woodlands of southeast Angola* (pp. 1569–1579). doi:10.1007/s11676-018-0593-x.
- Huntley, B. J., Beja, P., Vaz Pinto, P., Russo, V., Veríssimo, L., & Morais, M. (2019). Biodiversity Conservation: History, protected areas and hotspots.. In B.J., Russo, V., Lages, F., & Ferrand, N. (Eds), *Biodiversity of Angola* (pp. 495-512). Lisboa: SpringerOpen.
- Mannheimer, C., & Curtis, B. (2009). *Le Roux and Müller's Field Guide to the Trees and Shrubs of Namibia*. Windhoek - Namíbia: Macmillan Education.

- Kent, M. & Coker, P. (1992). *Vegetation description and analysis: A Practical Approach*. New York: John Wiley and Sons.
- Mendelsohn, J. M. & Mendelsohn, S. (2018). *Sudoeste de Angola: um retrato da terra e da vida*. South West Angola: a portrait of Land and Life. Arte e Ciência, Porto - Portugal.
- Mueller-Dombois, D., & Ellenberg, H. (1974). *Aims and methods of vegetation ecology*. New York: John Wiley and Sons.
- Morris, E. K., Caruso, T., Buscot, F., Fischer, M., Hancock, C., Maier, T. S., ... Rilling, M. C. (2014). Choosing and using diversity indices: insights for ecological applications from the German Biodiversity Exploratories. *Ecology and Evolution*, 4(18), 3514-3524. doi: 10.1002/ece.1155.
- Pinto, A. T. (2012). *Parque Nacional do Bicuar: relato de uma visita, comentários, sugestões e urgências*. Relatório não publicado.
- SASSCAL. (2018). <http://www.sasscalweathernet.org>. Disponível em: <http://www.sasscalweathernet.org/index.php?MIsoCode=00>.
- SEOSAW partnership (in prep.). *A socio-ecological observatory for the southern African woodlands: challenges, benefits and methods*.
- Smith, P., & Allen, Q. (2004). *Field guide to the trees and shrubs of the miombo woodlands*. London: Royal Botanic Gardens.
- Texeira, B. J. (1968). *Parque nacional do bicuar. carta da vegetação (1ª aproximação) e memória descritiva*. Instituto de Investigação Agronómica de Angola. Nova Lisboa, Angola.
- Timberlake, J., Chidumayo, E. N., & Sawadogo, S. (2010). Distribution and characteristics of African dry forests and woodlands. In E.N. Chidumayo & D. J. Gumbo (Eds), *The dry forests and woodlands of Africa: managing for products and services*. London: Earthscan Ltd.
- Wyk, B. V., & Wyk, P. V. (1997). *Field guide to trees of Southern África*. Cape Town, South África: Struik Nature Publishers.

**OS DESAFIOS DOS ESTUDANTES NA ADAPTAÇÃO A NOVOS
COMPORTAMENTOS NO ENSINO SUPERIOR: UNIVERSIDADE 11 DE
NOVEMBRO. 2017/2018**

*The challenges of students in adapting to new behavior in higher education: University
November 11. 2017/2018*

NOBRE, M. A. C. G.⁵⁰; RODRIGUES, M. R.⁵¹; PEMBA, J. M.⁵²; & SANTOS, A. P. S.⁵³

Resumo

O desafio da adaptação a novos comportamentos, no ensino superior revela-se por um conjunto de fatores, ocorridos em paralelo com a falta de informação inicial sobre os componentes do curso; objetivo geral: Analisar os desafios vivenciados pelos estudantes na adaptação a novos comportamentos no ensino superior. Apoiando-se na metodologia: estudo de caso: exploratório, descritivo, com aplicação do questionário da escala de *Likert*, os dados foram tratados com o programa de SPSS tendo um resultado de nível de confiança de 95% com relação a dimensão sobre os fatores ou as causas que contribuem para o sucesso escolar e o grau de influência se apreciou sete relações de dependência, dado ao interesse dos estudantes nos assuntos que contribui para o sucesso acadêmico assim como: as exigências, competências e responsabilidades exigidas na adaptação aos novos comportamentos. Concluindo-se que adaptação a novos comportamentos é uma situação que requer, mudanças nos padrões de comportamento.

Abstract

The challenge of adapting to new behaviors in higher education is revealed by a set of factors, which occurred in parallel with the lack of initial information about the components of the course; general objective: To analyze the challenges experienced by students in adapting to new behaviors in higher education. Based on the methodology: case study: exploratory, descriptive, with the application of the Likert scale questionnaire, the data were treated with the SPSS program with a result of 95% confidence level regarding the dimension on the factors or the causes that contribute to school success and the degree of influence seven dependency relations were appreciated, given the students' interest in the subjects that contribute to academic success as well as: the demands, skills and responsibilities required in adapting to new behaviors. In conclusion, adaptation to new behaviors is a situation that requires changes in behavior patterns.

Palavras-chave: *desafio; adaptação; comportamento; ensino superior.*

Key-words: *challenges; adaptation; behavior; higher education.*

Data de submissão: junho de 2020 | **Data de publicação:** setembro de 2020.

⁵⁰MARIA AUGUSTA CÉSAR GOMES NOBRE - Universidade 11 Novembro. ANGOLA. E-mail: gomesnobre@hotmail.com

⁵¹ MAELY RAMIREZ RODRIGUES - Universidade 11 de Novembro. ANGOLA. E-mail: maelys@gmail.com

⁵² JOSEFINA MASSIALA PEMBA – Universidade 11 de Novembro. ANGOLA. E-mail: josefina.massiala@hotmail.com

⁵³ ANA PAULA SARMENTO DOS SANTOS - Escola Superior Pedagógica do Namibe. ANGOLA. E-mail: paulasarmento18@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Existe uma ampla literatura sobre os tipos de comportamentos / abordagem escrita usadas para alunos do primeiro ano e, esta abordagem muda ao longo do ensino superior, embora haja relativamente poucos artigos sobre como os alunos lidam com essa mudança, é pelo facto importante, a análise do impacto que estes apresentam na integração académica no ensino superior.

Concordando com Soares e Prette (2015), adaptação académica à universidade está intimamente ligada ao termo habilidades sociais, definida como um conjunto de comportamentos requeridos para competência social. Assim uma das competências em contexto internacional é por Moore citado (2010) a partir das experiências com estudantes do primeiro ano de uma Universidade Irlandesa concluindo o seu artigo, que a principal barreira na adaptação estudantil foi a falta de interação social entre os alunos, que foi exacerbada.

Da análise feita sobre da adaptação dos estudantes no ensino universitário, na nossa realidade demonstra o impacto dos conhecimentos das características académicas, estruturais da instituição e o envolvimento do aluno ter efeitos positivos. Embora nas últimas décadas, a investigação sobre os estudos vocacionais segundo Teixeira citado por Taveira (2011) tem demonstrado a influência das crenças de competência pessoal no sucesso académico, no desenvolvimento dos interesses, no esforço, na satisfação, e no nível das aspirações dos adolescentes. Numa perspetiva interativa, para Taveira (2011) têm uma natureza integrativa e preconizam que a satisfação de vida é influenciada pelas variáveis de personalidade, pelas competências percebidas, pelos recursos e apoio do ambiente. Porém, Monteiro citado por Daniela (2012) é necessário a presença de serviços de apoio psicológico na universidade para prestar apoio no processo educativo, na promoção do desenvolvimento pessoal e na prevenção de comportamentos de risco. Podendo de certa forma ser um dos fatores que podem influenciar de forma negativa na adaptação escolar.

Toda via, este processo é facilitado quando o jovem conta com os contextos relacionais prévios e os pais estão disponíveis para responder às necessidades académicas e profissionais.

1. DESAFIOS NO PROCESSO DE ADAPTAÇÃO AO ENSINO SUPERIOR

Adaptação dos estudantes a novos comportamentos no ensino superior requer que estes estejam apetrechados de competências de diversas dimensões: académicas, sociais, emocionais, culturais e outras. Infelizmente investigação feita por nós coincide com o pensamento “(...) grande número de disciplinas, muitas provas e trabalhos investigativos com prazos apertados, falta de integração entre disciplinas, carga horária excessiva, defeitos das grades curricular, desatualizações curriculares em razão do avanço científico e tecnológico” (Cristiane, Suzana & Maria, 2017).

Esse processo de adaptação no ensino superior representa um “impacto” devido ao acréscimo dos níveis de exigência que se requer a um aluno universitário. Os jovens provenientes das escolas do segundo ciclo do ensino secundário e ou ensino médio acarretam de certa forma uma insuficiente perspetiva futura. Como consequência dessa preocupação, questionar o seguinte: Quais são os desafios que os estudantes enfrentam na adaptação a novos comportamentos no ensino superior? Em conformidade com as respostas optamos pelos objetivos: Analisar os desafios vivenciados pelos estudantes na adaptação a novos comportamentos no ensino superior coadjuvante com os específicos: Obter uma perceção dos desafios vivenciados pelos estudantes na adaptação á novos comportamentos no ensino superior; saber se as vivências académicas dos alunos exercem um papel mediador na relação do suporte social sobre as expectativas académicas.

Por tanto, acreditamos ser um tema de extrema relevância visto que, a maior parte da literatura sobre adaptação a novos comportamentos no ensino superior tem afirmado repetidamente que os estudantes enfrentam desafios com exigências oferecidas no ensino superior. Neste âmbito é observado que a avaliação subjetiva das habilidades, competências, dificuldades individuais e gestão de tempo tornara os resultados questionáveis e, cada vez mais, é necessário à sua análise. Inicialmente, uma análise de alguns autores, Jacklin e Robinson (2008) indicou que a gestão do tempo é maior no sexo masculino e, que os alunos mais maduros demonstraram melhores habilidades de gestão de tempo do que os outros grupos de estudo. Posteriormente, o estudo efetuado por Goldfinch e Hughes (2007) demonstraram que um dos fatores mais significativos para explicar o sucesso no primeiro ano, foi a alta confiança inicial nas habilidades de gestão de tempo, autossuficiência e trabalho de equipa.

Da mesma forma, Jacklin e Robinson (2008) descobriram que a gestão do tempo e a comunicação assertiva são, competências significativas do sucesso académico.

Campos, citado por Mesquita (2011), as fragilidades formativas também resultam da não participação dos diversos departamentos existentes na instituição formadora. No entanto, por vezes nos deparamos com problemas de fragilidade da formação inicial e de saída, conforme verificamos e com muita frequência a nossa realidade social, que pode ser consequência, da qualidade de professores existentes nas escolas do ensino médio e superior, da gestão das escolas, no que se refere à elaboração e implementação de currículos, programas de formação, aliadas as condições sociopsicológicas dos alunos em formação e as condições reais das próprias instituições escolares assim como também da sociedade.

1. INFLUÊNCIA DAS TEORIAS MOTIVACIONAIS E DA APRENDIZAGEM NO PERÍODO DE ADAPTAÇÃO AO ENSINO SUPERIOR

A motivação no contexto académico tem sido ao longo dos anos bastante debatido e considerada importante ao nível da qualidade de aprendizagem, desempenho e consequentemente adaptação dos estudantes a novos comportamentos no ensino superior.

A motivação dos estudantes pode diminuir com o avançar do tempo na Universidade. Pintrich (2006) desenvolveu um modelo para explicar a motivação dos alunos do ensino superior, abrangendo quatro elementos principais: o contexto sociocultural (atitudes, crenças e comportamentos); os fatores relacionados com o ambiente na sala de aula (comportamento do professor, método de ensino utilizado, tipo de tarefa); os fatores internos ao aluno (sentimentos, percepções, necessidades, objetivos) e o comportamento motivado em si (comportamentos reais e observáveis).

De forma complementar, Stipek (2011) salientou quatro itens motivacionais como sendo os mais relevantes no contexto académico: reforço positivo; cognições (expectativas de controlo, crenças de autoeficácia, atribuições causais); valores (especialmente contemplados na motivação intrínseca), e metas de realização. No entanto, tendo em conta o inevitável a pouca oferta de universidades e os respetivos cursos, em Angola a integração no ensino superior exige dos jovens em transição

diversidades de conhecimentos, competências e condições sociais, que permitem a manutenção do processo em causa, é também um dos fatores a considerar na manutenção do seguimento dos estudos a nível superior a projeção do futuro, a detenção ou frequência do ensino secundário profissional e qualificado, sobretudo se associada à frequência e acumulação de formação escolar e profissional.

De acordo com Leitão & Paixão (2008) é importante a existência de atividades de apoio ao desenvolvimento da identidade pessoal e vocacional, a promoção e empenho dos alunos no planeamento de ações pessoais e interpessoais em contexto universitário. Assim, os alunos estarão bem preparados para lidar com as mudanças frequentes e as características do mundo atual (Silberesen, Eyferth & Rudinger, 1986; Leitão & Paixão, 2008).

Ora, em termos de ajustamento e/ou adaptação académica, Roberti e Storch (2005) fizeram uma análise sobre os estudos anteriores que se centraram no ajustamento psicossocial e alterações corporais, através de uma amostra de 198 universitários, em que 51 eram homens e 147 mulheres, em idades médias de 21,4 anos nos homens e 20,0 nas mulheres. A esta amostra foi aplicada um questionário da depressão de Beck II (Beck, Steer, & Brown, 1996). Um questionário que apresenta 21 itens e as respostas são obtidos numa escala de Likert. Foi igualmente aplicado ansiedade o Statetrait, Anxiety Inventory (Spielberger, 1989), o qual consta de 20 itens, respondidos numa escala Likert, com 4 níveis. Os resultados evidenciaram que, mesmo considerando os fatores ambientais e socioculturais, os indivíduos que têm modificações no corpo, apresentam significativamente sintomas de depressão e ansiedade.

Ao analisar as características dos alunos, verifica-se que estes têm origem em diferentes classes sociais, alguns saíram da casa dos seus pais pela primeira vez, para outras cidades, e deste modo, viram-se obrigados a estabelecer novas relações no local onde irão residir, seja na instituição ou em casas partilhadas.

O contexto, inclui os elementos exteriores ao indivíduo afetado pela mudança e o meio em que esta ocorre. O impacto é avaliado pelas análises das diferenças que ocorrem no indivíduo e no meio antes e depois da transição (Pinheiro, 2003).

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa teve início com a observação de certos comportamentos, desajustados as normas da instituição apresentado pela maior parte dos estudantes recém-chegados a instituição, Universidade 11 de Novembro, concretamente no Instituto Superior de Ciências da Educação em um universo de 727 estudantes, no qual escolhemos de forma aleatória simples uma amostra de 318 estudantes.

Em seguida foi feita a revisão bibliográfica de temas recentes relacionados e desenvolvidos por vários investigadores no âmbito nacional e internacional já que nos propusemos a realizar um estudo de caso do tipo exploratório. O que de certa forma nos orientou na elaboração de um questionário de ensaio aplicado apenas a 50 estudantes interessados com o objetivo de reformular e corrigir as possíveis margens de erros por nós cometidos. A partir deste, foi reelaborado com a devida correção um questionário com base na escala de Likerte, similar ao já utilizado e aprovado por alguns experts a quando da investigação da tese de doutoramento confeccionada por Gomes (2017) e na mesma linha de investigação, Gomes et al (2019) que definitivamente é aplicado aos estudantes que correspondem amostra, também consideramos, as propostas dos diversos autores, nomeadamente no que diz respeito à sua clareza, extensão, introdução, à formulação de questões e opções de resposta (Ghiglione & Matalon, 1992; Hill & Hill, 2005; Moreira, 2004; Quivy & Campenhoudt, 2008). Por tanto, o tratamento dos dados e obtenção dos resultados contamos com a ferramenta de cálculo utilizada em *SPSS (Statistical Package for the Social Sciences)*.

Tabela 1- Extrato de estudantes que serviram de amostra.

Género

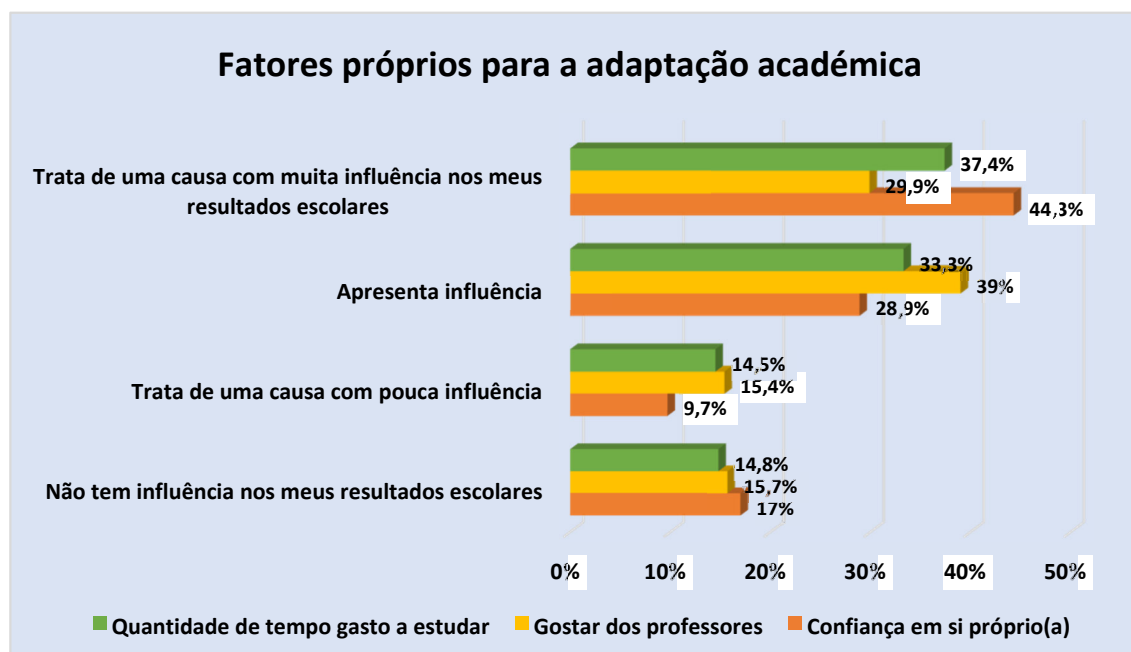
	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Masculino	123	38,7	38,7	38,7
Feminino	195	61,3	61,3	100,0
Total	318	100,0	100,0	

Fonte: Trabalho de campo

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Gráfico 1 – Fatores individuais que podem influenciar a adaptação a novos.

Comportamentos no ensino superior



Fonte: Trabalho de campo

a) Variável- quantidade de tempo gasto para estudar

A partir do gráfico podemos notar a opinião dos estudantes sobre, se a quantidade de tempo gasto para estudar influência na sua adaptação académica, e assim ficamos a saber que dos 100%, representando a mostra, 37,4% declaram que é de muita influência para adaptação a novos comportamentos, juntando aos 33,3% que também aceitam ou confirmam influência positiva da gerência do tempo de estudo no ensino superior. Os outros 14,5 % são de opinião de que a quantidade de tempo gasto para os estudos tem pouca influência nos bons resultados escolares, e os restantes 14,8% também um número bastante considerado, afirmam categoricamente que o fator tempo gasto nos estudos não tem nenhuma influência nos bons resultados comportamentais no ensino superior. Facto que nos tem preocupado bastante porque, estudantes universitários que não se preocupam com a quantidade de tempo gasto para os estudos são aqueles que não gerenciam as suas atividades diárias e muito menos escolares concorrendo de forma direta para a não adaptação a novos comportamentos e consequentemente o insucesso ou mesmo abandono

escolar. Um estudante universitário deve saber desde o princípio, que entrar para o novo mundo escolar significa estar pronto para as transformações comportamentais e, candidatar-se a novas vivências sociais a onde o fator tempo é basicamente o essencial para o sucesso. - Qualquer frustração ou expectativa de frustração constituem ameaças psicológicas perturbadoras do comportamento, muitos são aqueles que desistem dos seus sonhos ou planos, devido a uma frustração ou expectativa não alcançada, nos nossos jovens que por razões de gestão do tempo, não conseguem adaptaram-se no ensino superior, sentindo-se abandonados pelo governo. Posteriormente, o estudo efetuado por Goldfinch e Hughes (2007) demonstraram que um dos fatores mais significativos para explicar o sucesso no primeiro ano, foi a alta confiança inicial nas habilidades de gestão de tempo, autossuficiência e trabalho de equipa. Da mesma forma, Jacklin e Robinson (2008) descobriram que a gestão do tempo e a comunicação assertiva são competências significativas do sucesso académico na transição para o ensino superior.

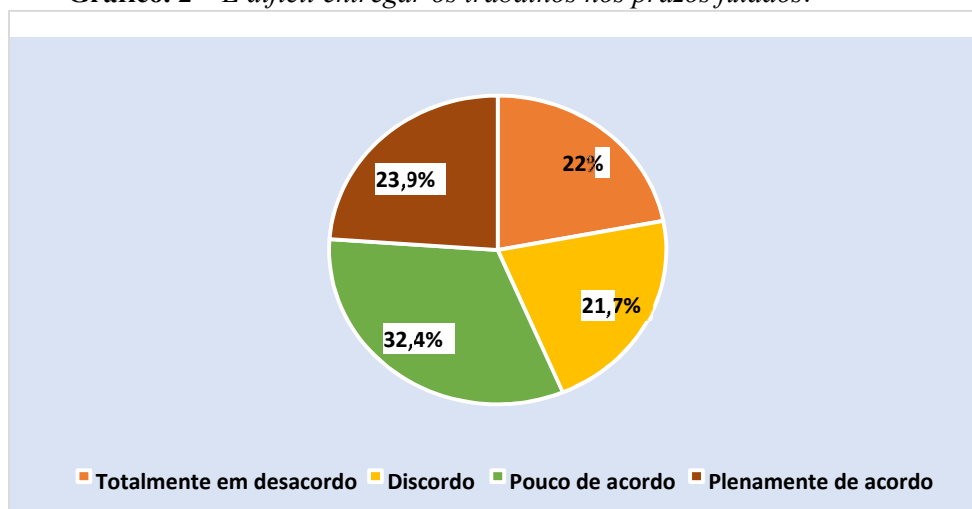
b) Variável- gostar dos professores

Como podemos observar na mesma tabela o juízo dos alunos sobre a evidência de gostarem dos professores ser uma das causas que influencia na adaptação a novos comportamentos no ensino superior, comprovasse que 15,7% dizem não afeta em nada, seguido por 15,4% defendem representar pouco efeito. No entanto, a amostra maioria considera que influencia muito (39%) e bastante (29,9%). Por tanto, nos leva a remeter que é muito importante a aproximação dos alunos com os professores no sentido de que, o professor pode e deve em todos os contextos ser o orientador vocacional e profissional de formas, a auxiliar os estudantes e fundamentalmente os do primeiro ano, a ultrapassarem com menos dificuldades os desafios a que são expostos desde, a sua entrada até a sua adaptação, num ensino muito divergente ao habitual. O conceito de orientação, suas funções e o modo de planificação foram desde o começo, imprecisos, problemáticos, e, com muita frequência, contraditórios. Concordando com o pensamento de Martinez, (Contreiras 2002), a orientação tem sido tratada desde diversos enfoques: como processo que ajuda a pessoa a tomar decisões vocacionais, como forma de assessorar o indivíduo para resolução de problemas pessoais e sociais, como modelo de intervenção que brinda assistência ao sujeito e mais recentemente como ele atravessa o currículo. Em diversos contextos da adaptação a novos comportamentos, a orientação tem um impacto positivo. Em Angola, denotasse um acesso difícil ao ensino superior, e o mesmo constatasse na fraca preocupação no fato de os estudantes serem bem-sucedidos no percurso da sua adaptação.

c) Variável- confiança em si

Finalmente o gráfico 1 a terceira variável, nos elucida a apreciação dos estudantes sobre se a *confiança em si* pode influenciar na adaptação a novos comportamentos no ensino superior, em resposta se confirma: 44,3% é de opinião que tem muita influencia a estes se juntam 28% confirmando que influencia e outros 9,7% duvidosos no seu pensamento com pouca influencia e por último encontramos mas 17% a relatarem que a confiança em si não influencia na adaptação a novos comportamentos requeridos no ensino superior. Para Ferreira (2009, p. 9) este período de adaptação no ensino superior é uma oportunidade única onde se operarem grandes transformações, antes de surgirem definitivamente as responsabilidades e de estabilizarem nos diferentes domínios da vida pessoal. O mesmo autor refere que, as mudanças que se registam neste período se processam em diferentes áreas, que englobam o desenvolvimento, cognitivo, moral, o desenvolvimento pessoal e o social. A importância do suporte social na adaptação académica dos alunos no ensino superior, conjuntamente com a rede construída no seio da família, pode valorizar ou desvalorizar os interesses de aprendizagem e concomitantemente a insegurança de sucesso individual. Também na opinião de Ferreira (2009, p. 81) sublinha que o suporte social serve como um tampão para os estudantes que experimentam níveis elevados de instabilidade, ajudando o seu funcionamento durante a transição de comportamentos e noutros momentos de conflitos. Por outro, a autoconfiança está relacionada com a forma como o estudante se adapta a questões de natureza educativa/académica, social, individual e emocional onde englobam os aspetos do equilíbrio físico e psicológico. Monteiro referido por Taveira (2012, p. 32). Ainda na mesma senda, Lewandoski (2014), a maior parte dos estudantes que se sentem inseguros são os que tiveram dificuldades no momento da escolha em detrimento de outras oportunidades, tendo em conta os vários fatores que influenciam durante processo.

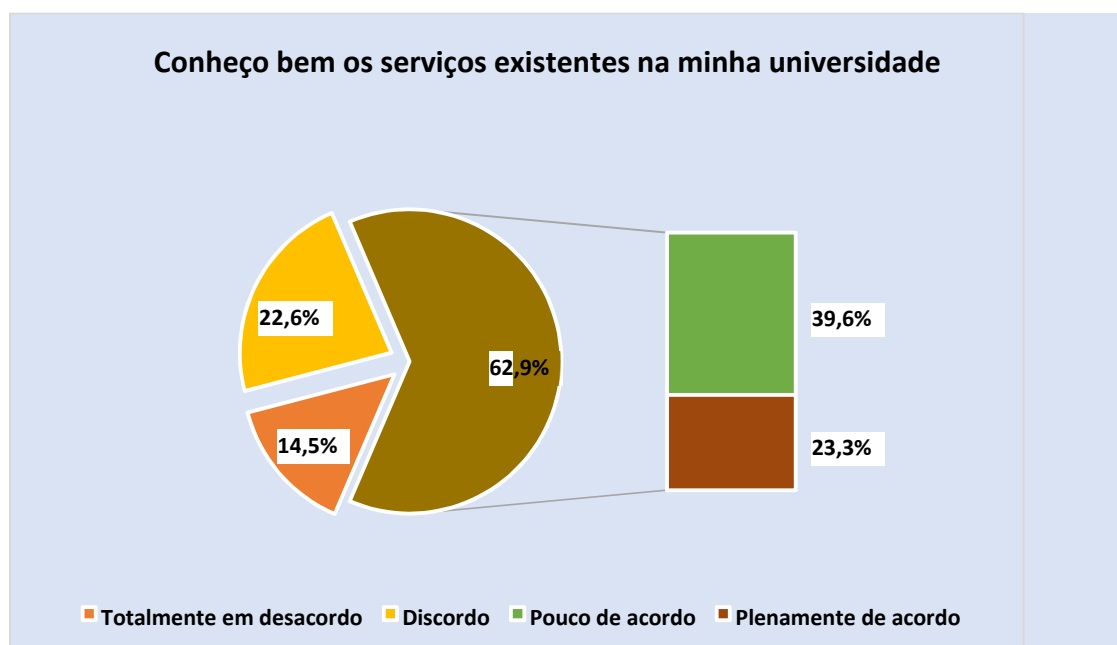
Gráfico. 2 – *É difícil entregar os trabalhos nos prazos fixados.*



Fonte: Trabalho de campo

A tabela referenciada ilustra a satisfação ou não da fixação de prazos para entrega dos trabalhos no ensino superior e os resultados, têm obtido semelhante opinião em cada um dos graus da escala do instrumento, se é difícil para entregar o trabalho na representação prazos definidos. Por um lado, 23,9% dizem que esta em completo acordo, juntamente com os restantes 32,4% concordam parcialmente. Ao contrário de 21,7% assegurando o seu grau de divergência e 22% desacordo completo. De certa forma entendemos que um dos maiores desafios tem sido a gestão de tempo o que implica acréscimo das responsabilidades no ensino superior. O que também nos certificamos na tabela anterior é o facto de os alunos não darem muita importância ou não estarem muito motivados, nem sequer preocupados com a gestão do tempo. Na linha do pensamento de Tinto, (Silva Ferreira, 2009) a combinação entre a motivação, as capacidades académicas, as características sociais e académicas da instituição contribuem para adaptação ao ensino superior. Também Taveira (2012) esclarece que é durante o primeiro ano do ensino superior que se regista as maiores quebras das expectativas que cada estudante formou anteriormente e é na mesma altura que surgem as maiores dificuldades de adaptação.

Gráfico 4 – *Se conhece bem os serviços existentes na minha Universidade (características do curso e regulamentos).*



Fonte: Trabalho de campo.

Os dados ora apresentados no gráfico, nos permitem saber se os alunos estão bem cientes dos serviços existentes na Universidade de filiação, observamos que a maioria está pouco de acordo com a afirmação (39,6%), seguido de 23,3% em completo acordo, em comparação com 22,6% discordaram e 14,5% discorda totalmente. Ficamos com a percepção de completamente de acordo com os estudantes visto que na nossa realidade estas informações não estão em seu alcance, e se tivermos uma visão muito profunda sobre o assunto vamos considerar um dos desafios fundamentais a ter em conta na adaptação a comportamentos no ensino superior, é necessário que o indivíduo tenha noção da entrada e saída do seu curso entre tanto, conhecer o perfil de entrada e saída. Essa preocupação afeta diretamente os serviços nacionais de educação que pouco ou nada fazem para implementação dos serviços de orientação vocacional nas escolas do segundo ciclo. A falta desses serviços vem aumentar significativamente as imensas dificuldades vividas pelos estudantes no primeiro ano de ingresso as universidades. Nesse quesito, temos plena certeza que os serviços de orientação vocacional e profissional poderiam minimizar certas dificuldades e contribuir para o sucesso escolar, por se tratar de um período muito crítico e desafiante. Particamemente os nossos estudantes demonstram que vão a faculdade por influência de outros o que no princípio não lhes interessa conhecerem as características do curso que frequentam. De acordo com os estudos realizados tomados como resposta a um questionário de vivências acadêmicas, Casanova e Polydoro (Soares et all 2014), revelaram que a maioria dos estudantes mostrava-se pouco envolvida com os serviços oferecidos pela instituição e não conseguia interligar os conteúdos curriculares lecionados com a carreira escolhida. Partilhando a ideia de Soares (2014), esses resultados mostram a importância de os professores explicitarem a atualidade e a relevância dos conteúdos oferecidos para o curso e a carreira profissional mais associada, assim como a relevância da instituição publicitar os seus serviços. O que no pensamento de Ferreira (*apud* Tavares, p. 20), a universidade apresentasse como um contexto favorável ao desenvolvimento pessoal do estudante, promovendo a integração e ajustamento académico pessoal, social e afetivo.

CONCLUSÃO

Tendo em conta a relevância os objetivos traçados, aplicou-se a adaptação e validação do Questionário de Percepções Académicas (versão de expectativas) para estudantes. Determinar qual os principais fatores que influenciam os resultados da adaptação a novos comportamentos escolares dos alunos. Identificar quais os fatores externos e internos que influenciar na mudança de comportamentos escolares dos alunos no ensino superior.

No que respeita à medição de índices de sucesso académico e de qualidade de vida, que se resume a adaptação a novos comportamentos, observou-se que os estudantes partilham da opinião de que o conhecimento prévio das características da instituição escolhida, a gestão do tempo, boas relações com os professores. E a autoconfiança no desempenho das atividades escolares vão de encontro aos “três fatores principais que desfiaram processo de mudança e adaptação a novos comportamentos. Foi também importante apurar que existem outras causas desafiantes como: o interesse, a inteligência e boas relações com colegas e outros externos e internos. Compartilhando o pensamento de Monteiro (referido por Taveira, 2012, p. 32), adaptação a novos comportamentos académicos está relacionada como os estudantes se adaptam a questões de natureza educativa/ académica e todas as experiências que se vive durante a frequência do primeiro ano no ensino superior. Também na mesma linha de pensamento ele afirma que o processo de adaptação finda quando o estudante passa a ser parte integrante da comunidade educativa e partilha os valores comportamentais com colegas e professores assim como as normas que regem a instituição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Goldfinch, J., & Hughes, M. (2007). Skills, Learning styles and success of first-year undergraduates. *Active Learning in Higher Education*, 8(3), 259-273.
- Guimarães, S. (2004). O Estilo Motivacional do Professor e a Motivação Intrínseca dos Estudantes: Uma Perspetiva da Teoria da Autodeterminação. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(2), 143-150. [doi:10.1590/S0102-79722004000200002](https://doi.org/10.1590/S0102-79722004000200002)
- Jacklin, A., & Robinson, C. (2007). What is meant by ‘Support’ in Higher Education? Towards a Model of Academic and Welfare Support. *Journal of Research in Special Educational Needs*, 7(2), 114-123. [Doi:10.1111/j.1471-3802.2007.00087.x](https://doi.org/10.1111/j.1471-3802.2007.00087.x)
- Lavery, L. (1999). Ethnic Group Differences in the Academic Motivation of University Students. *AARE Annual Conference Melbourne*.
- Matta, C. M. B., Lebrão, S. M. G., & Heleno, M. G. V. (2017). Adaptação, rendimento, evasão e vivências acadêmicas no ensino superior: revisão da literatura. *Psicologia Escolar e Educacional*, 21(3), 583-591. [doi:10.1590/2175-353920170213111118](https://doi.org/10.1590/2175-353920170213111118)
- Mesquita, E. (2011). *Competências do professor*. Lisboa. Edições sílabo, Lda.
- Moreira, J. M. (2011). *Questionários: Teoria e Prática*. Coimbra: Almedina.
- Moore, N. (2010). Teaching for Better Learning: A Blended Learning Pilot Project with First-Year Geography Undergraduates. *Journal of Geography in Higher Education*, 34(3), 327-344. [doi: 10.1080/03098265.2010.501552](https://doi.org/10.1080/03098265.2010.501552)
- Pintrich, P. R. (2006). Editor’s Comments’. *Educational Psychologist*, 26(3-4), 199- 205. [doi:10.1080/00461520.1991.9653132](https://doi.org/10.1080/00461520.1991.9653132)
- Taveira, C. M. (2011). *Estudos de psicologia vocacional*. Coimbra: Almedina, SA.
- Tavares, M. D. (2012). Adaptação ao ensino superior e otimismo em estudantes do primeiro ano. (Dissertação de Mestrado). Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- Stipek, D. J. (1996). Motivation and instruction. In D. C. Berliner & R. C. Calfee (Eds.), *Handbook of educational psychology* (pp. 85–113). New York: Macmillan.
- Soares, A. B., & Del Prette, Z. A. P. (2015). Habilidades Sociais e adaptação à universidade: Convergências e divergências dos constructos. *Análise Psicológica*, 33(2), 139-151. [doi:10.14417/ap.911](https://doi.org/10.14417/ap.911).ISSN-0870-8231.

Soares, A. B., Vanuza Francischetto, B. M. D., Miranda, J. M., Nogueira, C. C., Leme, V. R., Araújo, A. M., & Almeida, L. S. (2014). O impacto das expectativas na adaptação acadêmica dos estudantes no Ensino Superior. *Psico-USF*, 19(1), 49-60. doi:10.1590/S1413-8271201400010000

Lewandowki, M. F. (2014). Processo da escolha profissional de adolescentes: Trabalho da psicologia. (Dissertação de Mestrado). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Santa Rosa.

<https://www.google.com/search?client=firefox-d&q=Lewandowki%2CM.+de+Fátima>.

